Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Karine Ferreira Bouças

Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa

Rio de Janeiro

2020

Karine Ferreira Bouças

Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Maria de Vasconcelos

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B752 Bouças, Karine Feirreira.
Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa / Karine Ferreira Bouças. – 2020.
208 f.

Orientadora: Ana Maria de Vasconcelos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
.

1. Serviço Social – Teses. 2. Assistentes sociais – Teses. 3. Serviço Social – Periódicos – Teses. I. Vasconcelos, Ana Maria de, 1949-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Karine Ferreira Bouças

Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 26 de outubro de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dra. Ana Maria de Vasconcelos (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dra. Nilza Rogéria de Andrade Nunes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores(as) brasileiros(as) que pagam pela universidade pública, contudo dela não conseguem usufruir.
Aos meus sobrinhos e afilhados Erick e Kaick, sopro de vida que se renova.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus nesse processo de conclusão da dissertação; o desenvolvimento da minha espiritualidade foi muito importante. O poder de me conectar com Deus por meio da oração, mentalizando energias boas e que se renovavam a cada respiro necessário, fez com que eu pudesse acreditar novamente em mim e concluir essa oportunidade que Ele carinhosamente preparou para minha vida e me trará muitos frutos.

Aos meus pais que sempre torceram por mim e que por onde passam fazem questão de falar de todo o brilho dos seus filhos, com a satisfação de que fizeram o possível para nos proporcionar educação, saúde, moradia, etc. Queridos pais saibam que o melhor que poderiam ter me deixado foi a possibilidade de crescer fazendo minhas escolhas, ensinando-me, desde muito cedo, sobre responsabilidades, quando nunca limitaram as minhas asas para voar.

Obrigado ao meu irmão Diego e sua esposa Erica que foram os primeiros a darem a mão durante minha mudança para o Rio de Janeiro. Obrigada por deixarem ser a tia e a madrinha dos seus filhos, Erick e Kaick; eles me trouxeram muita leveza com a pureza da vida que se inicia. Eu amo muito vocês!

Nessa minha caminhada eu tenho como o meu grande companheiro o meu marido Diego. Muito compreensivo e paciente nesse processo acolheu minhas angustias e nunca deixou de acreditar em mim e que eu conseguiria. O seu abraço é meu porto seguro e o amor que estamos construindo colocou um e o outro para frente. Obrigada meu amor por estar ao meu lado. Agradeço também a sua família que considero como minha; obrigada pela compreensão por minhas ausências e por não conseguir estar mais próxima para que eu pudesse construir esse trabalho.

Ao comando do Serviço de Assistência Social da Marinha, agradeço pelo apoio e por me liberarem para as aulas. Agradeço, especialmente, a minha equipe do Serviço Social; eu não conseguiria sem vocês e espero retribuir trazendo conhecimento e novidades para o nosso cotidiano de trabalho.

Ao Corpo Docente da Pós Graduação em Serviço Social da UERJ, juntamente com a Coordenação e sua equipe de Secretaria; não estamos na melhor conjuntura, mas a troca e a empatia foram e são primordiais.

Aos colegas de turma do Mestrado/2018. Nossas trocas foram importantíssimas para o nosso crescimento enquanto turma. Às minhas amigas da vida, vocês sabem quem são e muito me apoiaram para a construção deste trabalho; sempre me apoiaram para permanecer firme neste propósito de finalizar este estudo.

À Banca Examinadora por todas as contribuições e apontamentos desde a qualificação. Quantos desafios, mas espero poder alcançá-los.

Ana, você por último, mas nem um pouco menos importante. Faltam palavras para eu conseguir expressar a minha gratidão. Os meus olhos abriram, minha mente expandiu na profissão! Obrigada, por me escolher como orientanda e confiar na minha pesquisa, no meu potencial.

RESUMO

BOUÇAS, K. F. *Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa.* 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta investigação parte de questionamentos profissionais diante das dificuldades do cotidiano de trabalho, o que me levou a buscar formação/atualização sobre o processo que se constitui o fazer profissional. Partiu-se do que a profissão vem produzindo sobre a dimensão técnica-operativa e que possa contribuir com a intervenção profissional, a partir da opção pela direção social do Projeto Ético- Político do Serviço Social. O material empírico analisado é constituído de artigos publicados em 4 revistas científicas (Qualis/Capes A1 e A2) e coletâneas de referências da área de Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa, no período de 2009-2018. Aprofundou-se a análise dos artigos que promovem mediações substantivas com o planejamento/instrumentos e projeto da profissão. Dentre os principais achados, o estudo revelou um conjunto de autores extremamente qualificado academicamente, sendo que dos 281 autores que participaram da elaboração dos artigos, 138 são doutores, 27 pós-doutores e 68 mestres, resultando que 89% da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa é oriunda de autores que estão vinculados à academia. Quanto ao caráter da referência/ conexão entre o planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional, temos uma maioria de artigos 127 (63%) divididos em: - 67 Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma substantiva (33%); - 60 Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma abstrata (30%). Estes e outros dados mostram a necessidade de intensificar uma produção de conhecimento que problematiza o cotidiano profissional na perspectiva crítica, visto que, os assistentes sociais que nos espaços socioassistenciais objetivam fortalecer a luta geral dos trabalhadores só podem contar com a produção de conhecimento da área de Serviço Social que aborde teoricamente a formulação, implementação e avaliação de propostas concretas visando a materialização do Projeto Profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Dimensão Técnico-Operativa. Projeto Ético-Político Profissional. Produção de conhecimento. Emancipação humana.

ABSTRACT

BOUÇAS, K. F. *Social Work, knowledge production and professional practice.* 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This research starts from the questioning of professionals about the difficulties of daily work, which led me to search for updates on the process that constitutes the professional activity. It is questioned what the profession has been building on the production of the technical-operative dimension that can contribute to the daily intervention, taking the principles and values consistent with the Professional Political-Ethical Project. Therefore, we use as a database the most relevant collections in the selected period and 4 (four) scientific journals with QUALIS / CAPES A1 and A2 classification for Social Work. This research has been deep analyzed the substantives articles about practices plain and about the Political Ethical Project of the Brazilian Social Work. We have found many results, but it is possible highlight that the authors are highly academically qualified, in the universe of 281 authors, 138 are doctors, 27 post-doctored e 68 masters, resulting that 89% of the knowledge about the professional practices is produced in the universities. We point out that the connection and references about the practices plain, instruments use, and the Professional Political-Ethical Project, mostly (127 – 63%) are: 67 (33%) articles that has substantive connection with practices plain, instruments use, and the Professional Political-Ethical Project; 60 (30%) articles that has abstract connection with practices plain, instruments use, and the Professional Political-Ethical Project. The research remain that we need continuum write, as well, give some elementary to analyses and do practices in the critical perspective. Thus, social workers, who work daily to serve this class, need to appropriate productions/publications that make it allow strengthen the interests of the working class, and the formulation of concrete proposals to face the expressions of the social issue aiming at the materialization of the Professional Project.

Keywords: Social Work. Political Ethics Project. Knowledge Production. Professional Practice. Human emancipation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Revistas Científicas da área de Serviço Social - 2009/2018: vinculação e Qualis/Capes..... 94

Tabela 2 Coletâneas de artigos em Serviço Social – 2009/2018: Dimensão técnico-operativa..... 94

Tabela 3 Artigos que abordam a dimensão técnico operativa: relação entre titulação e veiculação dos autores 107

Tabela 4 Artigos que abordam a dimensão técnico operativa. Artigos que estabelecem relação com planejamento/instrumentos e caráter da referência teórico-metodológica.....116

Tabela 5 Autores que optam pelo Projeto Ético-Político Profissional e caráter da referência teórico-metodológica e das mediações com planejamento/instrumentos.....120

Tabela 6 Titulação de Autores por referências teórico-metodológica e ético-polítcas com as mediações com o Projeto Ético-Político Profissional.....127

Tabela 7 Vinculação de Autores que optam por mediações com o Projeto Ético-Político Profissional.....128

Tabela 8 Artigos que abordam a dimensão técnico operativa de forma substantiva. Características dos artigos que realizam mediações substantivas entre planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional.....132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Titulação de autores 105

Gráfico 2 Vinculação de autores 106

Gráfico 3 Característica da produção 109

Gráfico 4 Caráter da referência/conexão com os instrumentos e planejamento da prática.....111

Gráfico 5 Referências teórico-metodológica e ético-política dos autores/artigos que estabelecem mediações com planejamento/instrumentos 112

Gráfico 6 Caráter da relação com planejamento/instrumentos e caráter da referência teórico-metodológica 116

Gráfico 7 Caráter das mediações com o Projeto Ético-Político Profissional 118

Gráfico 8 Autores que optam pelo projeto do Serviço Social e suas referências teórico-metodológicas e ético-políticas.....119

Gráfico 9 Autores que optam pelo Projeto Ético-Político Profissional, caráter das mediações com planejamento/instrumentos e da referência teórico-metodológica.....121

Gráfico 10 Referência aos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social/ referência teórico-metodológica..... 124

Gráfico 11 Titulação de Autores que optam por mediações com o Projeto Ético-Político Profissional.....127

Gráfico 12 Vinculação de Autores que optam por mediações com o Projeto Ético-Político Profissional.....128

Gráfico 13 Características da Produção e o Projeto Ético-Político Profissional.....129

Gráfico 14 Caráter da referência/ conexão entre o planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional 130

Gráfico 15 Caráter da referência/ conexão com o planejamento da prática e os instrumentos 133

Gráfico 16 Caráter da referência/conexão com o planejamento da prática, utilização dos instrumentos e o Projeto Ético-Político Profissional 134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DC’s	Diretrizes Curriculares
EAD	Educação a Distância
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FSS	Faculdade de Serviço Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPC	Modo de Produção Capitalista
SicELO	Scientific Electronic Library Online
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade Estatual do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNB	Universidade de Brasília
UFF	Universidade Federal Fluminsne
PUC	Pontífia Universidade Católica

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 13

1 **PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAPITALISMO** 25

1.1 **Produção de conhecimento e capitalismo**.....26

1.2 **Produção de conhecimento e o Método da Teoria Social de Marx** 39

1.3 **Fundamentos do Serviço Social no Brasil e o Projeto Ético-Político Profissional**.....47

1.3.1 Protoformas do Serviço Social 47

1.4 **O Movimento de Reconceituação e a renovação do Serviço Social do Brasil**.....58

1.5 **Serviço Social, projeto e formação Profissional** 65

1.5.1 A construção do Projeto Ético-Político Profissional 66

1.5.2 A proposta curricular da ABEPSS e as dimensões do trabalho do assistente social.....70

1.5.3 Notas sobre a Dimensão Técnica-Operativa 77

1.6 **Serviço Social, neoliberalismo e produção de conhecimento** 85

2 **PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA** 93

2.1 **As revistas científicas e as coletâneas do Serviço Social**..... 96

2.2 **Os artigos estudados nas revistas e coletâneas** 104

2.3 **Considerações acerca dos artigos que reivindicam a abordagem da dimensão técnico-operativa e que relacionam planejamento da prática, utilização dos instrumentos e perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional de forma substantiva**..... 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS 168

REFERÊNCIAS 180

APÊNDICE A - Eixo de análise: Produção de conhecimento sobra a Dimensão Técnico-Operativa 186

APÊNDICE B - Referência Bibliográfica por características da Produção 192

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo tem suas raízes em questionamentos iniciados no curso da graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense/ Polo Universitário de Rio das Ostras - RJ. Durante o período Estágio Curricular Obrigatório, apareceram dificuldades e dúvidas durante a realização das mediações entre a prática do assistente social/cotidiano profissional e as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Estas dificuldades e dúvidas se intensificaram durante as disciplinas de "Estágio Supervisionado" e "Laboratório de Técnicas e Instrumentos".

As indagações da época levaram-me a realizar o Trabalho de Conclusão de Curso sobre esta temática quando, naquele período, estudei o direcionamento ético-político empregado na utilização do instrumento "entrevista" no cotidiano profissional dos assistentes sociais do campo de estágio no qual cumpri o meu Estágio Curricular Obrigatório.

Posteriormente, durante a construção da minha carreira como assistente social, busquei por atualização e desenvolvimento profissional, pois foram as dificuldades do cotidiano do meu exercício que antigos e novos questionamentos (re) surgiram e, levaram-me a aprofundar o conhecimento do processo no qual se constitui o fazer profissional. Minhas interrogações fizeram-me buscar a compreensão do que efetivamente estava construindo durante as minhas intervenções profissionais, diante da minha escolha por princípios e valores condizentes com o Projeto Ético- Político Profissional.

O Serviço de Assistência Social da Marinha, espaço sócio-ocupacional onde iniciei minha carreira e até o momento constitui meu local de trabalho, é a instituição em que comecei a refletir sobre as dificuldades em materializar no fazer profissional a intencionalidade que direciona minha intervenção. Portanto, escolhi buscar fontes de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa e suas mediações com as outras dimensões do fazer profissional: ético-política e teórico-metodológica.

Contudo, ao pesquisar referências bibliográficas para subsidiar reflexões, não identifiquei produções que abordassem esta temática, no mesmo volume que encontrei produções sobre as dimensões teórico-metodológica e ético-política. Os congressos e seminários em Serviço Social também foram os espaços nos quais busquei aprimoramento e aproximação com o tema, todavia, foi observado que os/as profissionais possuíam a mesma percepção quanto à falta de produções acadêmicas sobre a dimensão técnica-operativa do Serviço Social e suas implicações.

Importante ressaltar que há pesquisas que demonstram a minha percepção inicial. Iamamoto (2015) abriu o diálogo para discutir os caminhos da pesquisa em Serviço Social, identificando o quadro temático, tendências de pesquisa e possíveis desdobramentos. Em 2004, a autora utilizou os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/MEC (2001-2003), para avaliar a proporção de interesses das pesquisas acadêmicas. Foram analisadas 55 linhas de pesquisa e 581 projetos de pesquisa em andamento ou concluídos, que foram categorizadas em sua aproximação temática, no esforço de identificar as predominâncias temáticas e lacunas a serem preenchidas.

O eixo temático "Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício profissional" representava 12,7% do total de linhas pesquisa, e 8% do total de projetos em andamento ou concluídos, e ocupou o penúltimo lugar da agenda temática de pesquisa no Serviço Social brasileiro. Comparando este dado com os eixos temáticos "Políticas sociais: Estado e Sociedade Civil" e "Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social", que representam respectivamente, 34% das linhas de pesquisa 41% dos projetos de pesquisa, e 14,5% das linhas de pesquisa e 17,7% dos projetos de pesquisa, fica evidenciada uma menor produção de conhecimento sobre o exercício profissional do Serviço Social Brasileiro.

Desde o final da década de 1970, e início da década de 1980, o Serviço Social vem realizando um movimento para sua consolidação acadêmica e organização da profissão no país, trazendo a sua produção de conhecimento sobre a realidade e debruçando-se sobre as reprodução das relações sociais. E continua a autora,

> a concentração temática da pesquisa indica uma profissão com profunda vocação histórica, atenta ao cenário das transformações operadas nas relações entre Estado e a sociedade no País, no marco das relações internacionais, apresentando uma inquietante agenda de questões, que denota uma intensa interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 459).

Este movimento foi muito importante para que a profissão rompesse com a visão endógena do fazer profissional e aumentasse a produção intelectual do Serviço Social por meio de importantes esforços de aproximação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento social na modernidade, e crítica à pós-modernidade. Este movimento instaurou um grande debate plural e respeitoso entre diferentes perspectivas e áreas afins. Mas a autora salienta que além da importância de realizar pesquisas para compreender o Serviço Social brasileiro na dinâmica das relações e processos sociais inscritos nas transformações históricas, é necessário que não se afaste das mediações necessárias com o exercício profissional. Porém,

> não se reclama uma regressão a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos. Entretanto, a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem historicidade ao exercício profissional –, e adensam a agenda da formação profissional – carece de uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desenvolvimento profissional, são requeridas mediações na análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social (IAMAMOTO, 2015, p. 463).

A autora informa que dentro deste eixo temático menos expressivo, ainda que apareçam pesquisas com foco na abordagem dos fundamentos do trabalho e/ou ação do/a assistente social no âmbito das relações entre Estado e a sociedade, pesquisas sobre a ética profissional e competências/atribuições privativas são temas praticamente silenciados. Ressalva ainda que pesquisas sobre o exercício profissional estão setorizadas nas políticas públicas e/ou na sua relação com os espaços sócio-ocupacionais, bem como o debate sobre a formação profissional também se expressa com pouca ênfase nas linhas de pesquisa.

Importante ressaltar que esta não é uma preocupação recente do Serviço Social. Na mediação da prática com o movimento progressista da profissão, em 1995, em seus estudos sobre a instrumentalidade, Guerra (2017, p. 42) já apontava:

> apesar de sua relevância, a tematização da dimensão técnico-operativa tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria; daí consideramos necessário resgatá-la, dando-lhe o merecido espaço na cena contemporânea. Tal lacuna se explica (mas não se justifica) pelo receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social.

Diante deste fenômeno, é que nos parece relevante contribuir com a discussão sobre a dimensão técnica-operativa do Serviço Social na contemporaneidade, explorando o conteúdo das recentes produções acadêmicas e analisando os elementos que aparecem sobre esta temática.

A escolha por realizar uma pesquisa que fomente o diálogo sobre a produção de conhecimento relativa à dimensão técnica-operativa se deu a partir da compreensão da profissão em sua perspectiva interventiva na produção e reprodução das relações sociais; uma intervenção que, em busca de dar respostas profissionais às demandas dos usuários e às requisições institucionais, é mediada por princípios e referências teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Para início da argumentação desta pesquisa, tomou-se como referência os estudos de Iamamoto e Carvalho (2014) que, no início da década de 1980, analisavam o Serviço Social no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista na sociedade brasileira. Nesse momento, apresenta-se o entendimento adotado sobre a constituição da instituição Serviço

Social, sendo oriunda de uma necessidade própria da sociedade do capital e polarizada por interesses de classes contrapostas. No decorrer do primeiro capítulo, será aprofundado este debate, compreendendo os desdobramentos do significado do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situada no processo de reprodução das relações sociais.

Este movimento faz-se fundamental para o desvelamento do caráter contraditório da profissão e ponto de reflexão e análise que esta pesquisa se propõe. Iamamoto e Carvalho (2014) argumentam que o assistente social, enquanto profissional intelectual mediador de interesses de classes, por vezes, subordina-se aos interesses dominantes, na disputa pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade e, historicamente, coloca sua prática profissional, sob os pontos de vista político, econômico e ideológico, condizente aos interesses burgueses. Contudo, nesse processo, também participa ao lado de outras instituições sociais para as "respostas às necessidades legítimas da sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vidas, dadas historicamente" (idem, p. 102).

Nesse sentido, compreendem-se as contradições que permeiam o exercício da profissão e a especificidade do lugar que ocupa na reprodução das relações sociais. Vasconcelos (2015) retoma esta reflexão e demonstra possibilidades e determinações:

> o assistente social é aquele que tem a possibilidade de ser formado com a necessária competência para proceder a uma atuação profissional/teórico-ideológica e política podendo contribuir, através das respostas às demandas dos usuários, na formação de uma consciência social crítica e emancipadora, tanto no que se refere à sua própria categoria, quanto aos demais profissionais e, essencialmente, aos trabalhadores e trabalhadoras/usuários, a partir das e em concomitância às respostas às requisições institucionais que, ao legitimarem a profissão do Serviço Social, consubstanciam a convocação que o capital faz aos assistentes sociais: participação no controle e submissão das massas trabalhadoras (p. 428).

Portanto, a concepção de profissão adotada nesta dissertação busca romper com a perspectiva endógena do Serviço Social e a concebe na perspectiva de totalidade das relações sociais, permeada por antagonismos de classes próprios da sociedade capitalista. O exercício profissional constitui-se como um movimento de contradições que no cotidiano aparecem em sua singularidade, em sua forma fenomênica. Assim, seguindo a direção teórico-metodológica defendida pela categoria no projeto profissional, a análise do objeto de pesquisa será por meio de aproximações da teoria social crítica de fundamentação marxista.

Nossa argumentação toma como base a análise da sociedade na perspectiva de totalidade, à luz da teoria social crítica, pois se acredita que assim é possível buscar o desvelamento dos fenômenos em sua essência, por meio de mediações entre o particular e o

universal, compreendendo as determinações societárias próprias do capital. Logo, o objeto de estudo desta pesquisa, a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa, será analisado em associação com as outras dimensões que aparecem no exercício profissional, quais sejam: a dimensão teórico-metodológica e a dimensão ético-política, compreendidas como indissociáveis.

Este posicionamento permite uma aproximação das condições objetivas e históricas que perpassam a profissão; dos valores e das diretrizes ético-políticas adotadas historicamente pela categoria, as quais indicam o posicionamento diante da realidade social; da perspectiva teórico-metodológica que a profissão construiu e, também, da dimensão técnica-operativa, em sua perspectiva histórica de atendimento das demandas dos trabalhadores/usuários.

Desta forma, a construção desta pesquisa ocorreu no intuito de tomar a dimensão técnico-operativa em sua mediação com o Projeto Ético-Político Profissional, identificando nas produções de conhecimento do Serviço Social o movimento que a profissão vem realizando para a materialização dos seus princípios e diretrizes.

Na dissertação, tomamos como base os valores ético-políticos descritos no Código de Ética de (1993); as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996); a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e a produção de conhecimento que reforça a direção social do projeto, oriundos do movimento da categoria para romper com o conservadorismo e que normatizam, regulamentam e alimentam a operacionalização do Projeto Ético-Político Profissional.

O Projeto Ético-Político Profissional é uma construção histórica da categoria e se realizou por meio dos diálogos estabelecidos entre os principais órgãos de regulamentação do Serviço Social, que representam a academia/estudantes e seus profissionais. Este diálogo é fruto de discussões sobre: as condições objetivas da sociedade e sua constituição política e econômica; a diversidade de valores e princípios éticos-políticos de seus protagonistas; o amadurecimento teórico conquistado por meio de investimento acadêmico por parte de um segmento da categoria profissional.

A construção do Projeto Ético-Político Profissional, processo que desdobraremos também no primeiro capítulo, se realizou mediante a aproximação da teoria social crítica e direcionou a uma nova leitura da sociedade em que a profissão pode identificar a existência de diferentes projetos em disputa de interesses. Tais projetos são construídos por meio de distintos e antagônicos interesses no capitalismo, visto que, a sociedade do capital constitui-se por classes sociais conflitantes e divergentes.

> Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.) Efetivamente, as

> transformações em curso na ordem capitalista não reduzem a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade (NETTO, 2006, p. 145).

O movimento do capital apresenta suas contradições sistêmicas que, além de determinar as condições objetivas da realização do trabalho, coloca a necessidade de diferentes grupos sociais se posicionarem para defenderem seus interesses. Os grupos profissionais também constituem parte de sociedade e são convocados, em suas origens, por determinações históricas e sociais do capital. Estes grupos podem potencializar seus projetos de profissão em determinadas direções sociais e, potencialmente, escolherem a qual classe irão direcionar o seu trabalho. Nesse sentido, toma-se como referência a argumentação de Iamamoto (2015), que aponta a especificidade da constituição do projeto profissional do Serviço Social:

> Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados, e projetados pelos assistentes sociais (p. 222).

Nesse contexto, a compreensão do conflito de classes e as demandas que são geradas nesse processo, seja dos usuários ou institucionais, leva o profissional a posicionar-se e realizar ações que potencialmente respondam a estas demandas. Este processo é permeado por conflitos e luta por interesses, cabendo ao profissional, além de outras mediações, a escolha de um posicionamento ético-político. Entretanto, sendo a sociedade capitalista uma sociedade em constante movimento contraditório, esta escolha é perpassada por determinações objetivas e históricas, bem como, por divergências de posição e valores na própria categoria profissional. Portanto, para Netto (2006, p. 145),

> todo corpo profissional é um campo de tensões e lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo.

Sendo assim, e tomando como referência o fundamento do Projeto Ético-Político Profissional, entende-se que as respostas profissionais são mediadas não somente pelas questões objetivas, políticas e econômicas características da sociedade capitalista. As ações profissionais constituem-se também de valores, princípios, referências teóricas, em que seus profissionais acreditam e escolhem para direcionar o exercício profissional. O projeto do

Serviço Social brasileiro defende valores e princípios que corroboram a luta da classe trabalhadora.

Nessa linha de raciocínio, é importante estabelecer qual a formação necessária para a realização deste projeto. As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, é a referência central que proporciona à profissão uma organização que direciona a formação em uma perspectiva crítica em relação à realidade social.

As diretrizes da ABEPSS, que estipulam as dimensões interventiva, investigativa e formativa como expressões do exercício profissional, se constituem como pilares da formação acadêmico-profissional que implicam uma capacitação teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa visando:

> a) apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
> b) Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
> c) Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
> d) Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre púbico e privado, e
> e) Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996).

As diretrizes curriculares de 1996, visando a formação profissional e o exercício da profissão na perspectiva crítica, transformadora e compromissada com os trabalhadores/usuários, propõe uma formação pautada na teoria social crítica, fruto do movimento de renovação profissional. A mudança curricular buscou compreender o significado social da profissão e suas possibilidades de atuação na perspectiva de totalidade das relações sociais na sociedade capitalista.

Iamamoto, em 1998, já alertava quanto ao desfio que se constituía alavancar um novo projeto profissional e realizar as mediações com a realidade: “um grande aspecto a ser enfrentado é a construção de estratégias técnico-operativas para o exercício da profissão, ou seja, preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade” (2007, p. 52). Sendo assim:

> O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2007, p.52).

Estas reflexões iniciais remetem ao questionamento de como o Serviço Social se posicionou nas últimas décadas e o que produziu de conhecimento para que tais desafios e impasses fossem desvelados e direcionasse a intervenção da profissão na perspectiva crítica. E ainda, indaga-se: por que um número tão exíguo de produções sobre o exercício profissional, como demostra a pesquisa de Iamamoto (2015)?

Diante da recente história da constituição da profissão em sua perspectiva emancipadora, acredita-se que este assunto está longe de se esgotar e cabe aos diferentes sujeitos profissionais realizarem o movimento para abrir o diálogo sobre a operacionalização do Projeto Ético-Político Profissional.

É nas universidades públicas e privadas, que têm como referência o projeto profissional na graduação, pós-graduação e núcleos/projetos de pesquisa, que podemos contar com espaços destinados à formação acadêmico-profissional, formação permanente e produção de conhecimento que possa contribuir para transformar em realidade o compromisso dos assistentes sociais com os trabalhadores.

Assim, estes espaços são responsáveis por formar profissionais na perspectiva crítica, de acordo com o que a categoria defende, mas, ainda mais, construírem as condições de abertura de diálogo com os profissionais que estão trabalhando no cotidiano das instituições. Em um movimento dialético, é preciso mediar a produção do conhecimento da área de Serviço Social com a realidade vivenciada pelos assistentes que atuam junto aos trabalhadores/usuários. Assim,

> as faculdades que tomam o projeto de formação da ABEPSS como referência contam com a possibilidade de formar assistentes sociais que a partir de uma escolha consciente do projeto profissional, potencializem o exercício profissional, a partir de experiências que deem a direção da prática e revertam tendências conservadoras nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Nessa direção, a formação graduada, com base no projeto de formação da ABEPSS, necessita forjar assistentes sociais com o perfil necessário a uma prática mediada pelas indicações do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro (VASCONCELOS, 2015, p. 407).

Essas são as instituições com que docentes/discentes/profissionais e a categoria como um todo podem contar com uma produção de conhecimento que alimente a graduação e a formação permanente dos assistentes sociais na direção do projeto profissional. Acredita-se que às universidades, enquanto instituições de formação e diante da perspectiva crítica, cabe a responsabilidade de produzirem e viabilizarem uma produção de conhecimento para os assistentes sociais no desenvolvimento de um exercício profissional na direção do Projeto Ético-Político.

O Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa (NEEPS), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo como coordenadora responsável a Prof. Dra. Ana Maria

Vasconcelos, possui pesquisas sobre a produção de conhecimento do Serviço Social. Estudos do referido núcleo têm revelado que uma parte considerável da produção de conhecimento da área de Serviço Social não vem estabelecendo mediações com a profissão e o projeto profissional, não proporcionando, assim, as mediações necessárias entre a teoria/realidade (VASCONCELOS, 2015). Como afirma a autora,

> Ora, o fato de parte expressiva da produção de conhecimento na área de Serviço Social, na atualidade, permanecer na indicação das possibilidades de prática num dever ser abstrato, sem conexão e mediações necessárias com o movimento social/ institucional e o cotidiano profissional, principalmente numa perspectiva histórica e de totalidade, tem trazido consequências deletérias aos assistentes sociais pressionados pelo complexo cotidiano profissional, parte e expressão da realidade social (VASCONCELOS, 2015, p. 50)

É diante deste contexto que nesta dissertação optamos por realizar a análise de artigos e coletâneas dos últimos dez anos que contemplem a dimensão técnico-operativa, mediados ou não pelo projeto profissional. A intencionalidade da pesquisa é apreender o que a produção de conhecimento sobre essa temática vem trazendo de contribuição no que diz respeito às mediações necessárias para que no cotidiano profissional o assistente social possa objetivar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, e efetivar uma prática que potencialize as demandas da classe trabalhadora.

> É nesse sentido que a produção de conhecimento da área de Serviço Social, para favorecer não só a formação dos sujeitos profissionais, mas iluminar o cotidiano profissional – o que só é possível a partir das mediações necessárias com a profissão e da análise concreta de situações concretas –, torna-se estratégica e fundamental (VASCONCELOS, 2015, p. 204).

Esta dissertação propõe-se a realizar a análise do movimento da produção de conhecimento do Serviço Social com relação à dimensão técnica-operativa, partindo de um recorte temporal e bibliográfico que será explicitado no segundo capítulo. Focamos as mediações entre as dimensões do exercício profissional, no sentido de apreender se a produção de conhecimento da área vem estabelecendo mediações com a realidade profissional e corroborando o Projeto Ético-Político Profissional.

Para a construção do nosso raciocínio, projetamos a dissertação da seguinte maneira: primeiramente estas considerações iniciais, apresentando a motivação da pesquisa e o desenvolvimento do processo; na sequência, dois capítulos, sendo que o primeiro constitui-se da apresentação da fundamentação teórica, e o segundo da apresentação da metodologia da pesquisa e o resultado da análise realizada; por fim, as considerações finais com as ponderações sobre a análise dos dados e suas especificidades.

O primeiro capítulo está dividido em dois momentos. No primeiro, a abordagem da produção de conhecimento e da formação profissional na sociedade capitalista, apontando os

principais impasses no contexto da perspectiva neoliberal do capital. Com intuito de dialogar e construir a nossa argumentação, apresentaremos também nesta parte do capítulo, o método materialista histórico-dialético e sua importância na produção de conhecimento. Este é o fundamento tomado para a interpretação e análise das relações sociais de produção e reprodução que perpassam a profissão e, por conseguinte, como o método de análise da produção de conhecimento deste estudo.

Na segunda parte do primeiro capítulo, seguindo a perspectiva do método da teoria social, reconstruímos as relações e determinações sociais que perpassam historicamente o Serviço Social, abordando: a origem profissão; a sua constituição na sociedade capitalista diante dos conflito de classes; histórico das perspectivas de intervenção em respostas às demandas do capital/classe trabalhadora; o processo de mudança de perspectiva teórico-metodológica e ruptura com o conservadorismo; a constituição do Projeto Ético-Político Profissional; a discussão da instrumentalidade e da dimensão técnico-operativa; e, por fim, chegando ao Serviço Social na contemporaneidade e a produção de conhecimento com os rebatimentos do neoliberalismo.

No segundo capítulo, como desdobramento da metodologia da pesquisa, apresenta-se o processo da pesquisa, a análise e a obtenção dos resultados. Utilizando-se do estudo teórico realizado, buscou-se desvelar a aparência de fenômenos sobre a dimensão técnico-operativa que se revelaram de forma mais relevantes durante a análise das revistas e coletâneas selecionadas.

O material empírico da pesquisa é constituído dos artigos publicados nas principais revistas científicas, inscritas na Plataforma Sucupira, com a classificação Qualis - Periódicos A1 e A2, sendo a área de avaliação “Serviço Social”, vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social; oriundas das universidades públicas e privadas, bem como quatro coletâneas de artigos que abordam a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social.

A classificação Qualis é uma ferramenta de avaliação utilizada para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação, aferindo a qualidade dos artigos e outros tipos de produção nas revistas científicas. A classificação é realizada por comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios previamente definidos pela área, aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os indicadores bibliométricos utilizados pela Qualis são basicamente aqueles que consideram o número de citações do periódico dentro de três bases: *Scopus* (*CiteScore*), *Web of Science* (Fator de Impacto) e *Google Scholar* (índice h5). Este instrumento considera a

categoria de área que cada base enquadra o periódico e a sua posição relativa dentro dela. O valor absoluto não é considerado, mas sim o percentil que o periódico possui dentro das categorias (CAPES, 2019).

Nesse sentido, buscou-se as revistas vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, de Escolas de Serviço Social do Brasil, as melhores classificações Qualis-Periódicos, compreendendo que estas revistas são os meios que possivelmente os docentes/ discentes/profissionais da área publicam os resultados de suas pesquisas, tendo em vista a melhor conceituação e percentil de veiculação de informações de acordo com a CAPES.

A escolha das coletâneas se realizou mediante a relevância acadêmica destas publicações, a partir dos seguintes critérios: a) primeiramente selecionou – se a coletânea mais recente que foi encontrada sobre a temática; b) optou-se pelas coletâneas em que os autores dos artigos possuem obras sobre a temática com maior utilização na formação acadêmica, e/ou autores que foram utilizados por mais vezes nas referências bibliográficas dos artigos dos periódicos selecionados; c) optou-se pelas coletâneas com relevante número de edições e suas revisões e ampliações; e d) optou-se pelas coletâneas com o maior número de autores referências para o Serviço Social. Importante ressaltar, que os livros autorais sobre a temática publicados no período delimitado foram utilizados na fundamentação teórica, embasando a proposta de análise para potenciais resultados.

O período de estudo delimitado está entre os anos de 2009 a 2018, visto que este é um período viável para sistematizar um material suficiente para análise. Iniciou-se em 2009, pois nesse ano comemorou-se uma data importante para a profissão: trinta anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marcado pela reprogramação dos debates em conexão com a análise crítica da realidade, em que parte do Serviço Social brasileiro estabeleceu novos compromissos, colocando-se como um/a profissional a favor da classe trabalhadora. Considera-se este marco importante para analisar o movimento da profissão em sua dimensão interventiva e pautada na perspectiva crítica.

Nessa perspectiva, no estudo dos artigos, buscando a mediação com o projeto profissional, analisou-se os elementos da dimensão técnico-operativa que indiquem a ruptura com práticas conservadoras, em favor de práticas que possam favorecer mais aos trabalhadores do que ao capital. Para tal, estabeleceu-se parâmetros de análise (Anexo A) para identificar nas produções científicas elementos que possivelmente demostrem o movimento da profissão sobre a dimensão técnico-operativa, compreendendo esta dimensão no movimento dialético e totalidade.

Portanto, entendendo que estas publicações potencialmente subsidiam os profissionais em seu cotidiano, bem como na formação profissional no que diz respeito ao ensino/exercício das mediações necessárias entre teoria-realidade, assentadas nas dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, concordamos com as afirmações de Vasconcelos (2015, p. 456):

> o cotidiano da prática (não só no que se refere ao Serviço Social, mas, tendo em vista processos de ruptura na práxis social) deve ser examinado e analisado criticamente e tudo aquilo que serve às forças conservadoras deve ser revelado, contestando, negando, conservando o que favorece o processo de superação. E que fique claro: aqui o que está em jogo não é o julgamento de indivíduos/ profissionais, trabalhadores/usuários, sujeitos da ação, mas a apreensão do movimento de atividades determinadas por ideias, valores, princípios e teorias que as dominam ou, conscientemente, as referenciam.

Desta forma, a proposta deste estudo é contribuir para a ampliação da análise da dimensão técnico-operativa no cotidiano profissional e identificar na produção de conhecimento da área as mediações com a luta dos trabalhadores e práticas emancipatórias.

1. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAPITALISMO

Este primeiro capítulo destina-se a dialogar com a produção de conhecimento no capitalismo e construir a argumentação que utiliza o materialismo histórico-dialético como o método de análise para produção de conhecimento, ao recuperar historicamente o processo de institucionalização do Serviço Social e sua perspectiva de intervenção na realidade social no decorrer de seu desenvolvimento.

No primeiro momento do texto, realizamos uma breve explanação sobre o atual momento da produção de conhecimento no capitalismo, compreendendo as condições objetivas para a execução do ensino, da pesquisa e da formação profissional. Na sequência, o objetivo é apresentar ao leitor a perspectiva teórico-metodológica pautada na Teoria Social de Marx, fundamento para análise do modo de produção capitalista e concepção teórica que o Serviço Social tem como referência para a construção do Projeto Ético-Político Profissional.

A escolha por iniciar a dissertação apresentando o método materialista histórico-dialético ocorreu pois compreende-se que este método proporciona o cultivo da razão crítica, de valores universais emancipatórios e compromisso com as lutas das classes trabalhadoras. Desta forma, nesta pesquisa tomou-se o método da teoria social como fundamento para análise e compreensão dos resultados, pois trata-se de compreender por meio do desvelamento dos fenômenos aparentes a essência do objeto pesquisado, possivelmente trazendo a realidade e desmistificando questões importantes para o exercício profissional.

Para chegar ao atual posicionamento teórico-metodológico, bem como à sua perspectiva interventiva, o Serviço Social passou por um longo processo histórico, o qual se pretende resgatar no segundo momento deste capítulo. Compreende-se que ao buscar as origens da constituição do Serviço Social enquanto profissão na sociedade capitalista, percorrendo o caminho histórico e momentos da organização da categoria, é possível apreender o movimento da profissão e a importância do Projeto Ético- Político Profissional enquanto norteador de princípios e valores os quais são defendidos majoritariamente pela categoria em tempos atuais.

Buscando trazer a razão dialética, colocou-se a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social fundamentada neste arcabouço teórico. Pautando-se na teoria social crítica, compreende-se que a operacionalização da profissão não ocorre esvaziada de intencionalidade, sendo assim, é perpassada pelas dimensões teórico-metodológica e ético-política.

1.1 **Produção de conhecimento e capitalismo**

A pesquisa de Iamamoto (2015) sobre o ensino universitário e a formação acadêmica profissional revela que no Serviço Social, segundo a base de dados do MEC/INEP, de abril de 2007, existem no País, 253 cursos de graduação inscritos em instituições de ensino superior, sendo 207 instituições privadas (82%) e 46 instituições públicas (18%), o que revela uma maioria de graduados em Serviço Social formada em instituições privadas e a quase totalidade dos pós-graduados formados em instituições públicas, visto que, excetuando as Pontifícias Universidades Católicas (PUC), todos os cursos de mestrado e doutorado são oriundos de instituições públicas.

Incluindo o ensino presencial e o ensino à distância (EAD), existem 32.823 vagas para a graduação em Serviço Social. Dentre as vagas informadas, 84% (27.465) são oferecidas por instituições privadas, e apenas 16% (5.358) por instituições públicas. O número de vagas das instituições privadas corresponde o quíntuplo das vagas das instituições públicas, o que expressa um alto crescimento do ensino privado no país. Para Iamamoto (2015, p. 439),

> o crescimento exponencial de vagas na área do Serviço Social tem forte estímulo dos cursos de graduação à distância, autorizados pelo MEC, que começam a funcionar a partir de 2006. Enquanto os cursos presenciais oferecem 70% das vagas, o EAD, em apenas dois anos de funcionamento, já é responsável por 30% do total de vagas ofertadas, concentradas em apenas 6 cursos no País, dos quais um não dispõe de informações.

A pesquisa da autora é importante para demonstrar em fatos a decorrência do processo de mercantilização do ensino superior, em que a massificação da formação universitária está voltada para a adequação às "demandas flexíveis do mercado", tendendo ao enquadramento dos futuros profissionais às "normas do mercado". Assim, a reforma do ensino superior está capitaneada pela privatização e a lógica da lucratividade das empresas educacionais (IAMAMOTO, 2015).

O contexto de privatização do ensino público corresponde ao processo político/econômico neoliberal que, no Brasil, a partir dos anos de 1990, fomenta no país significativas mudanças societárias. Este período é marcado por um novo padrão produtivo e por novas formas de gestão e controle do trabalho coletivo.

> O processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta do capital à sua crise contemporânea se desenrola por dentro da contrarreforma do Estado, no contexto do ajuste neoliberal iniciado na América Latina nos anos 1970 e no Brasil, na década de 1990 (KOIKE, 2009, p. 205).

Nesse sentido, faz-se necessário resgatar historicamente, ainda que de forma sucinta, o processo sociopolítico deste período para compreender o contexto pelo qual o ensino

universitário no país é perpassado, bem como as pós-graduações e os seus centros de pesquisa se posicionaram no que diz respeito à produção de conhecimento.

Behring e Boschetti (2006) sistematizam o processo do capital e sua centralidade na organização econômica e, mais especificamente, como o desenvolvimento das políticas públicas caracterizam a sociedade capitalista[1]. As autoras analisam, historicamente, a necessidade cíclica de manutenção ou restabelecimento de elevados índices de lucros para o capital e seus rebatimentos nas relações sociais e políticas sociais.

Esta discussão tem como objetivo obter subsídios para a compreensão do advento do neoliberalismo e a retomada da lucratividade por meio da mundialização do capital e acumulação flexível, com destaque para as consequências nas relações políticas, econômicas e sociais. Nessa perspectiva, será tomado como recorte a ascensão do capital monopolista, tendo em vista que não é possível desenvolver em poucos parágrafos a história da constituição do capitalismo desde sua origem e as suas fases até o presente momento. Desta forma, situamos a argumentação na passagem do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista, quando

> o capital monopolista, firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, o truste, etc.) Uma vez estruturados e consolidados esses monopólios, mudou a fisionomia do capitalismo (NETTO e BRAZ, 2006, p. 178).

Esta fase demarca o crescimento do capitalismo industrial que permite ao capital estabelecer novas formas de circulação e negócios, como os investimentos e disponibilização de crédito. Nesse sentido, o capital comercial/bancário passa a operar grande volume monetário oriundo desse crescimento.

Conforme Netto e Braz, (2006, p. 179) "o surgimento dos monopólios industriais é acompanhado pela monopolização também no âmbito do capital bancário". Assim, com a associação do capital bancário ao monopólio industrial no mercado mundial, fica estabelecida uma nova fase do capitalismo centrada no capital financeiro, portando, uma nova forma de estabelecimento de lucros e acumulação como veremos na sequência.

Primeiramente a fase do monopólio, superando o investimento em pequenas indústrias em busca de altas taxas de lucro, promove o capital a expandir suas fronteiras para elevar seu potencial mercado aglutinando grandes capitais industriais que formaram os carteis, trustes, etc. No desenvolvimento dessa fase, o capital utilizou-se da estratégia de associar produções

[1] É possível realizar uma leitura mais aprofundada em Harvey (1993) e Mandel (1990) referências das autoras e estudiosos contemporâneos do capital.

industriais com o capital financeiro para potencializar sua capacidade de acumulação e garantir real crescimento.

Assim, o capitalismo se expandiu por meio de livres associações entre grandes potências capitalistas, exportando seus capitais para outras economias. Este período se constituiu por concorrência exacerbada, que leva o mundo a disputas territoriais o que, posteriormente, eclode na Primeira Guerra Mundial (NETTO e BRAZ, 2006).

Neste período em que o mercado é o principal regulador das relações mundiais, são necessárias instituições legitimadoras. Portanto, a proposta liberal baseia-se na manutenção de um Estado mínimo que assuma o papel de legislador e responsável por direitos mínimos (para aqueles que não podem competir no mercado); um papel "neutro", voltado para o desenvolvimento de ações complementares ao mercado. Nesse sentido, a intervenção do Estado "deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado" (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 62).

Observou-se um período do individualismo extremo, em que as relações sociais passam a ser reguladas para garantir o livre funcionamento do mercado, abrindo o país, principalmente, para a internacionalização do capital. Portanto, o liberalismo político-econômico, período que vai de meados do século XIX, até a terceira década do século XX, obteve sua ascensão devido ao seu principal princípio: o trabalho como mercadoria e a sua livre regulação do mercado (idem).

Importante ressaltar que, no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo não se realizou da mesma forma que nos países de economias centrais. Ainda dependente das economias mundiais, o Brasil foi marcado pelo colonialismo e pela escravidão, características que determinam relações políticas, econômicas e culturais, seus valores, ideais, estética, ética, etc. Estas características circunscrevem a formação social e a consolidação do capitalismo brasileiro que, em sua origem, esteve em poder das elites agropecuárias. O liberalismo realizou pressão para o processo de independência do país, pois conforme exposto, era necessário a expansão do capital, e este não era compatível com as bases da escravidão (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

O período liberal do capital tem suas bases enfraquecidas, primeiramente pelo movimento operário, principal responsável pelo valorização do capital, que começou a ocupar espaços político-econômicos e a posicionar-se diante extrema exploração da sua mão

de obra; e segundo, pois a produção material chegou a um limite de mercado, levando à crise de superprodução, em 1929 (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

> A crise de 1929 evidenciou para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na econômica capitalista. Registramos que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e a acumulação capitalistas; mas a crise de 1929 revelou que novas modalidades tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada (NETTO e BRAZ, 2006, p. 192).

O ano de 1929, tendo como um dos principais fenômenos a queda da bolsa de valores norte americana, é marcado pela estagnação da produtividade e do desemprego, deixando a produção ociosa e ocasionando a queda no consumo. Inicia-se por parte da grande burguesia uma nova fase para restabelecer o capital, atendendo às demandas do movimento operário, contudo, sem deixar de elevar as taxas de lucro. A nova fase estará pautada no emprego e no consumo (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Desta forma, o capital prevê um novo modelo de organização de sua produção e gestão da força de trabalho para alavancar o consumo e restabelecer a economia mundial. Este momento é conhecido como "anos gloriosos" e sua principal característica é a combinação do modelo de produção de Henry Ford, ou fordismo, e a proposta política de regulação e intervenção Estatal de Kaynes, ou keynesianismo. O período, conhecido como *Welfare State*, em que potências mundiais, sob forte influência política e cultural norte americana se reconstruíam após a guerra imperialista, adotam este modelo e realizam a abertura do consumo via produção em massa e pleno emprego. A geração de empregos se dá via produção de serviços públicos, além dos privados, e o aumento do consumo se dá via promoção de rendas por meio de investimentos em serviços públicos, dentre estes as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

A partir do segundo pós-guerra, este modelo também entra em crise e o capital retoma as estratégias políticas e econômicas liberais para se restabelecer. Este movimento cíclico, entre crises e novas medidas de organização da produção e das relações de sociais, é uma característica ineliminável do sistema capitalista, conforme Braz e Netto (2006). Para os autores,[2]:

> a análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida

[2] Os autores estão salientando o funcionamento do modo de produção capitalista, que é extração do trabalho não pago por meio da mais-valia. Na crise capitalista, há a redução da utilização da força de trabalho, associada ao não escoamento dos valores de uso, ou seja, não há consumidores para pagar seu valor de troca.

> no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (p. 157, grifos do autor).

Diante disso, a partir do final de 1960, o capital mundial encontra-se em uma nova recessão, quando se retoma a perspectiva liberal. Utilizando-se da base da tradição marxista, Behring e Boscheti (2006) descrevem a crise do *Welfare State*:

> A crise, nessa perspectiva de análise, tem a função objetiva de se constituir como o meio pelo qual a lei do valor se expressa e se impõe. Ela é a consolidação de dificuldades crescentes de realização da mais-valia socialmente produzida, o que gera superprodução, associada à superacumulação. A própria lógica interna do crescimento cria empecilhos no momento, subsequente: a situação keynesiana de "pleno emprego" dos fatores de produção, incorporando grandes contingentes da força de trabalho – diminuindo, em consequência, o exército industrial de reserva – dificultou o aumento da extração da mais-valia, com a ampliação do poder político dos trabalhadores e maior resistência à exploração; e a generalização da revolução tecnológica diminuiu o diferencial de produtividade (p. 117).

O Brasil, neste período, com certo atraso em relação às demais potências mundiais que apresentavam sinais de crise, passa a receber incentivos do capital internacional e introduz mecanismos de crescimento econômico com padrões parecidos com o fordismo.

> Na verdade, apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para adiante promovido pela ditatura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados " anos de ouro". [...] um dos movimentos do capital foi a tentativa de se valorizar, pela ampliação dos mercados de bens fordistas nos locais em que estes tinham algum potencial de crescimento, como é o caso brasileiro, e pela exportação de capitais, buscando nichos de valorização (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 135).

Este movimento é acompanhado por uma postura tecnocrática e conservadora, momento em que a política brasileira vivencia uma crise na democracia. O crescimento econômico e o incentivo a bens de consumo veio pautado na repressão e controle rígido da força de trabalho.

> Assim, a ditatura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (Netto, 1991), reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro, houve um forte incremento na política social brasileira (idem, p. 136).

No cenário mundial a partir da década de 1970, o neoliberalismo já vinha se apresentando nos países centrais, tendo como característica a retomada da intervenção mínima possível do Estado, para desta maneira garantir o livre movimento da economia, e retomar os altos lucros por meio de contração dos encargos sociais e previdenciários, pela

supercapitalização, e pela privatização de serviços públicos. Como mostram Behring e Boschetti (2006),

> a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (p. 156).

Neste momento, caracterizado pela crise dos "anos dourados" no cenário internacional, ocorreu "uma rápida queda das taxas de lucro, e aumentavam os custos das garantias conquistadas pelo trabalho, mediante o reconhecimento dos direitos sociais". Estes direitos, fruto das lutas dos trabalhadores, foram tolerados pelo capital que os aceitou "enquanto as taxas de lucro eram mais altas" (NETTO e BRAZ, 2006, p. 215). Com a recessão, ocorre o ataque às garantias sociais financiadas pelo poder público e, assim, o Estado reestabelece a garantia dos mínimos sociais. A nova estrutura socioeconômica de produção e acumulação capitalista permuta de rígida (característica do fordismo-taylorismo) para a "acumulação flexível". Esta fase, conhecida como "reestruturação produtiva do capital", tem como sua principal característica o desenvolvimento das forças produtivas e a diminuição do trabalho vivo. A nova dinâmica de produção enquadra o trabalhador coletivo como polivalente envolto em multitarefas e determina uma alta especialização, cobra criatividade e demanda toda força de trabalho para atendimento do mercado globalizado e altamente competitivo (idem).

O avanço neoliberal como saída para mais uma crise do capital passou a se dar no Brasil somente a partir da década 1990 e tem sua origem na necessidade da economia mundial em realizar o seu movimento internacional para reestabelecer o capital. Como demonstrado por Behring e Boschetti (2006):

> Em 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais, e também dos limites internos. Os anos subsequentes serão marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo (p. 138).

Desta forma, o neoliberalismo no país acompanhou contraditoriamente a reabertura política do país. A redemocratização abriu debates para conquistas de proteção social por

meio de políticas sociais. A Constituição Federal de 1988 é fruto deste movimento e materializa a luta por direitos, contudo, a pressão internacional para a alavancada neoliberal desmobiliza o processo de movimentação por direitos sociais no país logo após a aprovação da "Constituição cidadã". Para Netto & Braz (2006, p. 227), a ideologia neoliberal

> legitima precisamente a projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico.

Diante do exposto, é possível observar que a regulação das relações sociais por meio do capital é estabelecida por estratégias que controlam a produção e a força de trabalho e, desta forma, se recuperam os índices de lucro. A subordinação aos ditames do capital demonstra o seu domínio sobre a vida social; uma subordinação perceptível em todos os níveis das relações sociais como na economia, nas políticas públicas e nos serviços, e dentre estes a educação.

> Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução dos indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Se sua luta material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 53).

O contexto neoliberal no Brasil, a partir de 1990, determinará as condições objetivas das relações sociais no país, a época, sendo o ensino universitário suscetível a mudanças, dentre outras, a desvalorização, menos investimentos, e as consequências da privatização, que podem determinar os rumos da pesquisa.

> A subordinação da educação à acumulação de capital comprometo a qualidade do ensino superior e sua função pública gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária, as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade (IAMAMOTO, 2015, p. 436).

O movimento neoliberal resultou na desvalorização do ensino universitário público, entre outros serviços essenciais. O país, pressionado pelo capital internacional, contraditoriamente às conquistas realizadas por meio dos movimentos populares no momento da reabertura política durante o processo de redemocratização, submete as relações sociais à política neoliberal. Desta forma,

> regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios

> e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicações de comissões e relatórios (CHAUI, 2003, p. 07).

O contexto brasileiro é de subordinação ao capital no que tange à economia, às relações de produção e reprodução e, consequentemente, aos serviços para a manutenção da força de trabalho. Contudo, é importante lembrar que os movimentos progressistas e questionadores da sociedade vigente saem em defesa da educação e da universidade pública. Assim, concordando com Iamamoto (2015),

> a universidade que se defende é aquela que cultiva a razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito das suas atribuições específicas (p. 432).

Mas, na sociedade capitalista, temos as novas formas de financiamento das pesquisas submetidas às exigências do próprio capital e a universidade transformou-se numa organização ou numa entidade operacional (CHAUÍ, 2003). Um cenário consolidado nas universidades, pois à medida que a educação se submete aos ditames do capital, as condições objetivas para a realização do ensino estão cada vez mais precárias ou pressionadas pela funcionalidade neoliberal, e o ensino, a pesquisa e a extensão tendem a perder a criticidade e o tempo de elaboração e aprimoramento. Assim, a devolutiva de resultados e o conhecimento produzido estão cada vez mais comprometidos e submetidos às perspectivas do capital. Isso porque a universidade

> está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática (CHAUI, 2003, p. 08).

Neste contexto, Iamamoto (2015), ao sinalizar o processo de privatização que remete a maioria dos assistentes sociais para a formação em EAD, como vimos acima, destaca o desafio que está posto diante da perspectiva neoliberal para o Serviço Social. As medidas de cortes e os parcos incentivos para a educação e a pesquisa alertam ainda mais a profissão para a necessidade de um movimento de organização da produção de conhecimento na área livre de alienação e compromissado com a classe trabalhadora e que defenda universidade pública;

uma produção de conhecimento comprometida com o desenvolvimento da sociedade de forma democrática.

Reconhecendo o movimento do Serviço Social e o seu aprofundamento teórico, a partir da sua aproximação com a teoria social crítica, vamos abordar o método materialista histórico-dialético, fundamento para o desvelamento dos fenômenos. Esta é a concepção teórica que fornece a criticidade necessária para compreender a profissão na perspectiva de totalidade.

É neste contexto que o Serviço Social, após o processo de reconceituação datado a partir da década 1970, momento que aprofundaremos nos próximos itens, passa a questionar sua 'base científica' europeu-americana e a preocupação com o conhecimento no exercício profissional estabelece outra perspectiva teórica, na perspectiva crítica.

> Por certo, ocorreu grande esforço nas décadas de 80 e 90 em fortalecer a base científico-profissional difundida, principalmente, através do processo de desconstrução e reconstrução crítica da profissão e de seu exercício, fundando-se no aporte sócio-histórico da análise do real, que foi disseminado pelo então 'novo' currículo de formação da década de 80. Esse processo permeou a categoria pela academia, centros de formação, coletivos profissionais, encontros, debates, publicações, congressos. Foi efetivamente a construção da nova cultura crítica no âmbito da profissão e da formação profissional que tem o mérito desse fortalecimento da pesquisa para os assistentes sociais (SPOSATI, 2007, p. 17).

Netto (2015) demonstra em seus estudos que, a partir da década de 1980, a profissão em interlocução com a teoria social crítica estabeleceu uma prática profissional voltada às necessidades da classe trabalhadora e fortaleceu a organização política da categoria profissional e o protagonismo dos movimentos que questionavam o momento político da ditatura.

Este movimento da profissão gerou a organização da categoria e trouxe à formação e ao exercício profissional, principalmente por meio das pesquisas da pós-graduação e da produção de conhecimento, criticidade para a leitura da realidade e uma nova percepção da efetividade da intervenção nas relações sociais.

O processo de aproximação com a teoria social crítica demonstra uma mudança na concepção da perspectiva teórico-metodológica e de valores que se coadunam com projetos coletivos de transformação da realidade social. Assim,

> com renovada capacidade intelectiva, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades representativas apresentaram-se, à entrada dos anos de 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático da profissão. Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações

> da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais (KOIKE, 2009, p. 210).

O Serviço Social, com a aproximação de outras perspectivas teóricas das ciências humanas e sociais e com a organização e normatização do fazer profissional, obteve um aprofundamento do conhecimento teórico e elevou o seu reconhecimento na pesquisa enquanto produtor de conhecimento.

> O reconhecimento da pesquisa no Serviço Social na institucionalidade científica no CNPq como área de conhecimento e na CAPES como área de produção de conhecimentos foi e ainda, de certa forma, o é (quanto a estatuto e a recursos para pesquisa) resultante de inúmeras lutas (SPOSATI, 2007, p. 18).

Nessa perspectiva, é reconhecido o percurso da profissão em sua legitimação enquanto profissão e produtora de conhecimento inscrita no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Portanto, para apreender o significado histórico do conhecimento e suas bases de sustentação, destacando a importância do conhecimento para o Serviço Social, assim como, para o desenvolvimento de estratégias e ações mediadas pelo Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro, vamos abordar o fundamento do conhecimento, partindo da relação humana com o trabalho livre e desalienado.

A tradição marxista remete à condição da existência humana em sua relação com a natureza, a partir do fundamento do trabalho. Para sua reprodução em sociedade, ou seja, para existir, é necessário que o homem constantemente transforme a natureza, por meio do trabalho, de forma que atenda as suas necessidades imediatas. Assim, como podemos apreender em Lessa e Tonet (2008, p. 17), com base em Marx:

> Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais.

Nesse sentido, a capacidade do trabalho é a condição que diferencia o homem dos animais, diferentemente de uma abelha que tem a execução de suas atividades determinada geneticamente. O homem tem a capacidade de constituir ideias antes de executar e objetivar o que previamente foi idealizado (idem). Assim, como mostra Barroco,

> para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social, é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza. As mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele; são conquistas do processo histórico da sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a

> sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade (BARROCO, 2006, p . 26).

Para diferenciar a forma de trabalho humano da dos animais, Lessa e Tonet (2008) partem do exemplo da necessidade de se quebrar um coco. Antes de executar esta tarefa, o homem tem a possibilidade de escolher conscientemente as alternativas: jogar o coco no chão ou construir um machado. Após escolher uma alternativa (prévia-ideação), o indivíduo age sobre o objeto, desprende energia, transforma a natureza e constrói algo novo objetivando a alternativa. Com a transformação da natureza, a realidade sobre aquele objeto já não é mais a mesma da anterior, assim, é possível que o indivíduo aprenda algo novo com essa relação adquirindo novos conhecimentos e habilidades e, portanto, ele também não é mais o mesmo. Em outras palavras, antes de concretizar uma ideia, o homem antecipa em sua consciência o resultado provável para cada alternativa elencada. Com isso, os sujeitos têm a possibilidade de escolher aquela alternativa que é avaliada como a melhor para a satisfação de uma necessidade, processo chamado por Marx de teleologia.

> O resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi mudada) quanto também o indivíduo já não é mais o mesmo, uma vez que ele aprendeu algo com aquela ação (LESSA e TONET, 2008, p. 19)

O trabalho constituiu o ser social que ao transformar a natureza, além de objetivar a sua necessidade previamente idealizada, adquire conhecimento nessa relação e não é mais o mesmo:

> todo ato de trabalho, portanto, dá origem a uma nova situação, tanto objetiva quanto subjetiva. Essa nova situação possibilitará aos indivíduos novas prévias-ideações, novos projetos e, desse modo, novos atos de trabalho, os quais, modificando a realidade, darão origem a novas situações, e assim por diante (idem, p. 22).

Este indivíduo que transforma a natureza não vive sozinho e se constitui em uma sociedade com outros indivíduos que também possuem a capacidade do trabalho; assim, a reprodução e desenvolvimento humano se constitui pelo trabalho social.

> Essa condição ontológica social ineliminável do trabalho, na (re)produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado, responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõe a cultura (BARROCO, 2006, p. 26).

Lessa e Tonet (2008, p. 23-24), utilizando o exemplo do machado, explicam o desenvolvimento da sociabilidade humana por meio do conhecimento que o trabalho pode potencializar:

> O machado, embora construído por um indivíduo, é também resultado da evolução anterior da sociedade. Apenas uma sociedade que já se desenvolveu um pouco, saindo do seu estágio mais primitivo, pode construir um machado. Sem essa evolução anterior, ele não existiria. Por outro lado, essa descoberta é decisiva para a história humana: é uma ferramenta que aumenta muito a capacidade produtiva e abre novas possibilidades de desenvolvimento. Observe-se bem: a construção do machado é possível graças à evolução anterior e, além disso, possui consequências futuras. Ao ser objetivado, ele passa a fazer parte da história dos homens, passa a influenciar e a sofrer influências dessa história. Ou seja, ele é parte de um desenvolvimento muito mais geral, que vai para muito além dele próprio, que é a história humana. A nova situação, criada pela objetivação do machado, possui, portanto, uma dimensão social, coletiva. Não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, o que abre novas possibilidades para o desenvolvimento tanto da sociedade quanto do indivíduo, levando ambos a evoluírem.

O conhecimento adquirido por meio das relações sociais, tendo o trabalho como fundamento, torna-se cada vez mais complexo e sua forma singular /imediata evolui para outras mais abrangentes e genéricas do desenvolvimento humano. Ao escolher alternativas conscientemente para objetivar uma finalidade, é necessário um conhecimento prévio sobre aquela determinada realidade (no exemplo do machado o conhecimento da pedra como possibilidade de corte e o suporte com a madeira para apoio); após a transformação da natureza, o homem adquire uma novo conhecimento sobre esse processo e novas relações causais podem se complexificar a partir deste conhecimento (uma pedra mais adequada, de melhor corte, etc.). Assim,

> todo ato de trabalho possui uma dimensão social. Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro. Em terceiro lugar, porque os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda a humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar dos mesmos (idem, 2008, p. 25-26).

Nesse sentido, é possível observar que por parte do sujeito que idealizou e objetivou determinado objeto não pode haver controle algum sobre a sua evolução, pois este objeto pode evoluir de uma maneira diferente, tendo, às vezes, consequências opostas a das idealizadas pelo indivíduo, ou levando a novas descobertas e possibilidades para a evolução social das quais o seu criador não poderia imaginar.

> Em outras palavras, a ideia que é objetivada se transforma em objeto. O novo objeto se converte em parte da causalidade e passa a sofrer influências e a influenciar a evolução da realidade da qual é parte. Ao fazê-lo, é submetido a uma relação de causas e efeitos que impulsionam a sua evolução com autonomia frente à consciência que o idealizou (idem, p. 31)

Assim, o conhecimento poderá transcender à prévia-ideação e por meio de relações complexas e causais é possível adquirir novos conhecimentos. O aprendizado pelo ato do trabalho pode ultrapassar o conhecimento adquirido por quem idealizou a primeira objetivação e, assim, ocorre o desenvolvimento da reprodução humana por meio de novas objetivações e relações causais cada vez mais complexas. Tomando novamente o exemplo do machado, é possível observar que:

> Esses objetos possuem uma evolução própria porque neles atuam causas a eles inerentes e que impulsionam seu desenvolvimento. No caso do machado, essas causas são naturais (o apodrecimento da madeira, o envelhecimento da pedra) somadas a causas sociais (a forma como o machado é utilizado etc.). *Outras vezes, como quando se trata das lutas de classes, elas são exclusivamente sociais* (idem, p. 31; grifos nossos).

Desta forma, ao objetivar os(as) projetos/ações estabelecidos na prévia-ideação, estes passam a existir fora da consciência humana, sendo esta a formuladora desses projetos que orientam os atos do trabalho humano. Assim, a categoria trabalho é fundante pela mediação entre as ideias e o mundo objetivo. Portanto, é importante ressaltar que há processos diferentes e momentos distintos, contudo, a relação entre a objetividade e a consciência é articulada entre si e muito complexa. Sobre esta relação Lessa e Tonet (2008, p. 45) afirmam:

> Tipicamente, é pelo trabalho que os projetos ideais são convertidos em produtos objetivos, isto é, que passam a existir fora da consciência. E, do mesmo modo tipicamente, é reconhecendo as novas necessidades e possibilidades objetivas abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho. Realidade objetiva e realidade subjetiva são, assim, dois momentos distintos, mas sempre necessariamente articulados, do mundo dos homens.

Desta forma, o conhecimento produzido a partir das ações humanas se constitui através do trabalho. No movimento de atender suas necessidades, o homem pode desenvolver novos saberes que vão sendo legitimados e tornam a sociedade cada vez mais complexa. Barroco (2006, p. 27) sobre a capacidade humana de reprodução social pelo trabalho, e a decorrente evolução da sociabilidade humana, sintetiza:

> O desenvolvimento da sociabilidade implica a recriação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural, isto é, do sujeito e do objeto. Uma necessidade primária, como a fome, torna-se social na medida em que suas formas de satisfação são determinadas socialmente e em que, ao serem criadas formas diferenciadas de satisfação, transformam-se os sentidos, as habilidades e potencialidades dos sujeitos.

Nesse sentido, o trabalho é a capacidade humana que possibilita a transformação da natureza e com ela novos conhecimentos são revelados. Através da consciência humana e um conhecimento prévio da realidade é possível colocar essa transformação em movimento,

contudo, após este ato podem surgir efeitos causais que demonstram outras faces deste determinado ato, agregando assim conhecimento e novas possibilidades.

> As consequências dos atos humanos tendem a divergir, em algum grau, da finalidade que está nas suas bases, gerando novas necessidades e possibilidades e, desse modo, obrigando-nos a uma nova ação para atuar sobre as consequências dos nossos atos. Essa situação é caracterizada, por Lukács, como aquele "período de consequências" no qual o ato retroage sobre a consciência por meio dos efeitos que provoca (LESSA e TONET, 2008, p. 45).

Através dessa linha de raciocínio, podemos perceber que o conhecimento construído ao longo da história da humanidade foi produzido pela ação do homem sobre a natureza, sendo este historicamente passível de análise exatamente por ser dinâmico. Essa ação não se realiza de forma mecânica ou automática, mas sim direcionada a partir de necessidades geradas pela vida social e idealizadas pelos sujeitos históricos.

> O conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso a reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução (LESSA e TONET, 2008, p. 48)

Por fim, esta retomada da ontologia da reprodução humana ocorreu para a compressão do conhecimento livre e desalienado da sociabilidade capitalista. Esta capacidade criativa humana foi sendo usurpada à medida que foram se desenvolvendo as sociedades que têm como sustento a exploração do homem pelo homem[3], tendo o capitalismo como o seu estágio mais complexo.

Assim, resgatando o fundamento humano para sua reprodução e as possibilidades de desenvolvimento de seu conhecimento, coloca-se a importância de sujeitos históricos em sua evolução por meio da relação complexa com a natureza. Portanto, para compreender como historicamente esta capacidade humana foi sendo usurpada de seu criador, no próximo item apresenta-se o método da Teoria Social de Marx, como método de análise do capital e compreensão da sociedade capitalista.

1.2 **Produção de conhecimento e o método da Teoria Social de Marx**

É importante contextualizar a razão pela qual se pretende abordar o método materialista histórico-dialético articulado com a produção do conhecimento no Serviço Social.

[3] Para obter o histórico sobre o desenvolvimento das sociedades pré-capitalistas e a forma de exploração do homem sobre o homem, consultar Lessa e Tonet (2008).

A gênese de argumentação é a análise do objeto buscando seu movimento e o desvelamento de sua essência diante dos fenômenos. Compreende-se que o materialismo histórico-dialético é o método que possibilita a apreensão da realidade para além da aparência imediata, a partir do entendimento do movimento das relações sociais na sociedade capitalista, e o método que possibilita apreender o desenvolvimento das relações humanas e o aprofundamento do conhecimento. Desta forma, este é o fundamento que se buscou para apreender o movimento da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa, sob a perspectiva das relações de produção e reprodução social da sociedade capitalista. Pretende-se compreender por que os fenômenos do objeto de pesquisa não são expressões de fatos isolados e porque a essência desses fenômenos não está imediatamente posta.

O método em Marx foi desenvolvido, a partir da pesquisa sobre a sociedade em que viveu, no século XIX, para apreensão do desenvolvimento da sociedade burguesa e o advento do capitalismo monopolista. Na medida em que nos encontramos ainda no sistema de sociedade do capital, ainda que em outro estágio e com outras condições históricas que devem ser consideradas, compreende-se que o fundamento do método da teoria social marxista é a referência teórico-metodológica para construção da base de análise desta sociedade e de qualquer pesquisador interessado na apreensão do movimento do seu objeto e investigação.

A tradição da teoria social crítica demonstra que Marx tomou como base o pensamento filosófico dialético de Hegel para a construção do seu método, se apropriando dos fundamentos e condicionamentos hegelianos sobre a leitura da sociedade. Entretanto, dialogando com este pensamento, irá construir sua crítica a partir da análise da economia política. Enquanto filósofo de sua época, que procurava explicar como os homens faziam a sua história, Hegel interpretava a sociedade por meio do movimento dialético entre o sujeito e a sua realidade, pautado na subjetividade humana e sem causalidade, sendo a realidade pré-concebida ao ser social e oriunda de seu pensamento. Portanto, o filósofo interpreta o real enquanto resultado do próprio movimento do pensamento, ou seja, o concreto é real porque ele é idealizado. Assim, o idealismo hegeliano sobrepõe o sujeito ao objeto e concebe a realidade como resultado do pensamento, desconsiderando as condições e determinações objetivas (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Marx (apud NETTO, 2011, p. 21), em contraposição ao pensamento hegeliano, descreve seu método:

> Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.

Desta forma, compreendendo a base dialética hegeliana, Marx aprofundará a sua análise tomando como objeto a base material da sociedade burguesa e sua forma de produção e reprodução humana por meio do trabalho. Como mostra Lukács (2013):

> temos, portanto, que no trajeto de desenvolvimento do jovem Marx se delineia com clareza aquele direcionamento rumo da concretização cada vez maior das formações, das conexões etc. do ser social, que, justamente em sentido filosófico alcançará seu ponto de inflexão nos seus estudos econômicos (p. 284).

A base da reprodução das sociedades, para Marx, tem como fundamento a capacidade humana de se reproduzir pelo trabalho e a capacidade teleológica de antecipação do resultado do trabalho. À medida que historicamente estas relações se complexificaram, a sociedade capitalista se constituiu.

> Marx tem como ponto de apoio fundamental a descoberta do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens. É a partir dela que pôde demonstrar como os homens fazem a sua essência e, portanto, como podem transformar a sua atual essência burguesa em uma outra essência que corresponda à sociedade emancipada (LESSA, 2016, p. 31).

Nesse sentido, à luz da tradição marxista, acredita-se que o primeiro pressuposto da história humana é de "que os homens, para promover sua existência material, relacionam-se com a natureza, transformando-se e, ao fazê-lo, transformam-se a si mesmos" (GUERRA, 2014, p. 147).

O trabalho é uma capacidade do homem; ao relacionar-se com a natureza, é a atividade que satisfaz as necessidades da humanidade. Portanto, o metabolismo do homem junto à natureza proporciona a sua sobrevivência e reprodução e o distingue dos outros seres vivos. "O trabalho é para o homem a condição natural da sua existência, a sua condição de homem" (GUERRA, 2014, p. 148). O homem, diferente dos animais, por exemplo, tem a capacidade de pensar previamente sobre como realizar uma atividade que satisfaça a sua necessidade, criando meios para isso. Nesse sentido, o trabalho é uma capacidade humana dotada de consciência, gerador de valores úteis, pois, para o sujeito satisfazer as suas necessidades, ele pensa sobre elas, idealiza previamente o produto de seu trabalho, sendo esta sua capacidade teleológica.

Diante desta análise, a tradição marxista tem no trabalho a construção da vida humana, sendo este uma categoria central na reprodução da humanidade. Portanto, o ser social, na sua relação com a natureza, não é neutro ou passivo aos fenômenos, pois é por seu trabalho que consegue transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, bem como transformar a si mesmo no desenvolvimento dessa relação.

> O trabalho, enquanto atividade prático-social, engendra duplo movimento: o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si mesmo e a outros homens. É esse movimento que consubstancia a sociabilidade humana, esta, constituindo e constitutiva de duas determinações fundamentais: pensamento e linguagem (GUERRA, 2014, p. 148).

Nesse processo, o homem para satisfazer as suas necessidades utiliza meios que permitam tal atividade. "Esses meios de trabalho ou condições materiais, medeiam a relação entre a força ou capacidade de trabalho e o objeto sobre o qual incide sua ação, mediante um projeto ou finalidade" (GUERRA, 2014, p. 148). Para Marx, os meios de trabalho são os indicadores do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das condições objetivas, materiais e sociais em que o trabalho se realiza (idem).

O estudo da tradição marxista demonstra que a história da humanidade é construída por meio do trabalho humano, capacidade aprimorada conscientemente ao lado da complexificação do modo de organização e reprodução social. É possível observar que na história da reprodução do homem, este desenvolve sua habilidade ao realizar tarefas e ações para satisfazer suas necessidades, ou seja, para gerar valores úteis, bem como desenvolve formas de sociabilidade.

Nesse sentido, o pensamento de Marx tem como fundamento o trabalho (a reprodução do ser social) em sua relação inseparável entre o homem e a natureza, considerando as relações históricas, sociais e determinações objetivas sobre as bases materiais da sociedade do capital. Compreendendo as complexidades que envolvem a reprodução social humana na sociedade capitalista, seu método é denominado de materialismo-histórico dialético (LUKÁCS, 2013).

Lessa (2016, p. 60) sintetiza o desenvolvimento histórico das forças produtivas e a mudança nas relações de produção quando existe a exploração do homem pelo homem:

> Os homens se organizam em sociedades com o objetivo de transformar a natureza nos bens necessários à reprodução de suas vidas. Por isso o modo pelo qual eles transformam a natureza tem um impacto tão decisivo no surgimento e desenvolvimento das relações sociais. Enquanto o trabalho não ia muito além da coleta, o desenvolvimento das forças produtivas correspondentes era tão incipiente que não possibilitavam o trabalho excedente. Foi só depois que a coleta, o trabalho primitivo, foi substituída pela agricultura e pecuária que surgiu o trabalho excedente e, com ele, a exploração do homem pelo homem. No extremo oposto, com a Revolução Industrial, o enorme desenvolvimento das forças produtivas pelo surgimento do trabalho proletário possibilitou que a humanidade trocasse a carência do passado pela abundância- e isso levou à atual contradição antagônica entre o desenvolvimento das forças produtivas e as classes sociais.

Nesse sentido, os homens ao realizaram a reprodução da vida material por meio de sua capacidade teleológica, ou seja, estabelecendo finalidades e gerindo meios possíveis de

realização, assim o fazem a partir da existência de uma base material que vem acompanhada da sua historicidade e desenvolvimento das forças produtivas.

No curso da história da humanidade existem diferentes momentos da organização do trabalho e a forma de sociabilidade a qual se realizou, um modo de organização da produção que determina a forma de estabelecimento das relações sociais. Todavia, cabe lembrar a base material a qual as relações sociais se originam, a capacidade humana em se reproduzir por meio do trabalho.

> Se, por um lado a dimensão teleológica, constituinte e constitutiva do ser social, possibilita ao homem desenvolver o seu caráter crítico transformador, por outro, encontra seus limites nas condições materiais e objetivas da realidade sob as quais o trabalho se desenvolve (GUERRA, 2014, p. 148).

Assim, o desenvolvimento do método partiu da compreensão de que a reprodução da vida humana se realiza considerando o desenvolvimento da produção material em suas relações histórico-sociais que, posteriormente, culminam na sociedade burguesa. Portanto, o movimento da reprodução humana demonstra que determinado modo de produção material determina um modo reprodução da vida.

A produção e a reprodução material são compreendidas por sua historicidade, processualidade e contradição na construção das relações humanas. Marx evidencia seu pensamento quando afirma que "uma forma determinada de produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes diferentes fatores entre si" (MARX, 1987, p. 14). Netto (2011) explica que, como materialista e ao desvelar essas relações, Marx estava distinguindo o seu objeto da ordem da realidade, pela ordem do conhecimento produzido pelo sujeito, o pensamento.

> No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (LUKÁCS, 103, p. 285).

Nesse sentido, Marx utilizando a apreensão ontológica da relação homem e natureza enquanto base da reprodução da vida humana, apreendeu a dimensão objetiva da sociedade e, desta forma, debruçou-se sobre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista, analisando a essência do seu objeto em seu movimento dialético.

Durante o aprofundamento de seus estudos, Marx demonstrou que a produção material na sociedade burguesa é em parte consumo e o consumo é, parcialmente, a produção. Esses elementos estão inter-relacionados contraditoriamente na relação da reprodução da vida humana na sociedade capitalista.

Desta forma, o ponto de partida de Marx é a produção material, pois ao relacionar o consumo à produção, e também, aos outros processos, como a distribuição e a circulação, compreende-se que estes não são idênticos, contudo, são elementos de uma mesma totalidade; ou seja, são diferentes dentro de uma mesma unidade. Nas palavras de Marx (1987, p. 14):

> O resultado que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma mesma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela.

Portanto, Marx buscou compreender os complexos que envolvem a produção da riqueza social na sociedade burguesa e a reprodução das relações sociais a partir das condições materiais determinadas em que essa riqueza é produzida, ou como denominou, a partir da totalidade em que essa produção está inserida.

Ao dialogar com os economistas políticos da época, vai construindo o método questionando os fenômenos: "parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva [...] começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo" (MARX, 1987, p. 15). Contudo, no aprofundamento de sua análise, coloca o real e o concreto a partir das condições reais e materiais que os determinam.

> A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por outro lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. não é nada. Assim se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado, passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples (MARX, 1987, p. 15).

Marx demonstra como é equivocado começar a apreender a sociedade tendo como ponto de partida uma abstração, ou um fenômeno aparente, pois há outras determinações que complexificam esse fenômeno. Lukács (2013, p. 304), ressaltando a complexidade de análise da realidade e a superação da imediaticidade, explica esse argumento do filósofo da seguinte forma:

> A um exame mais atento, porém revela-se que com essa justa colocação faz-se ainda muito pouco para o conhecimento do real, concreto. Quer tomemos a própria totalidade imediatamente dada, quer seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações. [...] Com efeito, no início a economia enquanto ciência tomou esse caminho; foi cada vez mais longe no caminho da abstração, até que nasceu a verdadeira ciência econômica, que toma como ponto de partida os elementos

> abstratos lentamente obtidos para então "dá início à viajem de retorno", chegando novamente à população, "desta vez não como representação caótica de um todo, mas como rica totalidade de muitas determinações e relações".

Este é o fundamento de Marx: a análise dos determinantes sociais pautada na crítica da economia política, em que se consideram as relações sociais pelo modo de produção e reprodução da vida material em sua historicidade. O concreto e o real não são o ponto de partida, contudo é o ponto de chegada após a sua análise. Como mostra Marx (1987):

> O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (p. 16).

O método de Marx, desta forma, busca fazer o movimento inverso, colocar o concreto como ponto de chegada. Netto (2011, p. 43) sintetiza a crítica da economia política feita por Marx aos economistas da época:

> Marx considera que este procedimento analítico foi necessário na emergência da economia política, mas está longe de ser suficiente para reproduzir idealmente (teoricamente) o real e o concreto. Com efeito, depois de alcançar aquelas "determinações mais simples", teríamos que voltar e fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

A viagem de volta faz-se necessária para superar a aparência do fenômeno para, então, compreender as suas determinações, ou como denominou o autor, a sua essência. E, para isto, Marx considera os determinantes históricos do objeto sobre o qual se debruçou.

> A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecida, sobre cujas ruínas e elementos se acham edificadas, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda sua significação [...] A Economia burguesa fornece a chave da economia da Antiguidade, etc. (MARX, 1987, p. 19).

Desta forma, Marx pautou seu método a partir da análise da estrutura e da dinâmica do capital, demonstrando com sua pesquisa a lógica da sociedade burguesa. Partindo do fundamento ontológico e da crítica da economia política, dialoga com a realidade em suas determinações materiais e em suas relações sócio-históricas e, assim, apreendeu a essência da lógica do capital em uma sociedade de classes.

Para Netto (2011, p. 52), ao escolher a sociedade burguesa como seu objeto, Marx não apresentou o que pensava sobre o capital, contudo, "a partir de um sistema de categorias

previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas, ele (nos) descobriu a estrutura e as dinâmicas reais do capital [...] deu–nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real". O filósofo estudou uma sociedade complexa, com múltiplas determinações, sendo assim também é complexa a sua obra.

> Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples" – o que as distingue é o seu grau de complexidade (NETTO, 2011, p. 56).

O método de análise da sociedade busca a essência da lógica capitalista, dentro das complexas determinações. Marx demonstrou como é possível apreender os determinantes dessa sociedade, descolando-se do fenômeno aparente e compreendendo como as complexidades mais simples chegam a complexidades mais densas ou mais complexas. Desta forma, o método materialista histórico-dialético busca apreender o movimento real a partir do concreto pensado, possibilitando compreender os fenômenos, desvelando sua essência, o que é primordial para a análise que este estudo se propõe, pois, quando questionado o fenômeno, compreende-se os seus determinantes. Para Netto (2011, p. 22),

> o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata, empírica - por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, por tanto, algo importante e não descartável – é, aprender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto.

O Projeto Ético-Político Profissional, que contém valores e princípios voltados para a superação da sociedade de classes e sujeitos sociais essencialmente emancipados, tem o materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico. A aproximação dos assistentes sociais com este referencial é oriunda do rompimento com as bases tradicionais e funcionalistas do Serviço Social, bem como fruto da construção de um exercício profissional na perspectiva crítica que busca a intervenção nas relações sociais mediadas pelo conhecimento da realidade em sua essência, compreendendo que a aparência fenomênica e imediata do movimento societário não revela sua essência.

Nesse sentido, optou-se pelo método de Marx nesta pesquisa, pois compreende-se que para analisar os fenômenos é necessário captar o movimento essencial da sociedade burguesa, portanto, buscou-se "situar e analisar os fenômenos no complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade" (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 38).

> O central nessa linha de análise é que o sujeito procura reproduzir idealmente o movimento do objeto, extrai do objeto as suas características e determinações,

> reconstruindo-o no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações que vão além das suas sugestões imediatas (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 38).

Os artigos de revistas científicas e coletâneas da área de Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa foram analisados na perspectiva do método, para apreender seus determinantes materiais/subjetivos considerando as referências ético-políticas e teórico-metodológicas que orientam o projeto profissional e, para tal, tomou-se como indicadores as condicionalidades políticas/éticas/sociais dos espaços de atuação profissional; as dificuldades/desafios/limites na realização das ações; o planejamento das atividades do assistente social; os instrumentos e técnicas utilizados pelo profissional; as relações institucionais e vínculos empregatícios, ou seja, a análise sobre a realidade, utilizando o que é produzido pelo Serviço Social em relação ao exercício profissional, buscando a essência de suas relações.

1.3 **Fundamentos do Serviço Social no Brasil e o Projeto Ético-político Profissional**

Este item do capítulo destina-se a apreender, na literatura, a origem da constituição do Serviço Social enquanto profissão, pois, para analisar a dimensão técnico-operativa por meio do método materialista histórico-dialético, principal referência teórico-metodológica na constituição do projeto profissional, é necessário resgatar historicamente o processo de renovação do Serviço Social em busca de superação do conservadorismo, compreendendo o contexto da origem à profissão, até chegar ao atual posicionamento indicado pelo projeto profissional.

1.3.1 As Protoformas do Serviço Social

Nossa argumentação inicia-se compreendendo o Serviço Social em seu significado social, enquanto profissão participante da especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade do capital. Para o desenvolvimento deste raciocínio, utilizamos obras referências para a profissão, entretanto, com edições recentes, como Iamamoto e Carvalho (1982), Netto (2015), Iamamoto (1998, 2007). Estas obras possibilitam apreender as implicações sociais que conformam as condições em que o exercício profissional se constituiu e como se desenvolveu na sociedade capitalista.

Nessa perspectiva e tomando a sociedade capitalista como solo da atuação profissional analisaremos a gênese do Serviço Social relacionada à produção e reprodução das relações sociais. Considera-se a reprodução não somente das condições objetivas da reprodução

material, mas em sua globalidade, inclusive envolvendo a reprodução espiritual e permeada por conflitos de interesses entre as classes sociais.

A gênese do Serviço Social no Brasil tem como marco histórico o desenvolvimento do capital industrial e a expansão urbana, em que decorre a constituição de um proletariado e uma burguesia demarcados em classes de interesses antagônicos. O conflito dessas classes sociais é a marca da chamada "questão social". Iamamoto e Carvalho (2014, p. 84) definem questão social como as expressões da "formação e desenvolvimento da classes operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado".

A questão social se manifesta no cotidiano da vida social como a contradição entre o proletariado e a burguesia, que reclamam uma regulação do Estado entre os trabalhadores e o patronato. Portanto, a questão social é inerente às relações sociais capitalistas e pode ser apreendida como a expressão da lei geral da acumulação do capital permeada pelo conflito entre as classes sociais e o aumento das desigualdades face ao crescimento das forças produtivas e o acúmulo de capital. Iamamoto (2001, p. 11), com base em Marx, compreende a questão social como

> indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...] Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação dos 30 anos gloriosos da expansão do capital.

Desta forma, a sociedade capitalista se configura na indissociável relação de produção de bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada. A questão social, entendida por meio da totalidade das relações sociais em que a existência material e a forma social do trabalho estão diretamente correlacionadas, é fruto do conflito de classes oriundo do modo de organização social burguês. Para compreender como a questão social e suas respostas se manifestam nas relações sociais no Brasil na origem da profissão, é necessário retomar o cenário internacional no final do século XIX. Este período é demarcado por mudanças significativas na ordem e na dinâmica econômica do capitalismo, pois este passa de sua fase concorrencial para monopolista e, portanto, ocorreram mudanças na forma de produção e organização social que elevam o crescimento do capital em escala mundial, conhecido como a fase imperialista.

> Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Donde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências (as suas "leis"

> de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as "leis particulares do estágio imperialista) (NETTO, 2009, p. 20).

O capitalismo atinge sua fase mais desenvolvida para a exploração, alienação e elevação das taxas de lucro pelo controle do mercado. Nesse período, surgem grandes indústrias e empresas que fundiram seus capitais e formaram trustes, carteis, ou monopólios que controlavam a produção em escala global. As principais características que podemos ressaltar desta fase do capital são: a substituição de trabalho vivo por altas tecnologias; o aumento do exército industrial de reserva; a fusão do capital industrial com o capital financeiro por meio da exportação de capitais e o aumento da exploração do trabalho vivo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

A tradição marxista demonstra que esta expansão capitalista obteve sua legitimidade por meio de acordos e mediações junto aos Estados. Estes se posicionaram como uma instituição reguladora no mercado e atuaram mediando as políticas econômicas e de proteção social em resposta às contradições oriundas do conflito de classes que existe no modo de produção capitalista. A classe trabalhadora, a mais vulnerável nessa relação, sofre as consequências da questão social. Portanto, o Estado obteve um papel importante para regular o mercado e a força de trabalho, mediante a necessidade de legitimar o modo de produção que se expandia, bem como mediando conflitos para atender as demandas da classe trabalhadora advindas da própria exploração do trabalho. Nesse sentido, políticas públicas e formas de proteção social foram criadas para garantir essa dinâmica.

> Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas. [...] o Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e sua disponibilidade de ocupação sazonal. (NETTO, 2009, p. 25-27).

Diante desse contexto, o Estado se posiciona como mediador ao dispor de recursos para atender demandas da classe trabalhadora, manter a força de trabalho para o capital, responder as contradições da questão social e, convocar profissionais, dentre este os assistentes sociais, para atuarem nas políticas públicas e sistemas de proteção social. Importante ressaltar que as medidas de proteção social ficavam submetidas à livre vontade e benevolência da burguesia e seus agentes. Contudo, à medida que o sistema se complexifica e pressões sociais aumentam é necessário medidas reguladoras.

> Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Nestes termos, concorda-se com Iamamoto e Carvalho (2014) e compreende-se que o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes "instituições de prestação de serviço sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados" (p. 89). O surgimento da profissão alinha-se ao movimento do capital, sendo convocada para trabalhar com os serviços sociais de proteção social, possuindo assim um empregador definido. Os assistentes sociais, como outras profissões, irão trabalhar diretamente na mediação do conflito entre o capital e o trabalho.

Os serviços de proteção social são instrumentos do Estado e do empresariado para a reprodução da força de trabalho, entretanto, é inegável o potencial da classe trabalhadora para sua organização e lutas por melhores condições de vida e trabalho. Nesse sentido, a contradição existente na constituição do Serviço Social é o conflito entre as classes sociais, o que potencializou a profissão para a mediação desses divergentes interesses.

A construção deste raciocínio é importante para posicionar o Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais, que se constitui em uma relação contratual que regulamenta as condições objetivas de realização do trabalho e de obtenção dos meios de vida. Sendo seu trabalho por condições objetivas determinadas, como é o seu posicionamento diante do conflito de classes?

Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que, na luta pela hegemonia, historicamente, a profissão subordinou sua prática às classes dominantes do ponto de vista político, econômico e ideológico. Todavia, o assistente social, dependendo da sua posição política, pode configurar-se como mediador dos interesses entre o capital e trabalho, reforçando e/ou legitimando a situação vigente ou trabalhando por um projeto político alternativo. Nesse sentido, pretende-se apresentar como historicamente o Serviço Social no Brasil se posicionou diante das respostas à questão social para as quais foi convocado a dar respostas, desde sua gênese e ao decorrer da legitimação da profissão. Para tal, recorremos aos fundamentos históricos-metodológicos da profissão e, portanto, toma-se como solo a sociedade capitalista, as determinações objetivas engendradas nesse processo e o movimento da profissão em

resposta às demandas do processo de reprodução das relações sociais (parte histórica da constituição das relações capitalistas no Brasil foram previamente abordadas na primeira parte deste capítulo).

O Serviço Social no Brasil tem suas bases de implementação, a partir da década de 1930, momento histórico do desenvolvimento do capitalismo industrial no país, fruto do movimento internacional do capital iniciado na década anterior.

> A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930[4] representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro exportação para outras de realização interna (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 136).

O desenvolvimento do processo de industrialização é fortemente marcado por consequências para a classe trabalhadora, pois a transição da atividade agro exportadora, em que suas bases de produção se pautavam em um passado recente de escravidão, não veio acompanhada de um base material que sustentasse as pressões internacionais para a abertura do mercado. Portando, o Brasil iniciou o desenvolvimento do capital industrial sem uma acumulação primitiva (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

No intuito de crescimento e acúmulo de capital por meio da extração do máximo de força de trabalho, este processo tem como características altas jornadas de trabalho sem qualquer regulação de segurança, o que tornavam os acidentes de trabalho frequentes. Os trabalhadores se acumulavam em vilas operárias com mínimas condições de saúde e higiene, propícios a doenças que poderiam enfraquecer a força de trabalho.

Nesse sentido, os trabalhadores sujeitos a estas condições insalubres de vida e trabalho precisavam resistir ao patronato que além de não fornecer proteção para a força de trabalho, exercia constante pressão para regulação do preço da força de trabalho para o mínimo possível. Assim, o processo de industrialização se realizou em meio às expressões do conflito de classes, em que os trabalhadores fomentaram lutas reivindicatórias para regulação das relações da força de trabalho, que àquela época era em sua maioria imigrante (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

> As duas primeiras décadas - com muito menor intensidade a década de 1920 – serão marcadas pela ocorrência intermitente de graves e manifestações operárias, as quais

[4] Este movimento no Brasil, oriundo da chamada "política de café com leite", resultou da disputa política/econômica entre a oligarquia paulistana e a oligarquia mineira que se revezavam no poder defendendo os seus interesses na agro exportação. Este cenário altera de configuração quando a partir da crise internacional afeta o país e desencadeia a queda da exportação de café e os outros estados passam a reivindicar espaço no cenário político.

> tomarão grande amplitude nas conjunturas pré e pós Primeira Guerra Mundial. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 140).

No Brasil, o movimento para responder às demandas da questão social nas primeiras décadas do século passado, ainda com incipiente capital industrial e suas consequências, deu-se por agentes filantrópicos da classe dominante, com o apoio do Estado, posicionando-se para conter as reivindicações sociais por meio de repressão policial.

> A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 140).

Nesse contexto, o Estado brasileiro, ainda fortemente representado pelas oligarquias agro exportadoras, absteve-se pelo tempo que foi possível em responder a pressões do proletariado e com o patronato repreendendo duramente qualquer desordem que não atendesse ao capital. O movimento dos trabalhadores da indústria, por sua vez, ainda muito incipiente em sua organização, não conseguiu estabelecer com os trabalhadores do campo um movimento único para defesa das condições trabalhistas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). O movimento sindical dos trabalhadores das indústrias ainda estava em processo de organização mas obteve algumas conquistas, conseguiu restabelecer alguns acordos com o patronato conquistando a assistência para as suas necessidades, ainda que de forma fragmentada e precária, como os cuidados médicos e a regulamentação do trabalho de crianças e mulheres. A questão social, portanto, era tratada como algo isolado e alvo de reinvindicações apenas do proletariado, longe de ser compreendida em sua totalidade (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014). Portanto, o período em tela foi marcado por conflitos próprios do processo de industrialização que no Brasil são mais adensados devido à condição econômica e política oriunda de um país por anos colônia, e por sua principal produção agro exportadora que utilizou como mão-de-obra para produção material trabalhadores escravos.

Nesse sentido, a burguesia industrial e o patronato posicionaram-se em relação à manutenção das forças produtivas à medida que o capital industrial se expande e há o avanço das reivindicações operárias para regulação da extrema exploração do trabalho. Fizeram-se necessárias novas formas de dominação e controle do movimento operário, buscando o consenso em lugar da coerção. Estas medidas serão mais enfáticas pois observou-se que era preciso ter o movimento operário contribuindo com o acúmulo do capital. Portanto, a burguesia industrial

> estará firmemente ancorada nos princípios do liberalismo do mercado e privatismo da relação de compra e venda da força de trabalho, como pressuposto essencial de sua taxa de lucro e acumulação. Toda a sua ação política – principalmente nos momentos em que cresce a pressão pela regulamentação social da exploração da

> força de trabalho- estará voltada para a manutenção desse estatuto (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 144).

Compreendendo o potencial da classe operária, era preciso estabelecer uma conformidade entre as partes para não ameaçar o desenvolvimento do capital. Profissionais são convocados para a mediação dos conflitos e estabelecer um padrão de comportamento dos trabalhadores em troca de benefícios sociais; dentre estes trabalhadores estarão os primeiros assistentes sociais.

> É preciso que o operário possa cultuar seu lar e, portanto, intervir e ensiná-lo a bem organizá-lo, com seus recursos etc. Isto é, elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 146).

Assim, naquele momento em que os movimentos operários iniciados na década de 1920 tomaram vulto e forma, surge o Serviço Social e seus primeiros agentes surgem em uma instituição específica, conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 149):

> Esse processo, que durante a década de 1920, se desenvolve apenas moderadamente se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela Igreja do movimento católico leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Católica, embasado em sua doutrina social.

A Igreja Católica constitui-se como uma protagonista na mediação de alguns conflitos do período, pois visando alcançar determinados interesses e recuperar antigos privilégios que perdeu desde a época do Império, ela realiza um movimento para engajar-se na dinâmica dos antagonismos de classe. Primeiramente, ainda na República Velha, estreita sua relação com a burguesia agro exportadora e em um misto de adensar sua moralidade e de ocupar posições políticas no Estado ela assume a postura repressiva da questão social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014)[5]

Com o advento do capital industrial, realizado principalmente por pressões econômicas políticas internacionais, e o avanço da organização do movimento operário diante das contradições opostas nesse processo, a Igreja reestabelece suas estratégias para continuar a reconquista de fiéis e passar a intervir na questão social de forma mais ampla.

> A crise de poder originada da identificação de um novo bloco hegemônico, a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena burguesia e a reemergência do proletariado através da retomada, com maior intensidade, dos movimentos reivindicatórios e de uma nova estratégia política, criam condições para que a Igreja seja chamada a intervir na dinâmica social de forma muito mais ampla (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 156).

[5] A Igreja realiza um movimento de retomada de antigos privilégios, como a legitimação jurídica do ensino católico nas escolas públicas. Tem como veículos de informações o Revista a Ordem, veiculada pelo Centro Dom Vital, de 1922. Para mais ver: Iamamoto e Carvalho (2014).

O Estado, em meio à sua necessidade de intermediar conflitos, e cada vez mais pressionado pelas classes sociais, passa a assumir

> uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento da colaboração entre classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 161).

Portanto, a base material para instituição do Serviço Social é a disputa de interesses político-econômicos das oligarquias agroexportadoras, que tem sua produção pautada no café, e a incipiente indústria. Este processo é permeado por conflito de classes sociais disputando espaço e poder. A burguesia industrial engajada em colocar seus interesses para dominar a economia estabelece alianças e constrói com o Estado, e por consequência com a Igreja que mantinha uma relação de interesses com este, formas de legitimar seu projeto. Desta forma, esse período ficará marcado por uma situação em que, unidos, Igreja e Estado, "pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle" (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 172).

Os assistentes sociais também serão responsáveis por respostas à questão social, visando atender seus interesses e conter o avanço do movimento operário, mas principalmente junto à burguesia industrial legitimar uma nova ordem do capital e sua acumulação. Portanto, "o serviço social, que surge nesse período, como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica, não está isento dessas marcas" (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 174).[6]

> A implementação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui no seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 135).

Observou-se que, nesse período, as atividades do clero ocupavam a pauta da burguesia industrial e se adensavam nas vilas operárias com apoio estatal. Este processo tem sua efetividade principalmente após a Primeira Guerra Mundial, momento em que no Brasil surgem então as primeiras Escolas de Serviço Social. A "Ação Social" e "Ação Católica" são oriundas do movimento católico leigo, que tinha a intenção, conforme já descrito, de

[6] Para aprofundamento sobre o movimento da Igreja, seus principais líderes e posicionamentos na Ação Social e Ação Católica, consultar Iamamoto e Carvalho (2014).

recuperar espaço na sociedade. Este movimento será a base material, organizacional e humana para a criação das escolas profissionais. Iamamoto e Carvalho (2014) nomeiam este movimento como as protoformas profissionais, pois são instituições com obras diferenciadas da caridade tradicional e voltadas diretamente para necessidade da burguesia que se instaurava[7], sendo a fundação da "Confederação Católica", em 1922, o marco do desenvolvimento do apostolado laico.

O estado de São Paulo será o propulsor deste movimento e o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) foi considerado a manifestação original do Serviço Social do Brasil. Tem sua institucionalização em 1932 e seu objetivo era principalmente atuar como "dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para intervenção direta junto ao proletariado" (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 184).

Este será o primeiro centro de formação de trabalhadoras sociais, à medida que foi sendo necessária a organização e institucionalização da profissão, devido não só às demandas da Igreja, mas também as demandas da questão social, e ambas tendo o Estado como seu mediador. A "Escola de Serviço Social de São Paulo" é fundada em 1936, sendo a primeira escola de educação superior na profissão. Posteriormente, o Rio de Janeiro também constituirá uma escola de formação.

> A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 195).

Importante ressaltar que, naquele momento, as instituições de assistência social tinham se constituído recentemente e ainda se organizavam para o atendimento das demandas dos trabalhadores. Os serviços ainda eram fragmentados (necessidades médicas, proteção ao trabalho da criança e mulher, etc.), distribuídos por várias frentes de proteção social com o Estado e o patronato, contudo, com diferentes iniciativas e claramente estas ações atendiam à necessidade da constituição do capital industrial.

Nesse contexto, os primeiros profissionais convocados pelo patronado ou pelo Estado são chamados para intervir na consolidação moral do trabalhador operário, organizando as vilas operárias em suas necessidades de funcionamento ao sistema capitalista. As preocupações davam-se pelas condições de moradia, situação sanitária, econômica e moral

[7] Em sua pesquisa Iamamoto cita as seguintes instituições: Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo. São instituições da primeira fase da reação católica na divulgação do pensamento social da Igreja.

(situação civil preservando a constituição do casamento, promiscuidade nas vilas tendo o sexo como um desvio ao trabalho, alcoolismo, etc.).

> O projeto teórico – e as práticas incipientes desenvolvidas – dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base de reprodução material e ideológica Força de Trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 224).

A assistência nesse período instituiu-se principalmente pelo tratamento de casos individuais, através de uma política de encaminhamentos para diversos recursos que estivessem disponíveis; o encaminhamento se destacando como um dos primeiros instrumentos do Serviço Social. Os profissionais também se valiam de entrevistas, visitas domiciliares e plantão de atendimentos de necessidades dos operários para prevenção da desordem e do funcionamento do sistema; realizavam reuniões educativas e mobilizavam ações como creches e restaurantes operários com o intuito da proteção da massa produtora de mais valia e sua família para continuidade do trabalho. A atuação do assistente social visava o ajustamento conjunto dos indivíduos à tal perspectiva e, para tal, partiu do "Serviço Social de Casos Individuais", considerado "método" central, à época (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

> A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social. Seu público preferencial – e quase exclusivo- se constituirá por famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante técnica - a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 208).

O Serviço Social, diante deste contexto sócio histórico, foi organizando-se enquanto instituição e aprimorando o seu conhecimento para participação na assistência demandada nesta relação do capital com os trabalhadores. As primeiras escolas, formadas por mulheres integrantes da alta sociedade burguesa e vinculadas à Igreja Católica, foram buscando fontes de conhecimentos, para aprimorar/criar a metodologia de trabalho. As primeiras fontes teóricas são oriundas do Serviço Social europeu e norte-americano (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Nesse sentido, as ações e práticas profissionais que partiram da experiência dos grupos de pioneiras, convocadas pelo Estado ou patronato, estabeleciam suas bases em prol do ajustamento social. Estabeleceram suas bases teóricas no conhecimento do Serviço Social

estrangeiro e nos valores éticos-políticos pautados na filosofia cristã, orientadores da prática profissional.

A partir da década de 1940, a profissão, já reconhecida enquanto um agente assalariado de execução da assistência e proteção social do capital, se organiza e oficializa em seu primeiro congresso as discussões sobre a institucionalização da profissão e sua metodologia. Ainda que não estivesse em consenso, Iamamoto e Carvalho (2014) demonstram que os documentos do primeiro congresso mostram a atuação do assistente social na perspectiva desenvolvimentista que se instaurou.

O país estava consolidando o investimento na industrialização e avanço tecnológico, situando-se em meio a uma política econômica desenvolvimentista, sendo esta a principal característica do Estado Novo. Esta política econômica está pautada no fortalecimento da economia via implementação de tecnologias e alto investimento em indústria e, naquele período, o discurso legitimado era que esta seria a condição necessária para o Brasil sair de sua condição de subdesenvolvido (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

> É um momento em que o aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e, mais recentemente, pelas corporações empresariais encontra-se em expansão e passa a constituir-se crescentemente em mercado de trabalho para os Assistentes Sociais. Essa expansão atende às necessidades de absorver as pressões desencadeadas pelos novos setores urbanos, que crescem aceleradamente em função do avanço da industrialização e da urbanização, e tem em vista controlar a reprodução do proletariado urbano e atuar sobre as sequelas mais berrantes do aumento da miséria relativa (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 350).

Em 1947, foi realizado o "Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social", promovido pelo CEAS. Ainda que apresentasse discursos fragmentados, com diversidades de temas e experiências, foi o momento em que o Serviço Social buscou fundamentar-se em "métodos" como "O Serviço Social de Grupo e de Comunidade". Não que o método de "Casos individuais" estivesse abolido, contudo, há uma mudança de posicionamento e orientação.

Entende-se que este foi um movimento de um processo histórico, não plástico e/ ou consensual; observou-se que, nesse período, ocorreu um discurso mais secularizado e menos apostolar, bem como foi dada mais ênfase para a técnica e a psicologia. O Serviço Social tendia a uma configuração "de terapêutica social que atingisse as diferentes formas de desadaptação (financeira, alimentar, habitacional etc.), incorporando planejamento e eficiência técnica" (IAMAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 353). Nesse sentido, instaura-se não somente no Brasil, mas na América Latina, um movimento modernizante da profissão. Com a intenção de legitimar-se existe o movimento de trazer a ciência e novas metodologias

de intervenção. Entretanto, ainda pautadas em uma perspectiva de ajustamento e adaptação ao grande movimento de industrialização que tomava forma.

1.4 **O Movimento de Reconceituação e a renovação do Serviço Social no Brasil**

Neste tópico do capítulo construiremos uma breve explanação do processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina e, posteriormente, a renovação na particularidade brasileira. Este processo constituiu-se em um rompimento com as bases teóricas, éticas e práticas da origem da profissão e caracterizou-se por um movimento gradativo de aproximação com a teoria social crítica.

> O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2007, p. 205).

Este movimento inicia na década de 1960 e, para compreender este contexto da profissão, é necessário nos remetermos ao cenário internacional, especialmente em que a economia estadunidense se encontrava no processo de expansão capitalista e investia sua economia em potenciais mercados consumidores.

A política socioeconômica internacional do Estado de Bem-Estar Social dava sinais de esgotamento e o capital, para recuperar-se da crise, tem como tática a exportação de capitais para países de economias estratégicas. Os países da América Latina, por pressões internacionais, absorveram as demandas para a expansão do capital estrangeiro. Neste contexto, o movimento de reconceituação constituiu-se como um movimento de denúncia, autocrítica e de questionamento societário. Conforme Iamamoto (2007, p. 207) "tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos". Nesse sentido, a autora (idem, p. 209) destaca quatro pontos importantes do movimento de reconceituação. Primeiro constituiu-se pela compressão dos "rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países 'cêntricos' para uma contextualização histórica da ação profissional". Segundo, verifica-se o movimento para a construção de um projeto de profissão que rompesse com o tradicionalismo na América Latina, e, em seguida e nessa perspectiva, observou-se os esforços para atribuir o estatuto de cientificidade ao Serviço

Social, bem como de politização da profissão, compreendendo a necessidade de "transformação social".

Portanto, é possível observar que o Serviço Social na América Latina realiza um movimento para legitimar-se enquanto profissão e o realiza posicionando-se diante das demandas societárias que surgiam. A literatura do Serviço Social demonstra que este processo não ocorreu de forma homogênea, mas atravessado por diversas nuances teóricas, práticas e éticas que se apresentaram no exercício profissional.

No contexto brasileiro, este processo no Serviço Social, teve como base material o desenvolvimento de uma economia fortemente influenciada pelo capital mundial e, ainda, sendo este o financiador do golpe militar de 1964. O Brasil iniciou medidas político-econômicas para seu processo de "superação do subdesenvolvimento" por meio do processo de intensificação da industrialização, em que se aprofundaram as contradições oriundas do capital, via exploração do trabalho, quando surge um movimento crescente do operariado, o que provoca mudanças sociais e político-econômicas significativas no país.

O golpe civil-militar é um exemplo da estratégia do capital, apoiado pela economia internacional em seu processo de expansão, para controlar repressivamente a classe trabalhadora e garantir o seu crescimento. Nas palavras de Behring e Boschetti (2006, p. 135):

> O intenso salto econômico para adiante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados "anos de ouro". [...] um dos movimento do capital foi a tentativa de se valorizar, pela ampliação dos mercados de bens fordistas nos locais em que estes tinham algum potencial de crescimento, como é o caso brasileiro, e pela exportação de capitais, buscando nichos de valorização.

Compreende-se, assim, que o processo de intensificação e organização do capital industrial brasileiro e suas contradições intrínsecas ao sistema capitalista é a base material do processo de constituição da profissão. Tomando Behring (2006, p. 136) parafraseando Netto (1991), observamos o crescimento das políticas sociais, espaços nos quais os assistentes sociais são chamados a atuar:

> a ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista, reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob o controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro, houve um forte incremento da política social brasileira.

Desta forma, a economia brasileira passava por grandes pressões do capital internacional para expansão e desenvolvimento do país via industrialização, o que

caracterizava uma dependência da economia mundial. Além das mudanças econômicas para corroborarem com o processo internacional, que acompanham o Estado brasileiro desde meados da década anterior, ocorreram mudanças na forma de organização política e social para a conformação desta medida econômica.

> O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenados com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade de competir) (NETTO, 2015, p. 44).

É neste contexto que o Serviço Social iniciará novos movimentos de profissionalização, buscando ruptura com as ações de assistência da Igreja, tendo em vista a sua legitimação enquanto profissão necessária no processo de conflito de classes. Nesse sentido, a expansão do Serviço Social será observada na década de 1960, quando a profissão sofrerá

> suas mais acentuadas transformações, "modernizando-se" tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados. Há, também um significado alargamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidenciam um status técnico da profissão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 358).

Netto (2015) resgata historicamente o contexto sociopolítico brasileiro, tendo como recorte a década de 1960, para assim compreender a relação entre a autocracia burguesa e o Serviço Social. O autor afirma que no período de vigência e crise da autocracia burguesa, a profissão inicia a erosão com suas formas tradicionais, através de direções que constituíram um processo de renovação do Serviço Social. Explica que a renovação se inicia mediante ações organizadas por profissionais e docentes e, em seguida, pelos interiores das agências de formação, espraiando-se desses núcleos para organismos de imediata representação da categoria funcional. Assim, identifica três perspectivas no movimento de renovação do Serviço Social brasileiro: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A "perspectiva modernizadora" ou "modernização conservadora", como linha de desenvolvimento profissional, tomará vulto a partir da segunda metade da década de 1960, tendo os documentos dos Seminários de Araxá e Teresópolis como marco, como "expressiva síntese de um dado modo de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro: um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento" (NETTO, 2015, p. 214). Nesse primeiro momento, observou-se a profissão alinhada com a proposta de

desenvolvimento capitalista exposta acima e um movimento de profissionalizar esta demanda do capital. Nessa perspectiva, a dinâmica do Serviço Social se deu por promover a integração global do homem à sociedade, a partir da promoção de uma prática institucionalizada e "moderna" que visasse o desenvolvimento familiar e social ajustado à perspectiva de desenvolvimento do capital.

Neste contexto, a profissão buscará por outras referências para subsidiar a sua intervenção, voltando-se para o aperfeiçoamento do seu arsenal técnico e instrumental. Portanto, nos documentos dos referidos seminários foram problematizados o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade em uma perspectiva de recuperação destes instrumentos, contudo, desde que "funcionais à mudança e ao desenvolvimento" (NETTO, 2015, p. 223).

O autor identifica este momento como "modernização conservadora", pois mesmo diante da visível organização da profissão e sua legitimidade na sociedade, através de investimentos nas escolas de formação e no desenvolvimento de congressos com discussões e estabelecimento de estratégias, não existe ainda uma leitura da realidade próxima às questões dos trabalhadores e que compreendesse o conflito de classes.

É importante ressaltar a contradição existente frente ao que foi apresentado: com a intenção de romper com o tradicionalismo, o Serviço Social buscava "aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelo de análise, diagnóstico e planejamento" (IAMAMOTO, 2004, p. 33). Este processo se realizou mediante a aproximação a referências das Ciências Sociais e a sua concepção de modernidade, contudo, este suporte científico mantém-se articulado à "metafísica aristotélico-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e da sociedade, o que permite à profissão atualizar seu caráter missionário, preservando seu componente utópico" (idem).

Portanto, o desenvolvimentismo na profissão visava uma adaptação ao processo industrial com um viés positivista. A profissão inicia o seu movimento de atualização, contudo ainda com viés pragmático e tecnicista. Estas são as características da primeira direção do processo de renovação da profissão, porém, não se efetivou um exercício profissional que se debruçasse sobre a origem da profissão e sobre as contradições capital-trabalho.

A segunda vertente do processo de renovação do Serviço Social identificada por Netto é a "reatualização do conservadorismo". Esta vertente retrata os meados da década de 1970, em que a crise da autocracia burguesa será a base material para que a profissão, progressivamente, vá compreendendo a polarização intelectual que o próprio movimento

profissional exerceu. Esta direção, que tem como base científica a fenomenologia, é assumida por um segmento profissional vinculado mais estreitamente à Igreja Católica, que era resistente ao movimento de laicização do Serviço Social, bem como às inovações oriundas da perspectiva modernizadora. Para Netto (2015, p. 204),

> trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínio da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positiva e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana.

Esta perspectiva, que tem como marco os textos do Congresso de Sumaré, tinha como caraterística um reclame a uma nova fundamentação teórico-metodológica da profissão. O Serviço Social se aproximará da fenomenologia, sendo posto “como uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial” (NETTO, 2015, p. 265). Assim, a busca por atualização dentro da categoria, como a aproximação com a fenomenologia, tendia a uma intervenção "psicologizante” da questão social e, portanto, mesmo diante de um movimento de aprofundamento teórico e de profissionalização do Serviço Social, esta direção carregava uma nova roupagem do conservadorismo. A proposta desta direção pautava-se em uma intervenção individualizada, em que a profissão seria o instrumento para elevar o sujeito, ou o cliente, conforme na bibliografia original, à conscientização de escolhas e posições na realidade (NETTO, 2015).

A terceira vertente do processo renovação o Serviço Social tradicional é a “intenção de ruptura”. O seu surgimento é datado da segunda metade da década de 1970 e originou-se do movimento universitário, expandindo-se somente após ganhar sua legitimidade na categoria na década de 1980. A sua principal característica constitui-se da crítica “sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2015, p. 206).

Esta direção será a primeira experiencia de aproximação com a tradição marxista, configurando oposição ao tradicionalismo e à autocracia burguesa. Importante ressaltar que até a crise da autocracia burguesa, não era possível muitos movimentos de criticidade, sendo então este movimento coibido e enfraquecido pela ditadura. Portanto, Netto (2015) aponta que o protagonismo para esta mudança estava baseado no movimento universitário, principalmente nas pós-graduações. As pesquisas existentes ainda não possuíam a expressividade necessária e os indicativos práticos profissionais eram quase inexistentes. Os

marcos da intenção de ruptura são os estudos da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte, onde foi realizado o conhecido “Método de BH”.

Ao resgatar historicamente o processo de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, Netto (2015) evidencia que o movimento é oriundo de posicionamentos acadêmicos a partir de aproximações com a teoria social crítica. Contudo, neste primeiro momento, devido a circunstâncias sociopolíticas, foi um movimento mais tímido e permaneceu marginal na categoria como um todo. A aproximação do Serviço Social com a crítica da econômica política e com o método materialista-histórico-dialético constitui-se em um longo processo de amadurecimento teórico da profissão. Portanto, em um primeiro momento, as aproximações com teoria social crítica estão relacionadas a movimentos estudantis e partidários (alvos de muitas críticas da oposição da profissão), evidenciando nesse período um provável militantismo profissional e pouca relação com o exercício da profissão; bem como a interpretação da teoria social crítica ainda apresentava-se frágil pois as leituras ainda eram de diferenciados substratos da tradição marxista, ou seja, um marxismo muitas vezes sem o próprio Marx (NETTO, 2015).

Temos então, neste segundo momento do capítulo, que o Serviço Social brasileiro foi se constituindo enquanto profissão a partir das demandas oriundas do conflito capital-trabalho e suas intervenções na questão social. O movimento societário é a base material para a legitimação da profissão, contudo, à medida que a categoria buscou seu amadurecimento teórico e prático, principalmente com a aproximação da tradição marxista, o Serviço Social foi adensando o seu debate sobre o fazer profissional, trazendo a centralidade do referido conflito.

O Serviço Social tem como marco deste momento de renovação o III Congresso de Assistentes Sociais de 1979, realizado em São Paulo. Este Congresso evidenciou que "as críticas ao conservadorismo, ao capitalismo e à autocracia burguesa se desdobram no compromisso com a classe trabalhadora e nas transformações radicais da sociedade" (CFESS, 2009). Neste processo de nova organização profissional, ocorre a inciativa de normatizações que materializam o movimento que tomava vulto. Iniciou-se, dessa forma, a construção do Projeto Ético Político Profissional, que se orienta, entre outros princípios, por aquele que "situa a determinação fundante da desigualdade de classe na sociedade capitalista em seu cerne: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida" (CFESS, 2009).

Esta mudança de perspectiva teórico-metodológica, e posteriores mudanças ético-políticas e técnico-operativas, dimensões do trabalho do assistente social que abordaremos no próximo item deste capítulo, se realiza com maior proporção, a partir da década de 1980, com

a reabertura política do país. A redemocratização permitiu o surgimento de novos movimentos populares de trabalhadores e estudantes e constituiu-se o meio que possibilitou à profissão elevar o protagonismo da teoria social crítica nas instâncias do Serviço Social (NETTO, 2015).

Para a compreensão desse momento de renovação do Serviço Social, é importante contextualizar as transformações ocorridas na sociedade brasileira nesse período. A economia mundial demonstrava o claro esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e tem início um plano estratégico para a retomada das altas taxas de lucro. Por consequência, os países economicamente dependentes das grandes potências, em que o processo de industrialização foi financiado pelo capital internacional, como o caso do Brasil, sofrem um processo de queda no crescimento econômico.

O argumento utilizado pelo capital direcionava a origem da crise aos “altos gastos sociais” e, desta forma, fazia-se necessário reformular as políticas de proteção social. Contraditoriamente, os anos de 1980 ficam marcados “pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, em um processo de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adequação brasileira às orientações conservadoras neoliberais” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p.137-138). Este momento é também marcado pelos movimentos dos trabalhadores (organização e lutas sindicais) e movimentos sociais, devido a avanços democráticos oriundos das lutas sociais e à Constituição de 1988, denominada constituição cidadã.

O agravamento da questão social, principalmente a partir da década de 1990, é caracterizado pela reforma do funcionamento estatal com cortes de orçamentos e consequente desmonte das políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora no país. Este cenário se deu devido ao restabelecimento da economia mundial.

A estratégia econômica do capital chamada de processo de reestruturação produtiva impulsionou a retomada dos altos índices de lucro. Alterou-se o modelo produtivo fordista/taylorista – pois a perspectiva de produção em massa já se encontrava saturada –, na medida em que incorporou a este modelo outro mais flexível e desregulamentado, baseado na experiência toyotista japonesa. O novo modelo de organização da produção possibilitou o restabelecimento do capitalismo pela acumulação do capital a partir de uma nova forma de exploração de força de trabalho.

Nesse sentido, com a implementação do projeto neoliberal (massivas privatizações, abertura para o capital estrangeiro, flexibilização das leis trabalhistas, etc.), observa-se a precariedade das políticas públicas e repasses de recursos cada vez menores para atendimento

dos mínimos para a reprodução da força de trabalho, somente para manter a reprodução e a manutenção das relações de troca do mercado.

Esta é a base material que permite que o Serviço Social construa, enquanto profissão, uma nova perspectiva, a partir de uma leitura social crítica que possibilita apreender o movimento do capital e o papel social da profissão na realidade social (IAMAMOTO, 2015). Ressalta-se que em todos os momentos a profissão esteve diante da questão social e suas consequências na sociedade.

A seguir, a partir da apreensão do Serviço Social na contemporaneidade e do Projeto Ético-Político Profissional, com sua legitimação na perspectiva crítica, ressaltamos as dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa. Para isso, toma-se como referência documentos que materializaram o movimento de renovação do Serviço Social em busca de superação do conservadorismo: o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n° 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

1.5 **Serviço Social, Projeto e Formação Profissional**

Este momento do capítulo está destinado a construir alguns dos principais debates relevantes para o Serviço Social e sua perspectiva crítica de intervenção profissional na contemporaneidade. Conforme abordamos no item anterior, é notório o legado que foi sendo acumulado sob a perspectiva crítica, esta sendo fruto de movimentos e debates acadêmicos, políticos e de organização da categoria. Cabe relembrar que a profissão passou por um processo caracterizado por diversidade de ideias em que a perspectiva crítica foi se aproximando de forma gradual da tradição marxista e, somente em um momento posterior, será possível observar o seu amadurecimento. O Serviço Social na contemporaneidade é fruto de um movimento heterogêneo, plural e marcado por lutas e conquistas de uma parte expressiva da categoria.

Desta forma, a profissão possui um posicionamento majoritário, longe de ser consensual, sobre suas perspectivas teóricas para leitura da realidade, valores éticos e propostas interventivas fruto do movimento e organização profissional. Para a compreensão das mudanças e conquistas fruto deste movimento, propõe-se o debate sobre a construção do Projeto Ético-Político Profissional e as dimensões do trabalho do assistente social: teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, na contemporaneidade.

1.5.1 A construção do Projeto Ético-Político Profissional

Até este ponto da dissertação constituiu-se a jornada histórica realizada pela categoria profissional para alcançar o atual Projeto Ético-Político Profissional, revelando principalmente o posicionamento da profissão frente à questão social. Assim, o entendimento do movimento de construção de uma profissão renovada permite que se atinja o debate contemporâneo sobre a profissão e sobre o que representa para a categoria o atual projeto profissional.

A aproximação com a teoria social crítica, compreendendo que esta se realizou de forma plural e heterogênea[8], permitiu a abertura de um diálogo questionador sobre a realidade social, sendo esta a base para a construção de um novo conceito teórico prático para o Serviço Social. Destaca-se que mesmo diante de diferentes leituras, o principal legado da profissão sob a referida teoria é a compreensão da sociedade de classe e da origem do conflito entre o capital e trabalho.

A leitura crítica da realidade possibilitou alcançar a percepção de que as condições de produção e reprodução do trabalho são determinadas pelo capital, e compreender a condição da profissão enquanto assalariada. Iamamoto (2015), ao analisar o Serviço Social em seu processamento no âmbito das relações de trabalho particulares da sociedade do capital, afirma que a perspectiva crítica na profissão incorporou avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos os quais possibilitem uma análise diferenciada sobre os desafios enfrentados no cotidiano profissional.

A autora, ao considerar as determinações do capital sobre o trabalho do assistente social, pretende afastar a visão unilateral de possibilidade de intervenção profissional, aquela que conduz a uma mera adequação às exigências do empregador, subordinada ao trabalho alienado. Sendo assim, a perspectiva crítica da profissão, rompendo o unilateralismo, permite ao profissional utilizar-se de sua relativa autonomia, esta pautada nos princípios e valores humanistas que potencializam um nova perspectiva de sociedade. A relativa autonomia constitui-se na "possível e modesta contribuição no contraditório movimento de dar respostas críticas às requisições institucionais, buscando, concomitantemente, dar respostas às demandas dos trabalhadores" (VASCONCELOS, 2015, p. 201).

[8] A literatura do Serviço Social é ampla e contempla de forma plural a teoria social de Marx. Diferentes autores ao buscarem a compreensão da profissão na sociedade capitalista e suas possibilidades interventivas diante da realidade social lançaram-se de posicionamentos distintos e sob diferentes ópticas da teoria social crítica. Obras de Iamamoto (2007), Vasconcelos (2015), Lessa (2016), Netto (2015), Abreu (2002), Faleiros (2011), são expressões dessa pluralidade.

Nesse sentido, a aproximação cada vez mais madura e aperfeiçoada com a teoria social crítica transformou a agenda profissional que, através de pesquisas acadêmicas, alteração de currículo de formação e normatizações, trouxe ao Serviço Social um projeto profissional ao encontro de um projeto de sociedade alternativo à sociedade do capital. Ao nos distanciarmos de interpretações messiânicas e teoricistas da profissão, torna-se possível abordar o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Inicia-se o argumento concordando com Vasconcelos (2015), que especifica o projeto de profissão como uma direção social que orienta a intervenção profissional e nos alerta que defender este projeto é priorizar as demandas dos trabalhadores/usuários por meio de uma escolha consciente. O projeto do Serviço Social não se constitui de receita, regras e parâmetros que devem ser seguidos sem quaisquer questionamentos ou análise. Conforme a autora (idem, p.202), "o projeto profissional no máximo oferece aos assistentes sociais referências e indicações da possibilidade teórica e histórica de nos colocarmos criticamente e enfrentar as requisições do capital".

Reconhecer o projeto profissional é compreender os limites impostos pelo capital. Conforme já abordados nos itens anteriores, não há profissão sem a convocação das demandas do capital, contudo é primordial compreender que o projeto se realiza diante de uma escolha profissional por valores e princípios que buscam a emancipação humana. O Projeto Ético-Político Profissional é uma escolha majoritária da categoria de assistentes sociais por uma perspectiva societária diferente e este projeto expressa a condução da profissão pautado nesses valores.

> Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e de outro, as respostas sócio-históricas, ético políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 222).

Portanto, os assistentes sociais construíram o projeto profissional tendo como base o seu processo de renovação, sendo assim, historicamente datado e fruto de expressões macrossocietárias e movimentos da categoria. A profissão escolheu o seu posicionamento e qual projeto societário representar. Netto (2006), que também sintetiza o projeto profissional mediante a compreensão da disputa societária por projetos de classe, apresenta o seguinte raciocínio quanto aos projetos profissionais:

> Os projetos profissionais apresentam a auto imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teórico, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). [...] Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isso, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (p.144).

Nesse sentido, ao escolher o Projeto Ético-Político Profissional o assistente social reconhece que o exercício profissional não é de seu amplo domínio e que suas condições objetivas de trabalho estão pré-determinadas. E, por isto, escolher o projeto é escolher a difícil tarefa de realizar a execução deste em meio a limites e entraves. O profissional que está optando por atuar de forma que rompa com a exploração do homem sobre o homem, precisa entender que

> [...] os assistentes sociais e demais profissionais de nível superior que têm no horizonte a emancipação humana estão esmagados, no limite, entre duas alternativas que se viabilizam contraditória e simultaneamente no cotidiano profissional: participar da aviltante tarefa de manter as massas não só de cabeças vazias, mas submissas, caladas, satisfeitas e contentes com as migalhas que lhes atira o capital, ou mesmo diante da falta delas, e resistir buscando dar sua modesta contribuição na construção coletiva de momentos de ruptura rumo à emancipação humana (VASCONCELOS, 2015, p. 203).

Esta escolha não é livre de contradições e constitui-se em um processo-movimento no qual é necessário manter-se constantemente vigilante. Compreendendo que as relações profissionais são perpassadas pelo contradições do modo de produção capitalista e pelas relações sociais que o configuram, é preciso reconhecer que o cotidiano, por vezes alienado, que desafia o profissional a romper com o imediatismo. Barroco (2006, p. 24) afirma que “a cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preconceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador”. Reconhecer o cotidiano e suas especificidades no fazer profissional é reconhecer que, historicamente, existe uma base material objetiva nas relações sociais que determina o movimento societário construído historicamente e, por conseguinte, a vida em sociedade.

Importante ressaltar que a escolha livre pelo projeto por si só não imuniza o exercício profissional das contradições ou entraves enfrentados pelo profissional, contudo, o seu reconhecimento alerta para a constante necessidade de desprender desse cotidiano que tende à

alienação (afinal, é mais confortável reproduzir o que está posto, pois resistir é cansativo e por vezes traz a angústia da sensação de derrota) e passa a falsa impressão de legitimidade para modos de vida na sua reprodução material e espiritual nesta forma de sociabilidade. Nestes termos, é de suma importância o exercício da capacidade ética e reflexão sobre a objetividade que circunscreve a atuação profissional. Conforme Barroco (2006, p. 55), a reflexão ética

> supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao "eu", ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes.

O exercício da profissão, além de se constituir das necessidades históricas que legitimam o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho desta determinada forma de sociabilidade, se insere também nos modos de consciência moral relativos a valores culturais, normas e princípios éticos, ou seja, nas formas de organização da vida na sociedade. Portanto, em se tratando da sociedade capitalista, a "ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às contradições mais gerais da vida social" (BARROCO, 2006, p. 69).

Nesse sentido, a reflexão ética alimenta a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, buscando romper com as origens conservadoras, pois emprega o movimento necessário para a compreensão das determinações sociais que permeiam o cotidiano profissional. Assim, visando superar práticas que reforcem a exploração do homem pelo homem, o projeto de profissão propõe e oferece condições de o assistente social escolher uma atuação profissional compromissada com o pensamento crítico e voltada para classe trabalhadora.

> Um projeto que, como processo em construção, mediado e mediando as transformações societárias e o desenvolvimento teórico, político e prático da profissão, convoca os assistentes sociais na luta contra o capital, o que exige a luta contra a exploração, para além das necessárias lutas contra a dominação, a opressão e as discriminações (VASCONCELOS, 2015, p.181).

O Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão normatizam, regulamentam e materializam o atual projeto profissional, como instrumentos legais que elevam a legitimidade da profissão. Estes documentos representam e nomeiam valores e princípios norteadores do fazer profissional, estabelecem competências, atribuições, deveres e direitos profissionais.

> O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando se transformarem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma, como valor ético-central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica autonomia. Emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos e ele impressos (IAMAMOTO, 2007, p. 77).

A liberdade constitui-se como o valor ético central; é o princípio fundamental para o reconhecimento de uma sociedade radicalmente emancipada. Ela se apresenta neste código, dentre outros valores, manifestando uma visão de mundo anticonservador e anticapitalista. O Código de Ética apresenta, nessa direção, posicionamentos que apontam para outra forma de sociabilidade.

Aqui trata-se de uma a reflexão sobre as possiblidades de o Serviço Social contribuir para o movimento de uma sociedade radicalmente emancipada, ao transitar da bagagem acumulada teoricamente, para as estratégias e táticas possíveis no exercício profissional. Dando sequência ao raciocínio ora iniciado, abordou-se as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, outro marco documental fundamental para o Projeto Ético-Político Profissional.

1.5.2 A proposta curricular da ABEPSS e as dimensões do trabalho do assistente social

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, ficou conhecido como “Congresso da Virada”. Naquele momento, se consolidaram as bases para a construção do Currículo Mínimo de 1982, tendo início o rompimento do Serviço Social com as bases conservadoras. Na Convenção Geral da ABESS, em 1993, indicou-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico-crítico construído pela categoria nesse período (ABEPSS, 2019).

Após intenso debate que reuniu parte expressiva da categoria, a proposta de revisão curricular foi aprovada em Assembleia Geral da ABESS, em novembro de 1996. Em dezembro de 1996, com a promulgação da LDB (Lei n° 9394), tornou necessária a normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei, para o estabelecimento de

> um patamar comum, que assegurasse flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço

> ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996).

As Diretrizes Curriculares de 1996, visando a formação profissional e o exercício da profissão na perspectiva crítica, transformadora e compromissada com os trabalhadores/usuários, propõe uma formação pautada na teoria social crítica. Busca-se a compreensão do significado social da profissão e realização das mediações teórico-críticas do processo histórico como totalidade com as possibilidades de atuação nas relações sociais da sociedade capitalista, a partir de uma formação acadêmico-profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Ao compreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS expressam uma dinâmica de ensino e aprendizagem calcada na constante construção de debates teórico-metodológicos - sendo este o fundamento para um pensar crítico, de uma atuação competente e propositiva, e de princípios e diretrizes que orientassem o fazer profissional. Essas Diretrizes se apresentam em três núcleos de fundamentação que se dividem, pedagogicamente, da seguinte forma: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os núcleos "afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares" (ABEPSS, 1996, p. 8). O currículo visa romper com a visão, que antes reduzida a matérias e disciplinas, propõe

> uma lógica curricular inovadora que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político, e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABPESS, 1996, p. 9)

O núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social objetiva uma "compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico" (ABEPSS, 1996, p.10). Trata-se da compreensão do ser social em suas múltiplas determinações, tendo o trabalho como categoria central da práxis, na perspectiva de desenvolvimento das relações sociais próprias da configuração da sociedade do capital. Nesta perspectiva, esta sociedade é considerada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade

privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Portanto, este núcleo de fundamento é a capacidade do ser social de compreender e explicar as especificidades da sociedade capitalista e suas múltiplas determinações.

O Núcleo de Fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira trata da análise conjuntural da sociedade brasileira, no que diz respeito à sua constituição econômica, social, política e cultural. Ou seja, busca a "apreensão dos movimentos que permitem a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira" (ABEPSS, 1996, p.10).

Os objetos de análise para esta compreensão são: os padrões de produção capitalista em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; a constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais; o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições; e os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas (ABEPSS, 1996). Portanto, este núcleo encarrega-se da análise do movimento societário e em suas contradições e conflitos partindo da perspectiva de totalidade.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende a capacidade interventiva do assistente social na sociedade capitalista, ou seja, "considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social" (ABEPSS, 1996, p. 12).

Tomando a questão social como objeto de trabalho do Serviço Social, este núcleo demonstra as dimensões constitutivas do fazer profissional correlacionadas aos elementos fundamentais de qualquer processo de trabalho, sendo estes: o objeto/matéria prima destinado para ação; os meios de trabalho (instrumentos, recursos) que potencializam a ação humana sobre o objeto; e o próprio trabalho, atividade humana direcionada por uma finalidade. Esta perspectiva de totalidade para a intervenção profissional fica evidenciada no seguinte trecho do documento da ABEPSS (1996):

> A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (p. 13).

Desta forma, a constituição das ações interventivas do assistente social na perspectiva de totalidade supõe uma capacitação "crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetivos de ação em suas particularidades sócio institucionais, para elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-política do projeto profissional" (ABEPSS, 1996, p.13).

> As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p. 14).

Nesse sentido, a proposta da ABEPSS busca uma formação que proporcione, potencialmente, aos assistentes sociais, uma leitura crítica da sociedade, apreendida nas suas múltiplas determinações e possíveis mediações de intervenção na realidade. A partir da compreensão das implicações e fenômenos que rebatem na sociedade brasileira, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS indicam a perspectiva de intervenção e uma direção ético-política. Observa-se que os três núcleos estão em consonância e articulados entre si.

> A competência teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1996, p. 13).

Cabe pontuar que o curso de graduação em Serviço Social tem suas diretrizes curriculares homologada pelo MEC pela Resolução nº 15 de 13 de março de 2002. Esta resolução estabelece o projeto pedagógico do curso, partindo da proposta de currículo de 1996, transformada em Diretrizes Curriculares, em resposta às exigências postas pelo MEC, com a aprovação da LDB/1996. Mas é preciso ressaltar que as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS não foram incorporadas pelo MEC, o que resultou, como mostra Vasconcelos (2015), em duas propostas: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que orientam a formação, principalmente dos cursos presenciais na universidades públicas e PUC, e as Diretrizes para o Curso de Serviço Social do MEC que, esvaziadas de conteúdo e de referências ético-políticas e teórico-metodológicas, possibilitaram a mercantilização da

formação dos assistentes sociais, principalmente, através de cursos à distância. Como mostra a autora:

> é relevante reavivar a centralidade dos *Núcleos de Fundamentação Básica* indicados pela ABEPSS (2008a), que foram esvaziados de seus conteúdos pelo MEC (2010), quando da definição das Diretrizes Curriculares oficiais para o Curso de Serviço Social. Foi exatamente a indefinição de conteúdos protagonizada pela MEC que possibilitou a definição de um perfil profissional abstrato, o que vem favorecendo a proliferação de cursos isolados de Serviço Social, principalmente cursos privados e à distância. Os Núcleos de Fundamentação Básica da ABEPSS revelam não só a distância entre boa intenção e prática teórico-crítica, entre voluntariado e Serviço Social, mas, principalmente, definem os conteúdos que dão autoridade — não confundir com poder — ao assistente social, para se pôr crítica, criativa e propositivamente, frente às requisições institucionais e às demandas dos usuários (VASCONCELOS, 2015, p. 205, nota 130).

Portanto, as diretrizes são o marco para a construção de um processo de ensino-aprendizagem que aproxima o assistente social da realidade concreta, com as diferentes expressões da questão social, e, principalmente, possibilitando as mediações necessárias entre a teoria e a prática no cotidiano profissional.

Quanto às dimensões do trabalho profissional, para Iamamoto (2007, p. 53), as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa são fundamentais e complementares entre si. Contudo, a autora alerta que se aprisionadas em si mesmas, transformam-se "em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades identificadas pela categoria profissional, e que necessitam ser ultrapassadas: o teoricismo, o militantismo e o tecnismo".

Nesse sentido, compreende-se a dimensão teórico-metodológica como o fundamento que estuda/analisa e realiza a leitura da sociedade do capital e suas múltiplas determinações, a partir de uma base teórica para a atuação profissional. Portanto, a dimensão teórico-metodológica é a fonte teórica na qual a profissão busca suas referências para a compreensão do ser social e suas relações sociais. Assim, para Iamamoto (2007, p. 54) a dimensão teórico-metodológica "requer o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais, como condição, inclusive, para a apreensão das problemáticas cotidianas que circunscrevem o exercício profissional". Ao imprimir a visão de totalidade, a autora nos alerta que a construção teórica desconexa da realidade tenderá ao teoricismo esvaziado de sentido e sem possibilidade para mediação com a prática.

Assim, no que tange à dimensão teórico-metodológica, esta é a referência para iluminar o fazer profissional, seus objetivos, suas finalidades, esta dimensão proporciona a construção da visão de mundo e leitura da realidade necessária à intervenção profissional. A

categoria profissional, historicamente, construiu sua base teórica pautada no marxismo, contudo, um dos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social garante o "pluralismo, através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual". Por isso,

> não se trata de ser marxista por obrigação, mas de ser marxista por uma escolha consciente na medida em que, ao assumir o projeto profissional como projeto anticapitalista, o assistente social se põe diante da única alternativa teórico-metodológica que se propõe a captar o capitalismo a partir de sua lógica e suas leis fundamentais, tendo em vista sua transformação. Assim, como vimos, a questão é manter essa direção sendo pluralista (VASCONCELOS, 2015, p. 486).

A dimensão teórico-metodológica proporciona à profissão analisar criticamente a realidade, na direção e perspectiva de compreensão das múltiplas determinações do capital. O Serviço Social, com seu projeto de profissão em defesa de uma sociedade anticapitalista, construiu uma base teórica por meio da aproximação da teoria social crítica. Todavia, este conhecimento, em si mesmo, não é suficiente para a realização das medições necessárias à atuação profissional, e, portanto, a consideração das demais dimensões que fundamentam a prática profissional.

A dimensão ético-política diz respeito ao posicionamento político e à construção de valores e princípios para o exercício profissional. A categoria, conforme apontado, traçou uma trajetória e estabeleceu um posicionamento majoritário anticapitalista e, nesse sentido, esta dimensão constitui-se do processo de escolha consciente sobre os valores e princípios emancipatórios que fundamentam a prática profissional. Esta dimensão nos remete a "empreender as condições necessárias para a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem societária sob novas bases" (VASCONCELOS, 2015, p. 477). Ela proporciona a construção do posicionamento crítico e para além do estudo e da compreensão da sociedade do capital e suas determinações.

A dimensão ético-política permite a reflexão sobre a neutralidade, ou seja, qualquer ação profissional tem finalidades e responde a determinada posição política ou projeto de classes. O reconhecimento ético-político no exercício da profissão possibilita a escolha consciente por parte do assistente social pela defesa de um determinado projeto societário, e o reconhecimento que suas ações refletem esta determinada direção de leitura e compreensão da realidade. Portanto, sendo a atuação profissional tencionada por interesses sociais de classes antagônicas, cabe ao profissional definir a quem fortalecer, estabelecendo para isso estratégias profissionais e políticas que definem o caráter político de sua prática. Essa opção não é individual, faz parte de um processo de elaboração coletiva de um projeto, mas é atravessada

pela singularidade dos agentes profissionais. É diante da tarefa de escolha de uma atuação profissional pautada em uma nova ordem societária que

> toma relevância a dimensão ético-política, na medida em que, na complexa e contraditória sociedade do capital, trata-se de, para além do saber científico, identificar princípios, valores e o "saber estratégico" presentes nas respostas dadas pelos profissionais (VASCONCELOS, 2015, p. 477).

O fundamento desta dimensão se realiza, portanto, superando qualquer posicionamento político partidário ou direcionamentos de ações profissionais esvaziados de valores ou escolhas não refletidas, bem como superando a compreensão de que apenas a escolha de valores e princípios emancipatórios assegura uma prática crítica. Como explica Iamamoto (2007, p. 55):

> apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa. Aliás, é um velho ensinamento da política que embora a vivência da realidade provoque indagações para análise, a formação de uma consciência teórica requer um trato rigoroso do conhecimento acumulado da herança intelectual herdada. Portanto, o mero engajamento político, descolado de bases teórico-metodológicas e do instrumental operativo para a ação é insuficiente para iluminar novas perspectivas para o serviço social.

A dimensão técnica-operativa é o movimento e nos remete à dinâmica do exercício profissional e, em conjunto com as outras dimensões, proporciona elementos para as mediação entre ações profissionais e Projeto Ético-Político Profissional. Vasconcelos (2015, p. 497), a respeito dessa dimensão, sintetiza:

> trata-se de apreender no movimento da atividade como as finalidades, princípios, objetivos e estratégias se materializam através do tratamento dado ao material (conteúdos) comunicado/produzido pelos sujeitos do processo – assistente social/ equipe-usuários - através das técnicas, instrumentos, meios e recursos utilizados/veiculados pelo assistente social, mediados que necessariamente são pelas dimensões ético-políticas e teórico-metodológica.

Importante destacar que a dimensão técnico-operativa, articulada às demais dimensões do exercício profissional, denota o *ethos* profissional, sendo este a forma na qual a profissão se apresenta na sociedade (GUERRA, 2014). Desta forma, buscando o movimento em sua totalidade, é fundamental ao assistente social dominar o fundamento teórico que sustenta o projeto profissional, que permite uma análise critica da sociedade a partir dos valores defendidos pela categoria.

> Neste sentido, o ethos profissional é um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômica e ídeo-culturais e as possibilidades de escolha inscritas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade (BARROCO, 2006, p. 68).

A dimensão técnico-operativa será objeto de discussão no próximo item do capítulo, pois faz-se importante nos aprofundarmos nesta dimensão para desvelar porque a produção de conhecimento na área de Serviço Social é tão escassa sobre a dimensão técnico-operativa, bem como revelar se a produção existente sobre ela vem estabelecendo mediações necessárias para não racionalizar-se à racionalidade burguesa (GUERRA, 2014).

Nesse sentido, busca-se contribuir para ampliar a discussão sobre esta dimensão, tomando o cotidiano do exercício profissional como ponto de partida, para após a análise da produção de conhecimento, realizar o caminho de volta e compreender qual o movimento do exercício profissional o Serviço Social vem demostrando nas produções de conhecimento sobre esta temática. Pretende-se captar a essência e a lógica para além do fenômeno.

1.5.3 Notas sobre a Dimensão Técnica-Operativa

Neste momento, acredita-se ter apreendido a trajetória da profissão, chegando ao significado sócio-histórico do Serviço Social, enquanto profissão participante da divisão social do trabalho determinada pelo modo de produção capitalista e, portanto, atuante nas demandas oriundas das relações sociais do sistema capitalista.

Esta trajetória é repleta de contradições, conquistas, desafios, determinações históricas e, assim, a profissão ao longo da sua história recente posicionou-se ética e politicamente, ampliou e produziu conhecimento, construiu um projeto de profissão para a formação de seus quadros e estabeleceu formas de intervenção.

Compreende-se que, historicamente, o Serviço Social atua na realidade a partir das demandas dos trabalhadores e das requisições institucionais, realizando as mediações necessárias em meio ao conflito capital-trabalho. Portanto, o cotidiano profissional é perpassado pela necessidade de intervenção na singularidade das relações sociais o que exige ampliarmos a discussão sobre a dimensão técnica-operativa em suas nuances, mas atentos para a superação de uma visão endógena da operacionalização mecânica de instrumentos e técnicas de intervenção profissional.

Guerra (2000, p. 06), ao abordar a instrumentalidade do Serviço Social e sua intervenção afirma que

> estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, entra as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos.

A primeira nota é afastar a visão unilateral sobre a intervenção profissional e as possibilidades de operacionalização, que a um olhar desatento pode-se traduzir esta dimensão somente a instrumentos e técnicas do cotidiano profissional. Como nos alerta Iamamoto (2007, p. 55) a eficiência técnica, se "considerada isoladamente é insuficiente para proporcionar uma atuação profissional crítica e eficaz. Ao se deslocar dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos poderá derivar em mero tecnicismo". Direcionar a análise, a leitura e a compreensão para esta dimensão com a perspectiva de totalidade, articulada com as outras dimensões e a partir do entendimento da produção e reprodução material e das relações sociais capitalistas, é adotar um posicionamento crítico sobre a intervenção profissional, buscando superar uma operacionalização irrefletida, mecanizada ou esvaziada de finalidade.

Guerra (2000), ao abordar a construção da atuação profissional, e como os meios e possibilidades chegam à finalidade estabelecida, nos relembra e enfatiza sobre a escolha dos meios em consonância com a finalidade. Esta escolha é perpassada por valores, princípios, conhecimentos, posicionamentos políticos e, principalmente, direcionamento social quando executamos nossas ações. Seguindo o raciocínio da autora, retoma-se a categoria trabalho como fundante do ser social e sua capacidade livre, e quando emancipada do capital, de transformação da natureza para satisfação de suas necessidades imediatas.

O metabolismo entre o homem e a natureza se configura no próprio trabalho. Ao desprender energia corpórea e empregar na natureza, além de transformá-la, o homem adquire um novo conhecimento sobre si mesmo. Isto é possível pois possui a capacidade de antecipar e empegar finalidades para o resultado, estabelecer e escolher os meios, os instrumentos, e, para tal, utiliza-se da capacidade teleológica.

No final desta experiência, adquire-se novo conhecimento, novas perguntas, novos questionamentos, novas necessidades que se estabelecem por meio de um processo consciente enquanto ser social. Nas palavras de Guerra (2000, p. 11), "as necessidades são sempre sociais e as finalidades são socialmente construídas. São as finalidades que orientam a busca, a seleção e a construção dos meios".

> Em síntese, estamos considerando instrumentalidade como as propriedades sociais das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho ao convertê-los em meios/instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetivos/finalidades. Tal capacidade é atribuída pelos homens no seu processo de produção de vida material, através do seu pôr teleológico. São os homens que atribuem – pelo pôr teleológico – essa capacidade às coisas. No processo de reprodução de sua existência material, ao dominarem as forças naturais, tornando sociais os objetos, os homens exercitam a natureza emancipatória desse processo. Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem

> atribuir às coisas as propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de que elas venham a converter-se nos instrumentos, nos meios para o alcance de suas finalidades (GUERRA, 2000, p. 11).

No modo de produção do capital, esta capacidade é usurpada quando a produção é socialmente determinada e possui apropriação privada dos meios de produção. Na troca de mercadorias, o produto do trabalho tem o seu valor de uso igualado com as outras produções sociais para a finalidade do lucro do proprietário dos meios de produção. A capacidade do ser social adquirida pelo trabalho, ao invés de servir às suas necessidades, é utilizada para a produção social e remunerada somente pelo custo da sobrevivência da força de trabalho, excluindo o valor acrescido para a troca. As finalidades humanas são objetivadas pelo trabalho por meio do desenvolvimento da práxis produtiva, contudo, na sociedade capitalista, estes meios e finalidades estão estabelecidos socialmente, alienando a capacidade humana, limitada a processos privados do capital.

> No capitalismo, o processo de reprodução tem que reproduzir seus próprios pressupostos. O trabalho, de metabolismo homem-natureza, meio de satisfação de necessidades, se converte em meio de vida. Da mesma maneira, o meio – "o objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente" – passa a servir para a troca. A universalização das relações de troca, com a criação do mercado, permite que a troca se constitua no meio de integração dos indivíduos, e que estes convertem-se em meio de satisfação de outros homens (GUERRA, 2000, p. 12).

À luz da teoria social crítica, observa-se que para o funcionamento desta engrenagem é necessário a hegemonia do pensamento, dos meios de produção, do aparato jurídico e cultural, das relações sociais, etc. Para Guerra (2000), as relações econômicas se circunscrevem por meio de legitimidades construídas pelo capital, tencionando as relações de trabalhos e os processos sociais correlacionados à "racionalidade burguesa".

Assim, as relações sociais, os processos de trabalho, os meios e instrumentos que objetivam as necessidades sociais, e por vezes a escolha de finalidades, passam a estar subordinados ao capital. É nessa perspectiva que a autora diferencia a razão instrumental da escolha de meio para finalidades que possam elevar a racionalidade burguesa.

> A razão instrumental é uma racionalidade subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos, e funcional às estruturas. Constitui-se num conjunto de atividades, num conjunto de funções, não se importando nem com a correção dos meios nem com a legitimidade dos fins. Por isso funcional ao capital. Subsume os atributos das coisas aos seus aspectos quantitativos. Limita-se a garantir eficácia e eficiência (GUERRA, 2000, p. 16).

Pensando o Serviço Social nas relações sociais capitalistas e a complexidade que a circunscreve, bem como retomando sua origem à compreensão da necessidade social a qual a profissão ganhou sua legitimidade, é possível refletir sobre as condições e determinações

sociais que permeiam o cotidiano profissional. Partir desta análise possibilita o entendimento das especificidades que se apresentam durante as escolhas de meios e instrumentos na atuação profissional e o estabelecimento de finalidades.

> Ao escolher a particularidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, essa forma de compreender o surgimento do Serviço Social contribuiu para a apreensão do significado sócio-histórico da profissão e de sua instrumentalidade. Permite apreender a instrumentalidade da profissão como um conjunto de condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e se diversifica em função de um conjunto de variáveis tais como; o espaço sócio-ocupacional, o nível de qualificação de seus profissionais, os projetos profissional e societário hegemônico, a correlação das forças sociais, entre outras (GUERRA, 2000, p. 20).

Nesta direção, pensar a dimensão técnica-operativa como forma de dar materialidade ao Projeto Ético-político Profissional exige questionar a qual finalidade o Serviço Social vem direcionando sua atuação profissional. Esta finalidade está clara no cotidiano profissional? As ações de intervenção refletem esta finalidade? Esta reflexão se faz necessária para esclarecer que ao centramos nossa reflexão na dimensão técnico-operativa não estamos partindo de uma visão unilateral e esbarrando no tecnicismo; mais pretensiosamente, estamos afirmando que a atuação profissional pode ser realizada na perspectiva crítica e de transformação social emancipada.

É de suma importância compreender o movimento da profissão resgatando sua historicidade e o exercício da capacidade humana para o trabalho refletido, elevado do cotidiano, com escolhas de meios para além da razão instrumental.

> É, portanto, no movimento da história que a instrumentalidade do Serviço Social pode ser vista como mediação pela qual ou através da qual pode-se recuperar a ruptura entre a correlação dos meios e a coerência e legitimidade dos fins, transcendendo as ações instrumentais e a razão instrumental (esta como meio de controle/ manipulação da sociedade), rompendo com as concepções de profissão que a tomam como técnica, tecnologia ou engenharia social, bem como com as que a interpretam como uma ciência, um ramo do saber ou mesmo uma forma de ação social (GUERRA, 2000, p. 30).

Nesse sentido, tomamos a dimensão técnica-operativa para dialogar com as possibilidades interventivas e superar a razão instrumental para construir mediações que favoreçam mais aos trabalhadores que ao capital. Compreendendo que o cotidiano de trabalho é alienante e que as condições de trabalho são determinadas, concorda-se com Vasconcelos (2015, p. 198) que se faz necessário no exercício profissional

> processo dialético de superação onde o indivíduo/usuário em entrevistas, reuniões, assembleias, etc., se iluminem mediados e mediando questionamentos, informações e conhecimento que fortaleçam o processo de negação do que desfavorece e

> conservação do que favorece processos emancipatórios, o que pode resultar em superação de estágios anteriores.

Quais são elementos empíricos/instrumentais/estratégicos/técnicos desta dimensão que é necessário dar atenção para uma prática mediada para com o Projeto Ético-Político Profissional? O que a produção de conhecimento no Serviço Social apresenta quanto a esta questão? O que é necessário observar, compreender, pesquisar, analisar, para estabelecer meios que remetam a uma intervenção crítica? Tendo como parâmetro Guerra (2000, p. 30), entende-se

> a instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. É pela instrumentalidade que passam as decisões alternativas concretas, de indivíduos concretos, em situações concretas.

Quanto ao movimento contraditório da realidade social e as possibilidades e desafios postos para atuação profissional, a escolha por atuar na direção do projeto profissional, ainda que primordial - pois o assistente social escolheu empregar o seu exercício profissional em prol da classe trabalhadora -, ela mesma é insuficiente para a afirmação de uma atuação crítica e transformadora. Conforme nos alerta Vasconcelos (2015, p. 200):

> a apreensão da distinção substancial entre dois profissionais – diríamos um marxista e um não marxista – não está assentada na direção ético-política e teórico-metodológica que cada um toma como petição de princípio e direção social do exercício profissional, mas no que resulta da transformação da direção ético-política e teórico-metodológica escolhida em realidade e das consequências que dela advêm, principalmente, e em última instância, para classe trabalhadora nos seus diferentes segmentos, para além de semelhanças/ diferenças estratégicas, técnicas e do processo de planejamento.

Vasconcelos (2015) indica a necessidade do planejamento como o momento do exercício profissional que possibilita a construção da prática refletida, tendo como parâmetro o projeto de classes que defende. Enquanto processo dialético, que denota movimento contínuo e inacabado, constitui-se na processualidade histórica e necessária para o profissional descobrir-se, aprimorar-se, reestabelecer suas estratégias, escolher novas técnicas, reavaliar a efetividade das ações, repensar o que foi realizado.

Para a autora, o planejamento é necessário para apreender o movimento da realidade e apontar os primeiros direcionamentos necessários para a ação. Este recurso, compreendendo que não é estático e perpassa por todas as dimensões do exercício profissional, possibilita uma

dinâmica de construção de intervenção não mecanizada privilegiando a unidade entre a teoria e prática.

> O planejamento revela a qualidade da formação e da preparação do profissional/ equipe para trabalhar. Envolve a identificação e análise da lógica e da dinâmica institucional; a identificação e análise dos trabalhadores/usuários e suas demandas; a identificação e priorização das requisições institucionais e a análise do Serviço Social/ conjunto de assistentes sociais/ equipe, no espaço socioinstitucional. No complexo processo de seu desenvolvimento e transformação em realidade material, a análise e avaliação críticas vai possibilitando a revelação das consequências e do alcance da atividade profissional (VASCONCELOS, 2015, p. 539).

Nesse sentido, a autora propõe para dimensão técnico-operativa a compreensão do movimento do real para além do fenômeno. Tendo em vista que o objetivo é realizar uma atuação mediada pelo Projeto Ético-Político Profissional, é necessário

> empreender-se um retorno crítico-analítico sobre cada momento da atividade, centrado especialmente nos momentos em que o assistente social/ equipe se destaca na coordenação/condução do processo, considerados na sua relação intrínseca com a participação ou não dos trabalhadores/usuários (VASCONCELOS, 2015, p. 498).

Vasconcelos (2015) considera que é na análise da dinâmica da atividade profissional que o assistente social/equipe pode apreender como realiza suas finalidades e objetivos. Ou seja, na condução do processo, trata-se de captar a essência e a lógica da ação profissional, e retornar ao real como síntese das múltiplas determinações. A argumentação posta pela autora é voltar-se para cada momento da atividade profissional no sentido de identificar, apreender e submeter à crítica o desempenho do assistente social/equipe.

Esta análise apurada consiste, entre outras coisas[9], na consideração e colocação em discussão das temáticas trazidas pelos usuários, manifestadas implícita e explicitamente; da criação das condições que favoreçam a participação e manifestação de interesses por parte dos trabalhadores/usuários; da democratização das informações e conhecimentos necessários; da utilização da linguagem como instrumento que proporcione de forma clara, acessível e coerente a reflexão e apropriação substantiva dos sujeitos envolvidos.

A atividade profissional está permeada pela dinâmica do movimento social e, portanto, para seguir uma atuação mediada pelo projeto profissional, é necessário submeter as atividades profissionais a uma crítica permanente, identificando os mecanismos utilizados pela burguesia e as suas estratégias para o disciplinamento dos trabalhadores. É necessário o estudo atento, para que as atividades profissionais favoreçam estratégias e ações que possam

[9] Vasconcelos (2015) oferece uma minuciosa explanação sobre os pontos de análise e reflexão que revelam questionamentos sobre o exercício profissional. No momento apresenta-se alguns para ilustrar o nosso raciocínio sobre as possibilidades da dimensão técnico-operativa.

contribuir com processos emancipatórios. Portanto, Vasconcelos (2015) afirma que a utilização do instrumental deve se realizar de forma estratégica no desenvolvimento das atividades e nos relembra:

> Neste contexto, é óbvio, mas necessário ressaltar, que o espaço profissional, as estratégias, os instrumentos, as técnicas, as informações e conhecimentos, os mecanismos que favoreçam tanto a participação como o controle social dos serviços e das políticas etc., são apenas meios e não fins (VASCONCELOS, 2015, p. 506).

Esta lembrança que nos parece simplória, todavia é fundamental para construção crítica que esta dissertação se propõe. Na dimensão técnico-operativa, é parte das ações do assistente social, além de escolher os meios, ter clareza dos fins. Aqui se põe mais uma questão à investigação: a produção de conhecimento apresenta uma sistematização do trabalho profissional que possibilita à categoria se questionar sobre as finalidades que os assistentes sociais vêm imprimindo à sua atuação profissional? Portanto, cabe ressaltar também que

> aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho[...] falaremos do instrumental técnico-operativo como articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento (TRINDADE, 1991, p. 23).

Nesse sentido, cabe pontuar que os meios de trabalho se relacionam e se completam entre si, contudo não são sinônimos das finalidade do trabalho do assistente social. Portanto, ao apreender os instrumentos, as técnicas, estratégias, recursos, etc. sem realizar a mediação com o conhecimento da realidade ou da valorização da participação democrática de trabalhadores/usuários nesse processo, possivelmente o assistente social encontrará dificuldades em realizar a sua prática na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional (VASCONCELOS, 2015).

A dimensão técnica-operativa constitui-se de diferentes nuances e é preciso uma análise atenta para entender o movimento das ações profissionais e a quais finalidades as escolhas profissionais estão atendendo. Assim, ao voltar-se para a análise de situações concretas no cotidiano profissional, a partir da sistematização qualificada do trabalho, ao primeiro contato observamos os fenômenos, porém ao buscar estratégias que possibilitem uma prática emancipatória e transformadora, debruça-se sobre toda dinâmica social e é possível compreender as diferentes requisições institucionais e demandas dos usuários e o que as ações profissionais vêm priorizando, a que contradições e limites os assistentes sociais

estão expostos, quais as requisições institucionais são incompatíveis com a atividade profisisonal etc.

> Apreendida criticamente a dinâmica do processo, está posta a possibilidade de retorno ao objeto, como concreto pensado, apreendido como totalidade complexa nas suas múltiplas determinações, nas suas relações e conexões com totalidades mais complexas. Assim sendo, apreendida no contexto dos processos sociais que circunscrevem a atividade, o sujeito da análise constrói as possibilidades de realizar a "viagem de volta", para reconstruir a atividade como síntese de múltiplas relações e determinações (VASCONCELOS, 2015, p. 565).

Quanto ao denominado "ensino da prática" no Projeto Ético-Político Profissional e como romper com a dicotomia entre a teoria e a prática, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, são um marco da categoria e foram construídas com a responsabilidade de direcionar a formação profissional crítica, propositava, com ações transformadoras. Estas diretrizes reconhecem e indicam que os meios são potencializadores da ação; como explica Santos (2007, p. 78):

> essas Diretrizes curriculares salientam a importância da apreensão das demandas, tanto as tradicionais quanto as emergentes, postas no mercado de trabalho, na formulação de respostas, estratégias, táticas e instrumentos que possibilitam o enfrentamento das expressões da questão social, ou seja, os instrumentos devem ser pensados, fundamentalmente, a partir das demandas postas ao Serviço Social e tendo em vista a finalidade da ação profissional.

É importante reconhecer, como sinalizado acima, que este documento tem a preocupação de enfatizar a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Santos (2007) considera que a mudança dos currículos nas universidades para as novas Diretrizes busca a superação de um metodologismo do Serviço Social. Este processo caracterizou-se por não privilegiar a operacionalização da prática, com enfoque no aprimoramento teórico. A partir da década de 1980, no processo de mudança da perspectiva teórico-metodológica, observou-se que os currículos das universidades consideravam que para a operacionalização da prática era necessário somente um bom ensino teórico. A autora observa que as disciplinas como Estágio e Laboratório não abarcavam novas referências de instrumentalização da prática, utilizando antigas metodologias e com referências de outras profissões que não foram sendo trabalhadas pela categoria a partir da nova referência.

Vasconcelos (2015), ao abordar a formação do assistente social que se mostra preocupada com a quantidade de conteúdos em detrimento da qualidade da sua apropriação e crítica pelos alunos, sinaliza que ela acaba por ignorar a unidade teoria-prática, o que impõe à disciplina de Estágio Supervisionado a tarefa de "ensino da prática". Assim,

> não é sem razão que o Estágio Supervisionado ainda hoje é reconhecido como o espaço do "ensino da prática". E, na medida em que a disciplina a ele relacionada no âmbito da academia acaba por se constituir, frequentemente, em mais uma "disciplina teórica", quando a abordagem teórico-crítica da realidade/exercício profissional é abandonada, ficando sob a responsabilidade exclusiva do supervisor de campo "ensinar a fazer Serviço Social". Ou seja, o "ensino da prática" fica a cargo de um supervisor que quase nunca é requisitado a ter uma participação ativa na academia por meio da discussão do Currículo Pleno, da elaboração dos Planos de Estágio e da avaliação do aluno. Desse modo, o aluno aprende a "fazer o Serviço Social do supervisor" que, como vários estudos vêm mostrando, por diferentes motivos e causas, em sua maioria, não se constitui num exercício profissional mediado pelo projeto profissional, que incluiria tomar como referência no Estágio as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Não é sem razão que, mesmo na vigência do projeto profissional a afirmação "na prática a teoria é outra" ainda tem vigência. Na realidade, é assim que o aluno visualiza: a teoria do professor e a prática do supervisor sem condições de captar que estamos diante da teoria-prática do professor e da teoria/prática do supervisor, um processo que, sem um mínimo de crítica, mais esquizofreniza e deforma do que forma" (VASCONCELOS, 2015, p. 323, nota 316).

Quando a academia considera que para a operacionalização da prática é suficiente um bom ensino teórico, "está se acreditando que a teoria transmuta, de forma imediata, em ações que os instrumentos são aferidos diretamente de uma direção teórica" (SANTOS, 2007, p. 85). A autora questiona, portanto, se a formação profissional do assistente social vem instrumentalizando para a ação ou apenas para análise da realidade.

Guerra (2014) compreende que o processo de formação profissional precisa realizar um processo de rompimento com a visão positivista predominante na década de 1970, em que se observou a centralidade que a teoria ocupou nas dificuldades e limites postos à prática profissional. Nesse sentido, Santos (2007) afirma que o que dificulta a mediação com a prática é o conhecimento inapropriado do materialismo histórico-dialético. Este método de análise societária não compreendido pode levar à falsa interpretação de que "a teoria na prática é outra".

Fica o questionamento de como a produção de conhecimento sobre esta temática vem se apresentando e como a profissão construiu mediações para romper com esta dicotomia e quem são os protagonistas responsáveis neste processo.

1.6 **Serviço Social, neoliberalismo e produção de conhecimento**

Compreendendo os complexos que circunscrevem as relações sociais e a dialética histórica que envolve a construção da vida social, buscamos realizar uma leitura de parte da trajetória da profissão, estudando o movimento da prática profissional e os elementos sociopolíticos que a envolve e como se realiza hoje a pesquisa e a produção de conhecimento.

Ao chegar na contemporaneidade, observamos uma temporalidade social enfraquecida pela relação capital e trabalho, o que impõe muitas especificidades para o trabalho profissional. Este item tem como objetivo uma sucinta retomada do neoliberalismo e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais em sua prática na produção e reprodução da vida material e espiritual.

Tomando o contexto neoliberal e o movimento de reprodução social, concordamos com Mota e Amaral (2010, p. 27), de que

> este movimento determina a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, as novas composições de força de mercado internacional, além da formatação de oligopólios globais via processo de concentração e descentralização do capital; e as transformações no processo de trabalho como exigência do reordenamento das fases do processo de produção e realização da mais-valia, fazendo emergir também outras formas de constituição e reprodução do trabalhador coletivo, além de redefinir as fronteiras entre os processos de "subsunção real e formal" do trabalho ao capital.

Conforme já abordado, esta fase do capital é a retomada do capital diante da crise internacional da política do *Welfare State* e da produção fordista/taylorista; no Brasil, mais tardiamente, o pacote de reformas neoliberais se confronta com as recentes conquistas universais da Constituição de 1988. Observaram-se mudanças significativas, uma reforma econômica e cultural com novas formas de domínio que supõem

> a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudanças na esfera da produção e da reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se em novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura (MOTA e AMARAL, 2010, p. 29).

Portanto, é o momento da organização do capital em sua forma flexibilizada, com a restruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho, o que alterou a produção e a reprodução das relações sociais para a retomada das altas taxas de lucro e de acumulação. Observam-se novas forma de organização do trabalho coletivo, sendo este fragmentado e compartimentado, precarizado, terceirizado, com as lutas coletivas fragilizadas e o aumento da desproteção ao trabalho.

Segundo Behring (2006), as políticas de garantias mínimas de reprodução ao trabalho são tomadas de forma fragmentada e frágil e sem qualquer investimento efetivo. O mercado neoliberal é o regulador das relações sociais e, com a legitimidade do Estado, materializa reformas institucionais, medidas de privatização, flexibilização da proteção social, inclusive transferindo parte da responsabilidade para a sociedade civil. Trata-se de um contexto de perdas e endurecimento da ofensiva do capital.

> No âmbito das políticas de proteção social, postula-se que as organizações particulares, sob o livre controle dos indivíduos, substituem a ação do Estado; na esfera das condições de produção, que a livre negociação substitua a regulação legal dos contratos de trabalho. Ao submeter nos direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, pretendem implementar uma estratégia de desvalorização e "remercantilização" da força de trabalho, somente possível porque os "direitos" se reproduzem à realização de uma norma estatal (MOTA e AMARAL, 2010, p. 37).

Nesse sentido, é importante compreender que as condições objetivas hoje para o trabalho do assistente social perpassam este contexto de reestruturação produtiva. Assim, além de se constituir como trabalhador coletivo que enfrenta estas questões, contraditoriamente, o assistente social está atuando nos serviços e políticas de proteção social, incapazes de agir na estrutura da produção e da reprodução do capital. Contudo, ao longo de 80 anos vem se reconstruindo, aperfeiçoando e aprimorando a sua intervenção social, compreendendo suas contradições e possibilidades. O Serviço Social, no momento, depara-se com um contexto social fragilizado, permeado de sucateamentos, políticas fragmentadas com poucos recursos, relações de trabalho enfraquecidas, difíceis contratos e condições de trabalho, e também, o desemprego. Para Iamamoto (2007),

> os valores e princípios ético-político radicalmente humanos, que iluminaram as trilhas percorridas pelos assistentes sociais nas últimas décadas, sofrem hoje um grande embate com a idolatria da moeda, o fetiche do mercado e do consumo, o individualismo possessivo, a lógica contábil e financeira que se impõe e sobrepõe às necessidades e direitos humanos e sociais (p. 141).

Assim, como é possível a atuação em prol do Projeto Ético-Político diante destes limites e desafios? Como é possível realizar a mediação da luta geral dos trabalhadores com o cotidiano profissional? É possível materializar uma prática por meio de ações que, lançando-se da dimensão técnico-operativa, priorize uma prática em prol da luta emancipatória? A produção do conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social reflete a realidade das possíveis mediações?

Estes questionamentos são fundamentais, todavia, longe de terem uma resposta exata ou pensamentos fechados. A atuação profissional está em constante elaboração e processo. Compreender que o momento é difícil é saber que o posicionamento profissional deve ser cada vez mais livre de alienações e, para tal, é necessário uma análise atenta mediada por pesquisas, constante aprimoramento do conhecimento da realidade, planejamento, sistematização do trabalho e de dados estatísticos, tendo em vista democratizar e favorecer o espaço público, mediando reflexões democráticas e livres de preconceito. Concorda-se com Iamamoto (2007) que aponta

> orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento as possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aponte o protagonismo dos sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, e como já apontado, é necessário além de conhecer a realidade, ser um profissional

> versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da ação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços de qualidade (IAMAMOTO, 2007, p. 144).

É nessa direção que Vasconcelos (2015) afirma que

> no complexo cotidiano da prática, *nada é revolucionário em si mesmo*, mas contém a possibilidade de trazer contribuições individuais e coletivas efetivas, tanto nos processos de formação, auto-organização, enfrentamento e resistência, quanto nos processos de preparação para os momentos de ruptura, para o que põe-se como exigência o exercício efetivo das formas potencialmente emancipatórias de consciência social. [...] É ao operarmos numa situação histórica específica, quando precisamos dar respostas às requisições institucionais e às demandas pontuais, emergentes e históricas dos usuários, que, ao mesmo tempo, imprimimos nossa marca ao contribuir na preparação de momentos de ruptura, com a possibilidade, no momento me parecendo remota, de participar de algum desses momentos (p.75, nota 33).

Assim, ao se requerer do assistente social a realização de um trabalho de qualidade, pode parecer óbvio e quase uma obrigação profissional, entretanto, o que se faz importante questionar, em tempo do reinado do capital financeiro, é a quem esta qualidade da atuação está servindo. O assistente social é criativo e propositivo a qual projeto de sociedade? Nessa perspectiva, e compreendo as relações e contextos históricos os quais a profissão se constituiu, que se pontua a importância da formação profissional e da produção de conhecimento que o Serviço Social foi construindo a partir de 1970 com a aproximação com a tradição marxista.

Conforme já abordado, esta aproximação se realizou fomentada pela complexa situação político-econômica da sociedade brasileira impulsionada pela ditadura (expansão monopolista sob a égide do capital financeiro). Este processo requisitou novas respostas e posicionamentos profissionais, os quais levaram assistentes sociais a questionar suas bases teóricas e interventivas. Esta demanda por respostas profissionais foi adensada com o avanço da perspectiva neoliberal no Brasil e trouxeram ainda mais desafios para a profissão, que no complexo e contraditório processo de reabertura política no país, se organizava politicamente e restabelecia suas perspectivas de intervenção.

> É sobretudo a partir dos anos 1980, quando se deflagra o movimento de "intenção de ruptura" (NETTO, 2005) com o Serviço Social tradicional, cujo solo histórico foi o movimento da sociedade brasileira no "pós-64" – com a emergência dos movimentos sociais, da luta pelo fim da ditadura e, no plano intelectual, o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil – que, definitivamente, o desenvolvimento da pesquisa na área do Serviço Social encontra o alicerce sociopolítico necessário para o seu desenvolvimento, até mesmo operando um deslocamento do estrutural-funcionalismo em direção às vertentes histórico-críticas do Serviço Social (MOTA, 2007, p. 22).

A aproximação com a tradição marxista, conforme já abordado, à medida que a profissão foi se aproximando das Ciências Sociais, foi também configurando a sua maioridade intelectual. Importante ressaltar que a aproximação com viés crítico se realizou de forma gradual, passando por um ecletismo até a sua forma plural (NETTO, 2015). Portanto, compreendendo o movimento histórico da profissão e as mediações necessárias para dar respostas e atender demandas que não mais corroborem com a estrutura positivista e funcionalista é que é possível reconhecer o processo de produção de conhecimento no Serviço Social e a sua legitimação com pesquisa.

A aprovação do Currículo Mínimo de 1982 se constituiu um fato histórico, pois a pesquisa se tornou componente curricular obrigatório nos cursos de Serviço Social. A ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no referido período, somada à interlocução com outras áreas do saber, propiciou maior apreensão e densidade na análise da realidade social, coerentes com este novo direcionamento da categoria, fortalecendo o projeto profissional que ganhava hegemonia (MOTA, 2013).

Posteriormente, a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, apesar das alterações substanciais em seu conteúdo por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), configura esse amadurecimento e busca por um direcionamento na formação profissional, seus objetivos e conteúdo, bem como a sua função social, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente nas relações de classe da realidade brasileira.

Mota (2013) aponta alguns indicadores que configuram o reconhecimento acadêmico e a profissão como produtora de conhecimento. Dentre estes, estão a ampliação da participação do Serviço Social nos eventos internacionais, cujo direcionamento histórico e teórico-metodológico da profissão possui reconhecimento por parte de outros países e a coloca como protagonista; a interlocução/incorporação da produção bibliográfica dos intelectuais do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no país; a abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais; e o aumento da demanda de

profissionais de áreas afins pelas pós-graduações em Serviço Social, impulsionado pela busca de conhecimento crítico nas ciências humanas e sociais.

> Todas essas observações levaram-me a trabalhar a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (MOTA, 2013, p. 18).

Iamamoto (2015, p. 452) reconhecendo o movimento intelectual e a importância da pesquisa e da produção de conhecimento da profissão aponta:

> A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da *questão social* que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortalecem a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

A autora realizou uma pesquisa que indica as tendências de pesquisa no Serviço Social na contemporaneidade, para identificar os caminhos que a produção de conhecimento foi constituindo e verificar se vem respondendo à perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional. A pesquisa utilizou dados da Fundação Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente ao ano de 2007, que indica o nível de pós-graduação com 9 cursos de doutorado e 24 cursos de mestrado acadêmico, em sua maioria em instituições públicas, seguidos de universidades católicas e apenas 1 em universidade privada empresarial. É possível comparar estes dados com os apresentados por Iamamoto (1993) em um congresso da ABEPSS e verificar este crescimento da pós-graduação:

> Consolida-se a após graduação *strictu sensu* nessa área profissional. Se as primeiras iniciativas datam 1972, já no alvorecer dos anos 80 temos seis cursos de mestrado, número este ampliado recentemente com a criação do curso da Universidade de Brasília. No lastro de dez anos verificamos a consolidação acadêmica do ensino pós-graduado no nível de mestrado e com desdobramentos no nível de doutoramento, através de programas implantados pela PUC – SP, que já dispõe hoje de uma ampla rede de intercâmbios e relações nacionais e internacionais (p. 104).

Os dados de 2007 apontam que dos 24 programas de pós-graduação na área do Serviço Social, 15 são em Serviço Social, 5 em Política Social, 1 em Política Social e Serviço Social, 1 em Políticas Sociais e Cidadania, 2 em Políticas Públicas. Em comparação a 2003, houve um crescimento de 8 cursos de mestrado e 1 de doutorado. Nessa mesma perspectiva de crescimento da produção científica da profissão, Iamamoto (2015) demonstra que ocorreu um

significativo aumento de submissões de trabalhos em congressos da categoria e áreas afins, bem como a diversidade de produções que polarizam a pesquisa e o exercício profissional.

A autora utilizou os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/MEC (2001-2003) para avaliar a proporção de interesses das pesquisas acadêmicas, como vimos. Foram analisadas 55 linhas de pesquisa e 581 projetos de pesquisa em andamento ou concluídos, que foram categorizadas em sua aproximação temática, no esforço de identificar as predominâncias temáticas e lacunas a serem preenchidas. Os eixos temáticos por ordem de escolhas de pesquisa são: Políticas sociais, Estado e sociedade civil; Relações e processos de trabalho políticas públicas e Serviço Social; Cultura e identidades: Processos e práticas sociais; Família, relações de gênero e geração; Sociabilidade, violência e cidadania; Formação profissional em Serviço Social; e Fundamentos e exercício profissional.

Iamamoto (2015) apresenta brevemente estes eixos e suas especificidades e, conforme já destacado anteriormente, o último é o que constitui a produção de conhecimento tendo o Serviço Social como o objeto de pesquisa. A autora observa que as pesquisas quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e históricos do Serviço Social foram deslocadas das prioridades profissionais, sendo, estas, expressivas na década de 1980. Contudo, possui dados otimistas quanto as pesquisas sobre os fundamentos do trabalho e/ou ação profissional no âmbito das relações entro o Estado e a sociedade, na atualidade. Este otimismo não representa os dados para pesquisas de competências profissionais e atribuições privativas do assistente social e para o debate da formação profissional. Portanto, alerta:

> A pesquisa de situações concretas, aliada às suas determinações macrossociais, é condição necessária tanto para superar a defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o assistente social se defronta no seu cotidiano quanto para desvelar as ações contidas na realidade (p. 466).

Na mesma linha de raciocínio, Mota (2013) aponta a necessidade de a produção do conhecimento realizar a mediação com o cotidiano profissional:

> Ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa (p.19).

Para a autora, é possível realizar o movimento, pautado no método materialista histórico dialético, de apropriação deste conhecimento adquirido e acumulado e incorporá-lo na intervenção profissional rompendo com metodologismos.

> esta dimensão não suprime ou elide uma relação de unidade com a intervenção profissional, visto que com ela se mantém, ao transformar os objetos de intervenção (presentes na capilaridade do movimento real) em objetos de conhecimentos, desde uma perspectiva ontológica e sócio-histórica, ou, ainda, porque no campo da produção teórico-metodológica e política, o conhecimento produzido pelo Serviço Social e que vem sendo incorporado e trabalhado em outras áreas do saber – das ciências sociais aos movimentos sociais e culturais – não se legitima e adquire validez pela "aplicação" imediata e direta aos processos e práticas sociais e profissionais (idem, p. 22).

Por fim, Vasconcelos (2015), em sua análise sobre a produção de conhecimento do Serviço Social na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional, afirma que é consenso que a produção teórica que tem maior visibilidade e aceitação nesse projeto é a de direcionamento anticapitalista. O movimento de aproximação com as ciências sociais e a tradição marxista contribuiu para a profissão analisar as relações sociais, a dinâmica do capital e sua estrutura de trabalho que aliena, que serve à reprodução de um sistema que explora trabalho humano. Para a manutenção de seus trabalhadores, os que geram ou não mais valia, mas compõe o mercado industrial de reserva, este sistema estabelece serviços que denotam um possível sopro de democracia. Esta resposta do capital é a base material/ serviços que confirma a manutenção da força de trabalho para continuação desse sistema de produção. Nesse sentido, a atuação profissional pode permitir o acesso a direitos, estabelecidos em lei, direitos esses que são conquistas de lutas populares, mas são também são aparatos de proteção burguesa.

É nesse sentido que se coloca o ponto de reflexão e direcionamento para a análise da produção de conhecimento da área de Serviço Social sobre suas possibilidades interventivas. Essa produção vem abordando a dimensão técnico-operativa? Se sim, ela é explícita quanto à direção ético-política e teórico-metodológica das atividades profissionais? O que ela constata: estamos operacionalizando o direito burguês? Ou existe um movimento para uma intervenção na perspectiva emancipadora?

2. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

Este segundo capítulo destina-se a descrever a metodologia de pesquisa e apresentar a análise dos resultados obtidos com a leitura dos artigos das coletâneas e das revistas científicas da área de Serviço Social. No primeiro momento, apresenta-se os critérios para a escolha do material empírico; na sequência, apresenta-se os resultados conforme os objetivos estabelecidos nesta pesquisa.

Conforme já abordado, o material empírico da pesquisa é constituído pelos artigos publicados nas principais revistas científicas, inscritas na Plataforma Sucupira, com a classificação Qualis/CAPES - Periódicos A1 e A2, sendo a área de avaliação "Serviço Social", vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, oriundos de universidades públicas e privadas, bem como quatro coletâneas de artigos que abordam a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social.

A escolha pela classificação Qualis/CAPES para as revistas se deu por esta ser uma ferramenta de avaliação utilizada para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação, aferindo a qualidade das revistas científicas e outros tipos de produção. A classificação é realizada por comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios previamente definidos pela área, aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os indicadores bibliométricos utilizados pela Qualis são basicamente aqueles que consideram o número de citações do periódico dentro de três bases: *Scopus* (*CiteScore*), *Web of Science* (Fator de Impacto) e *Google Scholar* (índice h5). Este instrumento considera a categoria de área que cada base enquadra o periódico e a sua posição relativa dentro dela. O valor absoluto não é considerado, mas sim o percentil que o periódico possui dentro das categorias (CAPES, 2019).

São quatro as revistas com as melhores classificações Qualis-Periódicos: três que estão vinculadas a Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, de Escolas de Serviço Social do Brasil, e uma revista vinculada a uma Editora – a Cortez/SP. Ressaltamos que estas revistas são os meios utilizados por docentes-pesquisadores, discentes e profissionais da área para publicação dos resultados de suas pesquisas, tendo em vista a melhor conceituação e percentil de veiculação de informações de acordo com a CAPES, assim como são procuradas pela categoria para se formar/informar.

Tabela 1
Revistas Científicas da área de Serviço Social - 2009/2018: vinculação e Qualis/Capes

Revista Científica	Classificação Qualis	Universidade /Organizador
Revista Katalysis	A1	Universidade Federal de Santa Catarina – SC
Serviço Social e Sociedade	A1	São Paulo – Ed. Cortez
Em Pauta	A2	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ
Texto e Contexto	A2	Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre

Fonte: Plataforma Sucupira, 2020

Quanto às quatro publicações em forma de coletânea sobre a dimensão técnico-operativa, foram selecionadas mediante a relevância acadêmica, a partir dos seguintes critérios: a) coletâneas mais recente encontradas sobre a temática; b) coletâneas em que os autores dos artigos possuem obras sobre a temática com maior utilização na formação acadêmica, e/ou autores que foram utilizados por mais vezes nas referências bibliográficas dos artigos dos periódicos selecionados; c) coletâneas com relevante número de edições, revisões e/ou ampliações; d) coletâneas com o maior número de autores referências para o Serviço Social.

Tabela 2
Coletâneas de artigos em Serviço Social – 2009/2018: dimensão técnico-operativa

Coletânea	Ano	Organizadores	Editora
Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.	2009	CFESS/ ABEPSS	CFESS/ ABEPSS
Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova do Serviço Social	2010	Valéria Forti Yolanda Guerra	Lumem Juris
A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos	2017	Claudia Mônica dos Santos Sheila Backx Yolanda Guerra	Editora Cortez
A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos	2018	Adriana Ramos Francine Helfreich Coutinho dos Santos	Papel Social

Fonte: Elaboração própria, 2020

Buscando a mediação da prática na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional, para a seleção do material empírico, escalou-se os seguintes conectores na identificação dos artigos, a partir da leitura dos títulos e resumos:

A) Serviço Social/prática profissional/ trabalho do assistente social/ atuação do assistente social/ exercício profissional: artigos que abordam o cotidiano profissional e as especificardes das ações interventivas;
B) Serviço Social/condições de trabalho do assistente social: artigos que abordam as condições objetivas do trabalho do assistente social, os desafios, e o adoecimento profissional diante das demandas do capital e precariedade do serviço;
C) Serviço Social instrumentos/instrumentalidade/dimensão técnico-operativa: artigos que se dedicam a abordar experiências profissionais com instrumentos específicos; e/ou analisam, conceitualmente, os instrumentos e a instrumentalidade do exercício profissional de forma geral;
D) Serviço Social/ Formação Profissional/ Projeto Ético Político-Profissional: artigos que se dedicam a analisar o atual projeto de profissional, competências e atribuições profissionais e as questões cotidianas sobre estágio e supervisão.

O período estabelecido para análise destas publicações foi de 10 anos – 2009-2018, ressaltando que no primeiro ano selecionado comemorou-se uma data importante para a profissão: trinta anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o qual foi marcado pela reprogramação dos debates em conexão com a análise crítica da realidade. A partir daí, parte dos assistentes sociais brasileiros estabeleceu compromissos profissionais em favor dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. Como verificado e aqui ressaltado por Raichelis et al (2019),

> para a profissão de Serviço Social, 1979 foi o ano da "virada", de realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, pouco antes da decretação da anistia no Brasil e do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais que cria a Ceneas (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistência Social). Nesse cenário de lutas, assistentes sociais brasileiros repudiam o conservadorismo da profissão e tornam público seu compromisso com a classe trabalhadora, com a renovação e com a democracia na perspectiva da socialização do poder político, da riqueza e da cultura (p. 499).

A partir destas referências, a análise da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa se realizará pela crítica dialética, fundamentada na teoria social de tradição marxista. Tomou-se para análise os artigos publicados em revistas e coletâneas da área de Serviço Social, buscando apreender as condições existentes no movimento do exercício profissional para materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Reafirmando,

> o conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto como ele é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai

> além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento (GUERRA, 2009, p. 706).

Nesse sentido, busca-se identificar nas produções científicas os elementos que possivelmente demonstrem o movimento da profissão sobre a dimensão técnico-operativa, compreendendo esta dimensão em sua processualidade e totalidade. Na pesquisa, observou-se quais os determinantes sócio-históricos, os espaços sócio-ocupacionais, os conflitos de classes, bem como os objetivos e intencionalidades descritos nos artigos. E, no estudo dos artigos, buscando a mediação com o projeto profissional, analisou-se os elementos da dimensão técnico-operativa que buscam ruptura com práticas conservadoras, em favor de práticas que possam favorecer mais aos trabalhadores do que ao capital.

2.1 **As revistas científicas e as coletâneas do Serviço Social**

Este item destina-se a apresentar as coletâneas e revistas pesquisadas, a partir das seguintes variáveis: histórico, público destinado, abordagem teórica, temáticas de preferência, editorial e periodicidade de publicação dos periódicos e o número de edições das coletâneas. Este estudo se mostra de suma importância para compreender parte do caminho percorrido pelo Serviço Social na sistematização e publicação de seu conhecimento.

O periódico Serviço Social e Sociedade consta em nossa seleção, pois além da classificação A1 no sistema QUALIS de periódicos da CAPES, é importante ressaltar que a revista tem sua criação em setembro de 1979, junto ao marco do Congresso da Virada, momento histórico importante da profissão como já apontado.

> Momento de resistência política, de múltiplos embates, de lutas clandestinas, de retomada de entidades fechadas no período militar e de movimentos em que os trabalhadores enfrentavam a ditadura lutando contra a opressão e o arbítrio. Foi, portanto, nos marcos de ascensão da organização política dos trabalhadores e da luta da sociedade brasileira contra a ditadura que os(as) assistentes sociais se posicionaram coletivamente, por meio de suas entidades representativas, face ao contexto político, econômico e social do país, em uma conjuntura de acirramento político contra a ditadura civil-militar (RAICHELIS et. al., 2019, p. 499).

O periódico tem sua origem por iniciativa de professores da PUC-SP, liderados pela professora Myriam Veras Baptista, um grupo de assistente sociais e a Cortez Editora. Acompanhando o movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil e na América Latina, esta inciativa se deu para encontrar um espaço de publicação que permitisse um debate plural e democrático e que pudesse expressar “a livre manifestação de ideias e posições existentes na categoria profissional, com uma direção social comprometida com a construção

de um projeto profissional radicalmente crítico e emancipador" (RAICHELIS et. al., 2019, p. 499).

Com periodicidade quadrimestral, a revista atualmente busca dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, com foco, preferencialmente, nos temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana. Conforme demostra Raichelis et al. (2019, p. 503):

> Desde o início, a revista definiu como público prioritário o amplo espectro de assistentes sociais e profissionais de áreas afins, alcançando também professores, graduandos, pós-graduandos e pesquisadores, abrindo-se para o diálogo com outras áreas de conhecimento e repercutindo, também, o pensamento de suas entidades representativas. Nessa direção, estabeleceu como direcionamento de seu projeto editorial, que se mantém vivo até os dias atuais, dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e pesquisadores das ciências sociais e humanas, contribuindo para o debate e o aprofundamento crítico da teoria social, nos marcos da direção estratégica que fundamenta o projeto ético-político profissional do Serviço Social (denominação posterior ao assim chamado projeto de ruptura), em estreito diálogo com a realidade brasileira e latino-americana.

A revista tem suas publicações realizadas pela Editora Cortez, sendo que, a partir de 2010, passou a ser indexada pela *Scientific Electronic Library Online* – SciELO; passou a ser realizado também de forma *online* e seus usuários passaram a ter acesso aos periódicos de forma gratuita, para além de sua publicação impressa. Segundo Raichelis et. al. (2019), a revista, desde sua origem, passa por diversos processos de ampliação do Conselho Editorial, objetivando o aprimoramento do seu conteúdo e sua contribuição com a produção de conhecimento na área do Serviço Social. Este veículo colocou-se como espaço para publicações de pesquisas acadêmicas e atingiu até mesmo publicações internacionais.

> Pode-se afirmar que a revista, sempre atenta ao seu compromisso com os avanços do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, cumpriu seu objetivo estratégico de contribuir para o adensamento teórico e político das bases fundantes do Projeto Ético-Político profissional, bem como para o reconhecimento do caráter público e da dimensão ética do trabalho de assistentes sociais (idem, p. 511).

A Revista Katálysis é uma revista científica de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional, com especial inserção em países de língua portuguesa e hispânica e possui a política de acesso livre. A sua origem foi um jornal científico criado em 1997 e vinculado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. A parir de 1999, após a criação do

departamento de pós-graduação desta mesma escola, passou a ser vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

A editoração e organização das publicações da revista contempla seções temáticas e livres, com manuscritos a serem recebidos e avaliados da seguinte natureza: artigo, ensaio, relato de experiência, entrevista e resenha de livro podendo ser redigidos em português, espanhol ou inglês. Na construção de sua trajetória, foi indexada na SciELO, em 2007, e recebeu, em 2008, a avaliação QUALIS/CAPES A1, na área do Serviço Social.

Os seus volumes destinam-se à publicação de artigos científicos originais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares, sendo que cada edição focaliza uma unidade temática. Possuiu natureza acadêmica voltada para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política.

A revista Katálysis possui regimento interno próprio que permite a constituição de um colegiado específico e autônomo, juntamente com os cursos de graduação e pós-graduação do Serviço Social, que mantêm seu apoio para a análise dos trabalhos científicos. O seu objetivo é publicar produções científicas expressivas e contemporâneas relacionadas ao Serviço Social, abrangendo conteúdo das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública para, desta forma, contribuir com espaços públicos de socialização de conhecimento.

A Revista Textos & Contextos é uma publicação científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com avaliação Qualis/Capes A2. Este periódico foi instituído, em 2002, através de plataforma eletrônica, sendo que sua publicação foi anual até 2005. A partir de 2006, suas publicações passaram a ser realizadas semestralmente. Em agosto de 2019, o periódico obteve 2 milhões de acessos oriundos dos mais diversos estados brasileiros e países do mundo, o que possibilita a este veículo científico da área do Serviço Social no Brasil um prestígio e importância na produção de conhecimento, dado o alcance de suas publicações.

O escopo primário da revista é publicar textos relativos ao Serviço Social e em campos correlatos do saber, com o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos na área. Entretanto, está aberta para contribuições relevantes de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, sendo que os artigos originais e relatos de casos são aceitos nos idiomas português e espanhol. Possui ênfase nos eixos relativos às políticas sociais, direitos humanos e processos sociais, bem como o trabalho e a formação em Serviço Social. Direciona-se a pesquisadores,

docentes, discentes e profissionais da área do Serviço Social e áreas afins. O acesso ao conteúdo da revista é gratuito e livre.

A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea é um veículo semestral de divulgação científica da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. O periódico foi criado no ano de 1993 em formato impresso, sendo que o modelo eletrônico passa a vigorar a partir de 2007.

Os temas de publicação da revista, norteados pelas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, fomentam as temática Políticas Sociais e Trabalho. Atualmente, encontra-se no grupo das revistas com avaliação A2 na área de Serviço Social, do programa da QUALIS da CAPES. O seu foco é voltado para a compreensão de determinações e contradições sócio-históricas que envolvem a esfera da política e o mundo do trabalho, com destaque para as lutas sociais no Brasil e nos países hispano-americanos. Os autores podem submeter trabalhos na forma de artigo, a partir de temas selecionados e livres, mostra fotográfica, entrevista, homenagem de vida e resenha. A revista Em Pauta é um espaço para contribuir para a publicação de conhecimentos produzidos em diversos contextos e continentes, além de se estabelecer como canal de debate e interlocução sobre os fundamentos e experiências da profissão.

Quanto às quatro coletâneas, apresenta-se, a seguir, seus principais objetivos e a justificativa da importância da publicação para a produção de conhecimento na área de Serviço Social. A coletânea "Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais" constitui-se na publicação do conteúdo do material pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, realizado pelo CFESS e ABEPSS, em conjunto com o Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UnB). O material foi organizado para fundamentar os profissionais e estudantes no "debate contemporâneo sobre o instrumental conceitual e operativo do Serviço Social, em sintonia com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS" tendo como foco central o Serviço Social "no contexto da crise capitalista contemporânea, que impacta na organização da produção e na distribuição de bens e serviços, nas relações de poder entre as classes e destas com o Estado e na esfera sociocultural" (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 10). Portanto, a seleção dos artigos tem como objetivo:

> Contribuir para a análise crítica do Serviço Social no âmbito das relações entre o capital e trabalho e o Estado e sociedade, no contexto da crise capitalista contemporânea e seus impactos na questão social e nos direitos de cidadania; subsidiar a qualificação das competências e atribuições das(os) assistentes sociais nas específicas condições e relações de trabalho vigentes no país, reconhecendo as

> forças políticas em luta pela hegemonia; contribuir para qualificar a ação profissional das(os) assistentes sociais nos processos de concepção, formulação, gestão, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais, e disseminar o debate contemporâneo sobre o instrumental teórico, conceitual, técnico, ético e político do Serviço Social (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 11).

Na perspectiva de englobar as discussões propostas acima, esta coletânea foi dividida em sete unidades:

I) O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea;
II) O Serviço Social no contexto das transformações societárias;
III) Produção e reprodução na vida social;
IV) O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços-socio ocupacionais;
V) Atribuições privativas e competências do assistente social;
VI) Pesquisa e Produção de Conhecimento; e
VII) Monografia Final.

Observa-se que esta coletânea é ampla e extensa. O material pedagógico buscou compreender o Serviço Social em sua totalidade, considerando as determinações objetivas do trabalho profissional, a sociedade contemporânea e a reprodução da vida social, buscando realizar as possíveis mediações com o cotidiano do exercício profissional. Importante ressaltar que ela reúne professores e especialistas reconhecidos academicamente nos assuntos tratados. Ressalta-se que os textos se encontram disponíveis na internet[10].

Para esta pesquisa, selecionou-se a unidade V que totaliza dez artigos, pois compreende-se que esta contempla a produção de conhecimento do exercício profissional em sua dimensão técnico-operativa, objeto deste estudo. Importante ressaltar que, mesmo identificando que o capítulo VI também aborda aspectos da dimensão técnico operativa, optou-se por explorar os artigos na fundamentação teórica, pois trata-se de produções teóricas que vêm sendo referência na abordagem da dimensão técnico-operativa. Nesse sentido, elegemos como objeto de análise os artigos da unidade V que abordam a utilização dos instrumentos e técnicas no exercício profissional.

A coletânea Serviço Social, Temas, Textos e Contextos, com treze artigos, tem como organizadoras as professoras Valéria Forti e Yolanda Guerra. Ela foi construída a partir de inquietações sobre o cotidiano profissional do Serviço Social na contemporaneidade. Tomando como referência o Projeto Ético-Político Profissional, no entender de Yazbek, "este livro enfrenta com competência o desafio de desvelar algumas respostas que o Serviço Social brasileiro, em sua pluralidade e diversidade, vem oferecendo a esta realidade" (2010, p. ix).

[10] Dentre outros endereços, indicamos: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/at_download/file.

Os textos, compondo quatro partes, abordam as contradições capital-trabalho e estabelecem como parâmetros:

> 1) as novas manifestações e expressões da questão social, resultantes dessas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, que atingem duramente o trabalho assalariado e as relações de trabalho; e 2) os processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral que emergem nesse contexto (idem).

Desta forma, tendo como fio condutor "a relação exercício e formação profissional, conhecimento teórico e saberes" (GUERRA e FIORI, 2010, p. 13), a primeira parte do livro contempla textos que "problematizam a polêmica concepção 'na prática a teoria é outra' e a racionalidade acionada no exercício profissional"; a segunda parte apresenta textos que "abordam alguns meios e mediações capazes de possibilitar que a intencionalidade do profissional seja materializada em ações profissionais competentes, compromissadas e consequentes"; a terceira parte aborda a supervisão profissional e a quarta parte é a " análise teórica de experiências profissionais de naturezas diversas, que se originam em espaços sócio-ocupacionais distintos e comportam concepções, abordagens e perspectivas plurais" (idem).

Nesse sentido, os textos tecem considerações sobre o cotidiano do exercício profissional, abrangendo as análises teóricas sobre o conjunto de experiências e sobre a formação profissional, bem como sobre possíveis mediações de instrumentos e técnicas durante a intervenção. Para Yazbek (2010, p. ix), a publicação da coletânea

> vai atender à importante necessidade de problematizar o cotidiano profissional, subsidiando a construção das ações profissionais compromissadas e competentes. Pois, como sabemos, não tem sido fácil realizar a "passagem da nossa compreensão teórico-metodológica, totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações. Sabemos que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação (YASBEK, 2004). Sabemos, também, o quanto é desafiante construir respostas que superem a imediaticidade do cotidiano e se constituam mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania, na perspectiva da construção de outra ordem societária.

A escolha desta coletânea, portanto, se realizou devido ao compromisso com o exercício profissional e com o Projeto Ético-Político, bem como pela inciativa de tomar a dimensão técnica-operativa no cotidiano profissional e suas especificidades. Dentre os autores, destacam-se professores de referência no assunto, expressivos na vida acadêmica, e profissionais que problematizam a atuação profissional. Importante ressaltar que esta publicação foi lançada em 2010 e encontra-se na quinta edição, revisada e ampliada. Contudo, após busca na página da internet da editora este produto encontra-se indisponível. Assim, utilizamos a sua primeira edição para fins de análise dessa pesquisa.

A coletânea "A dimensão técnico-operativa no Serviço Social; desafios contemporâneos" é o conjunto de textos elaborados para o simpósio "A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos na formação profissional do assistente social frente aos novos padrões de proteção social", realizado em 2009 na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

Este simpósio foi organizado por professores das Escolas de Serviço Social da UFJF, UFRJ, UFSC, UFAL, UERJ, alunos de iniciação científica e assistentes sociais trabalhadores da assistência social e da saúde do mesmo município do simpósio. O objetivo do evento foi contribuir para a produção teórica e bibliográfica relacionada à dimensão técnico-operativa. Os textos publicados foram apresentados e debatidos no simpósio e revisados por seus autores para o lançamento da coletânea. Constituíram três eixos temáticos (SANTOS, et. al., 2017):

I) A dimensão técnico-operativa e o exercício profissional: estudo teórico
II) Instrumentos e técnicas como um dos elementos da dimensão técnico-operativa;
III) O desenho da política de assistência social hoje e a dimensão técnico-operativa.

Organizada pelas professoras Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra, a coletânea se propõe a contribuir para este debate a partir da perspectiva de formação profissional aprovada em 1996, em que

> a categoria vem situar de forma mais precisa o que entende como competência profissional, qual seja, uma competência nas três dimensões de intervenção: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. Essa proposta de formação é considerada inovadora por destacar aspectos como a centralidade da dimensão interventiva e da dimensão investigativa, o caráter estruturador da dimensão ética para todo o processo de formação e a concepção de unidade entre dimensões (SANTOS et. al., 2017, p. 21).

Nessa perspectiva, a coletânea foi organizada pensando na *lacuna de produções sobre esta temática* e o fio condutor dos textos é "o debate da dimensão técnico-operativa no serviço social a partir de uma direção teórica-crítica, ou seja, entendendo que essa dimensão mantêm relação de unidade com as demais" (p. 22). Na apresentação de obra as organizadoras se posicionam diante da pouca produção sobre a dimensão técnico-operativa:

> A ampliação do debate sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social e, dentro dessa dimensão, o foco em um de seus elementos, no caso, os instrumentos e técnicas de intervenção, têm-se colocado como extremamente relevantes e necessários. A pouca produção acerca desse tema na direção do projeto ético-político que orienta a profissão na atualidade configura uma lacuna (idem).

As organizadoras apontam o esgotamento rápido da primeira edição do livro, publicado em 2012 pela Editora da UFJF, como um indicativo da necessidade desta discussão e debate. Os primeiros exemplares esgotaram antes da primeira impressão completar um ano. Como afirma Santos et. al., (2017, p. 13), "tributamos a esta ampla procura pela obra não apenas a quase total ausência de produção sobre a temática, mas o reconhecimento do inesgotável fato de que a profissão necessita, desde muito, investir na sua operacionalização". E ainda destacam a necessidade deste debate atingir a formação profissional:

> Os professores que ministram componentes curriculares, cuja matéria diz respeito à operacionalização e aos conhecimentos procedimentais, se ressentem do escasso material com o referencial teórico crítico sobre essa dimensão e, principalmente, sobre os instrumentos e técnicas de intervenção (p. 23).

Diante desta demanda a coletânea foi organizada para contribuir para a produção de conhecimento da profissão. Devido ao sucesso da coletânea e visando o aprofundamento do debate, em sua segunda edição foi incluído mais um artigo da professora Yolanda Guerra, totalizando sete textos, a partir desta edição. O livro chegou à sua terceira edição, e por ter sido demandado por outros países da América Latina e por docentes portugueses, esta obra passou a ser publicada pela Editora Cortez por seu potencial de inserção e divulgação. Nesse sentido, a escolha deste material se realizou pelo alcance desta obra, bem como pelo compromisso com a temática e com a produção de conhecimento do Serviço Social. A coletânea é composta por textos de professores com estudos e pesquisas na temática que são referências para este necessário debate.

A publicação mais recente identificada, em forma de coletânea sobre a temática, é o livro "A dimensão Técnico-Operativa no Trabalho do Assistente Social". Com cinco artigos, foi organizada pelas professoras Adriana Ramos e Francine Coutinho dos Santos da Universidade Federal Fluminense - UFF.

A coletânea tem como proposta uma sistematização de ensaios que surgiram a partir da "identificação de uma relativa lacuna teórica sobre o debate da dimensão técnico-operativa" (RAMOS e SANTOS, 2018, p. 15). Esta percepção se deu por meio das observações das autoras enquanto assistentes sociais com experiência nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, bem como por suas experiências como docentes das disciplinas de Supervisão Acadêmica e de Oficina Teórico-Prática. As organizadoras explicam:

> A tendência que se apresentava nas problematizações elaboradas, sobretudo pelos discentes, reduzia de forma significativa o debate sobre essa dimensão, uma vez que se pautava numa compreensão subsidiada pela lógica pragmática que, além de reduzir a dimensão técnico-operativa à utilização dos instrumentos e técnicas, demanda também formas procedimentais para a utilização desses mesmo instrumentos (idem).

Partindo desta observação e balizando-se no Projeto Ético-Político Profissional, esta coletânea busca "romper com a proposta manualesca sobre a dimensão técnico operativa", alertando quanto à perspectiva conservadora e como ela pode aparecer na contemporaneidade como novas roupagens. Nesse sentido, partindo da tradição marxista, reuniu jovens autores compromissados com o atual projeto profissional e que estipulam como o seu objeto de estudo, o exercício profissional e o cotidiano em suas possíveis mediações. Como afirmam as organizadoras,

> visando contribuir com o debate, esta coletânea apresenta cinco textos escritos por assistentes sociais com ampla experiência profissional, que apesar de sua juventude, reúnem contribuições importantes para a reflexão sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais. Resultados de suas pesquisas, levantamentos bibliográficos e registros sobre o exercício profissional, os artigos são produtos de uma atividade intelectual comprometida com a concepção da profissão ancorada no projeto ético-político profissional (RAMOS e SANTOS, p. 17).

Nesse sentido, este material foi escolhido para a análise por se constituir em uma publicação recente sobre a temática que demonstra a preocupação com o conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa. Reúne novos autores, o que possivelmente revela que o tema vem, cada vez mais, se tornando necessário e urgente para discussão, tendo em vista, conforme alguns autores apontaram, a aparente lacuna sobre a temática.

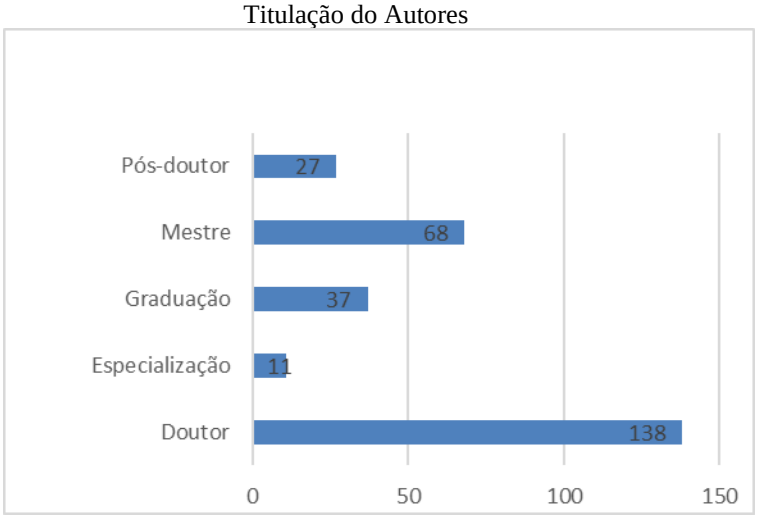
2.2 **Artigos estudados nas revistas e coletâneas**

Ainda que as coletâneas definam como seu objetivo abordar a dimensão técnico-operativa, nem todos os seus artigos foram destacados para nosso estudo, na medida em que alguns se afastam completamente da temática deste estudo. Assim, este item tem com intenção apresentar os aspectos gerais de todos os artigos selecionados para o estudo. O total de artigos identificados nas coletâneas e nas revistas foi de 201 artigos: 34 artigos nas coletâneas e 167 artigos nas revistas. Os artigos das revistas foram selecionados em um universo de 1.288 artigos publicados em dez anos (2009 – 2018) sobre diversas temáticas. Representando 15% do total de artigos, isso mostra que, comparado aos dados que observamos anteriormente sobre a presença do Serviço Social na produção de conhecimento

da área, este número não é tão inexpressivo, mostrando, de início, uma preocupação da categoria com o tema.

Em um panorama geral das produções analisadas, o Gráfico 1 mostra a titulação dos autores. O número total de autores é 281, pois há artigos com mais de um autor, no total de 201 artigos analisados.

Gráfico 1
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social – 2009-2018.
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa.
Titulação do Autores



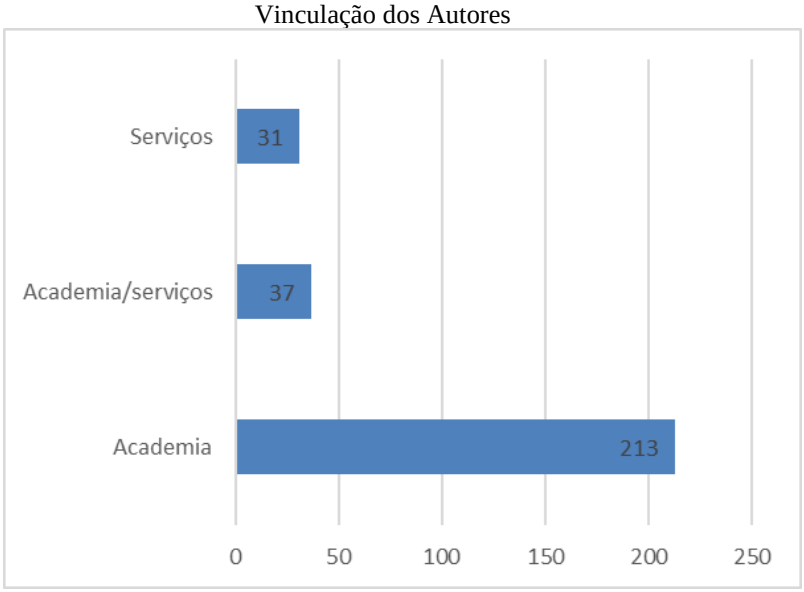
Fonte: Elaboração própria, 2020

Temos, no Gráfico 1, que 49% (138) dos artigos foram escritos por doutores e 10% (27) por pós-doutores; 24% (68) por mestres; 13% (37) por graduandos, 3% (11) por especializados. Estes dados mostram a alta qualificação acadêmica dos autores, confirmando a hipótese de que as revistas com as melhores classificações CAPES/QUALIS e as coletâneas de maior referência para a categoria são veículos em que há a concentração de acadêmicos publicando suas produções e divulgando suas pesquisas.

Questiona-se qual a veiculação desses autores? Qual a origem institucional a qual está concentrado este conhecimento? O Gráfico 2 indica que 76% da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa é oriunda de autores que estão vinculados à academia (considerando docentes e discentes) e 13% estão vinculados tanto à academia quanto aos serviços. São 11% os autores que se encontram vinculados aos serviços socioassistenciais, exercendo a função de assistente social junto à população usuária.

Gráfico 2

Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social – 2009/2018.
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa.
Vinculação dos Autores



Fonte: Elaboração própria, 2020

A concentração da produção sobre a dimensão técnico-operativa está portando em autores que possuem vínculo com a academia, o que nos leva a questionar a respeito das mediações desta produção com o cotidiano profissional. Por outro lado, estes dados nos remetem à formação profissional e à dimensão interventiva do trabalho do assistente social, para buscar compreender por que os assistentes sociais que estão em serviços e/ou atuando pouco produzem e/ou publicam suas produções. Destacamos também, como poderemos ver, que a aproximação com os serviços pode não garantir as mediações necessárias da abordagem dessa temática com o cotidiano profissional.

Pautando-se nas análises de Santos (2011) sobre as mediações entre os valores e princípios norteadores do Código de Ética e do Projeto Ético-Político Profissional e as causalidades postas pelas condições objetivas e próprias do sistema capitalista que impõe determinações na prática do assistente social, entende-se a necessidade de movimento dos diversos agentes profissionais, sendo estes, assistentes sociais, docentes, discentes, instituições de ensino com graduação em Serviço Social, para possivelmente estabelecer estratégias e táticas que forneçam subsídios para alcançar a finalidade ideal e possibilite operacionalizá-las por meio de escolhas conscientes sobres os meios.

Santos (2011) sinaliza que é necessário observar o descompasso que há entre a perspectiva de formação e as reais condições do mercado de trabalho que são dinâmicas e mudam. Assim, a formação profissional deve oferecer um conjunto de referências aos alunos

para que possam estabelecer as conexões entre a teoria e a prática, tratando esta questão para além da reforma curricular e primando pelo intercâmbio de conhecimento entre as instituições empregadoras e a academia.

> O não entendimento do limite da relação entre formação profissional e realidade, originário da não compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para assertiva dos profissionais de que na prática a teoria é outra. Porém, o que na verdade a categoria quer afirmar com na prática a teoria é outra é: os conhecimentos que aprendemos na universidade estão distantes das necessidades postas pelo mercado (SANTOS, 2011, p. 82).

A autora relembra, ainda, a responsabilidade das universidades em ter

> a iniciativa de buscar essa socialização, de encontrar mecanismos que propiciem uma relação mais próxima com a realidade profissional, mecanismos que coletivizem na categoria profissional a produção intelectual dos assistentes sociais, simultaneamente ao recolhimento, por parte dos intelectuais, dos problemas enfrentados na prática interventiva que precisam ser tratados teoricamente (idem, p. 97).

Importante considerar ainda que, ao articular a titulação dos autores com sua vinculação socioinstitucional, é possível observar que um menor número de autores inseridos nos serviços produzem e publicam seus trabalhos, sendo a maior concentração de produção realizada por doutores vinculados à academia, conforme demostrado na Tabela 3.

Tabela 3
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social – 2019-2018. Artigos que abordam a dimensão técnico operativa: relação entre titulação e veiculação dos autores

Titulação dos autores	**Vinculação do Autores**	**Número**	**Porcentagem**
Doutor	Academia Academia/serviços Serviços	122 9 7	
Total de Doutores		138	49%
Especialização	Academia Academia/serviços Serviços	6 2 3	
Total de Especialistas		11	4%
Graduação	Academia Academia/serviços Serviços	30 2 5	
Total de Graduados		37	13%
Mestre	Academia Academia/serviços Serviços	32 20 16	
Total de Mestres		68	24%
Pós-doutor	Academia	23	

	Academia/serviços	4	
Total de Pós-Doutores		27	10%
Total de Artigos		281	100%

Fonte: Elaboração própria, 2020

Ou seja, dos 201 artigos analisados, temos 281 autores, sendo 211 oriundos da academia. Dos 70 restantes, 37 artigos articulam academia e serviços e 31 são os artigos produzidos por assistentes sociais que estão em contato com a população usuária dos serviços socioassistenciais.

Comparando estes dados com o Gráfico 3, abaixo, observa-se que as produções sobre relatos de experiências têm menor percentual, expressando o que a vinculação dos autores já sinaliza; poucos estão vinculados aos serviços. Nesse sentido, compreende-se a necessidade de maior articulação entre a academia e os profissionais que estão atuando nos serviços. Considera-se este indicativo relevante pois concorda-se com Vasconcelos (2015) quanto à importância do processo de sistematização do trabalho para mediar a prática na perspectiva do projeto:

> Não há como dar visibilidade, estudar enfrentar as questões relevantes manifestadas no exercício profissional, sem abordá-las a partir de situações concretas conectadas à totalidade social, o que tanto exige como resulta em apreender essas situações como expressão do conjunto de práticas profissionais, parte e expressão da práxis social, o que, enquanto tal, tem a possibilidade de revelar o que de dominante elas incorporam, objetivam, reproduzem, multiplicam ou resistem, rebatem, contestam, repelem, combatem. É ao revelar a lógica e a dinâmica da atividade profissional – individual e coletivamente/equipe – nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o que nos conecta ao movimento da prática social existente -, que as possibilidades e oportunidades de uma prática mediada pelo projeto profissional poderão ser apreendidas. As respostas estão na realidade, mas não se revelam por si mesmas, nem a partir do que está aparente no fazer profissional. Sistematização e análise substantivas são necessárias e essenciais nesse processo (p. 226).

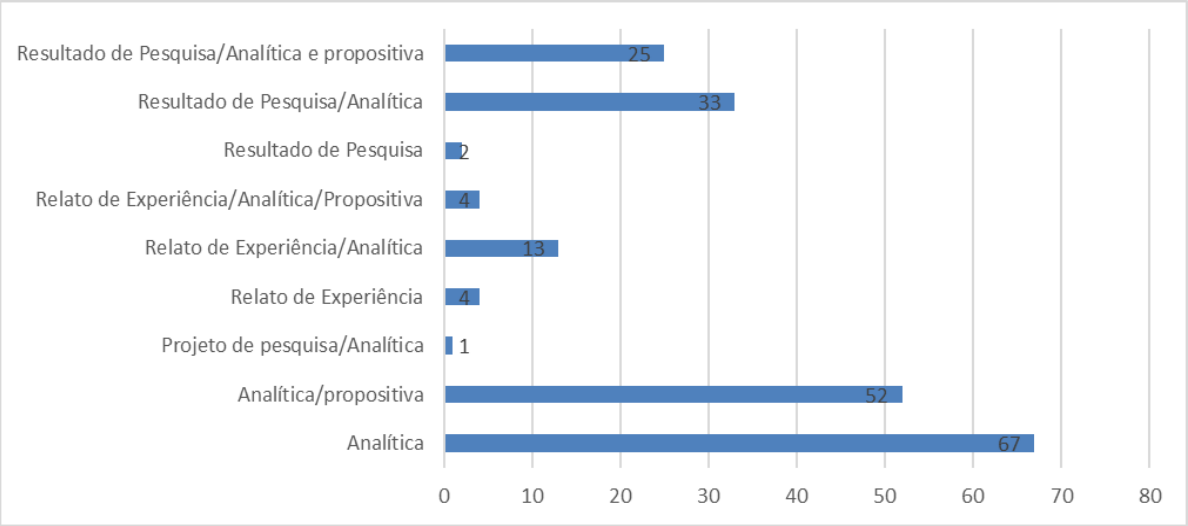
Almeida (2009)[11], ao analisar a necessidade de sistematização da prática profissional e produções que contemplem a parte operacional destaca que

> levando em consideração a literatura produzida pelo Serviço Social é de fácil verificação que ainda é pouco comum as reflexões que resgatam as experiências profissionais realizadas ou em curso, independentemente dos recortes analíticos através dos quais elas foram sistematizadas. Esta preocupação se torna mais flagrante justamente em processos investigativos que visam a elaboração de

[11] O autor utilizou a observação feita por Netto (1996), a respeito do levantamento realizado pela Professora Nobuco Kameyama (UFRJ) sobre as dissertações de mestrado e teses de doutorado em Serviço Social, que indica: "Esses dados estão sendo objeto de análise e qualquer inferência, feita agora, é muito provisória; de qualquer forma, é denotar o peso das preocupações com a 'internalidade' do Serviço Social: 230 trabalhos (31% do total) incidem sobre a prática e a formação profissionais; se a ele agregarmos os referidos à história profissional (42), teoria e método (45) e instrumentos e técnicas (23), a cifra chega a 330 (44,5% do total)."

> monografias, não só as de conclusão do curso de graduação como as dos cursos de pós-graduação (p. 03).

Gráfico 3
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social – 2009/2018.
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa
Característica da Produção



Fonte: Elaboração própria, 2020

No Gráfico 3, observam-se características dos artigos analisados[12], a partir das características mais identificadas: a) analítica com 67 (34%) publicações; b) analítica/propositiva com 52 (24%) publicações; c) resultado de pesquisa analítica com 33 (16%) das publicações; d) resultado de pesquisa analítica/propositiva com 25 (12%) das publicações; e com menor número de artigos, temos: e) resultado de pesquisa com 2 artigos (1%); f) projeto de pesquisa/analítica com 1 artigo (0,5%); g) relatos de experiência e h) relato de experiência/analítico/propositivo com 4 artigos (2%) cada; i) relato de experiência/ analítico com 13 (6,5%).

Considerando que o foco do debate é a produção de conhecimento na área de Serviço Social sobre a dimensão técnico-operativa, com relação ao conteúdo dos artigos, destaca-se a predominância de artigos com características analíticas visto que o(s) autor(es), a partir de pesquisa bibliográfica, discorre(m) sobre e/ou aborda(m) o tema, sem base no movimento da realidade profissional. Assim, são artigos que analisam o objeto de estudo a partir de bibliografia, podendo ser uma revisão bibliográfica, discussão teórica do tema etc.

[12] A descrição das classificações utilizadas está contida no Anexo A.

Os artigos analisados, a maioria identificados como analíticos, fazem uma discussão teórica do tema, apontando as principiais questões que o envolve. Observou-se que os próprios artigos – considerados analíticos – apontam a necessidade de aprofundamento da discussão sobre a dimensão técnico-operativa, bem como a necessidade de elementos que exemplifiquem as mediações com a intervenção, buscando a identificação de práticas que rompam com o conservadorismo. Importante ressaltar que, durante a leitura dos artigos, notou-se a falta de mediações com a realidade profissional, o que também foi observado, ao elaborar a fundamentação teórica para subsidiar as reflexões e apontamentos sobre a dimensão técnico-operativa, quando necessitamos utilizar parte dos próprios artigos selecionados, principalmente dos artigos das coletâneas.

Para ilustrar esse primeiro momento de apresentação dos resultados, utilizamos Guerra (2017) como exemplo de artigo analítico[13]. A autora realiza o exercício para subsidiar uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa, dividindo o seu artigo em três partes, mas buscando a totalidade desta discussão. Inicia remetendo à inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e sua funcionalidade na sociedade burguesa. Estas condições objetivas determinam parte das atribuições e possibilidades socioprofissionais, pois o assistente social "intervém através das políticas e/ou serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho ocupada e excedente, a partir das formas de regulação social capitaneadas pelo Estado burguês" (idem, p. 51).

A intervenção profissional, ao mediar demandas dos trabalhadores com os serviços, está lidando diretamente com a vida cotidiana e, nesse sentido, Guerra (2017) tece considerações sobre esta prática irrefletida e imbricada pelas características do cotidiano. Destaca-se a espontaneidade de reproduzir costumes e comportamentos, geralmente dando continuidade a processos de trabalho já existentes ou imitando procedimentos sem prévia análise ou reflexão, bem como a imediaticidade para dar respostas às demandas próprias da reprodução dos sujeitos. Nesse raciocínio, a autora aponta a necessidade de identificar os fundamentos do pragmatismo, pautando-se também as outras dimensões que compõem o trabalho do assistente social: as dimensões teórico-metodológica e a ético-política. A partir de sua análise, a autora alerta que,

> temos vivenciado o total descaso e abandono da discussão sobre a questão da instrumentalidade, da racionalidade da técnica, do alcance na utilização de instrumentos, estratégias e táticas de natureza técnica e política. Ao negligenciar a

[13] As referências bibliográficas dos artigos analisados constam no Anexo B.

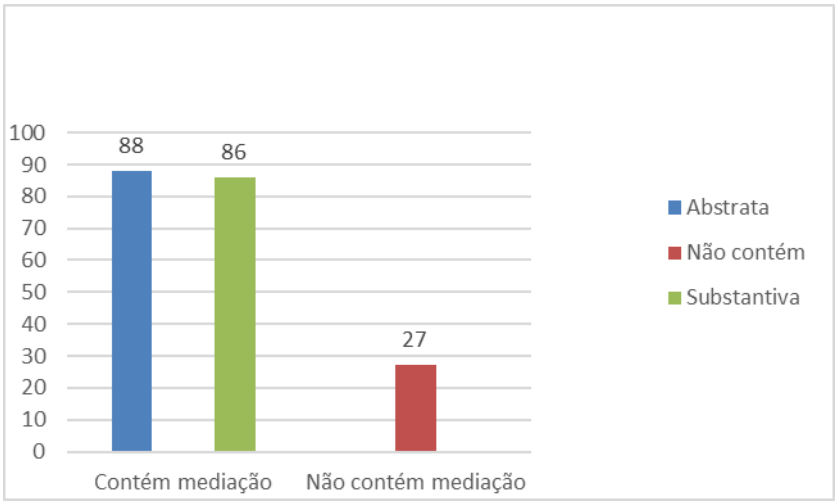
> técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional, corre-se o risco de o assistente social não realizar suas competências, de não responder às demandas que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal (idem, p. 74).

Portanto, a autora busca apontar elementos que possam contribuir com a análise do fazer profissional, contudo, indicando a necessidade de intervenções a partir do projeto de profissão. Assim, ressalta que

> é necessário investir em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos. Estamos cientes de que do direcionamento dado à formação profissional resultará ou não uma capitulação à razão instrumental (idem, p. 75).

A partir de outras características dos artigos, a análise será substancialmente aprofundada no próximo item. Aqui, é importante ressaltar a principal questão a qual busca-se nesse processo de pesquisa: as medições com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Gráfico 4
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social- 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa.
Caráter da referência/conexão com os instrumentos e planejamento da prática

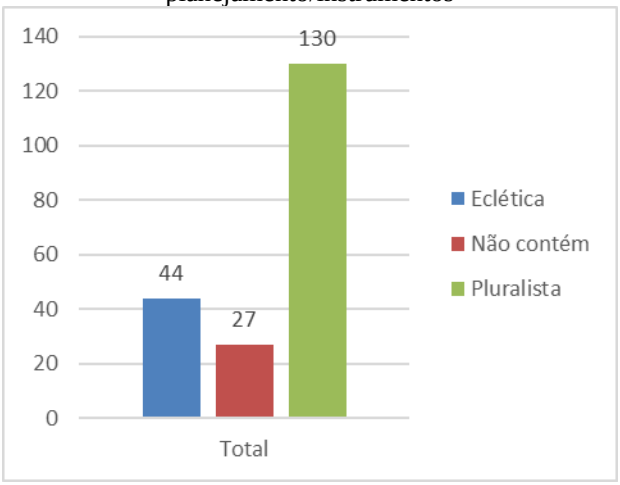


Fonte: Elaboração própria, 2020

No Gráfico 4, temos 174 artigos (87%) que apresentam mediações com os instrumentos e o planejamento da prática e 27 (13%) que, ainda que em seus títulos remetessem ao exercício profissional ou à atuação profissional, não realizam mediação com o

planejamento da prática e/ou reflexões sobre a utilização de instrumentos e técnicas. Ainda é possível observar que 88 artigos (44%) estabelecem mediações substantivas com o planejamento e/ou a utilização dos instrumentos. Ou seja, nos artigos, ao longo do texto, os autores fazem mediações com a prática e/ou o exercício profissional, sinalizando o porquê da importância do tema para a profissão e os profissionais; o porquê de a importância dos assistentes sociais acessarem tais conhecimentos, informações, instrumentos. Assim, no corpo do texto, os princípios e as diretrizes do projeto, articulados com o planejamento da prática/ instrumentos, são citados, sendo que sua coerência e as possibilidades de realmente contribuírem para uma prática mediada pelo projeto profissional serão abordadas abaixo. Por outro lado, são 86 (43%) os artigos identificados que estabelecem mediações abstratas com o planejamento/instrumentos. Nestes textos, os autores anunciam a relevância da temática/produção para a prática profissional sem deixar claro o caráter dessa relevância; apresentam somente a importância da temática para a atuação profissional ou citam a dimensão técnica-operativa/instrumentos/planejamento sem aprofundar o debate a partir da apresentação/exame dos princípios que os referencia e/ou do resgate histórico da sua temática.

Gráfico 5
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social – 2009/2018.
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa
Referências teórico-metodológica e ético-política dos autores/artigos que estabelecem mediações com o planejamento/instrumentos



Fonte: Elaboração própria, 2020

No Gráfico 5, nota-se que 130 artigos (65%) realizam mediações/conexões com o planejamento da prática e com a utilização dos instrumentos em uma perspectiva pluralista, 44 artigos (22%) em uma perspectiva eclética e 27 artigos (13%) não estabelecem nenhuma conexão com a dimensão técnico-operativa. Observa-se que a perspectiva pluralista, pautada

na tradição marxista e fruto do movimento da profissão para romper com a perspectiva conservadora, representa a maior parte de produção científica analisada. Considerou-se os artigos com medições pluralistas os textos em que os autores assumem explicita e coerentemente concepções/noções/princípios/objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político, ou seja, tomam como referência princípios, concepções, correntes teóricas que não são contraditórias ou até o ponto que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento enquanto totalidade. Mas, como veremos abaixo no Gráfico 6, dentre esses artigos, destacam-se aqueles que estabelecem relações abstratas com a dimensão técnico-operativa.

Os artigos considerados ecléticos (44/22%), no contexto do projeto profissional e considerando o perfil acadêmico dos autores um percentual relevante, são os que contêm concepções teóricas e/ou recorrem a produções que guardam contradições irreconciliáveis em seu interior, sem identificar/apontar essas contradições. Nesse sentido, são artigos que tomam como referência um conjunto de princípios e referências teórico-metodológicas sem que sejam apreendidas as contradições entre eles e/ ou em que os autores realizam uma leitura fragmentada da realidade, a partir de temas isolados. Ou seja, são artigos com embasamento teórico retirado de campos diferentes e com viés pós-moderno.

Para exemplificar, é possível observar a abordagem de Bolzan (2015), a partir dos resultados de uma pesquisa referente ao trabalho do assistente social, quando a autora se utiliza das referências do trabalho emocional norte americano como fundamento teórico.

> Ainda no contexto norte-americano dos anos 1980, Arlie Hochschild (1983), embasada na perspectiva dramatúrgica de Goffman (1959), tornou-se uma grande referência na sociologia das emoções ao definir o conceito de trabalho emocional (TE). Este pode ser compreendido como a gestão das emoções ou a atuação da pessoa sobre os sentimentos, no trabalho, para produzir um resultado em si mesmo e nos outros, criando uma expressão facial e corporal observável e desejada pela organização. Isso significa que no TE é necessário administrar e articular mente e sentimentos, além dos trabalhos físicos e mentais já inerentes às tarefas desempenhadas neste ambiente (p. 106).

A autora recorre as estas referências para analisar uma questão que acredita ser importante para a profissão, conforme mostra em sua pesquisa:

> Nesse contexto, o trabalho no Serviço Social apresenta particularidades, principalmente porque a atividade é constituída por marcadores de desigualdade: é uma profissão historicamente feminizada, instalada no setor de serviços e que não ocupa lugar de destaque na hierarquia das profissões. Portanto, torna-se importante identificar como a apropriação do trabalho emocional é feita no Serviço Social. A pesquisa ora apresentada analisou o trabalho emocional como uma das diferentes

> dimensões e exigências do trabalho no Serviço Social. Para tanto, propôs uma discussão da temática, pouco conhecida no Serviço Social, e traçou o objetivo de identificar como a apropriação do trabalho emocional é feita nessa profissão (p. 106-107).

Nesse sentido, a autora escolheu estudar a prática do Assistente Social, a partir da seguinte metodologia: "Através das formas narrativas, os profissionais falaram de si, das suas práticas, trajetórias, crenças e experiências laborais e de formação. Desse modo, foi permitido dar voz aos assistentes sociais entrevistados[14] (DUBAR, 2012)" (idem).

O artigo de Bolzan (2015), toma como referência as bases jurídicas formais para contextualizar o trabalho do cuidado na assistência, justificando a necessidade do trabalho emocional para o Serviço Social. Assim, para a autora,

> a assistência social, a criação e o fortalecimento de vínculos são uma proposta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e faz parte da Proteção Básica, compondo serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo o MDS (2015, n.p.), esses serviços "previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã". Compondo a equipe multidisciplinar dos CRAS e implementando tais programas, os assistentes sociais estão em constante envolvimento com usuários, famílias e comunidades. Não raro, isto implica em relações próximas e até pessoais com os mesmos. Além disso, as relações estabelecidas entre profissional e usuários têm grande importância para as instituições empregadoras, geralmente órgãos públicos. Ou seja, a qualidade dos atendimentos e das relações estabelecidas entre profissional e usuários favorece a representação positiva da instituição, legitimando suas políticas e reforçando o poder estatal. Nessa relação, é requerido maior dispêndio de TE pelo profissional de Serviço Social, mediando os interesses e objetivos entre instituição e usuários (p. 110)

A autora continua o seu argumento sobre a intervenção profissional, considerando a seguinte perspectiva de divisão do trabalho social:

> Há uma clara divisão sexual do trabalho emocional, concebida a partir de uma divisão entre a emoção (feminino) e o racional (masculino). Assim, são atribuídas às mulheres tarefas que demandam simpatia, ternura, paciência, bondade, gentileza, sensibilidade, intuição etc. Aos homens cabem as tarefas que exigem racionalidade, agressividade, dureza, aspereza, frieza etc. Até o ato de chorar é sexuado, socialmente construído sob a ideia de que "homem não chora", cuja expressão é, inclusive, letra de recente música brasileira. No mundo do trabalho emocional, essa divisão sexual manifesta-se concretamente nas orientações profissionais, guiando os homens para os trabalhos mais "duros", ao passo que as mulheres têm mais chances para os trabalhos que exigem "sua amabilidade" (HOCHSCHILD, 1983). Nesse sentido, o trabalho deve ser pensado como uma relação social que considera classe,

[14] Conforme Bolzan (2015, p. 108), "foram realizadas 15 entrevistas entre maio de 2013 e fevereiro de 2014, com 13 mulheres e dois homens entre 30 e 70 anos. As áreas de atuação desses profissionais são diversificadas: assistência social, saúde, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério Público (MP), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Semdus) e Organização Não Governamental (ONG). Os tipos de vínculos caracterizam-se por estatutários efetivos (município, Estado ou União), contratos por tempo determinado, cargo comissionado e trabalho voluntário".

> gênero e raça como elementos constitutivos. É preciso desvendar a pretensa neutralidade da categoria trabalho, mostrando suas características sexuadas e situando as suas relações necessariamente num contexto social e histórico. Além disso, a problemática de gênero nos permite pensar contra a ideia dominante de uma classe trabalhadora homogênea, o que, ao contrário, nos leva a pensar sua heterogeneidade, dando evidência aos marcadores de diferença e desigualdade na sociedade, como raça, sexo, nacionalidade e idade (idem, p. 112).

Bolzan (2015) considera que a problemática da divisão social do trabalho e a sua divisão da sociedade em classes se constituiu pela perspectiva história de atribuições de papéis sociais. Contudo, conforme já abordado no resgate histórico, teórico-metodológico e ético-político apontados no Capítulo 1, esta questão expressa o conflito entre capital-trabalho, que se dá pela exploração de uma classe sobre a outra, por meio do domínio das bases materiais da sociedade, o que determina as condições objetivas das relações sociais, e, por consequência, a subjetividade.

A fragmentação da questão social e a desconsideração das bases materiais para análise do trabalho do assistente social ficam evidenciadas no trecho do artigo em que a autora considera as demandas apresentadas pelos assistentes sociais no seu cotidiano como uma necessidade do trabalho emocional.

> A análise das entrevistas permite perceber que, nos espaços ocupacionais, o cotidiano dos assistentes sociais e as suas demandas são envoltas por componentes emocionais que exigem um alto grau de trabalho emocional: violência doméstica, desigualdades sociais, extrema pobreza, trabalho doméstico, abuso sexual e moral, direitos reprodutivos (gravidez, aborto), planejamento familiar, disputa de guarda, dependência química, entre outros. (idem, p.113).

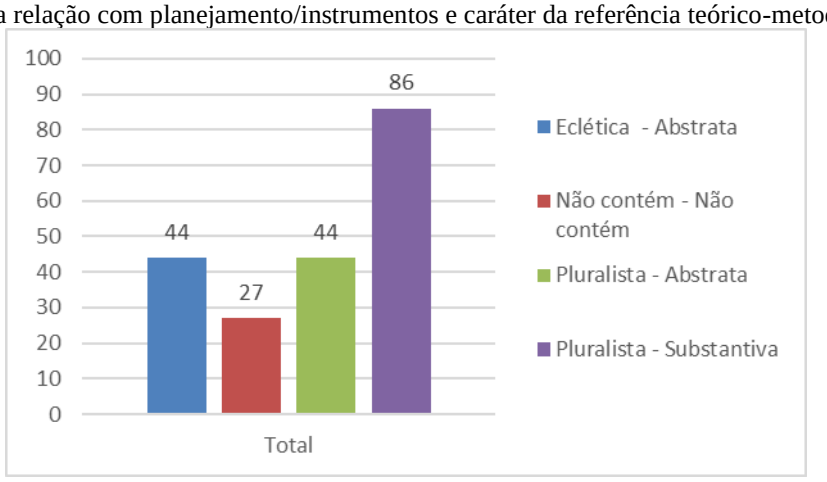
As expressões da questão social não são consideradas como fruto de um sistema que tem como fundamento a exploração do homem pelo o homem e que tem raízes no modo de (re) produção material e social. Ao direcionar o trabalho do Serviço Social para o aspecto emocional, a autora desconsidera as raízes dessa questão, voltando-se apenas para um fenômeno isolado. Ou seria o objeto de trabalho do assistente social minimizar o sentimento/sofrimento dos trabalhadores/usuários sobre as consequências do sistema capitalista?

Por fim, a autora conclui sua pesquisa reafirmando a necessidade de o assistente social trabalhar as expressões da questão social através da gestão emocional, pois, para ela, as emoções estão no cotidiano profissional e constituem a identidade profissional dos assistentes sociais. Uma perspectiva totalmente contrária à do Projeto Ético-Político Profissional, como pode-se observar a seguir.

> A gestão emocional é um aspecto importante do trabalho no Serviço Social, uma vez que este é realizado em constante interação com os usuários. As entrevistas comprovam que assistentes sociais realmente vivenciam emoções em grau considerável e alteram o gerenciamento emocional nas diferentes demandas, competências e situações relacionadas à profissão. As emoções são tão cotidianas no Serviço Social que se tornam parte da identidade profissional dos assistentes sociais (idem, p. 119).

Gráfico 6

Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018.
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa.
Caráter da relação com planejamento/instrumentos e caráter da referência teórico-metodológica



Fonte: Elaboração própria, 2020

Tabela 4

Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018. Artigos que abordam a dimensão técnico operativa. Artigos que estabelecem relação com planejamento/instrumentos e caráter da referência teórico-metodológica

Caráter da referência teórico-metodológica/ Relação com planejamento instrumentos	Número de Artigo	Porcentagem
Eclética / Abstrata	44	22%
Pluralista/ Abstrata	44	22%
Pluralista/ Substantiva	86	43%
Não estabelece relação com planejamento/instrumentos	27	13%
Total	201	100%

Fonte: Elaboração própria, 2020

No Gráfico 6 e na Tabela 4, acima, tem-se o caráter da relação dos artigos com planejamento/instrumentos e caráter da referência teórico-metodológica escolhida pelos autores. Foram identificados:

a) artigos ecléticos/abstratos - os autores anunciam a relevância da temática/produção para a prática profissional sem deixar claro o caráter dessa relevância. Simplesmente anunciam, no início ou final do texto: "isso é relevante para a prática" e não profundam a discussão na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional (44 artigos/22%);

b) artigos pluralistas/abstratos - mesmo apresentando uma perspectiva pautada na tradição da teoria social crítica e voltada para o Projeto Ético-Político profissional, os autores não se aprofundam na temática de forma substantiva (44 artigos - 22%).

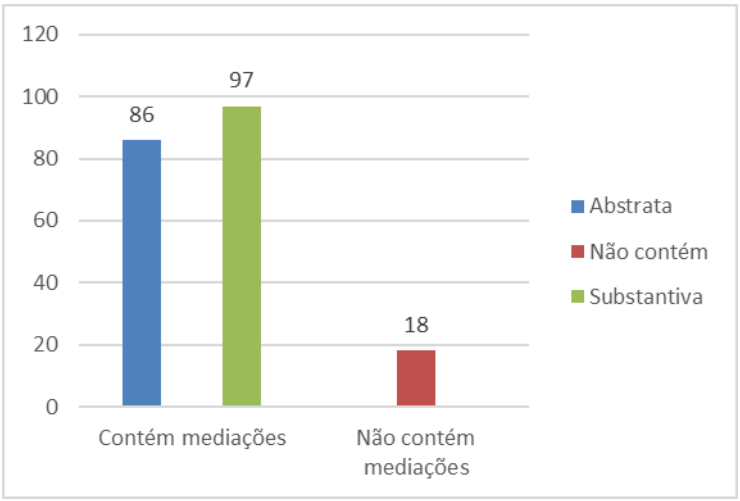
c) artigos pluralistas/substantivos - os autores, ao longo do texto, fazem mediações com a prática e/ou o exercício profissional, sinalizando o porquê da importância do tema para a profissão e os profissionais; o porquê da importância dos assistentes sociais acessarem tais conhecimentos, informações, instrumentos. Assim, constituem discussões de temas concernentes ao cotidiano profissional, desenvolvidas em todo corpo do texto, a partir de uma articulação tanto analítica quanto propositiva, no qual o Serviço Social perpassa todo o texto (86 artigos – 43%);

d) artigos que não estabelecem relação com planejamento/instrumentos (27 artigos-13%).

Os artigos com caráter/conexão pluralista/substantiva constituem a maior parte das produções, denotando uma preocupação dos autores em contribuir com produções fundamentadas no âmbito da dimensão técnico-operativa, de acordo com a perspectiva teórico-metodológica que o Serviço Social vem construindo desde a década de 1970. Mas, como indicado acima, aqui fica mais claro que, diante do número elevado de artigos que realizam mediações/conexões com o planejamento da prática e com a utilização dos instrumentos em uma perspectiva pluralista (130 artigos, ou seja, 65% dos 201 artigos identificados e analisados), é preciso ressaltar que, dentre eles, são 44 (1/3) os artigos que estabelecem mediações abstratas com o planejamento/instrumentos. Ou seja, mesmo anunciando a relevância da temática e do artigo para a prática profissional, não se deixa claro o caráter dessa relevância. Os autores citam a dimensão técnica-operativa/instrumentos/planejamento sem aprofundar o debate a partir da apresentação/exame dos princípios que os referencia e/ou do resgate histórico da sua temática. Ou seja, são artigos

que, como veremos abaixo, sem base na realidade profissional, pouco podem contribuir com os assistentes sociais no que se refere à dimensão técnico-operativa.

Gráfico 7
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Caráter das mediações com o Projeto Ético-Político Profissional



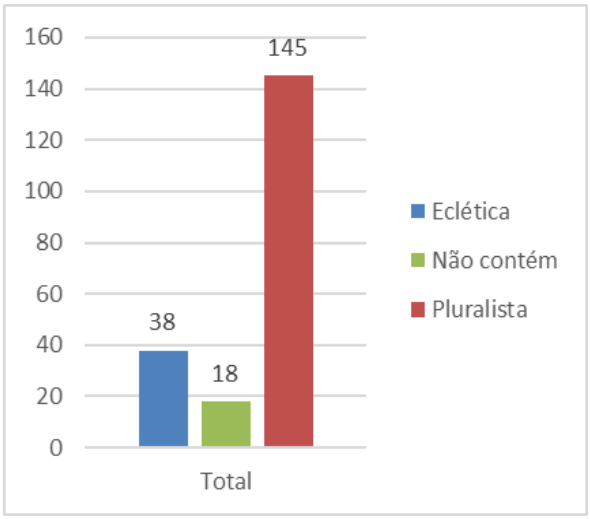
Fonte: Elaboração própria, 2020

Quanto às mediações com o Projeto Ético-Político Profissional (Gráfico 7), 86 artigos (43%) realizam mediações de forma abstrata e 97 artigos (49%) de forma substantiva; são 18 (9%) os artigos que não estabelecem nenhuma mediação com o projeto. É expressivo, assim, o quantitativo de artigos em que os autores anunciam seu compromisso com o projeto da profissão, ainda que não fique explícito no artigo algo que identifique esse compromisso/escolha. Por outro lado, quase metade dos artigos, ao longo do texto, faz referências ao compromisso com o projeto do Serviço Social, deixando claros os valores e princípios que defendem, as finalidades do projeto e/ou as referências teórico-metodológicas que o sustenta. Portanto, 183 dos artigos (91%) estabelecem mediações com o projeto profissional, enquanto apenas 18 (9%) dos autores não fazem referência ao projeto. Observa-se que a maioria das produções realiza o movimento de anunciar o projeto e ressaltar sua importância para a profissão. Contudo, é preciso destacar que alguns artigos fazem essas mediações de forma articulada, sinalizando para possíveis práticas que rompam com o conservadorismo. Considera-se como parâmetro para mediação da produção de conhecimento com o projeto profissional, conforme Vasconcelos (2015).

> No meu entender, este projeto toma como base, antes de tudo, os princípios do Código de Ética do assistente social, (que, não fragmentados, lhes servem de preceitos) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita a referência da teoria social crítica – Marx e marxismo. Ou seja, nos 11 princípios do Código de Ética tomados como totalidade, em unidade e associação com as referências teórico-metodológicas e técnico-operativas contidas no processo de formação da ABEPSS/1996, é que podemos apreender os aspectos socializantes, emancipatórios revolucionários e anticapitalista que pode assumir o projeto do Serviço Social brasileiro, na busca de, concomitantemente, superar o conservadorismo histórico da/na profissão e favorecer processos de ruptura com a ordem do capital, rumo à emancipação humana (p.297).

Relacionou-se também as conexões realizadas pelos autores que tomam como referência o projeto profissional com as dimensões teórico-metodológica e ético-política (Gráfico 8).

Gráfico 8
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Autores que optam pelo projeto do Serviço Social e suas referências teórico-metodológicas e ético-políticas



Fonte: Elaboração própria, 2020

Assim, observou-se que, de forma eclética, 38 artigos (19%), ao mesmo tempo em que defendem direitos sociais, políticas públicas, Estado de direito, a legislação que garante direitos sociais conquistados historicamente, conservam princípios, valores e referências teóricas/noções em contradição com essa direção social escolhida. Por outro lado, os autores de 145 artigos (72%) se mostram pluralistas, ao assumirem, explícita e coerentemente, concepções/noções/princípios/objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político. Ou seja, tomam como referência

concepções e correntes teóricas que não se mostram contraditórias ou referem-se a autores até o ponto em que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento como totalidade e, desse modo, devem ser considerados em uma apreensão crítica da realidade. Os 18 artigos (9%) restantes não realizam mediações com o projeto profissional.

Observa-se assim que a contribuição da tradição marxista, no que diz respeito às referências teórico-metodológicas, está presente na maioria dos artigos, o que nos leva a sinalizar que a produção de conhecimento do Serviço Social a respeito da dimensão técnico - operativa está em sintonia com as referências teóricas indicadas pelo Projeto Ético-Político Profissional, ainda que nem sempre de forma substantiva.

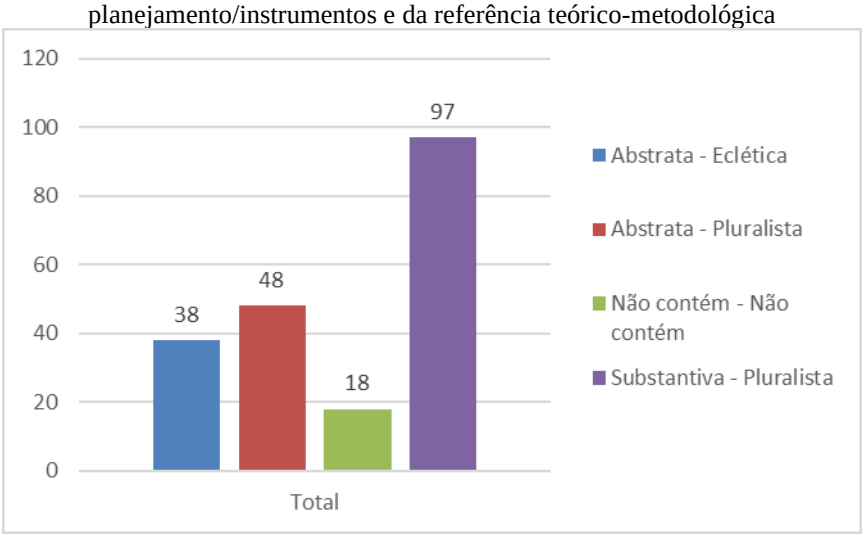
Esta questão também está presente quando relacionamos os dados dos Gráficos 7 e 8, como podemos observar na Tabela 5 e no Gráfico 9.

Tabela 5
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa. Autores que optam pelo Projeto Ético-Político Profissional e caráter da referência teórico-metodológica e das mediações com planejamento/instrumentos

Caráter da referência teórico-metodológica	**Número de Artigo**	**Porcentagem**
Eclética / Abstrata	38	19%
Pluralista/ Abstrata	48	24%
Pluralista/ Substantiva	97	48%
Não faz opção pelo projeto	18	9%
Total	201	100%

Fonte: Elaboração própria, 2020

Gráfico 9
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Autores que optam pelo Projeto Ético-Político Profissional, caráter das mediações com planejamento/instrumentos e da referência teórico-metodológica



Fonte: Elaboração própria, 2020

Assim, ao relacionarmos os textos em que os autores optam pelo projeto profissional e suas referências teórico-metodológicas e ético-políticas, encontra-se os seguintes dados:

a) autores que, a partir de referências ecléticas, de forma abstrata anunciam seu compromisso com o projeto da profissão, sem revelar algo que identifique esse compromisso/escolha (38 artigos/19%);
b) autores que, a partir de referências pluralistas, de forma abstrata, anunciam o compromisso com o projeto de profissão (48 artigos/24%);
c) autores que, a partir de referências pluralistas, de forma substantiva, ao longo do texto, fazem referência ao compromisso com o projeto do Serviço Social deixando claros valores e princípios que defendem, as finalidades do projeto e/ou as referências teórico-metodológicas (97 artigos/48%).
d) autores que não tomam o projeto profissional como referência (18 artigos / 9%).

Para exemplificar os artigos analíticos, a partir de mediações pluralistas/abstratas (24%), destaca-se o artigo de Martins (2018) intitulado "**Serviço Social e Instituições Participativas: apontamentos sobre a atuação profissional no apoio ao controle social"**. O autor, objetivando se manifestar de forma crítica sobre a intervenção do assistente social nos espaços de controle social, deixa explícita a perspectiva de sociedade que defende.

Conforme o trecho abaixo, considera a luta de classes e as condições determinantes do modo e produção capitalista em sua perspectiva de totalidade.

> De forma mais precisa, as dinâmicas de mobilização social repercutem as contradições sociais em seus vários tipos e níveis, o que significa dizer que a sua fundamentação está assentada nas defasagens e oposições que conformam as tendências que ordenam a produção e reprodução da vida coletiva. Daí que tais processos não nasçam apenas quando os atores elaboram e vocalizam suas opressões, mas sim (e principalmente) quando as forças que governam as estruturas e instituições estabelecem confrontos reais que afetam os sujeitos implicados com uma questão, exigindo uma ação organizada e articulada no espaço social (MARTINS, 2018, p.85).

Nesse sentido, defendendo uma sociedade sem opressões e tomando Gramsci como referência teórica, acredita na organização política por meio dos trabalhadores para se alcançar uma sociedade livre.

> A questão é que a "[...] a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos [...] (GRAMSCI, 1978, p. 33), vinculados organicamente à produção e à reprodução social. Por isso o processo que assenta uma ideologia como conjunto universal e legítimo de ideias é uma dinâmica de enfrentamento, uma disputa estratégica pelo controle da coletividade. Neste sentido, a hegemonia consiste, justamente, na cristalização de uma matriz ideal que se irradia por toda sociedade, provocando a conformidade necessária para que a direção social exercida por uma classe possa se estabelecer e atualizar (MARTINS, 2013; 2014) (idem, p. 86)

Nesse raciocínio, propõe a mediação com o Serviço Social e com o projeto Ético-Político Profissional.

> Toda a caracterização antes realizada nos remete para complexidade do problema, cujas determinações evidenciam polêmicas de vulto. Neste caminho, indicar as conexões entre a mobilização social e o trabalho do Assistente Social exige o reconhecimento da impossibilidade de redução das lutas coletivas às atividades de um grupo laborativo, posto que os principais desencadeadores destas dinâmicas são as classes e as instituições, e não as profissões.

Martins (2018) se manifesta pela não fragmentação das lutas sociais e acredita em práticas pedagógicas do Serviço Social que possam contribuir nestes espaços:

> O Serviço Social ganhou, assim, uma orientação voltada para defesa de direitos, inclinação essa comprometida com valores como transparência, respeito mútuo e não coerção. Estes fatos lançaram novos problemas e desafios para a categoria, que no plano teórico tomaram corpo na investigação das questões afeitas à hegemonia, à ideologia e às práticas pedagógicas. É partir destes elementos que emergiu a problematização do tema da democracia no Serviço Social, e, dentro dele, da atuação profissional nas instituições destinadas a canalizar (ainda que artificialmente) a vontade popular (tais como conselhos, fóruns, câmaras técnicas, etc.) (p. 89)

Contudo, ao trazer a dimensão técnico-operativa e algumas mediações para a profissão, observa-se que o autor não apresenta elementos que deem sustentabilidade para o

atual projeto profissional. O fragmento abaixo ilustra um posicionamento de gestão da política social e pouco se compreende como o assistente social poderá contribuir com a luta dos trabalhadores a qual ele inicia seu trabalho defendendo, na medida em que o foco é sempre o que *se deve fazer* e não o como se faz.

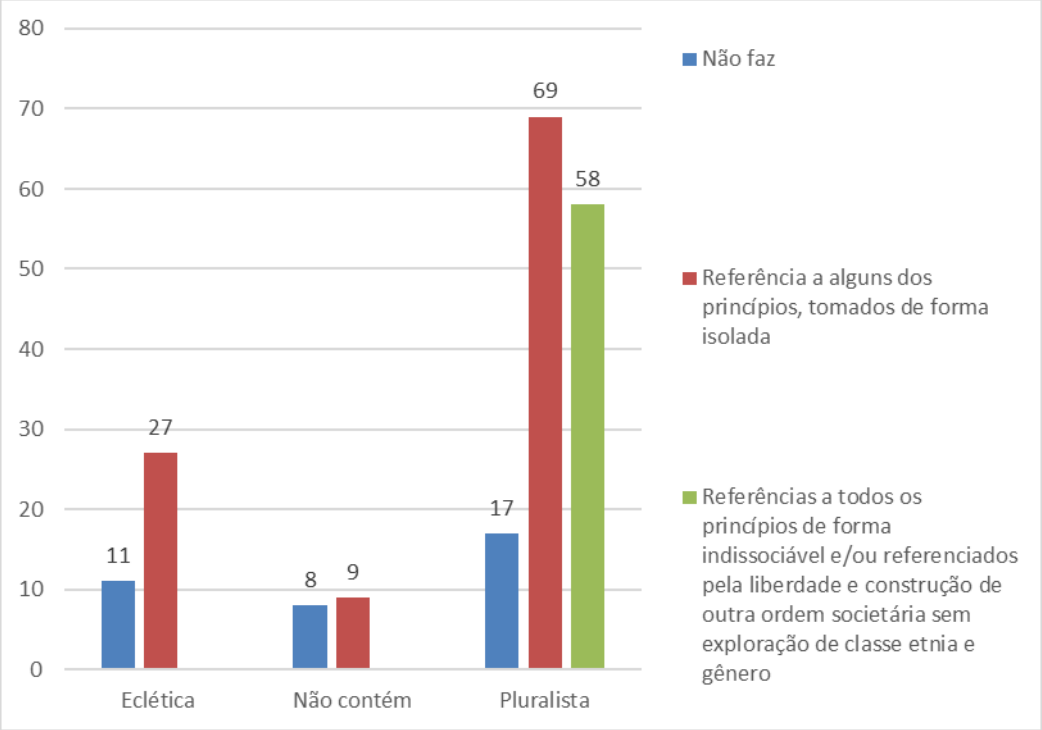
> Nesse tocante, é preciso reforçar o papel dos registros profissionais consolidados na forma de laudos e pareceres. Muitos *Assistentes Sociais têm sido convocados a emitir opiniões técnicas que orientem os conselheiros sobre questões decisivas no campo do controle social. Esta prática indica uma grande responsabilidade, dado que o profissional opinará, por exemplo, sobre a fiscalização de unidades estatais de atendimento à população; sobre o planejamento e a execução orçamentária de uma secretaria municipal ou fundo especial; sobre a inscrição de organizações da sociedade civil; sobre a captação de recursos para projetos sociais de entidades privadas (como no caso dos conselhos da área da infância e do adolescente), etc.* Neste âmbito, o profissional possui um poder justificado por seu conhecimento técnico. *É preciso formular considerações precisas, fortemente calcadas na interpretação da legislação social e dos manuais institucionais, que orientam a gestão e operacionalização das políticas sociais. Esta tarefa, claro, necessita ainda de ampla bagagem teórico-metodológica, lastreada nas conquistas do projeto profissional do Serviço Social* (CALHEIROS, 2014; ALCHORNE; SILVA; TOLÊDO, 2015; MARTINS, 2013).A capacidade de elaborar bons textos, justificar publicamente as escolhas e encaminhamentos é essencial, afetando a legitimidade e credibilidade do Assistente Social. A elaboração e apresentação de documentos também deve considerar a particularidade do público leitor, que inclui agentes que desconhecem a linguagem burocrática do meio (termos, instituições, siglas, etc.), o que exigirá um esforço adicional de tradução para a boa transmissão da mensagem profissional. (p. 90, grifos nossos)

Por fim, o autor afirma nas considerações finais o protagonismo do assistente social nos espaços de controle social, como profissionais da defesa da democracia e da participação social. Acredita-se que neste espaço se configura um movimento histórico dos trabalhadores por direitos sociais, entretanto não é possível desconsiderá-lo como um aparato do aparelho burguês. Contudo, o artigo não deixa claro em que condições nem como se realiza esse protagonismo profissional em prol da classe trabalhadora; quais as estratégias utilizadas por esse profissional para proporcionar um protagonismo ainda mais importante: a real e efetiva participação dos usuários/trabalhadores; a qual finalidade e projeto de classe este protagonismo/exercício profissional está corroborando. Portanto, torna-se abstrata a conexão com o Projeto Ético-Político Profissional.

> A atuação do Assistente Social nas instâncias de apoio às instituições participativas é uma das grandes conquistas da categoria profissional. O protagonismo da profissão nestes espaços é fruto dos acúmulos práticos e teórico-metodológicos que consolidaram o projeto profissional hoje hegemônico no Serviço Social, com sua orientação voltada à defesa da democracia e da participação social. A manutenção destes elementos, obviamente, depende da capacidade dos assistentes sociais para se atualizar frente as demandas de trabalho, transformando os problemas colocados pelo dinamismo do real em respostas interventivas. Neste sentido, a continuidade do investimento teórico que a categoria tem empreendido neste campo, sobretudo naquilo que concerne à conexão entre os dilemas conceituais e as questões práticas que interpelam o cotidiano de atuação, é decisiva (MARTINS, 2018, p. 940).

Tendo em vista enriquecer a análise, comparamos os dados do Gráfico 8 com a menção e referências realizadas pelos autores ao Código de Ética Profissional. O Gráfico 10 mostra a relação entre as referências teórico-metodológicas e ético-políticas dos autores, a opção pelo Projeto Ético-Político Profissional e a referência aos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social.

Gráfico 10
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Referência aos princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social/ referência teórico-metodológica



Fonte: Elaboração própria, 2020

Dos 145 artigos (72%), cujos autores partem de referências teórico-metodológicas pluralistas, 69 mencionam a existência do Código, anunciam sua importância e/ou tomam alguns princípios de forma isolada e pontual; 58 mencionam os princípios fundamentais do Código de Ética de forma indissociável e/ou o fazem tendo como referência central a liberdade e a construção de outra ordem societária sem dominação/exploração de classe etnia e gênero e 17 não fazem referência ao Código e aos princípios. Quanto aos 38 artigos, cujos autores partem de referências teóricas ecléticas, 11 não fazem menção ao Código de Ética ou aos princípios e 27 artigos anunciam sua importância e/ou tomam alguns princípios de forma pontual. Dos 18 artigos, cujos autores não têm o projeto como referência, 9 mencionam princípios de forma isolada.

Portanto, observa-se que, mesmo os autores que optam pelo Projeto Ético-Político Profissional, a partir de referências teórico-metodológicas e ético-políticas fundamentadas na teoria social crítica, os dados apontam que a maioria, ou não se refere ao Código ou aos princípios (17), ou faz referência aos princípios do Código de Ética de forma fragmentada (69), o que não expressa uma perspectiva anticapitalista que favoreça os trabalhadores.

Ao considerar a referência ao Código de Ética de 1993, buscou-se identificar a presença de seus fundamentos, diante da sua importância enquanto normativa para o Serviço Social. Conforme Barroco (2006),

> entendeu-se, sobretudo, a necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos. Nesse sentido, o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores ético-políticos emancipatórios referidos à conquista da liberdade (p. 200).

Nessa perspectiva, compreende-se que o Código de Ética do assistente social remete à reflexão ética[15] para a supressão da sociabilidade capitalista, sendo a liberdade tomada como valor ético central e que se fundamenta pela reprodução humana realizada por meio do trabalho livre e desalienado. Assim, ele expressa a superação da liberdade positiva de concepção liberal e tipificada na racionalidade burguesa. Esta normatização firma o compromisso com a classe trabalhadora, entretanto se faz primordial observar o que

> traduzindo seus valores e princípios para a particularidade do compromisso profissional, o Código aponta para as determinações da competência ético-política profissional; ela não depende somente da uma vontade política e da adesão a valores, mas da capacidade de torná-los concretos, donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais (idem, p. 205).

Assim, considerando os conexões realizadas entres o planejamento da prática, o Projeto Ético-Político Profissional, o Código de Ética e o movimento dos assistentes sociais na construção de um exercício profissional compromissado com princípios e valores emancipatórios e com a necessidade de operacionalizar o Projeto Ético-Profissional, esta pesquisa fundamenta a prática interventiva do assistente social conforme sintetizado por Santos (2011, p. 74-75).

> A existência de um projeto profissional, pautado numa direção ético-política, define ser a prática profissional de Serviço Social constituída pelas causalidades (condições

[15] Conforme Barroco (2010, p. 55) "a reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidade voltadas exclusivamente ao 'eu', ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes".

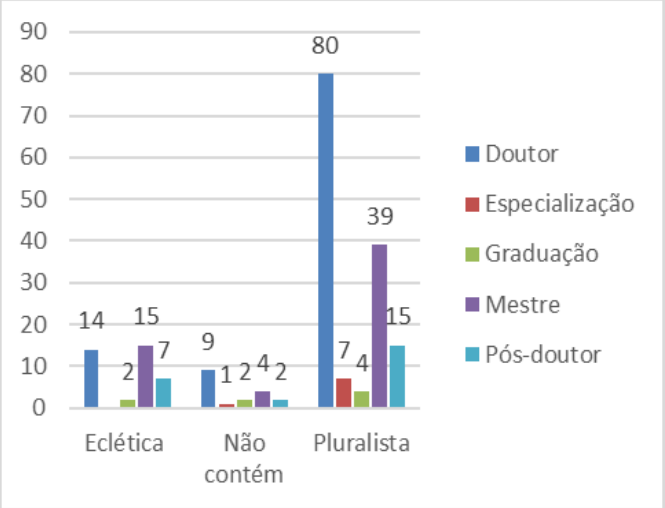
> objetivas) e pela teleologia (finalidades). Tal prática fica assim carregada de valores e escolhas que se encontram em permanente conflito com o conjunto de causalidades dadas. De outra forma, na prática interventiva do assistente social, como se trata de uma posição teleológica que se pretende uma ação sobre as outras consciências, ou de influir sobre um ser que não é uma matéria inerte e sim outra ser humano e/ou estruturas que lhe afetam e que, como tal, oferecem uma reação sobre a ação, escolher uma finalidade e os meios existentes a serem mobilizados exige, igualmente, um conhecimento dos sujeitos que procuram por serviços sociais: conhecimento dos fenômenos apresentados por eles, seus valores, cultura, preconceito, juízos. Esses sujeitos não meros objetos, sendo assim, devem-se conhecer, também, os determinantes estruturais, ideológicos e políticos que condicionam a existência humana.

O exercício de mediação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, compreendendo as suas especificidades e o que as torna uma unidade, constituiu-se o principal eixo de análise e, assim, durante a leitura dos artigos selecionados como material empírico, buscou-se indicadores que demonstrassem este movimento e que possivelmente contribuísse para a operacionalização do atual projeto de profissão. Nessa linha de raciocínio, concorda-se com Vasconcelos (2015):

> o que é relevante e essencial, no contexto do capitalismo contemporâneo, é apreender as consequências para os trabalhadores nos seus diferentes segmentos das atividades realizadas pelo conjunto dos assistente sociais brasileiros, particularmente a realizada pelos assistentes sociais que tomam o projeto do Serviço Social como referência, na perspectiva marxista e emancipatória, no enfrentamento dos desafios e das exigências colocadas à categoria profissional. Isso porque, é na materialização das finalidades e objetivos contidos no projeto profissional que se torna fundamental identificar e definir as tendências e as possibilidades presentes na profissão, para, aí, para além da petição de princípios, apreender na realidade a direção social que os assistentes sociais vêm imprimindo ao seu cotidiano profissional e as tendências presentes nesse movimentos (p. 180).

Nesse sentido, buscou-se identificar qual a vinculação dos autores que optaram pelo Projeto Ético-Político Profissional, bem como sua titulação, para identificar onde este conhecimento vem se estabelecendo.

Gráfico 11
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Titulação de Autores que fazem opção pelo Projeto Ético-Político Profissional



Fonte: Elaboração própria, 2020

Tabela 6
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Titulação de Autores que fazem opção pelo Projeto Ético-Político Profissional

Referência ao projeto	Graduação	Especiali-zação	Mestre	Doutor	Pós-doutor	Total
Eclética	2	-	15	14	7	38
Não Contém	2	1	4	9	2	18
Pluralista	4	7	39	80	15	145
TOTAL	8	8	58	103	24	201

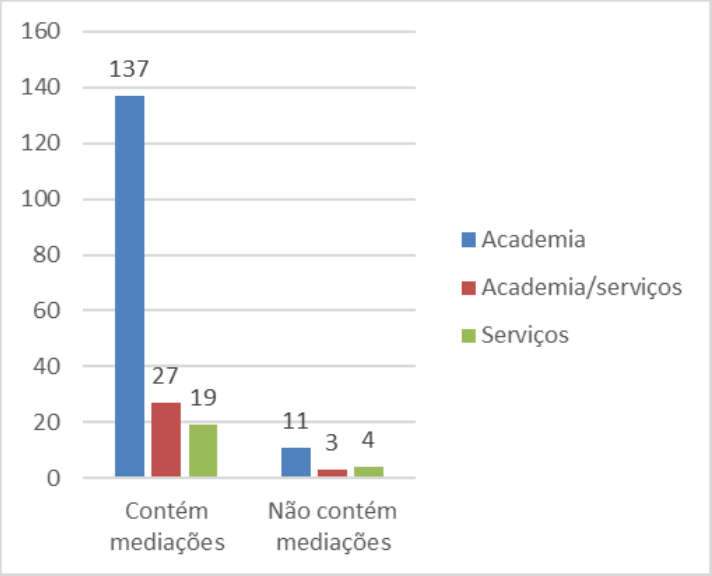
Fonte: Elaboração própria, 2020

O Gráfico 11 e a Tabela 6 mostram que 80 artigos (40%) que contêm mediações com o projeto profissional de forma pluralista foram produzidos por doutores; 15 artigos (7%) por pós-doutores; 39 (19%) por mestres, o que revela o alto nível de qualificação dos autores, bem como a presença da perspectiva crítica na pós-graduação do Serviço Social.

Cabe sinalizar que a perspectiva eclética também vem se fazendo presente nos programas de pós-graduação. Entre os doutores, mestres e pós doutores, temos 36 artigos produzidos a partir de uma perspectiva eclética, o que, certamente, não contribuiu para a consolidação do projeto profissional nem favorece o compromisso com os trabalhadores. Principalmente, porque, como mostra o Gráfico 12 e a Tabela 7, a maioria dos autores está vinculada à academia, ou seja, realizando pesquisa e formando futuros assistentes sociais. Ou

seja, dos 201 artigos, temos 178 que foram produzidos por autores que estão diretamente vinculados à academia.

Gráfico 12
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Vinculação dos autores que estabelecem mediações com o Projeto Ético-Político Profissional



Fonte: Elaboração própria, 2020

Tabela 7
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico-operativa
Vinculação dos Autores que realizam mediações com o Projeto Ético-Político Profissional

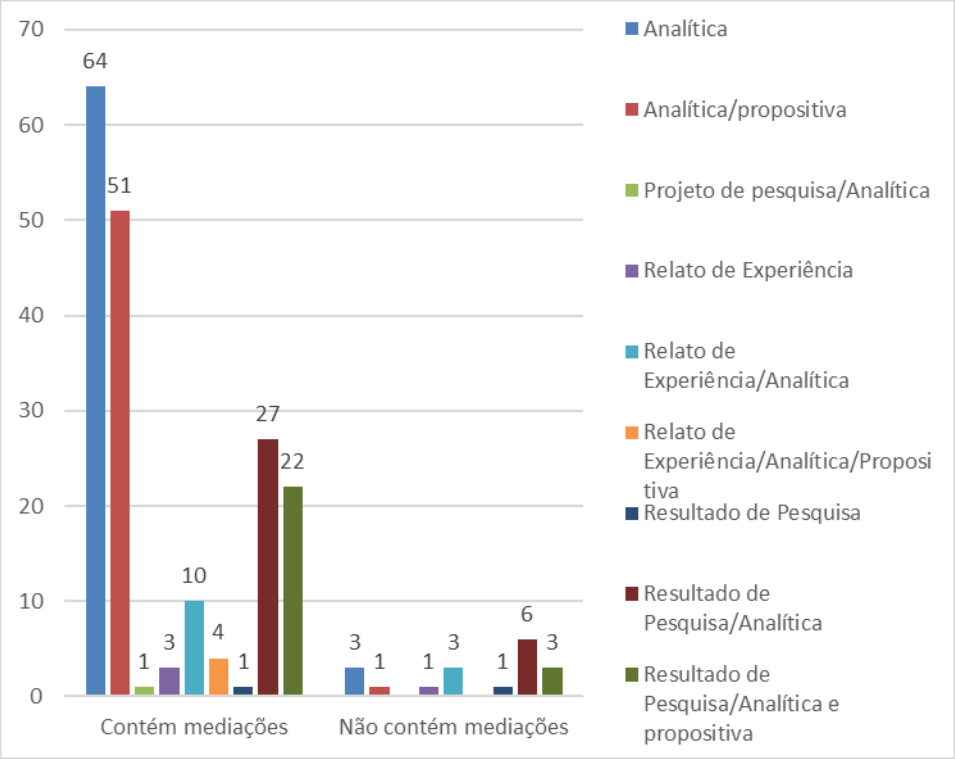
Mediações com o Projeto Profissional	**Vinculação dos Autores**			
	Academia	**Academia/serviços**	**Serviços**	**Total**
Contém mediações	137	27	19	183
Não contém mediações	11	3	4	18
Total	148	30	23	201

Fonte: Elaboração própria, 2020

Estes dados mostram também a escassa produção originada dos espaços socioassistenciais. Entre 201 artigos, temos somente 23 produzidos por profissionais vinculados aos serviços, na dimensão técnico-operativa. Acredita-se que compartilhando a experiência profissional, mais dados de realidade são revelados, maiores elementos de análise são possíveis e, desta forma, o conhecimento vai se aprimorando e aprofundando, trazendo mais indicadores e possibilidades para uma intervenção crítica.

Nesse sentido, buscou-se apreender as características da produção disponível na perspectiva do projeto, objetivando identificar em quais produções os assistentes sociais podem buscar referências sobre a dimensão técnico-operativa, como fonte de inspiração e análise. O Gráfico 13 aponta as características das produções que possuem mediações com o projeto da profissão.

Gráfico 13
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Mediações com o projeto profissional e características da Produção



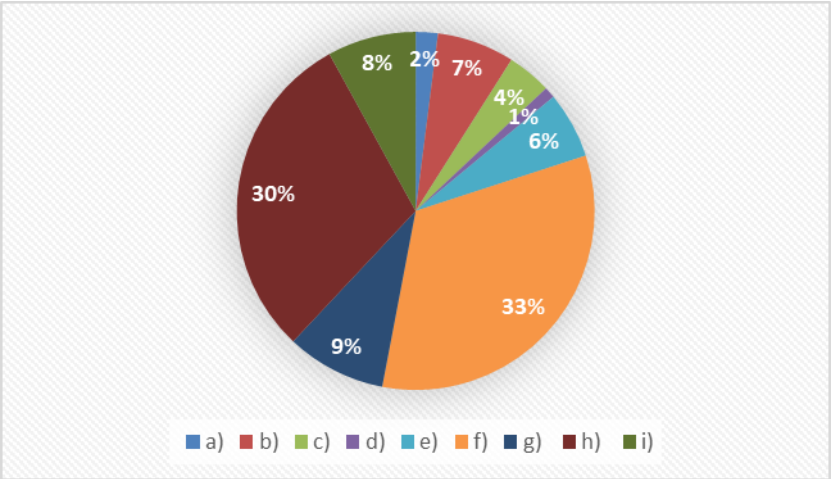
Fonte: Elaboração própria, 2020

Observando o Gráfico 13, toma-se como relevante que 64 artigos (32%) dos autores que optam pelo projeto de profissão são analíticos, e 51 (26%) são analíticos/propositivos. Portanto, os textos que realizam mediações com o Projeto Ético-Político Profissional e que objetivam abordar a dimensão técnico-operativa são, fundamentalmente, teóricos. Revela-se ainda a escassa produção sobre o cotidiano profissional: relatos de experiência/relato de experiência analítico, com 13 artigos; projeto/resultado de pesquisa, 2 artigos. Portanto, acredita-se que se faz necessário a produção de conhecimento do Serviço Social estabelecer conexões com as experiências cotidianas, com os resultados de pesquisa, ou seja, com a

realidade, para potencialmente criar trabalhos que possibilitem identificação por parte dos assistentes sociais para a operacionalização do atual projeto de profissão.

Nessa perspectiva, e estabelecendo a mediação entre as três dimensões do trabalho do assistente social, o Gráfico 14 apresenta a classificação completa dos artigos por meio da correlação de indicadores selecionados que demonstram como se deram as mediações entre o planejamento da prática e utilização dos instrumentos, no contexto do Projeto Ético Político-Profissional, ou seja, os textos que buscam a conexão entra a teoria e prática. Até o momento, foi apresentado separadamente como estas mediações se realizam nos artigos, todavia, compreendendo o movimento necessário para não desconectar a prática de suas concepções teórico metodológicas e ético-políticas, estabeleceu-se as seguintes relações:

Gráfico 14
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa
Caráter da referência/ conexão entre o planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional



Fonte: Elaboração própria, 2020

a) Artigos que anunciam em seus títulos ou em seus resumos o exercício profissional, mas não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e/ou com o Projeto Ético-Político Profissional;
b) Artigos que não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos, mas realizam mediação com o Projeto Ético-Político Profissional de forma substantiva;
c) Artigos que não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos, mas realizam mediações com o Projeto Ético-Político Profissional de forma abstrata;

d) Artigos que não mencionam o Projeto Ético-Político profissional, contudo realizam mediação com o planejamento da prática e a utilização de instrumentos, de forma substantiva;
e) Artigos que não mencionam o Projeto Ético-Político profissional, contudo realizam mediação com o planejamento da prática e a utilização de instrumentos, de forma abstrata;
f) Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma substantiva;
g) Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos de forma substantiva, contudo, realizam mediações com o Projeto Ético-Político profissional de forma mais abstrata;
h) Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma abstrata;
i) Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos de forma abstrata, mas realizam mediação com o Projeto Ético-Político profissional de forma substantiva.

Pelos dados encontrados, pode-se afirmar que os artigos que realizam mediações com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional de forma substantiva (33%) são os que contêm elementos que, possivelmente, poderão subsidiar os assistentes sociais para pensar e realizar a atividade profissional, a partir da compreensão das dimensões ético-politica, teórico-metodológica e técnico operativa como unidade.[16] Acredita-se que esse extrato da produção de conhecimento da área de Serviço Social corrobora com o atual projeto do Serviço Social, pois, conforme Coelho (2013):

> ao apreender as mediações entre a esfera do cotidiano, na qual prevalece o imediato, e as demais esferas do ser social, sobretudo a econômica e a política, os assistentes sociais vinculados à perspectiva histórico-crítica desmistificam o caráter de apostolado da profissão e a sua funcionalidade à ordem burguesa no controle sociocultural, econômico e ideológico da classe trabalhadora, explicitam as possibilidades e os limites do exercício profissional. Tal compreensão da realidade e da profissão, como parte constitutiva da totalidade contraditória, somente foi possível quando, pela prática crítica, segmentos da profissão começaram a constituir as balizas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas da profissão na perspectiva crítica e estabelecer a crítica ao Serviço Social tradicional e às vertentes vinculadas aos interesses do capital, desmistificando-as (p. 118).

[16] As referências bibliográficas dos duzentos e um (201) artigos pesquisados/estudados encontram-se no Anexo B.

Portanto, elege-se como eixo principal a análise dos artigos que representam de forma substantiva as mediações entre o planejamento da prática, a utilização dos instrumentos e a perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional. Nessa direção, pretende-se contribuir com um debate substantivo da produção sobre a dimensão técnico-operativa, debate que se faz primordial e urgente e, conforme já observado, necessário que seja intensificado nas pautas da categoria profissional.

2.3 **Considerações acerca dos artigos que reivindicam a abordagem da dimensão técnico-operativa e que relacionam planejamento da prática, utilização dos instrumentos e perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional de forma substantiva**

Este item do capítulo destina-se a analisar os principais artigos que abordam a dimensão técnico-operativa e que podem contribuir com a transformação do Projeto Ético-Político Profissional em realidade no âmbito da categoria profissional. Importante ressaltar que se propõe um diálogo respeitoso com as produções, sendo um dos objetivos desta pesquisa contribuir com a produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa.

Dentre os 201 artigos analisados, são 67 (33% - ver gráfico 14) os que realizam mediações substantivas com o planejamento da prática, a utilização dos instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional. Tomando estes 67 artigos como universo de análise, elaborou-se a Tabela 8 e os gráficos, a seguir.

Tabela 8
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa de forma substantiva. Características dos artigos que realizam mediações substantivas entre planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional

Características	Número de Artigos	Porcentagem
Analítico	25	37%
Analítico/Propositivo	24	35%
Resultado de pesquisa analítico	9	15%
Resultado de pesquisa analítico/ propositivo	8	12%
Relato de Experiência Analítico	1	1%
Total	67	100%

Fonte: Elaboração própria, 2020

Como é possível observar, a maioria (35/53%) dos artigos que compõem a Tabela 8 se constituem em abordagens teórico/analíticas da temática em estudo, a partir de revisão bibliográfica, pesquisa, relato de experiência. Por outro lado, são 32 (47%) os artigos

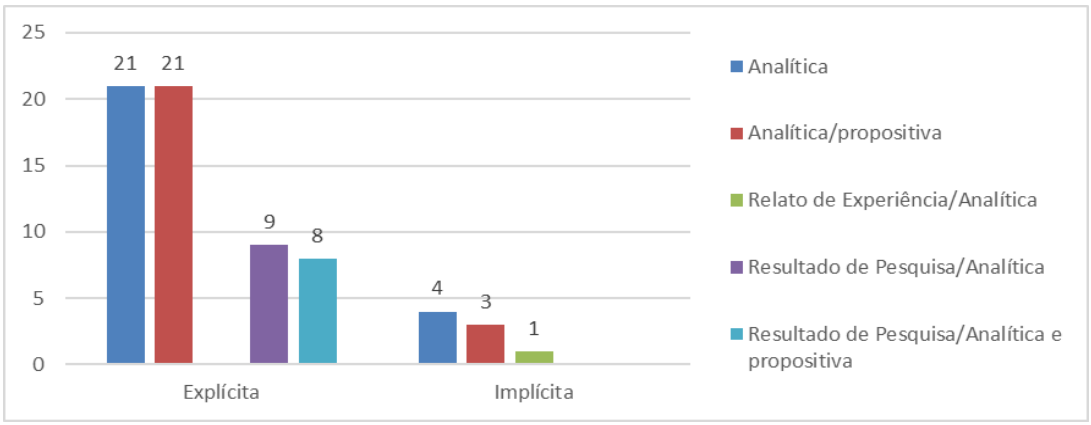
analíticos propositivos que, por meio da sinalização de prioridades, abordagem crítica dos instrumentos e de estratégias de ação profissional, resultam de análise teórico-crítica/pesquisa mediada e mediando a realidade social/profissional.

Assim, temos uma maioria de artigos que se resumem a reflexões/revisões bibliográficas sobre possibilidades de rompimento com práticas conservadoras, sendo que resultados de pesquisas e relatos de experiência raramente estão presentes na produção de conhecimento da área. Nesse sentido, verifica-se que os assistentes sociais, envolvidos no complexo cotidiano da prática, continuam carentes de produções que realizem mediações substantivas no contexto da dimensão técnico-operativa, o que significa tomar como objeto de estudo o planejamento da prática, a utilização de instrumentos, tendo como referência o Projeto Ético-Político Profissional, na busca de identificação de alternativas, possibilidades e tendências presentes no movimento da realidade socioassistencial.

Seguindo este raciocínio, apresenta-se nos próximos parágrafos as principais preocupações/reflexões/análises que emergem deste recorte dos artigos no que diz respeito ao exercício profissional e à dimensão técnico-operativa. Ou seja, analisou-se os textos que realizam mediações simultâneas com o planejamento da prática e a utilização dos instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional.

Verificou-se nos artigos identificados como substantivos, a preocupação com as reais possibilidades para a realização/operacionalização de uma prática crítica e condizente com o Projeto Ético-Político Profissional, podendo ser esta conexão de forma implícita ou explícita. Os gráficos 15 e 16 demonstrarão essa relação.

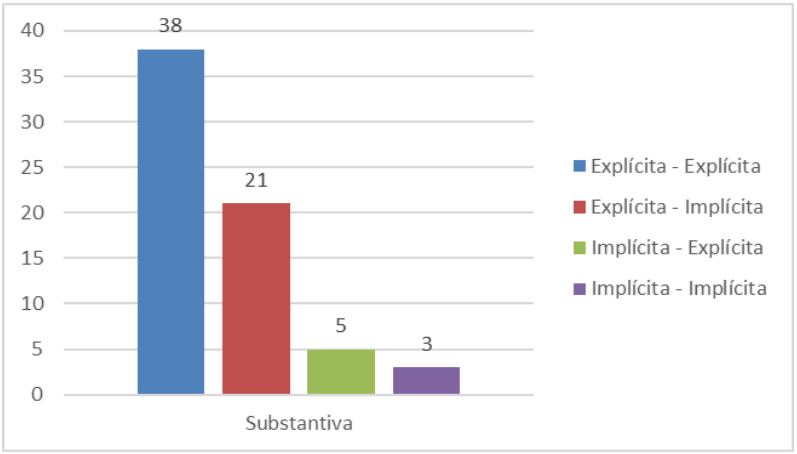
Gráfico 15
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa de forma substantiva
Caráter das conexões com o projeto profissional



Fonte: Elaboração própria, 2020

O gráfico 15 demonstra que 21 (31,5%) artigos analíticos, de forma explícita, estabelecem mediações substantivas com o Projeto Ético-Político Profissional; 4 artigos (6%) de forma implícita. Também, 21 (31,5%) artigos analíticos/propositivos estabelecem de forma explícita mediações substantivas com o Projeto Ético-Político Profissional; 3 trabalhos (4,5%) de forma implícita. O único trabalho de relato e experiência analítico realiza mediações de forma implícita (1,5%). Os resultados de pesquisa/analíticos são 9 trabalhos (13%) com mediações explícitas com o projeto profissional. Os trabalhos resultados de pesquisa/ analítico/propositivo são 8 trabalhos (12%) e realizam a mediação com o projeto profissional, de forma explícita.

Gráfico 16
Revistas científicas e coletâneas de Serviço Social 2009/2018
Artigos que abordam a dimensão técnico operativa de forma substantiva
Caráter da referência/conexão com planejamento da prática/utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional



Fonte: Elaboração própria, 2020

No Gráfico 16 observa-se que 38 (56,5%) artigos que abordam a dimensão técnico-operativa de forma substantiva realizam conexões de forma explícita, tanto com planejamento/instrumentos, como com o Projeto Ético-Político Profissional. É possível observar também que 21 artigos (31,5%) realizam conexões de forma explícita com planejamento/instrumentos e implícita com o Projeto Ético-Político Profissional; 5 trabalhos (7,5 %) realizam conexões de forma implícita com o planejamento da prática, e explícita com o Projeto Ético-Político Profissional e 3 trabalhos (4,5%) realizam conexões de forma implícita, tanto com planejamento da prática, quanto com o Projeto Ético-Político Profissional.

Observa-se que os textos analíticos e analíticos propositivos em suas formas substantivas são predominantes quando realizam mediações com o Projeto Ético-Político Profissional. Acredita-se que este dado denota o movimento da profissão em estabelecer o seu

posicionamento ético-político, a partir da mudança de perspectiva teórico-metodológica a qual vem construindo a sua intervenção.

Os próximos parágrafos estão destinados a analisar os textos com mediações substantivas e pluralistas, tanto quanto ao planejamento/utilização dos instrumentos, como ao Projeto Ético-Político Profissional. Os artigos analisados e apresentados a seguir podem expressar uma mediação explícita ou implícita com o planejamento da prática ou o Projeto Ético-Político Profissional.

Destacou-se, primeiramente, nos textos caracterizados como substantivos – com relação à dimensão técnico-operativa - as questões que são inerentes ao próprio cotidiano profissional e à relativa autonomia do assistente social. Os referidos textos constituem-se no movimento entre apreender as determinações sociais e as condições objetivas que circunscrevem o trabalho profissional em sua totalidade e as reais possibilidades do assistente social em ações transformadoras e não somente pragmáticas. Assim, os textos substantivos analíticos, em sua maioria, preocupam-se em romper com a superficialidade da vida cotidiana, com a tendência ao pensamento fragmentado e à naturalização dos fenômenos sociais. No mesmo movimento, buscam apontar para os limites e as ações/possibilidades que constituam uma prática mais condizente com a necessidade dos trabalhadores, portanto, ações que expressem clareza, intencionalidade e finalidade que, ainda que fundamentais, sem base na realidade profissional, podem não estar respondendo às necessidades colocadas pelos assistentes sociais no cotidiano profissional, o que pode, ainda, estar dificultando sua apropriação pelos diferentes segmentos da categoria; na realidade, são poucos os textos que estabelecem mediações com o movimento da realidade profissional, e menos ainda, os que abordam os instrumentos operativos utilizados pelos assistentes sociais no cotidiano da prática.

Portanto, destaca-se, primeiramente, os artigos que abordam a **dicotomia entre teoria e prática**. Forti e Guerra (2010) – no artigo intitulado "**Na prática a teoria é outra"** – consideram esta dicotomia um dos principais dilemas da formação e do exercício profissional do assistente social. Buscam mediações com a teoria social crítica para demonstrar como este se constituiu um falso dilema. Acredita-se que por necessidade em dar respostas imediatas às requisições apresentadas pelas instituições e/ou às demandas dos usuários, durante o exercício profissional, algumas práticas podem ser realizadas de forma pragmática. A pressão pelo produtivismo para atender às requisições institucionais podem colocar o/a assistente social sob pressão e algumas respostas podem engendrar-se de forma repetitiva, desconsiderando a capacidade reflexiva do profissional. Em outros termos,

> A ideia de que 'na prática a teoria é outra' se sustenta, basicamente, na concepção de que a teoria tem a possibilidade de ser implementada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões. Em outros termos, é a ideia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis na realidade, produzindo imediatamente o efeito e produto previsto e/ou desejado (FORTI e GUERRA, 2010, p.5)

Nessa perspectiva, tomar esse dilema e considerar a prática desconexa da teoria é desconsiderar que o assistente social é um profissional intelectual, com possibilidades de intervir na realidade social. Considerar a teoria como aplicação na prática de forma imediata e direta é desprezar a capacidade de apreensão crítica dada por meio de outra capacidade fundamental: a capacidade ontológica constituída pelo trabalho. Conforme desenvolvido no capítulo 1, a mediação do trabalho é a condição ineliminável do ser social para sua reprodução e o "desenvolvimento da sociabilidade depende da (re)criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural" (BARROCO, 2006, p. 26)

Compreende-se que esta capacidade é limitada pela sociedade capitalista, pois o movimento do trabalho é funcional ao capital. Contudo é importante ressaltar que enquanto capacidade do ser social, o trabalho transforma a natureza para satisfação de necessidades primárias e, de acordo com estas necessidades e demandas, ele desenvolve a si mesmo, bem como o ser social vai adquirindo novos conhecimentos. Assim, é possível criar formas diferenciais de satisfação, transformação de sentidos, habilidades e potencialidades do sujeito. Portanto, segundo Forti e Guerra (2010, p. 9):

> cabe observar que aqui estamos nos referindo ao assistente social, um profissional de nível superior que, apesar de ser trabalhador assalariado e dos limites definidos pelas instituições empregadoras, tem responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução de suas atividades. Todavia, para isso, é crucial a capacidade intelectual – busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-político) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social – sem obscurecimento de idealismos dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. Isso requer a busca por conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para a escolha responsável do rumo que ele irá tomar.

Nessa perspectiva, apresentam-se as considerações de Assis e Rosado (2012) sobre a dificuldades de discentes e estagiários em realizarem as medições da teoria que este estudante aprende na academia com o seu campo de estágio. Assim, no artigo realizado a partir de resultado de pesquisa, estudos teóricos e documentais e de observações e reflexões

concretizadas a partir de experiência profissional como coordenadoras de estágio e supervisão acadêmicas, as autoras esclarecem que:

> a motivação para escrever esse artigo surgiu de duas preocupações. A primeira, relaciona-se à observação de que, no momento do estágio, torna-se mais clara a dificuldade dos estudantes para perceber, em meio à vivência no espaço institucional, a relação teoria-prática, de onde surge a afirmação recorrente de que "na prática é tudo diferente do que estudamos na academia". O segundo fato a nos preocupar é a expectativa comumente gerada nos discentes pela disciplina de estágio. Espera-se que mediante a supervisão seja possível o ensino da prática como um movimento mecânico ou como uma relação específica somente do estágio, sem considerar a formação profissional em sua totalidade (ASSIS e ROSADO, 2012, p. 204).

Estas observações sobre discentes e as dificuldades com a mediação teoria-prática também aparecem em Medeiros (2016), quando afirma que

> é recorrente ouvirmos de alguns alunos de Serviço Social que o ingresso no estágio é um momento privilegiado da formação profissional porque é nele que "aprenderão o que o assistente social faz", pois entrarão em contato com a prática. Na ânsia de descobrir "para que serve o Serviço Social na prática" ou de "aplicar os conhecimentos que adquiriram em sala de aula", muitos alunos acabam se antecipando e ingressam no estágio antes mesmo do período obrigatório previsto nas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Também tem sido comum ouvir de alguns profissionais que o curso de Serviço Social é demasiadamente teórico, não disponibilizando os conhecimentos práticos para a intervenção profissional, ocasionando no discurso de que "na prática a teoria é outra". A recorrência em privilegiar a prática como momento do "aprender fazendo" é próprio da razão instrumental burguesa que incorporou ao saber a ideia de utilidade, daí decorre o equívoco de buscar dar uma "aplicabilidade prática" às teorias e conceitos "aprendidos" em sala de aula, pois se só é útil o que aplicável, e o que pode gerar resultados, numa profissão eminentemente interventiva como é o Serviço Social, que apresenta a necessidade de criar metodologias através da exigência efetiva de que as ações profissionais gerem um resultado objetivo, tal ideia se ancora com bastante facilidade se não se fizer uma leitura crítica da realidade e dos fundamentos da profissão (p. 352).

Abordagens da dicotomia teoria-prática e as possíveis mediações do campo de estágio com o projeto profissional, tratados de forma plural e substantiva, são encontradas também nos artigos de Ramos (2018); Guiraldelli e Almeida (2016); Guerra e Braga (2009); Silva e Ribeiro (2016) e Cartaxo et al (2012). Assim, os trechos acima mostram a necessidade de colocar a dimensão técnico-operativa em discussão, pois mesmo diante do movimento de institucionalização profissional, pautado na perspectiva da teoria social crítica, iniciado em 1980 e, posteriormente, balizado na normativa ético-política do Código de Ética do assistente social e regulamentado na Lei de Regulamentação da profissão, bem como na aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, que indica uma nova perspectiva interventiva, encontram-se produções atuais (ainda que poucas conforme demonstram os dados desta

pesquisa) que sinalizam a dificuldade de discentes, supervisoras de campo e acadêmicas, no processo de ensino-aprendizagem sobre o movimento das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Por outro lado, não identificamos artigos que, a partir da dicotomia teoria-prática, contenham reflexões sobre os instrumentos utilizados pelo assistente social no cotidiano da prática, tanto no próprio processo de supervisão, como com relação à abordagem dos instrumentos no cotidiano do estágio. Uma reflexão necessária, na medida em que a abordagem dos instrumentos descolada dos problemas colocados pelo falso dilema – como indicam Forti e Guerra (2010) - da dicotomia teoria-prática, favorece sua utilização de forma burocrática.

Na tentativa de realizar o movimento para contribuir com a formação profissional sobre a dimensão técnico-operativa e seus desdobramentos e dinamicidade com as outras dimensões, Assis e Rosado (2012) propõem:

> Cumpre-nos, enquanto docentes e supervisoras, esclarecer o real sentido da teoria e da prática e a necessidade de sua interlocução. Como afirma Lima (2004), o estágio não é a "hora da prática", mas um espaço de unidade, por possibilitar uma prática fundamentada numa teoria em confronto com a realidade, numa relação dialética que as inter-relaciona, recriando-as no cotidiano. Nesse sentido, é imprescindível que potencializemos o processo de análise crítica da realidade, para que os discentes possam visualizar as reais possibilidades de atuação profissional. Por isso, afirmamos que o processo de supervisão do estágio em Serviço Social se constrói por meio do acompanhamento, da orientação e reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem, buscando contribuir para a compreensão da unidade teoria/prática e possibilitando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Cabe à supervisão, como instrumento pedagógico, que orienta e acompanha o estudante durante todo percurso no campo de estágio, capacitá-lo para exercitar e qualificar a prática interventiva, possibilitando a elaboração da síntese do processo de ensino-aprendizagem, a formação de uma postura investigativa e de um posicionamento crítico e propositivo frente à realidade social (p. 206).

Como podemos observar, os autores, objetivando abordar a relação teoria e prática no processo estágio/supervisão em Serviço Social, a partir de outros autores, centram suas considerações em indicações gerais sobre o processo, sem abordar de forma substantiva os instrumentos utilizados, tanto no próprio processo de supervisão, como os utilizados pelo aluno na atividade profissional.

Estas reflexões iniciais direcionam a discussão para outro ponto de análise que os artigos **analíticos substantivos** refletem: *o movimento de suspensão das relações cotidianas e as possibilidades efetivas de contribuição do materialismo histórico-dialético com a formação profissional e a operacionalização de ações mediadas na perspectiva do projeto profissional.* Estas **análises teóricas** constam das produções de Guerra (2017), Forti e Guerra (2010), Coelho (2010), Lacerda (2014), Guerra (2013), Forti (2017), Silva (2013), Costa e Madeira (2013).

Os trabalhos dos autores citados acima constituem uma análise sobre o importante processo de estabelecer objetivos, finalidades, bem como o direcionamento de classe que o exercício profissional está imprimindo, e a perspectiva da formação profissional que as instituições de ensino estão expressando. Portanto, estes textos se mostram substantivos em sua perspectiva teórica, como esta pesquisa se propõe.

Neste ponto da análise, busca-se trazer elementos dos textos que se resumem a apresentar desafios postos pelas condições objetivas que determinam, no cotidiano, alguns processos do exercício profissional. Como aponta Coelho (2010, p. 35), em artigo que integra uma das coletâneas em estudo, sobre a tendência de fragmentação da profissão:

> A compreensão do Serviço Social determinada pela forma fragmentada de inserção e apreensão da realidade com base em políticas sociais tipificadas ou em problemas sociais singulares tem sua raiz no pensamento positivista e se encontra presente desde a emergência da profissão. Na atualidade, a tendência à fragmentação do Serviço Social em especialidades ganha força e visibilidade pelo grau de competitividade no mercado de trabalho, decorrente da corrida das profissões pelos espaço sócio-ocupacionais, pela quebra de fronteiras entre saberes, e a exigência de uma mão de obra que domine, ao mesmo tempo, conhecimentos gerais para o exercício de múltiplas tarefas e conhecimentos específicos para responder à segmentação interna.

Nos artigos indicados os autores criticam a imediaticidade do pensamento positivo burguês para a funcionalidade de processos sociais, sem conexões com o movimento da realidade profissional. Para que tal reflexão não permaneça na abstração, torna-se necessário tomar as características do cotidiano e os rebatimentos no exercício profissional.

No artigo "Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas", que objetiva "problematizar o exercício profissional buscando denunciar seu caráter sincrético no cotidiano e, por meio da análise ontológico-crítica visando à totalidade histórica, conectá-lo à historicidade, ressaltando a crise estrutural do capital e a transição histórica como solo fértil para necessidades sociais radicais, potencializando o exercício profissional crítico vinculado à emancipação humana", Lacerda (2014) afirma que,

> por sua própria característica de requerer todas as respostas para todas as suas questões, a esfera cotidiana tende à alienação, ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum. Assim, a execução terminal de políticas sociais muitas vezes se transforma na *acrítica implementação de leis e norma*s, seguindo critérios e padrões, sendo o carimbo e o papel mais importantes que os seres humanos e suas relações. O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade *por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático* e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: *enxerga-se a pobreza, mas não o*

> *movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal* etc. (p.23, grifos nossos)

Como continua a autora, ao tomar as questões do cotidiano, busca-se apreender o movimento que o determina e estabelece suas relações sociais. Contudo,

> *Essa tarefa não é nada simples*. Tendo em vista que o exercício profissional ocorre no seio do Estado burguês, as políticas sociais são desenhadas para viabilizar direitos de modo a manter o status quo — *contribuir para a naturalização do trabalho assalariado e sua exploração implícita, pré-requisito para a reprodução dessa sociedade*. Por outro lado, o compromisso ético-político assumido tensiona para outro polo: a emancipação humana. *Para que esse compromisso se traduza em ações efetivas, há que se ter uma poderosa capacidade de compreensão do real e perceber nas causalidades dadas as contradições prenhes de possibilidades transgressoras* (LACERDA, 2014, p. 25; grifos nossos)

A questão central que se coloca, desde a década de 1980, é: os assistentes sociais contam com essa "poderosa capacidade de compreensão do real" que permite "perceber nas causalidades dadas as contradições prenhes de possibilidades transgressoras"?

Ou seja, ainda que o título do artigo aponte para a abordagem do exercício profissional – "Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas" –, ao longo do texto pode-se apreender que a autora – assim como grande parte dos artigos analisados –, permanecendo no âmbito da análise social, a partir das indicações de vários autores citados ao longo do texto, situa sua produção na esfera de fundamentos e não do trabalho profissional.

Desse modo, na medida em que as contradições sinalizadas pela autora – destacadas em grifo na citação acima –, na perspectiva do projeto profissional, vêm sendo apontadas à exaustão por diferentes autores – como José Paulo Netto, Marilda V. Iamamoto, Ana E. Mota, Yolanda Guerra, Maria I. Bravo, dentre tantos outros –, já está em tempo de a produção de conhecimento da área de Serviço Social identificar a presença ou não dessas contradições no movimento da categoria profissional, o que exige tomar o cotidiano da prática dos assistentes sociais como objeto de atenção, como sinaliza Vasconcelos (2015, Capítulo 3).

Na mesma direção, Guerra (2013), no artigo publicado na Revista Katálysis – "Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares" -, a partir de contextualização histórica da posição que a profissão ocupa, faz referência às condições objetivas que possibilitam a atuação profissional:

> O Serviço Social ao se inserir no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva e institucionalizada para responder às diversas expressões da chamada "questão social", cujos fundamentos, encobertos pela própria imediaticidade da realidade, encontram-se na economia e na política, *tem sua natureza interventiva reconhecida e sancionada*. *Seu estatuto interventivo lhe confere um âmbito de intervenção condicionado pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social, que na aparência dá-se de*

> *maneira direta e imediata, mas é mediatizado pelas políticas sociais.* Estas conferem à profissão configuração e contornos definidos, instituem mediações e sistemas de mediações que estabelecem um tipo determinado de intervenção na chamada "questão social". *É neste quadro que o pragmatismo, como representação ideal da imediaticidade do mundo burguês, encontra o solo mais adequado para influenciar a profissão dos pontos de vista prático e profissional, teórico e ideopolítico*. Porque considera que o significado das coisas, dos processos e das práticas sociais, reside neles próprios e rebate sobremaneira nas intervenções sociais e profissionais, afetando não apenas as profissões e os assistentes sociais, mas os sujeitos sociais do mundo burguês e as profissões interventivas como um todo (p. 40; grifos nossos).

Assim, na perspectiva do projeto profissional, faz-se necessário desbravar o cotidiano e suas características para compreender como, por vezes, a prática profissional se detém no pragmatismo. Assim, para Guerra (2017), na perspectiva de

> se entender as dimensões que dão forma e conteúdo à profissão, há que se considerar que elas só se realizam no espaço cotidiano, e por isso encontram nesse particular espaço sua explicação racional, donde a necessidade de interpretá-lo à luz de uma teoria que seja capaz de revelar como se constitui este espaço, que modalidade de intervenção ele demanda, que dimensões devem ser acionadas em resposta aos seus desafios (p. 53).

A autora considera o cotidiano em sua relação intrínseca com a intervenção socioprofissional, o que requer ações instrumentais, e compreende o cotidiano como mediação entre o particular e o universal, mas alerta sobre as suas características que limitam os homens de realizarem inteiramente suas atividades. As demandas que se apresentam no cotidiano são heterogêneas, o que "exige do sujeito que oriente sua atenção totalmente a elas" e, portanto, "dada esta diversidade, a vida cotidiana ocupa integralmente a atenção dos sujeitos" (idem, p. 54).

A espontaneidade é a característica que leva os sujeitos a se apropriarem de maneira "espontânea (naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade, donde sua capacidade de reproduzir as motivações particulares e a humano-genéricas" (idem). O cotidiano também é perpassado pela imediaticidade, que são as ações desencadeadas na vida cotidiana que tendem a responder, "fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos" (idem). Observar esta característica se faz importante pois conforme Coelho (2010, p. 38):

> para desvelar a realidade social, descobrir/conhecer as mediações absorvidas pelo modo de ser da sociedade, parte-se do sensível, do imediato, porque na imediaticidade se encontram ocultas as múltiplas relações entre o singular, o particular e o universal, que somente podem ser apreendidos no movimento dialético da realidade. Para colocar à luz as múltiplas mediações que conectam a particularidade e a universalidade, parte-se do concreto.

Guerra (2017) também alerta sobre a superficialidade extensiva. Ao considerar as características das demandas do cotidiano, os sujeitos tendem encaminhá-las de maneira superficial, dado que " a prioridade da vida cotidiana, está em responder aos fenômenos na sua extensão e amplitude e não na sua intensividade, ou seja, o cotidiano dificulta o esforço intenso, concentrado e contínuo" (p. 54).

Atentar-se a estas características se faz importante, pois, conforme apontado, o Serviço Social atua diretamente com questões do cotidiano e, dada a sociedade capitalista, o assistente social atua diretamente com as questões inerentes a uma sociedade de classes permeada por interesses contraditórios. Tais características, ao perpassarem o cotidiano profissional, resultam em demandas que, ao serem colocadas para o assistente social, são apresentadas de forma imediata e quase irrefletida. Portanto, ao abordar a dimensão técnico-operativa distanciada das dimensões que apreendem o movimento da realidade social, a tendência é o pragmatismo. O imediatismo, ao implicar na ausência de apreensão das mediações entre as três características do cotidiano apresentadas acima, pode expressar um exercício profissional isento de teoria, de racionalidade, ou qualquer necessidade de se indagar sobra a realidade, os valores éticos e a direção política e social (GUERRA, 2017).

Os textos substantivos, ao tomar o cotidiano da sociedade capitalista, buscam *apresentar os limites e as possibilidades* para as escolhas de intervenção/atuação profissional, sendo que o como não é considerado nem abordado. Pautando-se na teoria social crítica, base do projeto profissional, os autores estabelecem conexões que denotam o movimento de uma perspectiva interventiva condizente com valores e princípios emancipatórios. Os seguintes trechos remetem à tal perspectiva:

> Dentro da perspectiva ontológico-crítica, entendemos que o trabalho do assistente social, enquanto práxis social, efetua-se por meio de duas categorias indissociáveis: teleologia e causalidade. A ação do profissional requer a leitura da realidade que quanto mais concreta e rica de determinações acerca da situação em pauta, sempre tendo em mente como primeira causa a econômica, mais possível se torna a construção do objetivo teleologizado. Após a leitura da realidade, a teleologização de um objetivo e as formas de materializá-lo, vem a intervenção na realidade — o pôr teleológico —, que se dá por meio de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, reuniões etc. e busca materializar na realidade o objetivo a que se propõe o assistente social (garantia de direito, autonomia, cidadania, entre outros). Assim, perceber a natureza do conjunto causal que constitui o cotidiano do assistente social é fundamental para, no âmbito de sua práxis social, conseguir perceber, de forma mais fiel possível à realidade, os limites e possibilidades para a materialização do direito na vida do usuário, mobilizar recursos públicos para o suprimento de suas necessidades imediatas que por meio do mercado não se consegue e construir estratégias de reflexão da realidade junto ao "usuário", no sentido de permitir que ele amplie seu entendimento sobre sua realidade e as alternativas históricas — individuais e coletivas — que possui para enfrentar suas questões (LACERDA, 2014, p. 30).

A perspectiva crítico dialética que fundamenta a percepção do movimento do real para se refletir as possibilidades profissionais também fica evidente em Silva (2013, p. 76-77):

> Em relação ao Serviço Social caberia, aqui, uma questão: qual a utilidade do ponto de vista ontológico, ora tratado, para uma categoria profissional cuja inserção na divisão social do trabalho lhe reserva a gestão de múltiplas expressões daquilo que é genericamente caracterizado como questão social? A resposta a essa questão, certamente complexa, rica em determinações, é certeira: embora exista uma contradição estrutural entre uma profissão, cuja gênese esteve fortemente atrelada ao conservadorismo nas condições da sociabilidade burguesa em sua fase monopólica, e uma teoria social, cuja teleologia situa-se "para além do capital", o debate entre elas é de fundamental importância. Trata-se de caminho necessário (embora não único) para descortinar o imediatamente posto, distinguir as demandas sensíveis impostas pelo mercado de trabalho como componentes de seu fazer profissional, capaz de mensurar o sentido de sua competência, dimensionar, sem exageros, o alcance de sua ação, questionar a utilidade de sua força de trabalho na gestão do pauperismo, na busca dos caminhos adotados para essa empreitada e a natureza dessa profissão na sociabilidade em curso. [...] Reafirmar uma direção social inspirada no ponto de vista ontológico no Serviço Social supõe algumas iniciativas importantes, cruciais na atualidade, já que as discussões da década de 1990 mostram-se, hoje, insuficientes, carentes de maior clareza no seu entendimento. O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e as transformações em curso têm exigido maior rigor, densidade e clareza na explicação de temas como liberdade, democracia, cidadania, direitos, Estado, trabalho socioeducativo, entre outros, tão caros à direção social construída, denominada Projeto Ético-Político Profissional, e ao Código de Ética do assistente social. Mais do que isso, são centrais para a explicação do real, para a reconstrução de sua dinâmica e, claro, para a atuação profissional cotidiana em tempos repletos de armadilhas sustentadas na "solidariedade cidadã" e na "rede inclusiva" que se propõem "novas" e "modernas", substitutas da "superada" luta de classes.

Observa-se que o cotidiano na sociedade capitalista tende a obscurecer questões sobre o funcionamento das relações sociais e, por consequência, dificultar a reflexão do assistente social em sua atuação profissional. Contudo, mesmo diante de dificuldades, ao tomar o movimento dialético e apreender a análise de situações concretas estabelecidas no cotidiano, é possível elevar-se e descortinar questões imediatas, pragmáticas e superficiais. Portanto, a razão dialética permite o movimento de mediações que pode possibilitar a compreensão das relações sociais e as reais determinações objetivas. Guerra (2013, p. 46), ao abordar as expressões do pragmatismo, observa como esta concepção é importante para a trajetória da profissão e direciona a necessidade da continuidade desta discussão:

> Porque vivemos sob os efeitos de uma hegemonia da razão instrumental, a teoria social de Marx tem que driblar seus ataques e se depurar de suas contaminações. Na contemporaneidade do capitalismo, a lógica pragmática encontra cada vez mais espaço para se afirmar. O individualismo e o subjetivismo, a "centralidade no sujeito" e não no ser social, a valorização do utilitarismo e não a utilidade social direcionada à transformação são suas marcas determinantes e recorrentemente ressignificadas. No que diz respeito ao Serviço Social, a recorrência ao empiricismo mais elementar o condena a um antirrealismo, ingênuo e falso; como é falsa a

> concepção, cada vez mais presente na profissão, de Serviço Social como técnica social (de ajuda, de mediação de conflitos, de resolução de problemas, efetivação de direitos). Na trajetória histórica da profissão, os influxos do pragmatismo deixaram suas marcas: na concepção de profissão como instrumento a serviço do projeto do capital, na concepção de prática de ajuda psicossocial, no seu enfoque no sujeito, na sua função educativa visando adaptação e ajustamento, na sua fissura pelas técnicas, instrumentos e metodologias de ação, no profundo ecletismo, no desprezo pelos fundamentos.

Os artigos abordam também a *relativa autonomia do assistente social e as relações/condições de trabalho precarizadas.* Estes são elementos que os textos substantivos analisam diante da necessidade de reflexão sobre ações que potencialmente materializem o Projeto Ético–Político Profissional, por meio da dimensão técnico-operativa. Estes dois indicadores foram identificados nos artigos de Silva e Souza (2017), Barroco (2011), Raichelis (2011), Ceolin (2014), Leite (2012), Felippe (2018), Mota (2011), e Raichelis (2013) e Moraes (2016).

Para exemplificar, aponta-se o trabalho de Silva e Souza (2017) sobre a relativa autonomia do assistente social:

> Trata-se de uma discussão relevante para a categoria profissional, uma vez que se faz oportuno e necessário apreender como o Serviço Social vem respondendo, ao longo de seu amadurecimento teórico-político, aos desafios que se colocam, tanto no cotidiano de trabalho de seus agentes como também no interior do processo de formação profissional. Desafios que são retroalimentados, mediante uma conjuntura social e política omissa para com os direitos dos cidadãos e, afeita à precarização e exploração demasiada da classe trabalhadora, o que exige uma releitura do cenário atual, com vistas a traçar estratégias político-profissionais que subsidiem o exercício profissional do/a assistente social. Na base desta reflexão, entendemos que a relativa autonomia é um traço constitutivo da profissão, apresentando-se como uma ferramenta que possibilita ao/a assistente social construir sua intervenção profissional, tendo como referência a compreensão de seu papel profissional na reprodução contraditória das relações sociais (p. 404).

Nesse sentido, a discussão sobre a relativa autonomia profissional apresenta-se como um indicador relevante, pois ao pensar a operacionalização do projeto profissional é necessário reconhecer seus condicionantes e limites enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Assim,

> Sabemos que o exercício profissional do/a assistente social é tensionado pelo elenco de determinações sociais, cujo conjunto expressa as principais mediações para o exercício da relativa autonomia. Os limites que incidem sobre o trabalho profissional podem ser visualizados através das determinações estruturais como: a desregulamentação e precarização das políticas sociais, a redução dos gastos públicos para custeio dos serviços sociais, a perda regressiva dos direitos e a ausência de condições éticas e técnicas que qualifiquem o exercício profissional, precarizando-o duplamente. Assim, consideramos que a fluidez do trabalho do/a assistente social é também condicionada por elementos externos à profissão e encontra desafios político-operacionais, uma vez que a programática institucional, muitas vezes, restringe o exercício profissional à intervenções e ações imediatistas, pragmáticas e despolitizadas, confrontando diretamente as finalidades da profissão (SILVA e SOUZA, 2017, p. 406).

Não se pode deixar de considerar que a autonomia profissional nem sempre resulta em favorecimento dos interesses e necessidades dos usuários. Como pode-se observar em Vasconcelos (2015),

> Muitas vezes, o profissional se utiliza dessa relativa autonomia para empreender um serviço tecnicamente qualificado, com grande aceitação por parte dos empregadores. Quando submetidas à análise, essas práticas revelam que, pondo-se de forma aparentemente neutra frente o conflito trabalho/capital, o profissional/equipe desfruta de certa liberdade para planejar e realizar suas ações, "contando que não conteste o poder, que não ponha em questão as relações de poder e a própria estrutura da sociedade" (Coutinho, 2006, p. 102). Dessa forma, frente à qualidade aparentemente neutra da sua atividade, o assistente social é bem quisto pelos diferentes profissionais, especialmente pelos gestores: chefias, direções. (p.161, nota 159)

Raichelis (2011), diante dos desafios colocados ao assistente social como trabalhador assalariado, contextualiza a sociedade capitalista para compreender na contemporaneidade as relações sociais e as possibilidades da profissão. Resgatando o contexto mundial de flexibilização, restruturação produtiva e precarização do trabalho, sinaliza os rebatimentos no trabalho do assistente social.

> No caso do Brasil, onde a precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais. Em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho. Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (p.426).

Este resgate se faz fundamental para a compreensão do assistente social como trabalhador assalariado e sua condição na divisão social e técnica do trabalho coletivo. Estas observações são realizadas pela autora para compreender o cenário contemporâneo em que o Serviço Social vem se realizando e as condições objetivas que resultam em desafios, contudo, não neutralizam o desenvolvimento das dimensões teórico-metodológica e ético-política da atuação do assistente social. Como afirma Moraes (2016), ao traçar considerações sobre o trabalho do assistente social na entrada do século XXI,

> o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectiva do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social (MORAES, 2016, p. 591).

Nesse sentido, Moraes (2016) reconhece os condicionantes da sociedade capitalista que determinam alguns processos no trabalho do assistente social. Estas questões também são abordadas por Raichelis (2011), quando afirma:

> Como já observado, ainda que o Serviço Social tenha sido reconhecido como "profissão liberal" nos estatutos legais e éticos que definem a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução do exercício profissional, o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado — seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados "sem fins lucrativos", faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional. São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade. Esses organismos empregadores, estatais ou privados, definem também a matéria (objeto) sobre a qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da questão social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho — recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional (p. 428).

Contudo, nesta relação dialética complexa e contraditória, é importante ressaltar que:

> os demais meios de trabalho — conhecimentos e habilidades profissionais — são propriedade do assistente social, mas cujas possibilidades de pleno desenvolvimento também são condicionadas por um conjunto de determinações que, não sendo externas ao trabalho, incidem diretamente no cotidiano profissional e na atividade do sujeito vivo, e que vão desde o recorte de classe, gênero, raça, etnia, passando pelos traços de subalternidade da profissão, sua herança cultural católica, entre outros (idem, p 429).

Portanto, o cotidiano do trabalho do assistente social se realiza em meio a um movimento que necessita de mediações que construam ações que promovam o rompimento com o *staus quo.* Os limites impostos pelo capitalismo direcionam realidades que, como observa-se em Raichelis (2013, p. 625),

> verifica-se a ampliação de formas de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de falsas cooperativas de trabalhadores, na prestação de serviços a governos, especialmente subnacionais, e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão do trabalho.

Barroco (2011, p. 215), no artigo intitulado “Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político”, ressalta os limites colocados à atuação dos assistentes sociais na perspectiva do projeto profissional.

> As instituições de ensino, responsáveis pela transmissão do conhecimento, tendem a se adequar à lógica do mercado, em empresas que vendem mercadorias: a força de trabalho de professores, superexplorados e desapropriados dos meios de seu trabalho sem tempo para a pesquisa, para o estudo e para a construção do conhecimento como totalidade. O produto final dessa precarização em curso, nas instituições mercantis, é o empobrecimento material e espiritual da juventude que, uma vez profissionalizada, tem poucos recursos para realizar seus possíveis ideais, já fragilizados pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa.

Contudo, na perspectiva de um exercício profissional que busque romper com práticas conservadoras, e que se balize no Projeto Ético-Político Profissional, é importante ter como direcionamento o que indica Mota (2011), ao abordar em teses e dissertações os limites e possibilidades do assistente social no contexto do projeto profissional.

> Apesar das conclusões generalistas que o material coletado apresentou sobre as potencialidades do projeto ético político, é possível considerar que, apesar de todos os obstáculos existentes e persistentes na atualidade, o Serviço Social vem conseguindo uma inserção e relativa legitimação (ainda que ambíguas) na divisão social do trabalho. Através das instituições onde os profissionais se encontram inseridos, desenvolvem ações socioeducativas e assistenciais (tanto no atendimento direto aos usuários quanto assumindo posições de gestão e planejamento) visando atender as demandas e necessidades sociais de seus usuários e assim produzir resultados concretos nas diversas dimensões da vida destes sujeitos. Observou-se também que o constructo do Projeto Ético Político deve ser compreendido como construções coletivas que permitem a produção de determinadas direcionalidades profissionais que envolvem valores, compromissos sociais e princípios que poderão ser efetivados satisfatoriamente a partir de uma permanente discussão e aceitação das diversas possibilidades de atuação e intervenção pelos profissionais (MOTA, 2011, p. 66).

Silva e Souza (2017) também defendem este posicionamento quando afirmam que

> é importante reafirmar que o exercício da sempre relativa autonomia implica que o trabalho profissional seja pautado sob a direção teórico-metodológica e ideopolítica do Serviço Social, não se desvencilhando do ideário da profissão que põe em xeque a visão messiânica e fatalista que ainda hoje impregna a profissão. Este suporte dota o/a profissional de uma percepção diferenciada sobre a dinâmica sócio-ocupacional, fazendo com que ele acolha e enfrente as novas competências e demandas postas pela ofensiva capitalista, sem perder de vista sua capacidade de proposição e a análise crítica do real. Nesse sentido, o exercício de aproximações sucessivas nos permitiu compreender que a relativa autonomia pressupõe a articulação de alguns elementos indissociáveis: a projeção ético-política da profissão, que exprime, sobretudo, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora; a formação profissional crítica, que estimula o caráter investigativo da profissão e que direciona os/as profissionais a apreenderem a complexidade da realidade objetiva; e o conjunto de ações construídas coletivamente, que apontam os caminhos e estratégias

> para que, no cotidiano de trabalho, os/as assistentes sociais possam visualizar respostas que captem as demandas reais e potenciais da população usuária (p. 412).

Considerando que os autores, ao objetivarem abordar a dimensão técnico-operativa priorizam temáticas - como dicotomia teoria-prática, relativa autonomia do assistente social, relações e condições de trabalho precarizadas - que acabam por revelar mais limites do que possibilidades de atuação na direção do projeto profissional, como pensar a viabilização de estratégias e ações para que a atuação profissional se conduza na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional?

Diante disso, a seguir, apresenta-se fragmentos dos artigos analíticos substantivos que realizam conexão explícita tanto com o planejamento da prática e utilização de instrumentos quanto com o projeto de profissão, na tentativa de subsidiar reflexões que este estudo pretende aprofundar. Compreende-se, com base em Guerra, que:

> a dimensão técnico-operativa tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papeis já estabelecidos, respostas preconcebidas no âmbito da política social estatal, ou, ao contrário, pode se constituir no espaço da análise concreta de situações concretas, posto que na vida cotidiana há sempre, como já dito, uma "margem de movimento e possibilidade" (GUERRA, 2017, p. 52).

Desta forma, buscou-se trazer elementos que potencialmente subsidiem possibilidades de prática na direção do projeto profissional, o que nos remete à abordagem da instrumentalidade. Guerra (2017), ao sinalizar o "descaso e abandono da discussão sobre a questão da instrumentalidade, da racionalidade da técnica, do alcance na utilização dos instrumentos, estratégias e táticas de natureza ética e política", afirma que,

> ao negligenciar a técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional, corre-se o risco de o assistente social não realizar as suas competências, de não responder às demandas, que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal (p. 74).

Iamamoto (2017), Mota (2017), Oliveira e Chaves (2017), ao realizarem um resgate histórico da trajetória profissional, retomando a expressão da dinâmica processual em que a profissão foi concebida, reconceituada e renovada, permitem avanços nessa reflexão. As autoras ressaltam a mudança de perspectiva teórico-metodológica fundamentada no pensamento marxiano e no Projeto Ético-Político Profissional e apontam os desafios da profissão na atual conjuntura, pois, contraditoriamente, ainda existem resquícios de sua origem, marcada pelo neotomismo e por práticas de ajustamento e ajuda social. Para Mota, este resgate histórico se faz fundamental, visto que

> o Serviço Social brasileiro não mais se restringe à intervenção imediata sobre a realidade, mas avança rumo a uma intervenção mediata, resultado da sua já referida insurgência em relação à divisão social e técnica do trabalho e do saber; e ao aprisionamento da pesquisa e da produção intelectual às requisições diretas e imediatas do fazer profissional. Essas dimensões — da intervenção mediata e imediata — encerram distinções: enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, por sua vez, se referencia nessa produção, mas mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de programas, políticas e projetos sociais. Vale destacar que a profissão é a síntese de várias dimensões: formação profissional, intervenção técnico-operativa, produção de conhecimento, organização política dos agentes profissional, articulados em torno de uma direção social que denominamos de Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social (MOTA, 2017, p. 49).

É assumindo a perspectiva do projeto profissional, que produções como as de Santos (2009), Batista (2017), Lima (2018), Santos e Noronha (2010), Sousa (2018), Moreira (2018), Matos (2009), Sierra (2011), Neves et al (2012), Silva (2012), Hora (2015), Oliveira (2017), Giampaoli (2013), Carnelossi (2016), Guimarães (2017), Zilioto et al (2010). Silva et al (2011), Couto (2009) objetivam oferecer elementos que possibilitem uma intervenção crítica e propositiva.

Como artigo analítico-propositivo, destacamos Lima (2018) com o texto: “A biografia do projeto de intervenção orientado pelo projeto profissional”. Buscando estabelecer mediações entre planejamento da prática e projetos de intervenção, a autora afirma:

> Para elaborar projetos de intervenção profissional, os assistentes sociais *devem* romper com o sonífero que tende a expressar uma composição de forças, na qual o convite à manutenção da ordem se reproduz na vida cotidiana e arrefece a possibilidade de iniciativa à transgressão e à construção de novos cenários cotidianos (p.135; grifos nossos).

Assim, a autora afirma que “o cotidiano oferece ao profissional um conteúdo rico para investigação e intervenção dado sua natureza ambivalente: ao mesmo tempo, escamoteia e oferece pistas sobre as condições em curso no movimento real” (idem. p. 136). A autora buscou no próprio conceito de cotidiano apreender a viabilidade para utilização do seu instrumento, analisando condições reais e indicadores e dados que possam subsidiar esta ação. Importante ressaltar que esta produção também busca alinhar suas ações com a historicidade, princípios e valores norteadores. A autora deixa clara a finalidade e perspectiva que referencia o projeto de intervenção.

> A reedição da associação planejamento e elaboração de projetos de intervenção não se atém apenas ao plano da formação dos assistentes sociais. Trata-se de uma articulação evocada nos outros marcos normativo e legal do Serviço Social brasileiro, a começar pelos princípios do Código e Ética Profissional. Deste pode-se

> extrair um certo mirante[17] sobre o qual os assistentes sociais em particular podem no seu cotidiano depreender elementos para uma crítica de sua prática profissional. [...] Esse mirante articulado a perspectivas teórico-metodológicas e técnico-operativa pode propiciar uma base dialética de análise-intervenção aos assistentes sociais para o cumprimento de alguns deveres definidos no Código de Ética, que atualizaram de forma permanente a associação planejamento e elaboração de projetos de intervenção (LIMA, 2018, p. 141).

Ao final do artigo, a autora pontua questões que envolvem a elaboração de um projeto de intervenção profissional. Compreendendo a capacidade técnica na sua relação com o Projeto Ético-Político afirma:

> Embora um projeto de intervenção profissional requeira para sua formalização ser apresentado na forma escrita, ele não se confunde com o seu texto. O projeto tem início anterior a sua forma textual final e prossegue a posteriori. Ele é composto por uma negociação mais ampla que envolve seus agentes, os interesses em disputa, os objetivos definidos, os recursos alocáveis para esses fins, as atividades a ser realizadas no cotidiano e, sobretudo uma dimensão temporal e espacial, ou seja, o projeto se dá num certo território geográfico e simbólico e por um período previsto. Portanto, aquelas cenas do cotidiano em que o assistente social tira de uma gaveta um texto e apresenta como um projeto de intervenção, não são suficientes para atestar a existência de uma biografia efetiva de um projeto (LIMA, 2018, p. 144-145).

Lima (2018) propõe três núcleos de análise para uma execução do projeto que rompa com esta perspectiva. Primeiramente, o núcleo de investigação e interpretativo. Este é o primeiro contato com a demanda, o concreto em sua aparência fenomênica, e que de acordo com o movimento de investigação e interpretação vai se tornando o concreto pensado. "O núcleo investigativo e interpretativo se configura, portanto, como momento inicial do processo de planejar, mas se torna estratégico na medida em que acompanha toda a relação teoria e realidade que exige o planejamento" (idem, p .147).

O núcleo da implementação é o processo que "requer em todo o seu circuito a manutenção ativa e contínua do núcleo anterior, permitindo a construção técnico-política do problema a intervir e do objetivo a perseguir" (idem). Assim, atenta à realidade e às possibilidades do espaço sócio-ocupacional, bem como sua efetividade diante da população/trabalhadora, a autora afirma que

> o núcleo da implementação tratada aqui não teve início no derradeiro momento da dita execução de atividades, na medida em que o projeto de intervenção está sendo tomado como processo estratégico, que inclui a sua construção democrática e plural. [...] Assim a elaboração dos projetos de intervenção a partir dessa postura propositiva incluiu em seu núcleo de implementação a intencionalidade profissional e as condições presentes no cenário conjuntural e sócio-ocupacional (Iamamoto,

[17] Lima (2018) define mirante conforme Lowy (2003, p. 13) "conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma perspectiva determinada, por um certo ponto de vista socialmente condicionado".

> 2009), as estratégicas e táticas (PAULA, 2016) utilizadas nas definições prévias de sua direção no cotidiano (idem, p. 149-150).

O núcleo avaliativo, indo além de verificar resultados e efeitos, necessita "considerar as possibilidades de avaliação de natureza qualitativa e quantitativa que podem melhor responder ao objetivo do projeto e a processualidade que irá implicar seu alcance" (idem, p. 150), processualidade em consonância com as reais possibilidades e com o movimento histórico. Ao definir estratégicas e táticas para alcance de finalidades na perspectiva do projeto profissional, constitui-se um movimento profissional que rompa com o procedimental e do "como fazer um projeto" ou "etapas procedimentais para elaboração de um projeto profissional".

Como ressalta Couto (2009),

> que o projeto de trabalho não é um mero instrumento, e muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromisso profissionais (p.654).

As autoras sinalizam, assim, a necessidade de se romper com elaboração de projetos de intervenção em sua forma etapista e linear. Ao abordar a dimensão técnico-operativa e as possíveis mediações para operacionalizar o Projeto Ético-Político Profissional, os artigos s*ubstantivos* realizam o movimento de quebrar barreiras procedimentais e de fornecer elementos empíricos com relação a "ensinar a fazer" e "como fazer". O movimento observado foi de indicadores e parâmetros de análise para subsidiar ações, bem como elencar pontos importantes de observação e que podem ser considerados nos momentos de planejamento e escolha de utilização dos instrumentos.

Sousa (2018), no artigo "Serviço Social, Instrumentalidade e Estudos Sociais", traz elementos de análise na utilização de estudos sociais. O autor inicia o seu texto indicando a necessidade de se romper com a dicotomia teoria-prática - nos mesmo termos indicados por outros autores nos parágrafos anteriores, inclusive recorrendo a autores como Guerra -, para abordar as dimensões do exercício profissional. Estes são os fundamentos que o autor utilizou para diferenciar e ilustrar a mudança de perspectiva na utilização de um mesmo instrumento. Como mostra o autor, o estudo social na origem da profissão foi colocado como inquérito. Referindo-se às bases teórico-metodológicas estadunidenses, afirma que

> para Richmond, o diagnóstico social prevê o exame crítico dos dados que são coletados durante a investigação realizada pelo assistente social para interpretar e

> esclarecer uma determinada dificuldade social. Trata-se do "caso individual". Assim a investigação, coleta de dados, significa conhecer e se apropriar do maior número de informações possíveis sobre a história psicológica e social e a situação do indivíduo que produz a dificuldade social por ele vivenciada [...] As operações necessárias para coletar esses dados são chamadas aqui, pela autora e pelas assistente sociais da época, de inquérito (SOUSA, 2018, p. 59).

Compreendendo a finalidade sobre a qual esta ação se realizava, o autor destaca que "o projeto ao qual Richmond se vinculou se situava nesse contexto: um referencial teórico e em um posicionamento político calcado nos interesses de manutenção e reprodução da ordem" (idem, p. 58).

A partir do referencial teórico e ético-político do projeto profissional, que orienta nosso estudo, pode-se apreender que esta forma de operacionalidade e posicionamento político esteve presente na trajetória do Serviço Social brasileiro, todavia, a categoria por meio de um histórico movimento de aproximação com teorias sociais críticas, vem revelando uma tendência de romper com tal perspectiva. Sousa (2018), para construir mediações que fomentem a perspectiva crítica na utilização de estudos sociais, analisa os elementos históricos sobre a utilização deste no poder judiciário e resgata a base normativa que fundamenta o trabalho profissional. Assim, propõe uma nova leitura e perspectiva de ação.

> O estudo social é requisitado a profissionais de Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais. Possui então, sua instrumentalidade, de ser funcional a ordem burguesa. Mas os assistentes sociais, ao realizar estudos sociais, bem como construir "verdades" deles decorrentes, podem produzir um conhecimento crítico sobre a realidade social, em uma dimensão teórico-metodológica que permite fazer a passagem entre o universal e o singular, situando as situações singulares que se constituem como objeto de estudo em uma perspectiva de totalidade (idem, p. 80).

Nessa mesma linha, fornece parâmetros que possibilitam a análise concreta na perspectiva de totalidade:

> A escolha dos instrumentos técnicos-operativos para a realização do estudo social precisa levar em consideração esses aspectos [econômicos e culturais]. Todo esse processo requer planejamento da ação. Quem será entrevistado, se haverá abordagens individuais ou grupais, realização de visitas domiciliares, visitas institucionais, vistorias técnicas, contatos ou reuniões com profissionais de outras áreas ou de outras instituições, realização de reuniões com grupos diversos, participação em atividades de mobilização e discussão coletiva, levantamento de documentação acerca da situação e/ou política social, pesquisas de indicadores sociais, estudos bibliográficos, e como o documento final será produzido, depende desses objetivos e finalidades constituídas, a partir de uma visão de mundo e um referencial metodológico (idem, 76).

Cabe ressaltar que este não se constitui um movimento simples e, conforme podemos apreender dos artigos analisados, ainda se faz necessária a discussão e aprofundamento desta

temática, tendo por base a realidade, ou seja, o que os assistentes sociais vêm realizando no cotidiano profissional.

Silva et al (2011), abordando a ação profissional dos assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Sul, com base em resultados de pesquisa, busca demonstrar a importância desta discussão para a categoria profissional, utilizando-se de estratégias e táticas que, potencialmente, rompam com a perspectiva conservadora. Primeiramente os autores resgatam historicamente a profissão neste espaço sócio-ocupacional e o movimento realizado pela categoria na tentativa de ruptura com o passado integralmente conservador da profissão.

> O Serviço Social, que na Assistência Social insere o seu exercício profissional, também apresenta marcas de uma profissão que foi, por longo tempo, responsável apenas por uma multiplicidade de funções e atribuições destinadas a mitigar a miséria, contribuindo para a seletividade ancorada na burocracia do sistema e auxiliando a sua legitimação. Porém, a profissão também teve avanços significativos no mesmo período em que esta nova política foi construída. Cabendo destacar a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (1996). Vale ainda salientar o grande avanço na produção teórico-crítica que ultimamente tem instigado a reflexão sobre habilidades e competências profissionais e produzido parâmetros para a ação na Política da Assistência (CFESS, 2010) e da Saúde (CFESS, 2010) embasados no projeto ético-político da categoria. Entretanto, estes avanços têm rebatido de forma diferenciada entre o conjunto dos profissionais que subordinam o seu trabalho às condições concretas dadas pelo capital e às demandas institucionais e populares. Assim, dentro desta realidade contraditória em que está inscrita a ação profissional, entende-se ser fundamental uma análise permanente sobre as situações concretas do exercício profissional. É necessário relacioná-las com os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, a fim de descobrir, em seus processos e produtos, alguns determinantes de processos de trabalho burocráticos, basistas, espontaneístas, reformistas, entre outros (IAMAMOTO, 2007), para estas descobertas poderem impulsionar o seu enfrentamento (SILVA el al, 2011, p. 346).

Evidenciando a essencialidade de “uma análise permanente sobre as situações concretas do exercício profissional”, os autores reconhecem as condições objetivas e determinantes com as quais o assistente social se depara no cotidiano profissional, entretanto, a proposta dos autores se resume a indicar a necessidade de avançar na discussão e compreender quais as possíveis mediações. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Silva et al (2011) descreve a particularidade do universo pesquisado, para subsidiar a análise proposta.

> Os assistentes sociais que participaram da pesquisa como executores da política da assistência social desenvolvem o seu trabalho em uma gama variada de espaços que incluem pessoas, grupos, famílias e comunidades que têm em comum a vivência de situações de vulnerabilidade ou de risco social. Assim, tendo por objeto as várias manifestações da questão social, a ação profissional no SUAS é norteada pela busca da redução e prevenção de seus impactos através da proteção social ofertada por esta política ou por outras políticas sociais. A busca da intersetorialidade ocorre principalmente com as políticas da saúde e da previdência social (idem, p. 349).

Entretanto, a partir das manifestações dos profissionais sobre quais os instrumentos são utilizados e sobre o planejamento da prática, a autora afirma que:

> A relação apresentada contempla a maioria das competências, estratégias e procedimentos específicos apontados em parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de Assistência Social (CFESS, 2010, p. 19-22). Entretanto, merece atenção o fato de não ter sido enfatizado o uso de estratégias para: "viabilizar a participação dos(as) usuários(as) no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social"; "Estimular a organização coletiva e orientar os(as) usuários(as) e trabalhadores(as) da política de Assistência Social a constituir entidades representativas" (idem, p. 20). A citação ampla e diversificada de procedimentos usados no trabalho evidencia ter a profissão, além de continuar usando instrumentos que remontam as suas origens, incorporado uma nova instrumentalidade para atender a novas demandas, bem como mediar o seu trabalho em conformidade com o projeto ético-político (idem, p. 351).

Diante desta realidade e constatação, Silva et al (2011, p. 351) trazem a seguinte reflexão:

> Esta consciência significa compreender que os meios usados desde as origens do Serviço Social podem ser ressignificados por uma teleologia emancipatória, mas também podem reproduzir ações conservadoras. Por exemplo, uma entrevista será um meio para mero controle de cumprimento de condicionalidades do Programa de Transferência de Renda ou, também, uma mediação para ruptura com uma consciência de classe subalterna. Esta possibilidade de uso de um mesmo instrumento com fins diferentes e, por vezes, contraditórios, é um dos fundamentos da complexidade da ação profissional no que tange à sua competência técnica e política, já que nem sempre a existência de uma significará a outra.

Acredita-se que enfrentar esta complexidade exposta acima pelos autores não seja fácil ou sem entraves, contudo, faz-se necessário ter como orientação quando atuar com os usuários/trabalhadores nas diversas políticas que "a ruptura com a cultura da subalternidade tem de ser trabalhada de forma intimamente associada com a descoberta de uma consciência de classe, capaz de provocar ações e organizações coletivas em busca de uma sociedade justa, democrática e igualitária" (idem, p. 353).

Matos (2009), no artigo *analítico/propositivo* sobre a assessoria e consultoria em Serviço Social, reconhece as condições objetivas e determinantes para propostas de trabalho na direção do projeto profissional, contudo sinaliza a possibilidade de realizar mediações por meio de estratégias e táticas enquanto assessor que defende o Projeto Ético-Político Profissional.

> O assessor, muitas das vezes, apresentará proposições que não serão aceitas por quem esse profissional assessora. Isso é previsível pois o assessor não possui a prerrogativa de ser executor de ações. Mas, isso não quer dizer que o assessor seja

> um sujeito neutro. Ao contrário, se o profissional é credenciado para ser assessor é porque há um reconhecimento da sua capacidade. Assim, como a premissa da crítica é um pressuposto da democracia, é importante que o assessor não se omita e indique seus argumentos favoráveis ou não a tal ação. O espaço para a crítica, de ambos os lados, deve ser garantido e estimulado. Acreditamos que todo o processo da assessoria – planejamento, desenvolvimento, seus impasses, avanços, etc. – deve ser avaliado e registrado. Há um conjunto de conhecimentos que a prática da assessoria gera que merece ser socializado. Assim, se o assessor estiver atento pode – também em conjunto com quem assessora – construir documentos com diferentes perfis e profundidades, como textos educativos, panfletos, artigos. Esse material deve alimentar o conhecimento acadêmico, mas, em especial, deve ser socializado com os sujeitos fundamentais deste processo, que são as equipes, movimentos sociais, ou profissionais assessorados (MATOS, 2009, p. 526-527).

Diante do que os dados vêm apresentando, observa-se a recorrente indicação da necessidade de publicações que proporcionem elementos de reflexão sobre a dimensão técnico-operativa, sintonizadas com a perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional, principalmente diante do fato de que os assistentes sociais, em seus cotidianos de trabalho, clamam por subsídios para orientar suas ações profissionais. É importante ressaltar que Silva et al (2011) mostram que os assistentes sociais entrevistados agradeceram a oportunidade de reflexão que o processo permitiu: as entrevistas e a devolução dos dados.

> Os profissionais que aceitaram participar integralmente das entrevistas e do workshop demonstraram grande interesse e agradeceram a oportunidade, destacando ter a pesquisa contribuído para uma reflexão sobre o próprio trabalho e sobre a ação da categoria no SUAS, provocando um momento reflexivo sobre o fazer profissional. Ainda, segundo eles, a oportunidade de debater sobre os resultados da pesquisa serviu como um momento de troca de experiências e de formação a partir da prática concreta desencadeada pelo Serviço Social, agregando valor à utilidade da pesquisa (p. 352).

Na Tabela 4 (página 116), pode-se observar a escassa produção sobre relatos de experiência analíticos/propositivos e resultados de pesquisa analíticos propositivos, os quais portam condições de subsidiar profissionais no cotidiano. Essas são produções que se caracterizam por disponibilizar elementos do cotidiano a partir de experiência reais. Diante disso, abordaremos o único texto sobre relato de experiência analítico, para subsidiar a reflexão.

Pereira (2010), em sua produção textual sobre **os procedimentos técnicos operativos do Serviço Social,** realiza mediações entre a dimensão técnico-operativa e o projeto profissional, a partir de sua experiência profissional.

> Este texto está voltado à discussão do processo técnico-operativo utilizado pelo assistente social em um determinado contexto socioinstitucional. Trata-se de uma instituição – um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico – integrante do campo

> de execução penal, gerido no seu cotidiano dentro da complexidade produzida pela inserção de, pelo menos, três políticas públicas – a política decorrente do Sistema de Justiça Criminal (polícias, juízo, Ministério Público, defensoria púbica, e sistema penal), a política penitenciária e a política de saúde mental (idem, p. 163).

A intervenção tratada no texto refere-se ao trabalho realizado junto à situação de uma pessoa em situação de rua, com vínculos sociofamiliares rompidos e com diagnóstico de esquizofrenia pela saúde mental. Esta usuária foi detida após jogar uma pedra contra um ônibus em movimento no centro do Rio de Janeiro. Por determinação judicial e após um longo percurso em delegacias e casas de custódia feminina, ela permaneceu em custódia no hospital, para tratamento psiquiátrico, por dois anos e meio, até conseguir sua transferência para uma pensão pública e moradia assistida. Até a finalização de seu processo, a usuária permaneceu no sistema por quatro anos. Pereira (2010) sinaliza elementos que possibilitam uma intervenção que buscasse romper com a naturalização da espera e da rotina dos processos das políticas sociais às quais a usuária precisou ser inserida. Portanto, compreendendo as possibilidades profissionais diante de sua divisão no trabalho coletivo, o Serviço Social, nesta intervenção, estabeleceu como objetivo:

> Buscar a localização dos familiares de J., conhecer suas condições de vida e avaliar possibilidades de retorno de J. à família; objetivar a desinternação de J. na Vara de Execuções Penais conhecendo a situação jurídica, encontrando alternativas para propor ao juízo a desisternação; localizar a Sra. A., a quem J. se referenciava no período anterior e, imediatamente, após a chacina da Candelária; localizar recurso institucional de saúde mental, buscando uma corresponsabilização no futuro tratamento de J. com vistas à sua desisternação; retornar à coordenação de saúde mental municipal todas as informações de internações emergenciais de J. no extinto Hospital Pedro II; providenciar a documentação civil de J.; interagir com a defensoria pública no sentido desta instrumentalizar o processo de desinternação. (item, p. 176).

Estes objetivos constituem o planejamento de sua ação, para traçar parâmetros que possam subsidiar a escolha de instrumentos que possibilitassem a efetivação dos objetivos, compreendendo este processo como um movimento dialético. O Serviço Social utilizou de entrevistas com a rede sociofamiliar possível e encontrada, registros do histórico dos atendimentos e sistematização de informações, observações, visitas institucionais etc. Como ressalta a autora,

> deixamos claro que a escolha dos instrumentos é realizada com base no conhecimento já sistematizado acerca do espaço sócio-ocupacional, das políticas públicas, das relações sociais decorrentes do modo de produção e reprodução capitalista. Diante disso, traçamos os objetivos profissionais eleitos. Os instrumentos nos possibilitam apreender a situação de J. e refletir sobre o conteúdo apreendido tendo por base o referencial teórico-metodológico, ético e político que lhes dão sentido (PEREIRA, 2010, p. 178).

Esta produção constitui-se da sistematização de um atendimento que, além de proporcionar organização, dados para análise e aprofundar conhecimentos, avaliações de estratégias e táticas em suas potencialidades para a equipe que realizou este processo, também, possivelmente, trouxe elementos de reflexão para outros profissionais. Esta produção analítica/propositiva socializa o conhecimento e fomenta o debate. Nesse sentido, o ponto que se destaca sobre esta produção é que se reconhece os limites de intervenção postos pelas condições objetivas, contudo, potencializou-se o planejamento, a sistematização, estabelecimento de objetivos, organização do cotidiano, para não se deparar constantemente com o impasse da burocratização estatal. E, ainda, durante o texto, ficou claro os princípios e qual projeto de sociedade a equipe de assistentes sociais defendia. Como afirma Vasconcelos (2015),

> Na medida em que somos requisitados para operar estratégias baseadas na conciliação de classes, através da coerção e do convencimento, tendo em vista a reprodução do trabalho alienado e alienante e da submissão dos trabalhadores/usuários a interesses e valores dominantes, são as finalidades e os objetivos já antecipados no projeto profissional, que favorecem a definição de estratégicas e ações que possam contribuir com processos emancipatórios. Ou seja, processos democráticos, de formação, participação, mobilização e organização. Neste caminhar, coloca-se como exigência identificar as estratégias e mecanismos, utilizados pela burguesia, presentes no cotidiano institucional/profissional, a partir do que é dominante na sociedade do capital na exploração, controle, dominação submissão, cooptação, divisão, fracionamento das massas trabalhadoras; estratégias que favorecem o convencimento e disciplinamento dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, onde a burocratização dos serviços cumpre papel determinante (p. 504).

Portanto, considera-se urgente a necessidade de construir produções sobre experiências, pesquisas e sistematizações da prática para subsidiar as ações profissionais. Estabelecendo como parâmetro a capacidade de desenvolvimento pelo trabalho em sua perspectiva ontológica, conforme abordado no Capítulo 1, acredita-se que produções nesta linha de raciocínio, à medida em que vão agregando conhecimentos, poderão proporcionar cada vez mais elementos para uma prática condizendo com o projeto profissional.

Como contraponto dos estudos *substantivos*, identificamos produções que estabeleceram conexões com o planejamento da prática e com o Projeto Ético-Político Profissional de forma *abstrata*. Os artigos foram considerados abstratos quando realizam conexões superficiais e/ou pontuais com a realidade e, mesmo que se anunciando na perspectiva crítica, foram considerados ecléticos porque tomam como referência perspectivas colidentes.

Como pode ser observado no Gráfico 14 (página 132), os artigos que realizam mediações com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional de forma abstrata totalizam 30% dos artigos analisados. Os autores desses artigos, partindo de referências teórico-metodológicas e ético-políticas ecléticas ou se colocando ou se anunciando na perspectiva do projeto profissional, apresentam conexões de forma superficial ou simplesmente permanecem na tentativa de inclusão dos usuários no direito burguês, sem qualquer criticidade. São artigos que nos remetem às reflexões de Vasconcelos (2015) quando afirma que

> é desse modo que os princípios do Código de Ética considerados e apreendidos de forma isolada remetem os assistentes sociais a tomar como limite a democracia burguesa e a necessária, mas impossível, busca de humanização de capitalismo, o que só pode resultar em controle e repressão – diretos ou indiretos, explícitos ou dissimulados – de qualquer movimento de ampliação/radicalização dos direitos, de resistência, de libertação. Não por acaso, são processos e mecanismos de resistência e luta em que somos chamados pelo capital a atuar, de forma branda, amigável, acolhedora, psicologizante, individualizante. Assim, através de conselho, terapia as mais diversas, processos de cadastramento e acesso a "benefícios sociais" etc., encaminhamentos e orientações, realizados de preferência com carinho, consideração e muito "respeito", acabam por responsabilizar e/ou culpabilizar indivíduos considerados isoladamente, mesmo resultando em ganhos pontuais (p. 189 – 190).

O Gráfico 14 nos mostra ainda que o quantitativo de artigos que realizam mediações com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional de forma abstrata (30%) e de forma substantiva (33%) é muito próximo. Uma tendência já identificada por Vasconcelos (2015), em estudos desenvolvidos no NEEPSS.

> É neste contexto complexo e conflituoso que observamos a contraditória preferência de parte expressiva dos assistentes sociais por alguns dos princípios fundamentais do CE que, como sinalizado, se tomados de forma fragmentada e isolada, não expressam a substância e a lógica do projeto profissional concebido na radicalidade. Isso acontece porque é uma defesa do projeto profissional referenciada, principalmente, naqueles princípios que, considerados isoladamente, se prestam à defesa e colocam como limite a democracia burguesa. É o que podemos observar em várias teses, dissertações, monografia e Trabalho de Conclusão de Curso, mas, também, em trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS e em vários publicados em revistas da área de Serviço Social e livros produzidos por assistentes sociais (p. 183).

O artigo de Lobato (2010), que aborda as políticas de proteção social, em um movimento de compreender os limites impostos pela sociedade do capital e as dificuldades para efetivar políticas, ilustra essa tendência, ao indicar uma possível "humanização" ou

"aprimoramento" da sociedade capitalista, isso tendo em vista favorecer a população no atual contexto.

> A educação é a terceira condição para a participação. Segundo Ammann (1979), aprender a participar é se apoderar de ideias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento, o que é possível ao longo da vida. Esse processo de educação permanente favorece o envolvimento dos idosos, que assumem novas posições frente às questões que vivenciam no seu cotidiano, na medida em que exercitam a problematização e a reflexão das situações que se apresentam nessa fase da vida. [...] Considerando as marcas do processo em curso, de globalização/neoliberalismo no contexto socioeconômico do nosso país, ou, melhor, diante das adversidades que vivemos em nosso país e seus impactos face ao crescimento acelerado da população idosa, entendemos que o trabalho do assistente social no âmbito do envelhecimento deve ser de luta pela garantia e ampliação das políticas sociais efetivando compromisso com a questão dos idosos e, portanto, viabilizando melhorias nas suas condições de vida, percebendo o idoso brasileiro como sujeito que tem capacidade de decisão e direito de garantia de acesso às políticas sociais (LOBATO, 2010, p. 222-224).

Verifica-se este direcionamento também em Mendonça (2010), em um artigo que aborda grupos de reflexão com mulheres que vivenciam situação de menopausa, a partir de reflexões em torno dos sentimentos e experiências de violência que estas mulheres sofreram por serem do gênero feminino. Nesse sentido, ressalta-se o referencial teórico utilizado:

> A linguagem está envolvida no gênero; no presente estudo, muitas das situações naturalizadas vão ser objetos de discussão nos grupos, ao tomarmos a categoria gênero para elucidarmos as construções sociais do masculino e feminino vamos poder compreender a relação entre poder simbólico e processo de representações do cotidiano das mulheres. O uso do poder sobre elas chega a constituir o que para Bourdieu (1995, p. 36) se constitui em "violência simbólica". Considerando, outrossim, a relevância da linguagem não-verbal e que " as reações à dominação simbólica não podem se desenvolver apenas com as armas da consciência e da vontade", somos de opinião que no processo interventivo, é necessário mobilizar os efeitos das disposições adquiridas, "inscritas nos corpos sob a forma de predisposições" (aptidões, inclinações, etc.) por força das construções ideológicas assimiladas ao longo do processo educacional e das interações sociais ao longo da vida (MENDONÇA, 2010. p. 198-199).

Sinaliza-se a tendência de recorte da questão social em uma expressão específica e pontual, sendo esta expressão considerada como símbolos sociais. Entretanto, ao buscar mediações com o projeto profissional, o posicionamento do Serviço Social constituiu-se enquanto profissão especializada e técnica na divisão social do trabalho coletivo e atuante no conflito de classes oriundo da forma de organização material e subjetiva das relações sociais no capitalismo (IAMAMOTO, 2015). Nesse sentido, para o planejamento, escolha de instrumentos, estabelecimento de parâmetros de ação, etc., compreende-se as relações sociais em suas contradições, exploração do trabalho, apropriação privada do trabalho coletivo, etc. Como destaca Vasconcelos (2015), permanece no Serviço Social

> um *quefazer* que, modernizado para se adequar aos dias de hoje, ao incorporar demandas dos diferentes segmentos da classe trabalhadora por "condições mínimas de vida e de trabalho" através do acesso a políticas sociais, mas também pela necessária luta contra as opressões e as discriminações, é funcional à democracia/ cidadania burguesa, visto que, aquelas demandas, consideradas como finalidade última ao imiscuírem os sujeitos trabalhadores/profissionais na infernal burocracia e/ou no sofrimento social, acabam contribuindo, tanto para desviar a atenção das questões essenciais na busca da emancipação humana, como para obscurecer o que é fundamental na sociedade do capital: as exploração do trabalho, a concentração de riqueza e a propriedade privada. Um contexto que revela tanto as exigências como a complexidade de se fazer Serviço Social na direção dos interesses históricos dos trabalhadores, visto que é nesse o campo de luta que a busca pela emancipação tem que se dar e está se dando (VASCONCELOS, 2015, p. 286).

Mendonça (2010), ao realizar a mediação com o trabalho do assistente social, reconhece a desigualdade entre gêneros e a violência exercida sobre a mulher, todavia ao mencionar estereótipos e desestruturação de identidade de gênero, a que "estrutura" de sociedade a autora se refere? Em que sociedade a mulher encontra-se em posição desfavorável? Ao final do texto, em considerações finais, a autora alerta quanto aos momentos de fragilidade da mulher, mas propõe que há novos projetos em vista. Mas a que projetos se refere a autora? O que almeja com estes projetos? Que reflexões foram realizadas sobre essa proposição de projeto? É um projeto individual? É um projeto coletivo?

> A ideia de uma fase crítica coloca em evidência que a menopausa não é apenas um evento natural, uma questão de quantidade de hormônio, mas um evento que traz consigo conteúdos ideológicos construídos pelos estereótipos de gênero, que são veiculados por meio de imagens, símbolos e representações sociais, assim como estão presentes nas relações de poder que, em contextos específicos, sustentam relações de dominação. [...] A partir dos elementos apontados, podemos dizer que esta é uma fase representada como de mudanças, não só em termos físicos, mas de mudanças experimentadas como desconhecidas e desfavoráveis à mulher. Além disse é também momento de tomar consciência dos mecanismos que subalternizam as mulheres, momentos de resistência. Momento em que muitas mulheres, veem desestruturada a sua identidade de gênero, na divisão de trabalho e papeis. Momento temido mas em que novos projetos poderão se delinear (MENDONÇA, 2010, p. 201).

Estes questionamentos se fazem necessários para identificar o exercício profissional que hoje é defendido como crítico, propositivo e com leitura teórico-metodológica e ético-política plural e pautada na teoria social crítica. Pois ao tomar a questão social de forma pontual, pode-se incorrer em uma tradicional forma de atuação com a qual o Serviço Social busca romper. Vasconcelos (2015, p. 282) resgata essa perspectiva para fomentar a reflexão:

> Assim, mulheres cultas e preparadas ideológica e tecnicamente do ponto de vista da classe que representavam, tendo em vista sua profissionalização, prestavam (o que nos remete à necessidade, resgatando o Serviço Social na história, de apreender o que desta prática está presente ainda nos dias atuais) ajuda/assistência aos trabalhadores e suas famílias, "preocupadas" com seu "estilo de vida"/comportamentos/ habilidades, mas não com suas condições de vida e de

> trabalho. Damas que tinham como objetivo explícito ajudar, ensinar, esclarecer, orientar, aconselhar "pessoas" tomadas de forma abstrata (na realidade, os trabalhadores e seus familiares) que, "sem saber utilizar o tempo livre", se entregavam à vadiagem, à embriaguez, à intemperança, à libertinagem, o que acabava por contaminar toda a família, esta também, quando não prioritariamente, tornada objeto de orientação/modificação/aconselhamento/encaminhamento.

Ainda nesta linha de raciocínio, temos o artigo de Gueiros (2010), sobre o trabalho social com famílias inseridas na política de assistência social. A questão levantada para discussão se deu sobre a observação da adesão das famílias aos projetos/programas da política em questão e a efetividade destes programas na intervenção do Serviço Social. Como esclarece a autora:

> Na prática com a população de segmentos populares, foi possível constatar que um outro desdobramento da não efetividade das ações é a descrença nos serviços oferecidos, o que pode repercutir negativamente na forma como a família participa da proposta do trabalho e no próprio sentimento de "ter direito a direitos". Nesse sentido, cabe indagar se houve o necessário exame e a devida contextualização da(s) questão(ões) apresentada(s) pela família, bem como do caminho que ela já percorreu na tentativa de ver suas demandas atendidas, de modo a evitar sua culpabilização ou responsabilização, sobretudo nos casos em que o envolvimento do usuário naquele dado projeto não esteja atendendo ao inicialmente planejado. O rigor na análise da situação apresentada pela família e de seu percurso de vida permite a compreensão desse núcleo para além do tempo presente e das demandas emergenciais e pode favorecer a formulação de programas eficazes. Assim sendo, a identificação, a valorização e a potencialização das capacidades ou competências dos sujeitos, se realizada de forma que eles se sintam partícipes desse processo, podem, com o devido apoio técnico e acesso às políticas públicas de proteção social, contribuir para a emancipação da família e, consequentemente, para o equacionamento de suas adversidades cotidianas (GUEIROS, 2010, p. 129).

Considerando as contradições de classes sociais, modo de organização capitalista e conflito entre o capital e trabalho, é possível argumentar/refletir: será que a "descrença" dessas famílias que não aderem ao programa já não mostra que elas foram usurpadas de condições dignas e que isso pode levá-las a desacreditar no processo? O programa efetivamente responde às necessidades dessas famílias? Como se realiza a participação delas? Como o Serviço Social contribuiu para essa participação? Qual o objetivo e finalidade do Serviço Social com o trabalho social com famílias? As estratégias e ações estão contribuindo para esta finalidade? Mas, antes de tudo, é possível "emancipar famílias" através de programas sociais? Nesse sentido, confronta-se o objetivo apresentado no texto e as ações realizadas.

> A atenção individualizada visa abordar as questões que são singulares àquela família, sobretudo as relativas às vicissitudes de seu percurso de vida, ao convívio de seus vários membros e ao processo socioeducacional de crianças e adolescentes. Os procedimentos de caráter coletivo envolvem diversas famílias e têm o objetivo de *trabalhar as particularidades daquele conjunto de sujeitos e de estimular a*

> *articulação entre eles, inclusive em prol da reivindicação de seus direitos sociais. Entre as atividades coletivas, observamos que as de cunho socio recreativas (programações realizadas em parques e espaços culturais, por exemplo, definidas a partir das aspirações dos participantes) eram muito bem aceitas e favoreciam um efetivo entrosamento intra e inter familiar. Tinham também o objetivo de ampliar o conhecimento e acesso das famílias a bens e serviços de seu território e da cidade onde residem e de possibilitar a qualificação da vinculação entre os participantes e desses com o programa social, além de possibilitar melhores condições para a reflexão sobre sua problemática, inclusive porque o lazer concorre para o exercício intelectual* (idem, p. 130, grifos nossos)

E continua a autora:

> As demandas – advindas de um processo de exclusão social cada vez mais agudizado, decorrente sobretudo do desemprego e da precarização do trabalho – exigem respostas que estejam embasadas na análise da articulação entre os processos econômicos, políticos e culturais preponderantes na sociedade naquele dado momento, aos quais a população está submetida e, portanto, vivendo seus reflexos. Nesse sentido, as intervenções no âmbito do Serviço Social devem resultar de uma análise criteriosa das demandas e do percurso de vida dos sujeitos ou das famílias a quem está direcionada a ação profissional, inclusive para obter uma compreensão mais apurada das estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais da população alvo, tendo sempre em vista as causas estruturais de sua pauperização e de seu desenraizamento social. Entendemos também como peculiar a um trabalho social com famílias, além da consideração às condicionalidades já referidas, um entendimento da política assistencial como política de seguridade social e uma direcionalidade para a efetivação de direitos sociais. Desse modo, consideramos imprescindível que os assistentes sociais gestores ou executores de projetos sociais avaliem constantemente se *as ações em curso estão trazendo algum impacto para a superação das vulnerabilidades sociais e em prol do processo de emancipação e de cidadania daqueles indivíduos e famílias* (idem, p. 130, grifos nossos).

A autora destaca contradições e almeja "promover a emancipação das famílias", o que aparentemente evoca princípios e valores que condizem com o projeto profissional. Mas o projeto profissional sustenta a busca pela emancipação humana e não a emancipação de pessoas ou grupos. Por outro lado, o acompanhamento individual e coletivo das famílias, a sua inserção em programas e orientações sobre o acesso aos direitos sociais – já garantidos pela legislação constitucional, constituindo aquele mínimo para a proteção social e reprodução do trabalho na sociedade capitalista – são suficientes para efetivar a emancipação? E aqui é necessário relembrar o que os assistentes sociais, em seu Código de Ética, manifestam como seu primeiro princípio fundamental: "reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais".

Por fim, torna-se necessária uma abordagem de alguns dos artigos que tomam como objeto de estudo e reflexão os instrumentos em geral ou algum instrumento, em particular, utilizados pelos assistentes sociais no cotidiano da prática, como: Ramos (2018); Sousa (2018); Santos e Melo (2018); Moreira (2018); Lima (2018); Santos e Noronha (2010); Marconsin (2010); Matos (2009); Santos e Senna (2017); Sarmento (2017); Faermann (2014).

Destacam-se os principais instrumentos abordados pelos autores: grupos, entrevista e visita domiciliar. Estes instrumentos, além de serem objeto central de análise dos artigos supracitados, também foram os instrumentos mais abordados no conjunto dos artigos pesquisados. Outros instrumentos como parecer técnico, assessoria e consultoria, estudos sociais, documentação, estudo social, estudo socioeconômico, também apareceram no universo pesquisado. Para exemplificar nossas considerações, utilizaremos artigos que abordam entrevista, visita domiciliar e grupo, instrumentos utilizados historicamente na profissão. Mas, questiona-se: é possível abordar esses instrumentos de forma fragmentada na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional?

Ramos (2018), no artigo intitulado "Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre os instrumentos e técnicas e o Projeto Ético-Político Profissional", na busca de realizar interlocuções da dimensão técnica-operativa com o projeto profissional afirma:

> Torna-se relevante explicitar que tais instrumentos e técnicas devem estar articulados à direção social estratégica constituída pelo projeto ético-político, logo, a particularidade deste texto que ora apresentamos se traduz na intencionalidade de construir uma articulação necessária entre a utilização dos instrumentos e técnicas com a perspectiva engendrada pelo projeto profissional (p. 25).

Portanto, referenciando-se em bibliografias atuais sobre a temática e após estudos e análises de tais referências, a autora tece algumas considerações sobre entrevista, visita domiciliar e grupos. A autora realiza um exercício para diferenciar perspectivas teóricas para a utilização dos instrumentos como meio de alcançar finalidades. Como exemplo para romper com perspectivas que tomem a entrevista como uma abordagem de relacionamento interpessoal com dimensão afetiva, ou como procedimento etapista para alcançar algum benefício, propõe que

> a entrevista numa perspectiva crítica de interlocução com a concepção crítica pode vir a ser um espaço de reflexão junto aos usuários, que contribua para um processo de ampliação da consciência dos usuários e conjuntamente do assistente social. Pode ser um momento que estimule os processos de reflexão sobre as determinações estruturais da sociedade e como eles se refletem no dia a dia (RAMOS, 2018, p. 37).

Este movimento de análise e projeção de instrumentos e técnicas em prol do projeto profissional também é possível observar em Sarmento (2017), quando analisa a entrevista:

> A entrevista se constitui como um instrumento utilizado *intencionalmente* e que, sendo estabelecido entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar e manifestar contradições nesta relação. Essas mesmas contradições são expressões das relações entre indivíduos e sociedade, que devem ser resgatadas e refletidas para que possibilitem romper e assumir novos significados pela troca de saberes que ampliam conhecimentos e possibilidades de ação no contexto institucional em que

> se realizam as entrevistas. Deste ponto de vista, a entrevista é o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando a medida que vamos desvelando o real, o concreto, e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados e do próprio assistente social (p. 121, grifos nossos).

Nesse sentido, a utilização da entrevista para os autores, na perspectiva crítica, está pautada em estabelecimento de parâmetros de análise e busca por conhecimento, para então o profissional estabelecer outras mediações ou ações. A perspectiva crítica afasta a entrevista de abordagens entendidas como "primeiro contato com o usuário", ou momento de identificação de problemas ou "diagnósticos sociais", a partir de referências da sociologia e da psicanálise norte-americana (RAMOS, 2018). Assim, para os autores, a entrevista é o espaço para reflexão mútua, tanto do assistente social, quanto do usuário sobre a sua inserção na sociedade e a realidade a qual as relações sociais se estabelecem.

Nestes termos, concorda-se com Santos e Noronha (2010, p. 53) que a entrevista

> deve extrapolar a concepção, historicamente sustentada, de ser um procedimento que visa apenas ao encaminhamento, apoio, aconselhamento e catarse da população. É preciso ir além da conversa informal, na qual não há preocupação em definir os objetivos na utilização desses instrumentos

A visita domiciliar também é um instrumento a ser observado, pois, quando planejada sua utilização e compreendida a sua finalidade,

> pode nos oportunizar a um momento de conhecer efetivamente a realidade socioeconômica vivenciada pela população usuária, possibilitar a apreensão do modo de vida dos sujeitos, para a construção e formas de mecanismos de enfrentamento das questões que são postas. A visita domiciliar também possibilita a construção e elaboração de um estudo social indicando as necessidades mais prementes de atendimento de uma determinada população usuária (RAMOS, 2018, p. 38)

Ao pensar a visita domiciliar próxima a um inquérito social, retoma-se "tradicionais" formas de análise e abordagem deste instrumento. Compreender o que este instrumento proporciona é uma exercício de análise e reflexão ética-política e teórico-metodológica para que não se tome a visita domiciliar enquanto uma postura autoritária e fiscalizadora ou mesmo invasiva que possa constranger a população atendida.

Objetivando romper com práticas que não condizem com o Projeto Ético-Político Profissional, Santos e Noronha (2010) propõem:

> As visitas domiciliares são recomendadas, por exemplo, em situações hospitalares, quando o usuário deseja receber visita dos familiares e amigos e/ou retornar ao seu convívio, ou em situações vivenciadas por população de rua que deseja retornar ao convívio familiar e não tem mais contato com ela. Nessas situações, a demanda ou a necessidade de visita parte do usuário, e não apenas do profissional. Outra situação que demanda visita domiciliar, citada por alguns autores, é quando é necessário avaliar as condições de vida e risco da população em suas relações familiares e de vizinhança, especialmente com crianças e mulheres vítimas de violência doméstica e

> abuso sexual. São situações que necessitam de controle e de reunir dados para a tomada de decisões.

Nessa perspectiva, acredita-se na utilização do instrumento em prol de demandas dos usuários e suas necessidades. A visita domiciliar proporciona aproximação da realidade dos usuários, fornece dados, reconhecimento da dinâmica da localidade, se há recursos ou falta deles etc., bem como possibilita intervenções que possam favorecer aos trabalhadores. Importante ressaltar que o profissional, na perspectiva crítica, deve estar atento para identificar se está utilizando a visita domiciliar para fiscalização institucional, perícias e inquéritos, ou, em contrapartida, está utilizando a visita para favorecer demandas dos trabalhadores que necessitem de sua intervenção. Como mostra Ramos (2018),

> se nos rememorarmos à gênese da profissão, observaremos que a visita, num primeiro momento exercida por agentes sociais, subsidiava as ações profissionais voltadas para o enquadramento do indivíduo. Esse instrumento corroborando uma ação punitiva, era demarcado por um caráter de inspeção, inquisição funcionando muitas vezes como um instrumento de intimidação de classes trabalhadoras. No processo de visita domiciliar o ambiente passava por inspeção *in loco* sobre os problemas sociais, portanto a visita domiciliar era realizada com essa finalidade expressa de controlar a vida dos "assistidos sociais" para fazer cumprir o bom funcionamento das instituições e de suas políticas (RAMOS, 2018, p. 30).

Outro instrumento destacado pelos autores é o "grupo". Para esta análise, parte-se do artigo de Moreira (2018), que aborda este instrumento reafirmando a unidade teoria-prática. O autor objetiva romper com práticas positivistas do intitulado "Serviço Social de Grupos", em que o trabalho com usuários se constituía em um trabalho emocional objetivando atenuar conflitos. Nesse sentido, analisa os grupos e os recursos pedagógicos, como as dinâmicas de grupo, e como este tipo de trabalho pode ser utilizado no cotidiano, sem esbarrar em funcionalismo. Para isto, sinaliza a necessidade de planejamento da finalidade, objetivos e o que se pretende alcançar com determinada atividade.

O autor utiliza um exemplo concreto, a "Dinâmica do Kadin", que mostra o assistente social como mediador do grupo, que deverá desenhar um boneco, cada um ficando responsável por uma parte do desenho[18]. O que é possível desenvolver em um recurso como esse? Moreira (2018, p. 120) explica:

[18] Caso o grupo não tenha trabalhado de forma individualizada, o boneco certamente terá os membros, formato do corpo etc. em tamanhos diferentes. Moreira (2018) denominou o nome da dinâmica de "Kadin", porque o que foi construído no coletivo tem um "kadin" (um pouco) de cada um, como manifestou um participante de uma atividade. Geralmente, as dinâmicas de grupo são readaptadas de propostas já, há muito, existentes, como podemos observar com relação a essa dinâmica e a dinâmica denominada "Corpo Ideal e Corpo Real". Ver, por exemplo, http://marisejalowitzki.blogspot.com/2010/08/consultoria-dinamica-de-grupo-corpo.html; consulta em agosto de 2020.

> O dinamizador tem então a possibilidade de refletir com o grupo o porquê de o boneco ter ficado daquele jeito: o grupo trabalhou de forma cooperativa, solidária entre si, ou cada um fez somente o seu trabalho sem se importar com o trabalho do outro? O boneco era o objetivo do trabalho de cada um ou cada um só se importou em fazer a sua parte, sem planejar inicialmente o boneco como um todo? O trabalho realizado foi mais coletivo ou mais individual? Essa dinâmica permite ao dinamizador trabalhar com o grupo, de forma lúdica, categorias e conceitos importantes como: o sentido teleológico do trabalho, a alienação/estranhamento do trabalhador no processo de produção capitalista, a importância de experimentos formas coletivas de trabalhos distintas das hegemônicas etc. O dinamizador pode ainda distribuir novas folhas em branco para que o grupo, desta vez, trabalhe realmente de forma coletiva na construção de um novo boneco.

O estabelecimento de suas finalidades, compreender a qual perspectiva teórico-metodológica e ético-política está direcionando a ação profissional e, a partir disto, estabelecer um planejamento de atividades/ ações e escolhas dos meios que possibilitem a sua intervenção, só assim, potencialmente, o assistente social poderá trabalhar demandas em prol dos trabalhadores e condizentes com o Projeto Ético-Político Profissional. Como mostra Ramos (2018),

> ter essa clareza teórica é fundamental para que possamos exercer nossa capacidade intelectiva de construir as mediações necessárias e que são determinadas socialmente para a análise sobre como nos apropriamos da concepção sobre a dimensão técnico-operativa no que diz respeito à utilização dos instrumentos e técnicas. Nesse sentido, solidez teórica torna-se um elemento fundamental para que esse debate avance de forma significativa dentro da profissão na direção de ruptura com o estigma que durante décadas esteve presente. A compreensão de que os instrumentos e técnicas não são conservadores é de extrema relevância, pois o que os torna "conservadores" ou não são as perspectivas teóricas que são requeridas para o seu direcionamento (RAMOS, 2018, p. 41).

Os meios que possibilitem as ações profissionais, sejam instrumentos, técnicas, estratégias, fazem parte do processo de escolha profissional. Assim, cabe ressaltar uma observação importante que este estudo proporciona. A análise dos dados, além de revelar a necessidade de adensar as reflexões sobre a dimensão técnico-operativa que resultem em produção de conhecimento sobre a temática, os artigos analisados ainda revelam que nos espaços sócio-ocupacionais e nas instituições de ensino ainda permanecem pontos de dúvidas sobre a relação teoria-prática, diante das poucas mediações com o movimento do cotidiano profissional, tendo em vista subsidiar práticas mediadas pelo projeto profissional. Desse modo, observa-se a urgente necessidade de os assistentes sociais reverem/analisarem sua prática profissional e o que esta vem trazendo de contribuições para a classe trabalhadora. Nesse sentido, concorda-se com Vasconcelos (2015) quando afirma que

> o que nos interessa na análise de situações concretas é apreendermos os fatores que condicionam verdadeiramente uma dada atividade prática e o sentido do seu objetivo. E aqui deve ficar claro que se trata de apreender as referências e o objetivo expressos na própria estrutura da atividade e não nas intenções conscientes do

> assistente social nem na ideia/representação que este tem da sua própria prática. A análise de situações concretas, neste caso, da atividade profissional que já se transformou em história, pode dar um resultado potencial aos questionamentos e constatações que emergiram de análise. Assim, os resultados da análise de uma reunião/entrevista podem mostrar o que é necessário para o alcance dos objetivos propostos, na medida em que a análise traz à tona as manifestações dos usuários[...] a serem tomados como objeto de atenção, investigação, reflexão teórico-crítica – tanto pelos assistentes sociais como pelos próprios usuários; traz à tona as manifestações do assistente social/equipe as quais revelam não só os princípios e valores veiculados pelo profissional, mas a presença/ausência de preparação teórico-metodológica e técnico-operativa necessária frente aos seus objetivos e finalidades e às requisições institucionais (VASCONCELOS, 2015, p. 569).

Este item da dissertação buscou trazer elementos para subsidiar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa e as possíveis contribuições quanto à definição de estratégias, táticas, posicionamentos para um exercício profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional. Compreende-se que não é possível esgotar todas as questões desta importante e urgente discussão, bem como, diante do tempo e das condições subjetivas, não é possível proporcionar uma análise que coloque exemplos da totalidade dos textos pesquisados; a principal proposta foi comparar os contrapontos e possibilidades de mediação entre planejamento da prática utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de mediações entre a produção de conhecimento da área, o planejamento da prática, a utilização de instrumentos e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, neste estudo, elegeu-se como objeto de estudo artigos de revistas científicas e coletâneas produzidos com foco na dimensão técnico-operativa da profissão.

Elegendo-se para a análise artigos de quatro conceituadas revistas da área de Serviço Social (conceito Qualis CAPES A1 e A2) e quatro coletâneas de maior referência para a categoria, material produzido nos últimos 10 anos, deparou-se com um conjunto de autores extremamente qualificado academicamente. Assim, dos 281 autores que participaram da elaboração dos artigos, temos, 138 (49%) doutores e 27 (10%) pós-doutores; 68 (24%) mestres; 37 (13%) graduandos e 11 (3%) especializados, resultando que 89% da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa é oriunda de autores que estão vinculados à academia: 76% estão vinculados à academia e 13%, tanto à academia quanto aos serviços.

Estes dados nos remetem à formação profissional e à dimensão interventiva do trabalho do assistente social, para buscar compreender por que os assistentes sociais que estão em serviços e/ou atuando pouco produzem e/ou publicam suas produções. Destacamos também, como pudemos observar, que a aproximação com os serviços não vem garantindo as mediações necessárias da abordagem dessa temática com o cotidiano profissional. Dos 201 artigos analisados, 113 (56,5%) são realizados por autores que, sem base na realidade profissional, a partir de pesquisa bibliográfica, discorre(m) sobre e/ou aborda(m) o tema. Observou-se que os próprios autores, recorrentemente, apontam a necessidade de aprofundamento da discussão sobre a dimensão técnico-operativa, bem como a necessidade de elementos que exemplifiquem as mediações com a intervenção, buscando a identificação de práticas que rompam com o conservadorismo. Importante ressaltar que durante a leitura dos artigos notou-se a falta de mediações com a realidade profissional, o que também foi observado quando se elaborou a fundamentação teórica para subsidiar as reflexões e apontamentos sobre a dimensão técnico-operativa, quando necessitamos utilizar parte dos próprios artigos selecionados, principalmente dos artigos das coletâneas.

Os artigos selecionados fazem parte de um universo de 1.288 artigos de revistas publicados em dez anos (2009-2018) e 62 artigos das coletâneas. Identificou-se 201 artigos – 34 de coletâneas e 167 de revistas – que têm como proposta priorizar reflexões sobre a dimensão técnico-operativa. Representando 15% do total de artigos, isso revela um número

expressivo, mostrando, de início, uma preocupação da categoria com o tema. Dentre muitos dos achados deste estudo, destacam-se os seguintes:

Quanto ao caráter da referência/ conexão entre o planejamento da prática, utilização dos instrumentos e Projeto Ético-Político Profissional, temos uma maioria de artigos 127 (63%) divididos em:

- Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma substantiva (67 - 33%);
- Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e com o Projeto Ético-Político profissional de forma abstrata (60 - 30%);

Os demais artigos (74 -37%) se dividem em:

- Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos de forma substantiva, contudo realizam mediações com o Projeto Ético-Político profissional de forma mais abstrata (17 - 9%);
- Artigos que realizam mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos de forma abstrata, mas realizam mediação com o Projeto Ético-Político profissional de forma substantiva (16 - 8%);
- Artigos que não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos, mas realizam mediação com o Projeto Ético-Político Profissional de forma substantiva (14 -7%);
- Artigos que não mencionam o Projeto Ético-Político profissional, contudo realizam mediação com o planejamento da prática e a utilização de instrumentos, de forma abstrata (12 -6%);
- Artigos que não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática e com a utilização de instrumentos, mas realizam mediações como Projeto Ético-Político Profissional de forma abstrata (9- 4%);
- Artigos que anunciam em seus títulos ou em seus resumos o exercício profissional, mas não realizam qualquer mediação com o planejamento da prática, com a utilização de instrumentos e/ou com o Projeto Ético-Político Profissional (4 -2%);
- Artigos que não mencionam o Projeto Ético-Político profissional, contudo realizam mediação com o planejamento da prática e a utilização de instrumentos, de forma substantiva (2 - 1%).

São 174 (87%) os artigos que apresentam mediações com os instrumentos e o planejamento da prática e 27 (13%) os que, ainda que em seus títulos remetessem ao exercício profissional ou à atuação profissional, não realizam mediação com o planejamento da prática e/ou reflexões sobre a utilização de instrumentos e técnicas. É importante ressaltar que 88 artigos (44%) estabelecem mediações substantivas com o planejamento e/ou a utilização dos instrumentos. Ou seja, nos artigos, ao longo do texto, os autores fazem mediações com a prática e/ou o exercício profissional, sinalizando o porquê da importância do tema para a profissão e os profissionais; o porquê de a importância dos assistentes sociais acessarem tais conhecimentos, informações e instrumentos. Assim, no corpo do texto, os princípios e as diretrizes do projeto, articulados com o planejamento da prática/ instrumentos, são citados, sendo que sua coerência e as possibilidades de realmente contribuírem com uma prática mediada pelo projeto profissional serão abordadas abaixo. Por outro lado, são 86 (43%) os artigos identificados que estabelecem mediações abstratas com o planejamento/instrumentos. Nestes textos, os autores anunciam a relevância da temática/produção para a prática profissional sem deixar claro o caráter dessa relevância; apresentam somente a importância da temática para a atuação profissional ou citam a dimensão técnica-operativa/instrumentos/planejamento sem aprofundar o debate a partir da apresentação/debate dos princípios que os referencia e/ou do resgate histórico da sua temática.

São 130 (65%) os artigos que realizam mediações/conexões com o planejamento da prática e com a utilização dos instrumentos em uma perspectiva pluralista; 44 artigos (22%) numa perspectiva eclética e 27 artigos (13%) que não estabelecem nenhuma conexão com a dimensão técnico-operativa. Observa-se que a perspectiva pluralista[19], pautada na tradição marxista e fruto do movimento da profissão para romper com a perspectiva conservadora, representa a maior parte de produção científica analisada. Mas, são 44 (22%) os artigos considerados ecléticos[20] produzidos, no contexto do projeto profissional, por uma grande maioria de autores ligados diretamente à academia. São artigos que partem de um conjunto de princípios e referências teórico-metodológicas contraditório, sem que os autores apreendam as contradições entre eles e/ ou em que os autores realizam uma leitura fragmentada da

[19]Autores assumem explicita e coerentemente concepções/noções/princípios/ objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político, ou seja, tomam como referência princípios, concepções, correntes teóricas que não são contraditórias ou até o ponto que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento enquanto totalidade.

[20]Autores que explicitam concepções teóricas e/ou recorrem a produções que guardam contradições irreconciliáveis em seu interior, sem identificar/apontar essas contradições.

realidade, a partir de temas isolados. Ou seja, são artigos com embasamento teórico retirado de campos diferentes e com viés pós-moderno.

Destaca-se que, diante do número elevado de artigos que realizam mediações/conexões com o planejamento da prática e com a utilização dos instrumentos em uma perspectiva pluralista – 130 artigos, ou seja, 65% dos 201 artigos identificados e analisados –, é preciso ressaltar que, dentre eles, são 44 (1/3) os artigos que estabelecem mediações abstratas com o planejamento/instrumentos, ou seja, mesmo anunciando a relevância da temática e do artigo para a prática profissional, não se deixa claro o caráter dessa relevância. Os autores citam a dimensão técnica-operativa/instrumentos/planejamento sem aprofundar o debate a partir da apresentação/exame dos princípios que os referencia e/ou do resgate histórico da sua temática. Ou seja, são os artigos que, sem base na realidade profissional, pouco podem contribuir com os assistentes sociais no que se refere à dimensão técnico-operativa e ao compromisso com os trabalhadores.

Quanto às mediações com o Projeto Ético-Político Profissional, 86 artigos (43%) realizam mediações de forma abstrata e 97 artigos (49%) de forma substantiva e são 18 (9%) os artigos que não estabelecem nenhuma mediação com o projeto. É expressivo, assim, o quantitativo de artigos em que os autores anunciam seu compromisso com o projeto da profissão, ainda que não fique explícito no artigo algo que identifique esse compromisso/escolha. Por outro lado, quase metade dos artigos, ao longo do texto, faz referências ao compromisso com o projeto do Serviço Social, deixando claros os valores e princípios que defendem, as finalidades do projeto e/ou as referências teórico-metodológicas que o sustenta. Portanto, 183 dos artigos (91%) estabelecem mediações com o projeto profissional, enquanto apenas 18 (9%) dos autores não fazem referência ao projeto. Observa-se que a maioria das produções realiza o movimento de anunciar o projeto e ressaltar sua importância para a profissão. Contudo, é preciso destacar que alguns artigos fazem essas mediações de forma articulada, sinalizando para possíveis práticas que rompam com o conservadorismo.

Assim, observou-se que, de forma eclética, 38 artigos (19%), ao mesmo tempo em que defendem direitos sociais, políticas públicas, Estado de direito, a legislação que garante direitos sociais conquistados historicamente, conservam princípios, valores e referências teóricas/noções em contradição com essa direção social escolhida. Por outro lado, os autores de 145 artigos (72%) se mostram pluralistas, ao assumirem explícita e coerentemente, concepções/noções/princípios/objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político. Ou seja, tomam como referência

concepções e correntes teóricas que não se mostram contraditórias ou referem-se a autores até o ponto em que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento como totalidade e, desse modo, devem ser considerados em uma apreensão crítica da realidade. Os 18 artigos (9%) restantes não realizam mediações com o projeto profissional.

Observa-se assim que a contribuição da tradição marxista, no que diz respeito às referências teórico-metodológicas, está presente na maioria dos artigos, o que nos leva a sinalizar que a produção de conhecimento do Serviço Social a respeito da dimensão técnico - operativa está em sintonia com as referências teóricas indicadas pelo Projeto Ético-Político Profissional, ainda que nem sempre de forma substantiva.

Ainda no contexto dos 201 artigos analisados, são 67 (33% - ver gráfico 14) os que realizam mediações substantivas, ao mesmo tempo, com o planejamento da prática, a utilização dos instrumentos e com o Projeto Ético-Político Profissional, o que potencialmente pode favorecer os assistentes sociais no cotidiano da prática. Mas uma análise mais aprofundada mostrou que, dentre os 67 artigos, 35 (53%) foram identificados como artigos teórico-analíticos, pautados predominantemente em revisão bibliográfica. Os demais artigos (32/47%), identificados como analíticos propositivos, por meio da sinalização de prioridades, abordagem crítica dos instrumentos e de estratégias de ação profissional, resultam de análise teórico-crítica/pesquisa mediada e mediando a realidade social/profissional.

Assim, temos uma maioria de artigos que se resume a reflexões/revisões bibliografias sobre possibilidades de rompimento com práticas conservadoras, sendo que resultados de pesquisas e relatos de experiência raramente estão presentes na produção de conhecimento da área. Nesse sentido, verifica-se que os assistentes sociais, envolvidos no complexo cotidiano da prática, continuam carentes de produções que realizem mediações substantivas no contexto da dimensão técnico-operativa, o que significa tomar como objeto de estudo, o planejamento da prática, a utilização de instrumentos, tendo como referência o Projeto Ético-Político Profissional, na busca de identificação de alternativas, possibilidades e tendências presentes no movimento da realidade socioassistencial.

Cabe ressaltar que planejar o exercício profissional não se constitui um movimento simples e, conforme podemos apreender dos artigos analisados, mesmo demostrando uma procupção sobre a temática e um volume importante de produções, ainda se faz necessária a discussão e aprofundamento nesta área, tendo por base a realidade, ou seja, o que os assistentes sociais vêm realizando no cotidiano profissional. Neste movimento, não podemos deixar de ressaltar que não são poucos os autores que, ao produzirem conhecimento na área,

objetivam referenciar outros assistentes sociais, no movimento de compreender os limites impostos pelas sociedade do capital e as dificuldades para efetivar as políticas sociais, partem de concepções assentadas na busca de “humanização” ou “aprimoramento” da sociedade capitalista, isto tendo em vista favorecer os trabalhadores no contexto de uma sociedade baseada na exploração do homem sobre o homem.

Destacam-se, ainda, os principais instrumentos abordados pelos autores: grupos, entrevista e visita domiciliar. Estes instrumentos, além de serem objeto central de análise de muitos dos artigos analisados, também foram os instrumentos mais abordados no conjunto dos artigos pesquisados. Outros instrumentos como parecer técnico, assessoria e consultoria, estudos sociais, documentação, estudo socioeconômico, também apareceram no universo pesquisado. A partir do estudo dos artigos que abordam predominantemente algum instrumento, permanece uma questão: na direção do projeto profissional, é possível abordar algum instrumento utilizado pelo assistente social, de forma fragmentada e descolada do planejamento e da atuação profissional?

Os meios que possibilitem as ações profissionais, sejam instrumentos, técnicas, estratégias, fazem parte do processo de escolha profissional. Assim, cabe ressaltar uma observação importante que este estudo proporciona. A análise dos dados, além de revelar a necessidade de adensar as reflexões sobre a dimensão técnico-operativa que resultem em produção de conhecimento que tragam com mais profundidade todo o processo que envolve a prática profissional, os artigos analisados ainda revelam que nos espaços sócio-ocupacionais e nas instituições de ensino ainda permanecem pontos de dúvidas sobre a relação teoria-prática, diante das poucas mediações com o movimento do cotidiano profissional, tendo em vista subsidiar práticas mediadas pelo projeto profissional. Desse modo, observa-se a necessidade de os assistentes sociais reverem/ analisarem sua prática profissional e o que esta vem trazendo de contribuições para a classe trabalhadora.

Por outro lado, são 183 dos artigos (91%) estabelecem mediações com o projeto profissional, enquanto apenas 18 (9%) dos autores não fazem referência ao projeto. Assim, ao relacionarmos os textos em que os autores optam pelo projeto profissional e suas referências teórico-metodológicas e ético-políticas, encontra-se os seguintes dados:

- autores que, a partir de referências ecléticas, de forma abstrata anunciam seu compromisso com o projeto da profissão, sem revelar algo que identifique esse compromisso/escolha (38 artigos/19%);

- autores que, a partir de referências pluralistas, de forma abstrata, anunciam o compromisso com o projeto de profissão (48 artigos/24%);
- autores que, a partir de referências pluralistas, de forma substantiva, ao longo do texto, fazem referência ao compromisso com o projeto do Serviço Social deixando claros valores e princípios que defendem, as finalidades do projeto e/ou as referências teórico-metodológicas (97 artigos/48%).
- autores que não tomam o projeto profissional como referência (18 artigos/ 9%) .

Estas considerações, baseadas no extenso trabalho que apresentamos acima, podem orientar a categoria sobre como o Serviço Social, na última década, vem se posicionando com relação ao projeto profissional e suas referências teórico-metodológicas e técnico-operativas, tendo em vista o enfrentamento dos desafios e impasses vivenciados pela categoria no cotidiano profissional. Isto porque nosso estudo mostra que ainda permanece a indagação: porque ainda uma demanda da categoria por produções sobre o exercício profissional de forma substantiva, como vem sendo apontado por vários estudos no âmbito da categoria e, inclusive, ressaltado pelos próprios autores dos trabalhos analisados?

Assim, diante de questões indicadas acima: como é possível uma atuação profissional mediada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social diante dos limites e desafios colocados aos assistentes sociais no cotidiano da prática? Como é possível realizar mediações da luta geral dos trabalhadores com o cotidiano profissional? É possível materializar uma prática por meio de ações que priorizem uma prática em prol da luta emancipatória? Podemos afirmar que a produção do conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social analisada não reflete a realidade dessas possíveis mediações.

Ou seja, os dados revelados por este estudo demonstram que ainda se faz primordial dar volume e destaque à abordagem da dimensão técnico-operativa da profissão. A produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa em unidade e mediação com as outras dimensões da profissão, no período analisado, que constitui a última década, logo após a comemoração dos 30 anos após o Congresso da Virada, representa apenas 15% dos trabalhos publicados em revistas CAPES/ Qualis A1 e A2, para Serviço Social, e das principais coletâneas que referenciam os assistentes sociais. Ressalta-se que foram abordadas somente quatro coletâneas publicadas por editoras com maior representatividade na profissão, produzidas por autores de maior referência sobre a temática. Considera-se um índice relevante, contudo, indica a necessidade de estudos mais aprofundados.

Considera-se necessário, desse modo, o aprofundamento da análise dos artigos identificados como substantivos/propositivos, sejam analíticos, relatos de experiência ou resultado de pesquisa. O objetivo é trazer elementos que, na busca pelas mediações entre teoria-prática, contribuam com subsídios que alimentem os assistentes sociais no cotidiano da prática. A parte expressiva da categoria que trabalha diretamente com os trabalhadores dando respostas às demandas dos usuários e às requisições institucionais na sociedade capitalista vêm contando com pouca produção de conhecimento sobre este conflituoso processo na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional, o que, possivelmente, pode estar contribuindo para que os assistentes sociais desacreditem nas potencialidades indicadas pelo mesmo. O resultado é que os assistentes sociais estão se sentindo angustiados, incapazes, etc., conforme abordado em vários dos artigos analisados.

Cabe ressaltar que, no decorrer da dissertação, ao considerar as formas substantivas e abstratas para análise de mediações com os princípios do Projeto Ético-Profissional e o planejamento da prática, percebe-se que ainda é menor o percentual dos artigos que realiza mediações de forma substantiva em ambos os indicadores. Desta forma, nos parece que a categoria deve voltar-se para a sua prática profissional – docente e assistencial – para dar seguimento ao movimento que teve início com a mudança de perspectiva teórico-metodológica da profissão, na segunda metade do século passado.

Observa-se ainda que as produções substantivas propositivas são explícitas quanto ao direcionamento ético-político e teórico-metodológico e buscam realizar as mediações necessárias para a operacionalização do Ético-Político-Profissional, exemplificando com referências de pesquisas que objetivam apreender possibilidades de realizar uma atuação em prol dos trabalhadores.

A teoria social de Marx fornece a lógica e o modo de operacionalização da sociedade capitalista e por meio desta é possível analisar as relações sociais e entender o movimento de (re)produção material e espiritual. Desta forma, tomando o Serviço Social como uma profissão interventiva nas relações sociais e que tem a sua função social socialmente determinada – ou seja, é chamada para mediar conflitos –, bem como suas condições objetivas estabelecidas, acredita-se que é possível apreender e enfrentar os limites profissionais. É o conhecimento da realidade que fornece elementos ao assistente social para compreender o movimento da sociedade e extrair dele mediações que favoreçam uma intervenção que favoreça a classe trabalhadora.

Nesse sentido, acreditando na capacidade de desenvolvimento humano por meio do trabalho e de cada novo complexo social que este desenvolvimento fornece, é que

compreende-se que a produção de conhecimento da área de Serviço Social é que pode contribuir para pensar/refletir as possibilidades de prática em meio às contradições do sistema capitalista: um cotidiano de relações alienantes, conflitantes, pragmáticas. Essa tarefa, como vimos, exige que os diferentes sujeitos profissionais – docentes, discentes, órgãos de fiscalização e normatização da categoria, profissionais que atuam nos diferentes espaços socioinstitucionais –, estejam alinhados ao projeto profissional, tendo em vista uma produção de conhecimento que favoreça os assistentes sociais no cotidiano da prática.

Conforme apontado no capítulo 1, os ditames do neoliberalismo colocam limites para que os docentes/pesquisadores possam livremente realizar suas pesquisas e produção de conhecimento, sendo estes pressionados por seus financiadores em busca de uma produtividade que só interessa ao capital nos seus processos de acumulação. Neste contexto, as pós-graduações encontram-se cada vez menos autônomas e cada vez mais sucateadas e desmobilizadas; portando, é a organização da categoria que pode favorecer que a produção de conhecimento na área de Serviço Social corrobore com o Projeto Ético-Político Profissional e com os assistentes sociais no cotidiano da prática.

Este estudo mostra que a categoria reconhece a necessidade de favorecer a operacionalização do projeto profissional e, por isso, preocupa-se em produzir trabalhos que abordem a dimensão técnico-operativa. Todavia, observou-se que se faz necessário o aprofundamento das produções que deixam explícita a direção ético-política e teórico-metodológica das atividades profissionais, sem ecletismos, tendo em vista superá-las com produções que consigam substantivamente trazer conhecimento/elementos/reflexões que orientem os profissionais que estão atuando no cotidiano, na direção dos interesses dos trabalhadores/usuários.

Cabe ressaltar que pensar a prática profissional na perspectiva da teoria social crítica não significa romantizar a profissão e considerar que é possível alterar a forma societária por meio de um projeto profissional. Entretanto, faz-se urgente e necessário, a partir da compreensão de que o Serviço Social não se constitui em operacionalizador do direito burguês, contribuir para que a prática profissional seja mediada pelo projeto profissional.

O estudo da produção de conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa revelou que os textos que estabelecem mediações substantivas com a profissão têm como referência o projeto profissional, compreendem os limites e possibilidades dos profissionais no cotidiano e, desta forma, realizam um movimento para uma intervenção na perspectiva emancipadora. Por outro lado, os textos que estabelecem mediações abstratas com a profissão, ainda que clamem pela perspectiva crítica, caminham na direção contrária, na medida em que entendem

os direitos sociais estabelecidos pelas políticas sociais como o fundamento e limite da intervenção profissional. Diante dos princípios e finalidades do projeto profissional, isso sinaliza um alerta para a profissão. Conforme abordado durante esta dissertação, a realidade concreta não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida para estabelecer o concreto pensado. [21]

Os artigos mostram que se faz necessário voltar-se para a dimensão técnico-operativa. Ainda que em sua maioria não resultem em contribuições substantivas e realmente referenciadas pelo projeto profissional, quase todas as produções se intitularam como críticas e fundamentadas pelo projeto ético-profissional; a outra parte, ainda que não citasse o projeto profissional, se posicionou como crítica e defensora da democracia e como produção que objetiva romper com o pragmatismo e com a sociedade burguesa.

Esta realidade mostra a necessidade de reafirmar e realizar uma formação graduada, pós-graduada e permanente pautada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nos princípios do Código de Ética do assistente social e na Lei de Regulamentação da Profissão, tendo em vista não incorrer em fatalismos e messianismos, mas, antes de tudo, na busca de evitar a reivindicação de um posicionamento crítico sem, de fato, se encontrar nessa direção social, como pudemos observar em vários dos trabalhos analisados.

Nessa perspectiva, observa-se a necessidade de uma produção de conhecimento pautada na realidade profissional que traga subsídios e elementos que orientem os profissionais para que, de forma dialética, possam se identificar no cotidiano estudado, compreender a necessidade de investigá-lo, assim como, a partir de sistematizações qualificadas da prática realizada, contribuir com uma produção de conhecimentos que os fortaleça no cotidiano profissional podendo, assim, participar do movimento em busca de rompimento com o conservadorismo profissional e social (VASCONCELOS, 2015)

Estas considerações finais são realizadas em tempos de pandemia do Covid-19, quando foi possível observar, tanto no cotidiano de trabalho como nos diversos eventos *online* promovidos pelas universidades e órgãos da categoria de diversos estados, que nunca foi tão necessário aprofundar a análise da atuação dos assistentes sociais. Diante de uma calamidade que é mundial, em meio à crise estrutural do capital, que vem favorecendo ainda mais a concomitante acumulação de riqueza por poucos e o aumento da pobreza e da miséria das maiorias, a categoria se pergunta sobre o que é possível realizar em situações como essa,

[21] Como sinalizado, com base em Guerra (2000, p. 30), entendemos que "a instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. É pela instrumentalidade que passam as decisões alternativas concretas, de indivíduos concretos, em situações concretas.

quando o *assistente social tem o dever* de "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades", como consta do Art. 3º do Código de Ética do assistente social de 1993. O que temos observado é que nós assistentes sociais, que estamos "na linha de frente" neste momento, estamos carentes de trabalhos que abordem o cotidiano da prática profissional.

Reafirmando as possibilidades de práticas mediadas pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, reconhecemos os limites e desafios próprios e característicos da sociedade capitalista, quando é necessário conhecimento da realidade social e profissional que favoreça a apreensão de estratégias e ações que favoreçam a luta geral dos trabalhadores. É nesse sentido que a categoria tem condições de superar o romantismo da transformação societária por meio da intervenção profissional, e construir um fazer profissional que, junto com a população usuária/trabalhadores, resulte em forças/conquistas/meios de demonstrar que, mesmo reconhecendo os limites do direito burguês, é possível favorecer movimentos/lutas em prol de uma nova forma de sociabilidade. Os textos que realizam mediações substantivas com planejamento/instrumentos e projeto profissional, direcionam a atuação do assistente social para possibilidades de fomentar a "organização popular" e o protagonismo dos sujeitos sociais nas relações sociais capitalistas. Estas mediações se afastam de militantismos e visões messiânicas e não desacreditam na história e no processo de conquistas que a profissão já constituiu.

Por fim, acredita-se que abordar o planejamento, a ação profissional – o que depende da definição de estratégias, prioridades, utilização de instrumentos e técnicas etc. –, na perspectiva do projeto profissional, não se configura como retorno ao tradicional, ou cair em conservadorismos. Mas, a busca de uma intervenção crítica – pautada na necessária mediação entre a teoria e prática –, torna necessário que os diversos sujeitos profissionais se responsabilizem, mantendo um diálogo plural, envolvendo, de fato, a academia com os profissionais que estão no cotidiano socioassistencial o que exige destes planejamento e sistematização qualificada da prática profissional, processo que garante as condições necessárias a uma análise teórico-crítica da prática (VASCONCELOS, 2015).

Compreender as possibilidades da profissão é saber que ao demandar profissionais do Serviço Social, as instituições requerem pessoas cada vez mais criativas e propositivas, entretanto, para a defesa dos seus interesses. Ser criativo para o capital é saber otimizar recursos e enquadrar os usuários em seus direitos de forma funcional e respeitosa. Assim, é reconhecida nossa capacidade de desenvolvimento por meio do trabalho pelo próprio capital e é por isso que se torna necessário construir conhecimentos e utilizar a criatividade profissional

em prol dos usuários/trabalhadores, quando os assistentes sociais que objetivam fortalecer a luta geral dos trabalhadores só podem contar com a produção de conhecimento da área de Serviço Social que aborde teoricamente a formulação, implementação e avaliação de propostas concretas visando a materialização do Projeto Profissional. Importante lembrar que ser criativo e propositivo, na busca de favorecer a luta geral dos trabalhadores, é sinalizado como essencial por Iamamoto, desde início da década de 1980.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social*, 1996.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. *Caderno Abepss*, São Paulo, n. 7, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Retomando a temática da sistematização da prática em serviço social.*. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/retomando-a-tematica-da-sistematizacao-da-pratica-em-servico-social-ney-almeida/view>. Acesso em: 10 set. 2020.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva**.** *Ética e Serviço Social:* Fundamentos Ontológicos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, out./dez. 2011

BATISTA, Thaís Tononi**.** A atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 326-342, maio/ago. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Bilbioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

BOLZAN, Débora de Paula Bolzan. Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho do Serviço Social. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, 2015.

CAPES. *CAPES melhora ferramentas de avaliação da pós-graduação*. Matéria publicada em 18/07/2019. Disponível em: < https://www.capes.gov.br/36-noticias/9730-capes-melhora-ferramentas-de-avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 13 maio 2020.

CARNELOSSI, Bruna. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

CEOLIN, Jorge Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, out./dez. 2014.

CFESS/ABEPSS. Apresentação. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do assistente social e Lei de Regulamentação da Profissão, 8.662/93.* 10 ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação,* n. 24. 2003.

COELHO, Marilene. *Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. Imediaticidade da Prática do Assistente Social. Lumen Jurís, Rio de Janeiro, p. 23-46, abril. 2010. *In*: FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). Serviço Social; temas, textos e contextos Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de Projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. O processo legislativo e a regulamentação do Serviço Social no Brasil: uma análise documental. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 131, p. 29-50, jan./abr. 2018.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. Apresentação**.** In: FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social:* temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

_____. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social:* temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

GIAMPAOLI, Maria Cristina. *Serviço social em empresas:* consultoria e prestação de serviço. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2013.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, mar. 2000.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa do serviço social*: desasfios contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

GUIMARÃES, Eliane Martinz de Souza. Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 2017.

HORA, Senir Santos da. O Serviço Social e as condições de trabalho no SUAS: tensões e desafios à materialização do projeto profissional. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 155 - 177, 2° Sem. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.* 7.ed. São Paulo. Cortez, 2004.

_____. *Serviço Social na Contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Serviço Social em tempo de capital feitiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Ensino e pesquisa em Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. *Caderno ABEPSS*, n.6, São Paulo. Cortez, 1993.

KOIKE, Maria M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LEITE, Josimere de Omena. Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 119-136, 1 sem., 2012.

LESSA, Sérgio. *Serviço Social e trabalho*: porque o serviço social não é trabalho. 3.ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, S. e TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx.* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. A Biografia do Projeto de Intervenção Orientado pelo Projeto Profissional. In: *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social*: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

LOBATO, Alzira Tereza. Considerações Sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento. In: FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social:* temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

LUKÁCS, György. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In*:* LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do Ser Social* I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Ludson Rocha. Serviço social e instituições participativas*:* apontamentos sobre a atuação profissional no apoio ao controle social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 2018.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.

MENDONÇA, Eliana. Representações e Vivências da Menopausa e da Sexualidade Compartilhadas em Grupos de Reflexão. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social:* temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social).

MOREIRA, Carlos Felipe. Notas Críticas sobre o trabalho de Assistentes Sociais com Grupos. In: *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social*: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Restruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*: ensaios sobre a restruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, 2013.

_____. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. Projeto ético político do serviço social*:* limites e possibilidades. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ. Marcelo. *Economia Política:* uma introdução crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do serviço social; v.1)

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete... [et al] (Org). *Serviço Social e Saúde*: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx.* 1.ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2011.

_____. *Ditadura e Serviço Social:* uma análise do Serviço Social pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 5-19, nov. 2005.

NEVES, Angela Vieira; SANTOS, Cláudia de Oliveira Vicente; SILVA, Suellen Henriques da. Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho. *Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 173-181, jul./dez. 2012.

PEREIRA, Tania Maria Dahmer. Quando o camburão chega antes do SAMU*:* Notas sobre os Procedimentos Técnicos Operativos do Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). *Serviço Social*: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

PLATAFORMA SUCUPIRA. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Revistas Científicas da área de Serviço Social - 2009/2018:* vinculação e Qualis/Capes. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf.>. Acesso em: 13 maio 2020.

RAICHELIS, R. et. al. Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade,* São Paulo, n. 136, 2019.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, out./dez. 2011.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, out./dez. 2013.

RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. dos. Apresentação. In: *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social*: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Claudia. Mônica dos. et al. Apresentação. In: SANTOS, C. M. dos.; BACKX, S.; GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa do serviço social:* desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica; NORONHA, Karine. O Estado da Arte sobre os instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social - Uma perspectiva crítica. In:

FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social:* temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social)

SANTOS, Claudia Monica dos. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. *Libertas*, Juiz de Fora/ MG, 2007.

_____. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SIERRA, Vania Morales. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez. 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental*? Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013.

SILVA, Juliana Alexandre da; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. A relativa autonomia na literatura profissional do serviço social: elementos constitutivos do debate. *Textos & Contextos,* Porto Alegre, 2017.

SILVA, Vini Rabassa da; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta; SCHNEIDER, Marciane Maria Altenburg. Ação profissional dos assistentes sociais no sistema único de Assistência Social: problematizações resultantes de uma pesquisa empírica no RS. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 345 - 355, ago./dez. 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. Serviço Social. Instrumentalidade e Estudos Sociais. In: *A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social*: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

SPOSATI, Aldaisa. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10 n. Especial, 2007.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas socais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, n. 4., 1991.

VASCONCELOS, A. M. *A/O assistente social na luta de classes:* projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Eixo de Análise:* Produção de Conhecimento na área de Serviço Social. Mimeo. NEEPSS/FSS/UERJ. Versão 2015.

YAZBEK. M. C. Prefácio Coletânea Nova do Serviço Social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Y. (Org). *Serviço Social*: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. (Coletânea nova do serviço social).

ZILIOTO, Denise Macedo; FOSCARINI, Marissane; BERTI, Ariete Regina. O Serviço Social em Indústrias de Grande Porte do Rio Grande do Sul. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 218 - 228, ago./dez. 2010.

APÊNDICE A - Eixo de análise[22]: Produção de conhecimento sobra a Dimensão Técnico-Operativa

Questão central: A questão central é identificar se os assistentes sociais brasileiros contam com uma produção de conhecimento qualificada, que aborde questões relacionadas ao exercício profissional, frente a dimensão técnico-operativas e que auxiliem na mediação da prática com projeto profissional.

Análise da produção de conhecimento da área de Serviço Social democratizada através artigos publicados em Revistas da área e Coletâneas.

Objeto de Análise – Revistas Científicas e Coletâneas do Serviço Social

- A revista - Histórico (vinculação da revista - instituição/curso; período em que foi criada; número de revistas/ano); números/período analisado e por que; organização da revista: sem definição de temas? com definição de temas? Quais os temas mais abordados no geral e no período analisado?
- Total geral de artigos da revista
- Total dos artigos que serão analisados no período de tempo definido.

Variáveis:
1 - Autores
1.1. Vinculação do(s) autor(es)
a) academia
b) serviços
c) academia/serviços

1.2. Titulação dos autores
a) graduação
b) especialização
c) mestre
d) doutor
e) pós-doutor

2 – Mediações da produção com os instrumentos de trabalho do Serviço Social; o planejamento da prática, e projeto profissional.

2.1. Mediações da produção com os Instrumentos e o Planejamento da Prática

2.1.1. Relação da produção com o os Instrumentos e o Planejamento da Prática:
a) Trabalhos que contêm mediações com os instrumentos e o planejamento da prática.
b) Trabalhos que não contêm mediações com os instrumentos e o planejamento da prática.

2.1.2. Caráter da referência/conexão/relação com os instrumentos e o planejamento da prática.
a) implícita

[22] Este Eixo de Análise, utilizado no âmbito do NEEPSS, será utilizado na análise dos artigos identificados, a partir de algumas adaptações ao tema dessa dissertação.

b) explícita
Implícita
Trabalhos de autores que não mencionam os instrumentos/ planejamento, mas na análise dos temas evidencia-se uma articulação com os instrumentos e o planejamento da prática.

Explícita
Trabalhos em que os autores, em algum momento, fazem menção a dimensão técnico-operativa, aos instrumentos e ao planejamento da prática.

2.1.3. Caráter da conexão com os Instrumentos e o Planejamento da Prática.
a) abstrata
b) substantiva;

Abstrata

Artigos em que os autores anunciam a relevância da temática/produção para a prática profisisonal sem deixar claro o caráter dessa relevância. Simplesmente anunciam, no início ou final do texto: "isso é relevante para a prática". Assim, apresentam somente a importância da temática para a atuação profissional ou citam a dimensão técnica-opertiva/ instrumentos/planejamento sem discutir os seus princípios ou elaborar um resgate histórico.

Substantiva
Produções em que os autores, ao longo do texto, fazem mediações com a prática e/ou o exercício profissional, sinalizando o porquê da importância do tema para a profissão e os profissionais; o porquê da importância dos assistentes sociais acessarem tais conhecimentos, informações, instrumentos. Assim, no corpo do texto, os princípios e as diretrizes do projeto articulados com o planejamento da prática/ instrumentos são citados de forma coerente. Assim, constituem discussões de temas concernentes ao cotidiano profissional, desenvolvidos em todo corpo do texto a partir de uma articulação tanto analítica quanto propositiva, no qual o Serviço Social perpassa todo o texto.

2.1.4. Caráter da conexão com as referências teórico-metodológicas e ético-políticas com os instrumentos e o planejamento da prática.
a) Eclética
b) Pluralista

Eclética - Textos que explicitam concepções teóricas e/ou recorrem a produções que guardam contradições irreconciliáveis em seu interior, sem apontar para essas contradições. Assim, são artigos que tomam como referência um conjunto de princípios e referências teórico-metodológicas sem apreender as contradições entre eles. Leitura fragmentada da realidade a partir de temas isolados; embasamento teórico retirado de campos diferentes; críticas ao marxismo (noção de que a teoria social de Marx não consegue dar conta da realidade e da sua ineficiência para a superação da suposta crise da modernidade).

Pluralista - Textos em que os autores assumem explicita e coerentemente concepções/noções/princípios/objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político, de forma plural, ou seja, tomam como referência concepções, correntes teóricas que não são contraditórias ou até o ponto que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a

realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento enquanto totalidade, Os autores assim, recorrem teoria social de Marx e a estudos e pesquisas que contribuam para uma analise da sociedade capitalista, como totalidade social, marcada pela divisão de classes, que tem como resultado as diferentes expressões da questão social e que, para ser superada, só com instituição de uma nova ordem societária sem exploração de classe, etnia e gênero.

2.2. Mediações da produção com o Projeto Profissional

2.2.1. Relação da produção com o Projeto Profissional
a) Textos que Contêm mediações com o Projeto Profissional
b) Textos que Não contêm mediações com o Projeto Profissional

2.2.2. Caráter da referência/conexão com o projeto ético-político do Serviço Social
a) implícita
b) explícita

Implícita
Os autores não mencionam o Projeto Profissional, mas na apresentação/análise e/ou conclusão fica clara a defesa e/ou compromisso com os princípios que regem o projeto e/ou com o projeto de sociedade que o sustenta. Considerar mesmo os que não mencionam o projeto profissional, mas a análise dos temas mostra articulação clara com o Projeto profissional. São comunicações que apresentam uma defesa e/ou compromisso com os princípios que regem o projeto. Desta forma, as comunicações que se manifestam a favor da "democracia" e/ou da "liberdade", da "justiça social", da "equidade", da "consolidação da cidadania", da "defesa da luta dos trabalhadores", dos "sujeitos de direitos", devem ser categorizadas como articulação implícita com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Explícita
Trabalhos em que os autores mencionam o Projeto Ético Político e/ou deixam claro o compromisso com o Projeto e/ou com o projeto de sociedade que o sustenta. Os autores mencionam claramente seu posicionamento referente ao Projeto Ético Político.

2.2.3. Caráter da conexão com as referências ético-políticas do Projeto Profissional
a) abstrata
b) substantiva;

Abstrata,
Trabalhos em que os autores anunciam seu compromisso com o projeto da profissão, sem revelar algo que identifique esse compromisso/escolha.

Substantiva
Trabalho em que os autores, ao longo do texto, fazem referência ao compromisso com o projeto do Serviço Social deixando claros valores e princípios que defendem, as finalidades do projeto e/ou as referências teórico-metodológicas que os sustentam.

2.2.4. Caráter da conexão com as referências teórico-metodológicas e ético-políticas do Projeto Profissional
a) Eclética

b) Pluralista

Eclética - Textos que explicitam concepções teóricas e/ou recorrem a produções que guardam contradições irreconciliáveis em seu interior, sem apontar para essas contradições. Por exemplo, textos que ao mesmo tempo em que defendem direitos sociais, políticas públicas, Estado de direito, a legislação que garante direitos sociais conquistados historicamente, conservam princípios, valores e referências teóricas/noções em contradição com essa direção social escolhida. Assim, são artigos que tomam como referência um conjunto de princípios e referências teórico-metodológicas sem apreender as contradições entre eles. Leitura fragmentada da realidade a partir de temas isolados; embasamento teórico retirado de campos diferentes; críticas ao marxismo (noção de que a teoria social de Marx não consegue dar conta da realidade e da sua ineficiência para a superação da suposta crise da modernidade.

Pluralista - Textos em que os autores assumem explicita e coerentemente concepções/noções/princípios/objetivos/finalidades em consonância com o conjunto dos ideais e princípios preconizados pelo projeto ético-político, de forma plural, ou seja, tomam como referência concepções, correntes teóricas que não são contraditórias ou até o ponto que não entram em contradição com o projeto, frente ao princípio de que qualquer estudo sobre a realidade pode trazer contribuições para apreender seu movimento enquanto totalidade. Os autores assim, recorrem teoria social de Marx e a estudos e pesquisas que contribuam para uma analise da sociedade capitalista, como totalidade social, marcada pela divisão de classes, que tem como resultado as diferentes expressões da questão social e que, para ser superada, só com instituição de uma nova ordem societária sem exploração de classe, etnia e gênero.

2.2.4.1. - Referência aos princípios do Código de Ética do assistente social.
a) Não faz
b) Referência a alguns dos princípios, tomados de forma isolada.
c) Referências a todos os princípios de forma indissociável e/ou referenciados pela liberdade e construção de outra ordem societária sem exploração de classe etnia e gênero.

3 – Produções que fazem Mediações com a Dimensão Técnica-Operativa
Após a identificação da relação da produção com a dimensão técnico-operativa, será identificado a característica do texto com relação ao conteúdo trabalhado. Propõe-se um roteiro de características iniciais:

3.1. Característica da Produção com relação ao conteúdo do artigo.

a) Analítica;
b) Analítica/propositiva;
c) Projeto de pesquisa/Analítica
d) Resultado de Pesquisa
e) Resultado de Pesquisa/Analítica;
f) Resultado de Pesquisa/Analítica e propositiva ;
g) Relato de Experiência;
h) Relato de Experiência/Analítica.
i)- Relato de Experiência/Analítica/Propositiva.

a) Analítica: A partir de pesquisa bibliográfica, o autor discorre sobre e/ou aborda um tema (abordagem teórica do tema). Assim são artigos que realizam somente a análise do tema escolhido, podendo ser um estudo/revisão bibliográfica ou a discussão teórica de um tema.

b) Analítico/Propositiva: Além da abordagem teórica, o autor ressalta a relevância da produção para a área de Serviço Social e apresenta propostas de atuação e/ou analisa formas de autuação na área. O ato propositivo é apreendido através da sinalização de prioridades, instrumentos e estratégias de ação profissional, que resultam de análise teórico-crítica/pesquisa mediada e mediando a realidade social. Assim, os autores fazem considerações propositivas a respeito do trabalho desenvolvido pelo assistente social, seja de forma a colocar a sua atuação como exemplo ou de apontar caminhos para a atuação profissional. Observar se os autores inseridos nesta categoria fazem considerações a respeito do que "deve fazer" o assistente social ou quais as concepções ele "deve tomar como referência".

c) Protejo de pesquisa e analítico - Artigos que apresentam projetos de pesquisa que ainda não foram iniciadas ou estão em andamento; pesquisas que não têm dados conclusivos, por vezes, parciais, ou apenas a reconstrução teórica do objeto a ser investigado. Assim, apresentam argumentos para a iniciação da pesquisa e do objeto de analise escolhido e fazem um debate do referencial teórico utilizado para a realização da pesquisa, geralmente obtido com a fase de análise documental e bibliográfica, seguindo de uma analise do tema escolhido, respaldado neste referencial teórico.

d) Resultado de Pesquisa – Apresentação de dados empíricos e/ou resultados/achados de pesquisa empírica.

e) Resultado de Pesquisa/Analítica A partir de discussão teórica, o autor apresenta dados empíricos e/ou resultados/achados de pesquisa, mediados por teoria. Ou seja, além de análise, fica explícito que o texto contém resultados de pesquisa. O autor apresenta dados empíricos e/ou resultados/achados de pesquisa, mediados por teoria e/ou destaca fatos, aspectos relacionados ao estudo realizado. Neste item, devem ser inseridos os artigos que não apresentam dados empíricos, mas deixam explicito que o trabalho é resultado de pesquisa, em grande parte de pesquisa bibliográfica e/ou qualitativa. Trabalhos em que dados e resultados de pesquisas são divulgados juntamente à análise do tema, podendo ser estas pesquisas desenvolvidas nos espaços de trabalho ou na academia.

f) Resultado de Pesquisa/Analítica/Propositiva - Para além das características dos trabalhos da variável anterior, os textos fazem mediações com o exercício profissional. Ou seja, o autor apresenta o resultado de uma pesquisa, realiza analise e faz propostas de atuação para os assistentes sociais.

g) Relato de Experiência – Narrativa de experiência (realizada por um assistente social ou uma equipe inter-multiprofissional) ou de atividades realizadas por assistente social/equipe em uma determinada área/instituição/unidade socioassistencial/programa/projeto. Registro eminentemente descritivo da experiência, tanto em âmbito profissional quanto na academia; narração de um acontecimento.

h) Relato de Experiência/Analítica - Narrativa de experiência (realizada por um assistente social ou uma equipe inter-multiprofissional) ou de atividades realizadas por assistente social/equipe em uma determinada área/instituição/unidade

socioassistencial/programa/projeto, mediada por teoria; aborda no mínimo a conjuntura, a instituição e os fatos. São artigos que apresentam uma análise da atuação profissional, podendo este campo ser profissional ou acadêmico.

i) Relato de experiência/Analítico/Propositiva - Narrativa de experiência (realizada por um assistente social ou uma equipe inter-multiprofissional) ou de atividades realizadas por assistente social/equipe em uma determinada área/instituição/unidade socioassistencial/programa/projeto, mediada por teoria, com propostas de atuação; operação que apreende a relação de unidade entre teoria-prática

APÊNDICE B - Referência Bibliográfica por características da Produção

Analíticas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016;

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização Social e práticas educativas**. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2 p. 161-169 jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Magistério, direção e supervisão acadêmica**. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009

BARBOZA, Douglas Ribeiro; BARBOZA, Jacqueline Aline Botelho Lima. **Sociedade regulada e radicalismo democrático: princípios gramscianos para conformação do projeto ético-político profissional do Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2017.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2011.

BOMFIM, Paula. **Trabalho e Alienação: Elementos para pensar a Dimensão da Ética do Trabalho dos Assistentes Sociais.** *In*: Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 107-125, jul. 2011;

BORGIANNI, Elisabete. **Para entender o serviço social na área sociojurídica.** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.** *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CEOLIN, Jorge Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2014.

COELHO, Marilene A. **Imediaticidade da Prática do Assistente Social.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COLOMBI, Bárbara Leite Pereira. **A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 574-586, set./dez. 2016.

COSTA, Renata Gomes da. **A práxis do/a assistente social e a materialização do projeto ético-político na sociedade capitalista**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325 - 333, jul./dez. 2014.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Trabalho, práxis e Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 101-110, jan./jun. 2013.

DUARTE, Marco José de O. **O Campo da Atenção Psicossocial na Política de Saúde Mental e o Serviço Social- Considerações sobre o Ethos do Cuidado.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que o Serviço Social quer dizer.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 108, 2011.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social e o Campo Sociojurídico - Reflexão sobre o Rebatimento da Questão Social no Trabalho Cotidiano**. *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FERNANDES, Ilidia. **Dialética dos grupos na perspectiva da diversidade humana e da sociedade de classes**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2017.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Na prática a Teoria é Outra?** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FORTI, Valéria Lucilia. **Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios.** *In*: Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017.

FRAGA, Cristina Kologesky. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2009.

FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira; LARA, Ricardo. **Trabalho e ser social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no projeto ético-político profissional.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2015.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil - Elementos do Pensamento Freiriano para Superação do Conservadorismo na Profissão.** *In*: Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 55-69, jul. 2011.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

GUERRA, Yolanda. **Racionalidade e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão.** *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

HORA, Senir Santos da. **O Serviço Social e as condições de trabalho no SUAS: tensões e desafios à materialização do projeto profissional.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 155 - 177, 2° Semestre, 2015.

IASI, Mauro Luis. **O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, jan/abr. 2017.

LESSA, Simone Elisa do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2013.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2011.

MARTINS, Ludson Rocha. **Serviço social e instituições participativas: apontamentos sobre a atuação profissional no apoio ao controle social.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2018.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São F

MATTOSO, Francinelly Aparecida. **Dimensão Territorial no Trabalho do Assistente Social na Estratégia Saúde da Família**. *In:* Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 235-251, dez. 2009.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. **Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. **Serviço social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2011.

sMIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** *In*: Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento a indivíduos, grupos e família**. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

MIOTO, Regina Célia. **Estudo Socioeconômico.** *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

MIRANDA, Ana Paula Rocha de Sales. **Investigando a organização de processos de trabalho pelo uso de ferramentas analisadoras.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 224 - 249, 2º Semestre, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Montes. **O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; FAGUNDES, Helenara Silveira. **Subsídios estruturantes da ação profissional em regiões de fronteira.** *In*: Rev. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325 - 333, jul./dez. 2014.

OLIVAR, Mônica Simone Pereira. **O campo político da saúde do trabalhador e o serviço social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2009.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos histórico balizados nos códigos de ética da profissão**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.128, p.143-163, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, Natália Coelho de. **Experiências pioneiras de participação popular no urbano: novos desafios ao assistente social.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 198 - 212, 2º Semestre, 2017.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. **O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação e Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, out./dez. 2016.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2013.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Cláudio Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão.** *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **A Ação dos Assistentes Sociais nos CRAS/RJ,Território e a Política de Assistência Social entre 2004 e 2008**. *In*: Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 273 - 290, dez. 2009.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O Trabalho em Serviços: Contribuições para o Debate do Serviço Social.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 83-101, 2° Semestre, 2012.

SIERRA, Vania Morales. **A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez. 2011.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da; OLIVEIRA, Antônio Carlos de. **Estado, sociedade civil e políticas sociais: o Serviço Social no Cras em ação**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 250- 268, 2° Semestre, 2012.

SILVA, Juliana Alexandre da; SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. **A relativa autonomia na literatura profissional do serviço social: elementos constitutivos do debate**. Rev. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Maisa Miralva da; RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 342-350, out./dez. 2016.

SILVA, Márcia Nogueira da. **Breves notas sobre o trabalho profissional: competências e atribuições na área sociojurídica**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 137-155, 1° Semestre, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Marxismo Gramsciano e Serviço Social, Interlocuções mais que necessárias.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17 - 33, jul. 2011.

SPOSATI, Aldaíza**. Proteção social e seguridade social no brasil: pautas para o trabalho do assistente social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, out./dez. 2013.

SUAVE, Angela Michele. **As especificidades urbanas na relação do serviço social com os movimentos sociais.** *In:*. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Amaso. **Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325 - 333, jul./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

Analítica/Propositiva

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

ALCANTARA, Luciana da Silva; VIEIRA, João Marcos Weguelin. **Serviço Social e Humanização na Saúde: limites e possibilidades.** *In:*Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 334 - 348, jul./dez. 2013.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012.

BAPTISTA, Myrian Veras. **O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática do serviço social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 125, p. 11-23, jan./abr. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BONALUME, Bruna Carolina; JACINTO, Adriana Giaqueto. **Dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social no judiciário: contradições e perspectivas**. *In:*Textos & Contextos, Porto Alegre, 2017.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. **Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 306-325, maio/ago. 2018.

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

CARTAXO, Ana Maria Baima; SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. **Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, jul./dez. 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de Projeto de trabalho profissional.** *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais**, **identidade e autonomia relativa nas ONGs.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 66 - 76, jan./jun. 2010.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176 - 200, 1º Semestre, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

EURICO, Márcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 83-91, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

FÁVERO, Eunice. **Instruções sociais de Processos, sentenças e decisões.** *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

FÁVERO, Eunice. **Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2018.

FERRARI, Anne, Karoline; TAVARES, Gilead Marchezi. **A aposta na tessitura de redes como inovação do trabalho no campo sociojurídico**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 125, p. 101-123, jan./abr. 2016.

FRANÇA, Reginaldo Pereira. **Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 152 - 161, jan./jun. 2013.

FREITAS, Tais Pereira; HENGER, Elen Barbosa Raiz. **Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 121, p. 32-47, jan./mar. 2015.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

GUIMARÃES, Eliane Martinz de Souza. **Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2017.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Serviço Social e o Trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 228 - 246, 2º Semestre, 2017.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** *In:*Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

JACINTO, Adriana Giaqueto. **Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LEITE, Josimere de Omena. **Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 119-136, 1° Semestre, 2012.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 155 - 175, 1º Semestre, 2017.

LIMA, Rita ade Cássia Cavalcante. **A Biografia do Projeto de Intervenção Orientado pelo Projeto Profissional**. *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

MARCONSIN, Cleir. **Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro**. Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 44 - 55, jan./jul. 2011.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica.** *In*: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr. 2017.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. 2016.

MOREIRA, Carlos Felipe. **Notas Críticas sobre o trabalho de Assistentes Sociais com Grupos.** *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. *In:*Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

NUNES, Letícia Soares. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de; PAIVA, Ariane Rego; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **Acompanhamento familiar no SUAS: diálogo com o município do Rio de Janeiro**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 136 - 150, 2º Semestre, 2018.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 104-122, jan./jun. 2009;

ROCON, Pablo Cardozo.; DUARTE, Marco José de Oliveira; SODRÉ, Francis. **Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 523-533, set./dez. 2018.

SANCHES, Maria Socorro Rayol Amoras; PONTES, Andreia Mello. **Serviço social e antropologia: interfaces na formação de assistentes sociais na Amazônia.** *In:* Katálysis, Florianópolis, jul./dez. 2016.

SANTOS, Cláudia Mônica; NORONHA, Karine. **O Estado da Arte sobre os instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social** - Uma perspectiva crítica. *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos; MELO, Thayana Vianna. **Visita Domiciliar no Serviço Social: Instrumento de Controle ou Garantia de Direitos?** *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Marta Alves; SENNA, Mônica de Castro Maia. **Educação em Saúde e Serviço Social: instrumento político estratégico na prática profissional**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 439-447, set./dez. 2017.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumental Técnico e o Serviço Social**. *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana; LEMOS, Janice; SILVA, Maria das Graças e; LIMA, Maria Luiza Lopes Timóteo de. **Trabalho em saúde, formação profissional e inserção do Serviço Social na residência multiprofissional em saúde da família.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 346 - 361, ago./dez. 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: razão ontológica ou instrumental?** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013.

SOUSA, Charles Toniolo de. **Serviço Social, Instrumentalidade e Estudos Sociais.** *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação**. *In:* Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 71-90, jul. 2011.

Projeto de Pesquisa/Analítica

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o serviço social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2011.

Resultado de Pesquisa

MENDONÇA, Eliana. **Representações e Vivências da Menopausa e da Sexualidade Compartilhadas em Grupos de Reflexão.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Josiane Soares; GONÇALVES, Maria Da Conceição Vasconcelos; SANTOS, Débora Rodrigues; JESUS, Elma Santos De; SANTOS, Fábio dos; DÓREA, Gleide Celma Souza e MENDES, Raquel De Oliveira. **Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

Resultado de Pesquisa/Analítico

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

BATISTA, Thaís Tononi**. A atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 326-342, maio/ago. 2017.

CARDOSO, Priscila; DAL PRÁ, Keli Regina. **A intervenção profissional do assistente social no eixo de planejamento e gestão: uma discussão a partir da experiência na coordenação de um serviço de assistência social no âmbito da Proteção Social Básica**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 129 - 141, jan./jul. 2012.

CARVALHO, Poliana de Oliveira; TEXEIRA, Solange Maria. **O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 151 - 166, 2º Semestre, 2018.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2012.

FAERMANN, Lindamar Alves. **A processualidade da entrevista no serviço social**. In: Textos & Contextos, Porto Alegre, v.13. n 2, 2014.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O serviço social no judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. **O processo legislativo e a regulamentação do Serviço Social no Brasil: uma análise documental.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 29-50, jan./abr. 2018.

FERRAZ, Teresinha; CESCONETO, Eugênia Aparecida. **Serviço Social e socioeducação nas regiões Oeste e Centro-Oeste do Paraná.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, p. 294 - 319, 2° Semestre, 2016.

FREIRE, Lúcia. **Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do serviço social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

NAVEGIAMPAOLI, Maria Cristina. **Serviço social em empresas: consultoria e prestação de serviço.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

GOMES, Márcia Regina Botão. **Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 357-380, abr./jun. 2015.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A interdisciplinaridade e o serviço social: estudo das relações entre profissões**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2017.

MACHADO, Graziela SCHEFFER. **O trabalho do Serviço Social nos CAPSs**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Priscila Aparecida. **A contribuição do Serviço Social para a efetivação do Controle Social no HC-UFU.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 184 - 202, 1º Semestre, 2015.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. **Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades.** *In*: Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011.

MEDEIROS, Thaize de Sousa, SILVA, Olinda Rodrigues da; SARDINHA, Ana Lídia Brito. **Acolhimento e acesso aos direitos sociais: assistência a pacientes em cuidados paliativos oncológicos**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2015;

MENEZES, Franciane Cristina de. **O serviço social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na revista serviço social & sociedade e nos CBAS.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

MOLJO, Carina Berta; SOUZA, Priscilla Alves Moura de; TIMOTEO, Raquel Ferreira; SILVA, Renata Ferreira Aparecida da. **Serviço Social, Projeto Ético-Político e Cultura: As intersecções na intervenção do assistente social que trabalha na implementação da política de assistência social.** *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MONTEIRO, Fernanda de Oliveira. **Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes.** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **A "viagem de volta": significados da pesquisa na formação e prática profissional do assistente social**. *In:* Serviço Social e Sociedade, n. 114 São Paulo, 2013.

MOTA, Lucineide dos Remédio; FERNANDES, Keila Chaves. **Serviço social em organizações não lucrativas: um estudo a partir da ONG – NAVE em São Luís – MA.** Instituto De Ensino Superior Franciscano – IESF, Maranhão, 2017.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A divisão sexual do trabalho no sistema de integração agroindustrial**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2012.

PIRES, Sandra Regina de Abreu. **Sobre a prática profissional do assistente social no sistema penitenciário.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 361 - 372, jul./dez. 2013.

PRADO, Fernanda de Oliveira; DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. **A racionalização do trabalho dos assistentes sociais do INSS**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 162-171, jul./dez. 2015.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

SANT'ANA, Rachel Santos. **Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014.

SANTOS, Cláudia Priscila Chupel dos; MARAFON, Nelize Moscon. **A política de assistência estudantil na universidade pública brasileira: desafios para o serviço social**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Maria Tereza dos; MANFROI, Vania Maria. **Condições de trabalho das/os assistentes socias: precarização ética e técnica do exercício profissional.** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 178 - 196, 2º Semestre, 2015;

SANTOS, Maria Tereza dos; MANFROI, Vania Maria. **Expansão e Precarização: O Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 233-252, 2° Semestre, 2012.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. **Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 366-393, abr./jun. 2014.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Serviço social e ministério público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Ações Profissionais Procedimentos e Instrumentos no Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas Sociais** *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017

Resultado de Pesquisa/Analítico/Propositivo

AVILA, Maria Roseli Rossi; MATTEDI, Marcos Antonio; SILVA, Maria Salete da**. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e atuação profissional.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. **A Relação Teoria/Método/Instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325 - 333, jul./dez. 2013.

BERBERIAN, Thais Peinado. **Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 121, p. 48-65, jan./mar. 2015.

BOLZAN, Débora de Paula. **Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho no Serviço Social**. *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 104 - 122, 2° Semestre, 2015.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. **Trabalho em saúde: desafios contemporâneos para o Serviço Social.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 26 - 43, jan./jul. 2011.

DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

DUTRA, Adriana Soares; GONÇALVES, Rafael Soares. **A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil** *In:* EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 106 - 125, 1° Semestre, 2016.

EIRAS, Alexandre Aparecida Leite Toffanetto Seabra. **A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente**. *In:* SANTOS, C. M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do serviço social: desasfios contemporâneos. 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2017;

FERREIRA, José Wesley. **Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais.** *In*: Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 209 - 217, ago./dez. 2010.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ALMEIDA, Janaina Loeffler de. **A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social**. *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016.

MENEZES, Maria Thereza; LUSTOSA, Maria das Graças. **Reflexões Sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015.

NEVES, Angela Vieira; SANTOS, Cláudia de Oliveira Vicente; SILVA, Suellen Henriques da. **Conselhos Municipais de Assistência Social: novas competências para o trabalho.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 173-181, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA , Lucia Conde de; VIEIRA, Sâmia Barros; SOUSA, Hevelanya Albano de; NOGUEIRA, Maria Sônia Lima; BRITO, Célia Maria Machado de; FERNANDES, Isabelle Rocha. **Diálogos entre serviço social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular**. Rev. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

RAMOS, Adriana. **Dimensão Técnico-Operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre os instrumentos e técnicas e o Projeto Ético-Político**. *In*: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Eliezer Rodrigues dos; LANZA, Liria Maria Bettiol; CARVALHO, Brígida Gimenez. **Educação Permanente em Saúde: a experiência do serviço social com Equipes Saúde da Família.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 16 - 25, jan./jul. 2011.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edalea Maria. **Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, p. 390 -398, 2012.

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. **O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015.

SILVA, Vini Rabassa da; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta; SCHNEIDER, Marciane Maria Altenburg. **Ação profissional dos assistentes sociais no sistema único de Assistência Social: problematizações resultantes de uma pesquisa empírica no RS.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 345 - 355, ago./dez. 2011.

SILVEIRA, Rayanna Beatriz Barbosa da; SILVA, Eliana Andrade e. **O trabalho do/a assistente social na unidade de terapia intensiva (uti): a (in) visibilidade de suas ações x os processos de trabalho em equipe.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2018.

SODRÉ, Francis. **O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 69-83, jan./mar. 2014.

SODRÉ, Francis. **Serviço social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

ZILIOTO, Denise Macedo; FOSCARINI, Marissane; BERTI, Ariete Regina. **O Serviço Social em Indústrias de Grande Porte do Rio Grande do Sul.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 218 - 228, ago./dez. 2010.

Relato de Experiência

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2011.

LOBATO, Alzira Tereza. **Considerações Sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MACHADO, Graziela Scheffer. **O serviço social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

SEGALIN, Andreia. **Serviço social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2013.

Relato de Experiência/Analítica

CARVALHO, Maria Irene Lopes B. de. Ética**. Serviço Social e "responsabilidade social": o caso das pessoas idosas.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 239-245, jul./dez. 2011.

FAERMANN, Lindamar Alves; VAL DE MELO, Cássia Camila. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Uma experiência de supervisão na área psicossocial: desafios teórico-práticos.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2009.

FERNANDES, Talita Fernanda Stabile; MESQUITA, Sonia Tebet. **Aspectos sociais e econômicos das famílias "casos novos" de um programa de implante coclear**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2014.

FREITAS, Taís Pereira de. **Serviço social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2011.

LEITE, Rosi Mery dos Santos Costa. **O processo de institucionalização do serviço social em uma empresa de energia: história e eixos de intervenção**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, Tania Maria Dahmer. **Quando o camburão chega antes do SAMU: Notas sobre os Procedimentos Técnicos Operativos do Serviço Social.** *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

REGIS, Maria Figuerêdo de Araújo. **O serviço social e a área de gestão de pessoas: mediações sintonizadas com a política nacional de humanização no Hospital Giselda Trigueiro.** *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2011.

REIGADA, Carla; PAIS-RIBEIRO, José Luis; NOVELLAS, Anna; PEREIRA, José Luis. **O suporte à família em cuidados paliativos.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2014.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. **O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental**. *In:* Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

SILVA, Maria Nogueira da. **Assessoria em Serviço Social: Breves Notas sobre o Trabalho Profissional na área da infância e juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. *In*: Serviço Social; temas, textos e contextos: coletânea nova do serviço social. FORTI, Valéria. GUERRA, Y. (Org) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SIMÃO, Andréa Branco; SANTOS, Fernanda dos; OLIVEIRA, Liane De Freitas; SANTOS, Renata Aline dos; HILÁRIO, Rita Colen; CAETANO, Suélem Cabral. **A atuação do serviço**

social junto a pacientes terminais: breves considerações. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 2010.

WOERNER, Camila Biribio. **Serviço social e saúde mental: atuação do assistente social em comunidade terapêutic**a. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2015.

Relato de Experiência/Analítica/Propositiva

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. **Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva.** *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229 - 243, ago./dez. 2010.

FROSSARD, Andréa Geórgia de Souza; SILVA, Emanuel Cristiano de Souza. **Experiência da residência multiprofissional em serviço social e cuidados paliativos oncológicos.** *In:* Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 281-288, jul./set. 2016;

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. SAUER, Mariane ; **A efetividade da gestão social e prática do assistente social na proteção social de média complexidade**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, 2016;

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula**. *In:* Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 162 - 172, jan./jun. 2013.